



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

**O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro:
A Campanha “d’O Petróleo é Nosso” (1947-1953)**

Doutorando: HELID RAPHAEL DE CARVALHO JUNIOR

Orientador: PROF. DR. EURICO DE LIMA FIGUEIREDO

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política, na área de Estudos Estratégicos.

Niterói – RJ

Julho de 2014

HELID RAPHAEL DE CARVALHO JUNIOR

O Marechal Horta Barbosa e o Nacionalismo Brasileiro
A Campanha “d’O Petróleo é Nosso” (1947-1953)

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do título de doutor em Ciência Política na área de Estudos Estratégicos.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo – UFF

Avaliador Titular Interno: Prof. Dr. – Adriano de Freixo PPGCP / UFF

Avaliador Titular Interno: Prof. Dr. Marcio Rocha PPGEST – UFF

Avaliador Titular Externo: Prof. Dr. Fabrício Jesus Teixeira Neves – UFRRJ

Avaliador Titular Externo: Prof. Dr. João Eduardo de Alves Pereira – UERJ

Avaliador Suplente Interno: Prof. Dr. Fernando Roberto de Freitas Almeida – PPGEST/UFF

Avaliador Suplente Externo: Prof. Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida – EGN

DEDICATÓRIA

Esta Tese é dedicada aos “Trabalhadores do Brasil”, representados por dois deles: meu pai, Helid Raphael de Carvalho, *Edinho*, e minha mãe, Elisabeth Saraiva de Carvalho, *Betinha*.

Meu pai, *Edinho*, começou a trabalhar ainda pequeno, na fazenda de seu avô materno, e laborou duro até se aposentar como mecânico da Prefeitura de Volta Redonda. Quando o município se emancipou de Barra Mansa, ele foi o primeiro mecânico a ingressar na nova Prefeitura. Durante um tempo exerceu suas atividades profissionais também na Companhia Siderúrgica Nacional, a CSN.

Minha mãe, *Betinha*, dedicou-se a indústria de tecelagem entre os 13 e os 26 anos. Deixou a fábrica para se casar e ainda hoje (aos 85 anos), labuta todos os dias, fazendo a comida de casa e cuidando do meu pai.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal Fluminense;

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) na figura do seu Coordenador Carlos Henrique Aguiar Serra, que aqui a todos representa, - professores, alunos e funcionários;

Ao Instituto de Estudos Estratégicos (INEST) onde, a partir de sua fundação, em 2012, pude auferir minha necessária formação complementar, participando de seus grupos de trabalho e ciclos de debates na área de meus estudos e pesquisas;

Ao Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo, orientador desta Tese. Outro, sem o seu sólido conhecimento e sensibilidade profunda para o humano, não conseguiria ser bem sucedido na tarefa de me orientar nessa difícil caminhada;

À Sandra e nossas crianças, pela ordem de chegada: Raphael Francisco, Maria Elisabeth, Ligia Marina, Luis Felipe e Nuno;

Aos meus irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, cunhadas e cunhadas;

Aos amigos José Gomes Graciosa (pela generosidade), Medoro de Souza Neto (pela fraternidade), Álvaro Miranda (pela parceria), Eduardo Manhães e Jacir Guimarães, (pela amizade sempre confirmada);

Ao amigos Armandinho e Rubinho, que se foram prematuramente, *in memoriam*;

Aos descendentes do Marechal Julio Caetano Horta Barbosa, especialmente o Coronel Luiz Augusto de Mattos Horta Barbosa (seu filho), assim como aos seus netos, Lauro Roberto Vallin Horta Barbosa e Julio Caetano Horta Barbosa Cardoso, pelas entrevistas, acesso aos diários, documentos e informações sobre o líder da campanha “*d’O Petróleo é Nosso*”;

Aos colegas (e amigos) de doutorado Marcio Malta, Carlos Alberto Cavalcanti e Amaro Neto;

Aos Prof. Drs. Adriano de Freixo, Fabrício Neves, Marcio Rocha, João Eduardo Alves Pereira, Fernando Roberto Almeida e F. Eduardo Alves de Almeida, pelas observações e sugestões;

À Marcia Valeria, que nunca deixou de me socorrer;

À Sylvia Mendes (pelo equilíbrio);

À Patrícia Souza Lima (pela colaboração);

Aos colegas de trabalho, aqui representados por Flavia Andréa, Cristiano Camacho, Mauro Caetano e Luiz Kotsubo;

À Lance Belville (pelo apoio nos EUA);

Ao Coronel Ivan Cavalcanti Proença (pela entrevista, livros e informações);

À Dra. Maria Alice Tibiriçá Miranda pelas entrevistas e informações sobre o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (CEDPEN), tão atuante durante a campanha pelo “Petróleo é Nosso”;

Ao Almirante Antônio Alberto Marinho Nigro pelas lições recebidas quando de suas apresentações no antigo Núcleo de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (NEST/UFF);

Ao Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna pelas ricas sugestões apresentadas quando do meu exame de qualificação;

À Prof. Dra. Luitegarde Oliveira Cavalcanti Barros pelas informações prestadas sobre o tema da tese;

Ao Prof. Luiz Sérgio Henriques, ilustre tradutor do italiano para o português de inúmeras obras importantes, conhecedor íntimo da obra de Gramsci, que me dispensou grande atenção sobre a orientação teórica desta tese;

Ao Prof. Dr. Antonio Paim pela gentileza da atenção, tendo tido, inclusive, o trabalho de, por escrito, fornecer úteis subsídios sobre a questão do positivismo entre nós que, aliás, foi incorporado aos anexos da tese pela sua contribuição original;

À ADNAM (Associação dos Militares Democráticos e Nacionalistas), na figura ímpar do Major-Brigadeiro do Ar Rui Moreira Lima (1919-2013);

À Sra. Roseni Gianini de Lima Figueiredo, pela cortesia com que me acolheu tantas vezes em sua casa e a generosidade com que abriu mão da companhia de seu marido durante todo o período de elaboração desta tese;

À Fundação Biblioteca Nacional;

Ao CPDOC da FGV;

À Associação Brasileira de Imprensa;

Ao Arquivo Histórico do Exército Brasileiro;

À Biblioteca do Clube Militar;

Ao Clube Uruguaio do Rio de Janeiro.

Finalmente, meus agradecimentos, em especial, aos componentes da Comissão Examinadora da tese, professores doutores Adriano de Freixo (PPGCP-UFF), Fabrício Jesus Teixeira Neves (UFRRJ), Marcio Rocha (INEST-UFF), João Eduardo Alves Pereira (UERJ), Fernando Roberto de Freitas Almeida (INEST-UFF) e Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN), pelas importantes observações e lúcidas sugestões que enriqueceram este trabalho, embora seja o seu autor o único responsável pelas suas eventuais deficiências.

RESUMO

A tese teve como principal objetivo analisar o tripé constituído pela trajetória profissional e política do Marechal Horta Barbosa, pelo seu papel como expoente do chamado “nacionalismo brasileiro” e pelo desenrolar da campanha d’*O Petróleo é Nosso*, entre 1947 e 1953, ano em que ocorreu a criação da Petrobrás. Sustentou-se que o monopólio estatal foi vitorioso, entre outros motivos, pelo papel decisivo do referido militar como líder e intérprete, no âmbito da sociedade e da corporação militar, do ideário nacionalista no Brasil.

PALAVRAS CHAVE:

Horta Barbosa, militares, nacionalismo brasileiro, petróleo, Petrobras.

ABSTRACT

The thesis aimed to examine the tripod formed by Marshal Horta Barbosa's professional and political career; his role as a representative of the "Brazilian nationalism"; and the development of The Oil is Ours campaign, between 1947 and 1953, the year in which Petrobras was created. It has been argued that the state monopoly was victorious, among other reasons, by the decisive role of the Marshal within the society and the military establishment, both as a leader and a performer of the nationalist ideas in Brazil.

KEYWORDS:

Horta Barbosa, military, Brazilian nationalism, oil, Petrobras.

RESUMEN (ABSTRACTO)

La tesis tuvo como meta examinar el trípode formado por por la trayectoria profesional y política del Mariscal Horta Barbosa, por su papel como un exponente del "nacionalismo brasileño" y el desarrollo de la campaña de “El Petróleo es Nuestro”, entre 1947 y 1953, el año en que fue fundada Petrobras. Se ha argumentado que el monopolio estatal fue victorioso, entre otras razones, por el papel decisivo de Horta Barbosa como líder y portavoz en la sociedad y en la institución militar, de las ideas nacionalistas en Brasil.

PALABRAS CLAVE:

Horta Barbosa, militar, el nacionalismo brasileño, el petróleo, Petrobras.

O Brasil levou muito tempo a imitar, macaquear, papaguear. Mas graças a Deus procurou um espelho (...) encontrou o reflexo da realidade (...) de uma grande nação. E verificou que nunca poderia ser ele mesmo se não fizesse à sua maneira, não imitando ninguém. O Brasil se encontra.

Heitor Villa-Lobos

O valor de uma nação depende da quantificação de petróleo que possui, (porquanto) (...) recursos nacionais devem estar a serviço do Estado.

Woodrow Wilson

SUMÁRIO

Introdução -----	13
1. Estado e Militares no Brasil	
1.1. Introdução-----	17
1.2. Sobre o Estado e os Militares: Breve Incursão -----	20
1.3. Os Dois Modelos-----	26
1.4. Opção Teórica-----	32
1.5. Conclusão -----	38
2. Trajetória de Horta Barbosa e a Luta Pela Petrobras	
2.1. Introdução-----	39
2.2. Trajetória e Influências-----	40
2.3. A Luta pela Petrobras -----	51
2.4. Os Militares e a Campanha “d’O Petróleo é Nosso” -----	80
2.5. Conclusão -----	97
3. O Nacionalismo e a Campanha “d’O Petróleo é Nosso”	
3.1. Introdução-----	99
3.2. Definições de Nacionalismo -----	100
3.3. O Nacionalismo na América do Sul-----	109
3.4. O Nacionalismo Brasileiro -----	113
3.5. Conclusão -----	122
4. “O Petróleo é Nosso”: Três Atores Principais	
4.1. Introdução-----	124
4.2. A Interferência dos Estados Unidos-----	126
4.3. A Imprensa: O Caso do Correio da Manhã -----	134
4.4. Os Comunistas e o Petróleo -----	147
4.4.1. O Clima Político-----	147
4.4.2. O PCB nos Novos Tempos da Guerra Fria -----	151

4.4.3. O PCB e o Monopólio -----	153
4.5. Conclusão -----	155
5. Conclusões-----	157
6. Fontes Primárias e Secundárias	
6.1. Fontes Primárias -----	162
6.1.1. Entrevistas -----	162
6.1.2. Arquivos -----	163
6.2. Fontes Secundárias -----	163
6.2.1 Bibliografia Citada -----	163
6.2.2 Capítulos de Livros e Artigos -----	168
6.2.3 Anais, Mímeos, Comunicações, Teses e Dissertações -----	168
7. Sítios da Internet-----	169
8. Anexos -----	170

INTRODUÇÃO

Jamais se chega a constituir uma ciência nacional, se as gerações de cientistas não se articulam no sentido de um labor contínuo e se os especialistas de uma mesma época não se organizam para a cooperação.

Guerreiro Ramos

A presente tese analisa a trajetória do Marechal Julio Caetano Horta Barbosa (1881-1965) no contexto da campanha “O Petróleo é Nosso”, que mobilizou o país entre 1947 e 1953. Guarda como principal objetivo entender o papel daquele ilustre militar como expoente do chamado “nacionalismo brasileiro” no processo político que levou à criação da Petrobras. Não se sabe bem a origem da expressão que marcou para sempre essa quadra tão importante da história brasileira no século passado. Uma das versões, entretanto, pode servir para estimar o grau de mobilização, de cima para baixo, que empolgou a sociedade brasileira naquela época em torno da questão. Conta-se que secundaristas do Ginásio Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, devido à liderança impar do professor Otacílio Rainho, foram procurá-lo para pedir uma caixa de giz. Nela – disseram os estudantes ao mestre –, iriam escrever nas paredes e nas ruas, palavras de ordem a favor do monopólio estatal. Não sabiam como expressar essa demanda, e solicitaram ao querido mestre uma indicação. Ele sugeriu o mote “O Petróleo é Nosso!”, que foi logo aceito. Lançado o *slogan*, em pouco tempo ele se tornaria conhecido em todo o País. (MIRANDA: 1993, p. 80).

A criação da estatal marcou indelevelmente a história do desenvolvimento econômico brasileiro, mas a campanha que levou à formação da empresa enfrentou sérios obstáculos desde o seu início. Pesava contra os defensores do movimento, no contexto da Guerra Fria que estava tomando o mundo naquela época, a “acusação” de que a defesa do monopólio estatal do petróleo faria parte de uma orquestração de caráter internacional, integrando a estratégia de penetração mundial articulada pelo Partido Comunista da União Soviética.¹ Segundo os defensores desta pecha, os integrantes da

¹ Cf. CERVO e BUENO: 2002, p. 279.

campanha seriam ou militantes do Partido Comunista do Brasil.² (PCB), ou dele simpatizantes, a serviço do PC da URSS. Poderiam ser também, alternativamente, “inocentes úteis”.³ Fosse como fosse, de uma maneira ou de outra, todos estariam a serviço do “comunismo internacional”, e contra não só o Brasil, mas contra a própria “sociedade ocidental cristã”. Deveriam, portanto, ser vigorosamente combatidos, porquanto se tratava, em última análise, da própria sobrevivência do mundo ocidental. Essas “acusações” encontravam ecos em diversos segmentos da corporação militar, no núcleo governamental, em parte significativa dos parlamentares, na grande imprensa, nos aparatos repressivos do governo federal e dos estados. Contavam, ademais, com apoio do poder econômico dos grandes grupos do capital estrangeiro. (HEINES: 1989).

Essa argumentação encontrava rechaço nos movimentos nacionalistas que, tanto no Brasil, como em toda América latina, advogavam outras vias para a emancipação política, econômica e ideológica da região, que não o socialismo ou o comunismo.⁴ No caso brasileiro, as origens mais remotas do nacionalismo entre os militares podem ser localizadas no “positivismo”, que teve forte presença entre os republicanos históricos que estiveram contra o Império e defenderam a República.⁵

No âmbito dessas disputas, controvérsias, debates e choques de opinião, experimentou notável relevo, entre os militares nacionalistas dos anos 30, 40 e 50 do século passado, a liderança do Marechal Horta Barbosa. Ela ganhou maior expressão nas eleições para a direção do Clube Militar, em 1950. Pouco antes, em 1947, o militar lançou e defendeu suas famosas teses a respeito da necessidade, entre nós, da vigência do monopólio estatal do petróleo. Como reação, teve que enfrentar seus colegas ligados

² Então o PCB se chamava Partido Comunista do Brasil. Nos anos 50, com o chamado processo de “desestalinização”, ocorrido com a crise provocada pelo Relatório Kruschew, o antigo núcleo dirigente (João Amazonas, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Pedro Pomar e outros) foi afastado da direção. Na virada das décadas de 50 para 60, num movimento para tentar se legalizar, o Partido mudou de nome para Partido Comunista Brasileiro. Logo em seguida, os antigos dirigentes fundaram uma organização nova e decidiram usar o antigo nome de Partido Comunista do Brasil. O PCdoB, na época, aliou-se ao PC da China e se tornou um crítico do “revisonismo soviético”.

³ Na narrativa política em voga no Brasil naquela época, e principalmente durante o período do regime tecnocrático-militar (1964/1985), a expressão designava aqueles que seguiam opiniões, teses ou ideologias sem a necessária reflexão sobre as consequências de seu gesto.

⁴ O Positivismo foi uma corrente filosófica que surgiu na França no começo do século XIX sob inspiração principal das ideias de Augusto Comte (1798-1857). Embora o conteúdo do termo enseje diversas interpretações por parte de vários autores, no caso brasileiro foi o autor de O Sistema de Filosofia Positiva”(1848) o principal inspirador do chamado “positivismo brasileiro”. Mais adiante, far-se-á menção a tal movimento de maneira mais ampla e sistemática. Uma boa discussão dessas alternativas, no contexto da época em lide pode ser encontrada em Jaguaribe, 1958 e 1969.

⁵ Definição dada por Antonio Paim (1979).

ao grupo intitulado “Cruzada Democrática” que propunha a abertura da indústria petrolífera para o capital estrangeiro, em sintonia com o que expressavam as agências norte-americanas no Brasil e no exterior. (HEINES:1989, pp. 39 a 60).⁶

A trajetória de Horta Barbosa trouxe elementos à ideia, aqui proposta, da existência de um elo, ainda visível, entre militares de gerações e momentos históricos diferentes. Sua carreira serviria para identificar e ilustrar uma das mais importantes “tradições” no seio do Exército Brasileiro, a dos nacionalistas, que fizeram história até o Golpe de 1964, e continuam ainda tão importantes no quadro político-estratégico brasileiro nos dias atuais.

Este tese tem como meta a análise do tripé constituído pelo nacionalismo brasileiro, a trajetória do Marechal Horta Barbosa e a campanha *d’O Petróleo é Nosso*, que culminou com a fundação da Petrobras. A campanha pelo monopólio estatal, tendo sofrido tantas e tão poderosas críticas, foi vitoriosa, entre outros motivos, devido à força das ideias expressas pelo “nacionalismo brasileiro” e pelo papel desempenhado pelo Marechal Horta Barbosa, no âmbito da sociedade e da corporação militar, como principal intérprete e líder desse nacionalismo no desenrolar da campanha pela criação da Petrobras. Advoga-se, assim, a ideia de que a empresa Petrobras só foi possível, não obstante a intervenção de outros importantes fatores, devido a associação do ideário nacionalista com a capacidade de luta e expressão de um dos mais prestigiosos militares em sua época.

O trabalho desenvolve-se em quatro capítulos e uma conclusão.

No primeiro capítulo, expõe-se a relação entre os militares e o Estado. Não se poderia melhor entender o papel do Marechal Horta Barbosa na campanha *d’O Petróleo é Nosso* – sua formação profissional, carreira e liderança – de forma desvinculada do Estado brasileiro e da sua corporação militar.

⁶ “Movimento organizado em março de 1952 por militares da corrente conservadora das forças armadas, com o objetivo de derrotar a chapa nacionalista Estillac Leal-Horta Barbosa, que tentava a reeleição para a presidência do Clube Militar. A vitória da Cruzada em duas eleições seguidas levou à presidência do Clube os generais Alcides Etchegoyen (1952-1954) e Canrobert Pereira da Costa (1954-1955). Derrotados pelo Movimento de 11 de Novembro de 1955, quando o então Ministro da Guerra Henrique Lott impediu que fosse dado um golpe contra a posse de Jucelino, os militares da Cruzada Democrática continuariam atuando dentro e fora do Clube Militar, mas só voltariam ao poder em 1962. Em 1964, iriam participar do golpe que depôs João Goulart da presidência da República”. *Apud* http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/glossario/cruzada_democratica.

No segundo capítulo, trabalha-se a trajetória de Horta Barbosa. Pesquisa-se sua origem familiar, seu processo de formação escolar e militar, as ideias e lideranças que o influenciaram ao longo da carreira. Dedicar-se especial atenção às influências exercidas pelo positivismo brasileiro e os reflexos da pregação de Benjamin Constant na geração de militares que, anos mais tarde, constituíram a liderança da luta pelo monopólio estatal do petróleo. Ainda nesse capítulo, estuda-se a atuação de Horta Barbosa em prol do monopólio estatal do petróleo e a disputa entre os militares nacionalistas e os setores que se batiam pela abertura da exploração petrolífera aos capitais estrangeiros.

No terceiro capítulo, estuda-se a questão do “nacionalismo brasileiro”. Nesse sentido, primeiramente procede-se a análise do nacionalismo em termos gerais e, em termos mais restritos, no âmbito da América do Sul, do que aqui se denomina “nacionalismo brasileiro”. A análise foi orientada, principalmente, pelas concepções de Comblin (1964) e Sodré (1965), tão presentes na década de 50 e 60 do século passado no Brasil.

O último capítulo desdobrar-se-á em três partes. A primeira enfoca a interferência de organismos governamentais dos Estados Unidos no processo de decisão do Estado brasileiro sobre o modelo de exploração da indústria petrolífera. A segunda centra-se na posição da grande imprensa escrita sobre a questão em tela, tendo em vista o caso do diário *O Correio da Manhã*, naquele tempo um dos mais importantes jornais do país. A terceira traz à baila a utilização do anticomunismo na campanha *d’O Petróleo é Nosso* como forma de combater a tese do monopólio estatal do petróleo e justificar a repressão contra o movimento.

Na conclusão, apresentam-se os resultados da análise do tripé que foi objeto da pesquisa, o “nacionalismo brasileiro”, a trajetória do Marechal Horta Barbosa e a campanha *d’O Petróleo é Nosso*, entre 1947 e 1953.

1º CAPÍTULO

ESTADO E MILITARES NO BRASIL

Os principais fundamentos que os Estados têm (...) são as boas leis e as boas armas.

Nicolau Maquiavel

1.1. Introdução

Por que, no meio acadêmico civil do país, os estudos e pesquisas sobre as Forças Armadas brasileiras foram durante tanto tempo tão insipientes?

Respostas mais consistentes à pergunta deitam raízes na história do Brasil desde, pelo menos, a instalação do País como nação independente. Com o Primeiro Império (1822-1831), a organização do “novo” Exército Imperial “brasileiro” foi feita às duras penas. Não há Estado sem Forças Armadas, nem soberania que se sustente sem o uso, em última instância, do monopólio estatal da força física. O aparelho militar – o Exército e a Marinha – celebrada a separação com Portugal, teria que ser recomposto no contexto de novas e desafiadoras circunstâncias. Pelo menos de início, deveriam conviver praças e oficiais ligados ao antigo regime. Muitos desses tinham até mesmo nascido em Portugal.⁷ Deveriam conviver necessariamente com praças e oficiais brasileiros natos, que nasceram no novo regime de um novo país que se tornava independente. Tal convivência era necessariamente tensa e só poderia ser resolvida com o passar do tempo. A par dessa problemática convivência, ocorriam, mormente em relação Exército, fortes resistências à presença de constituição de um poder militar de caráter permanente. Contra ele pesavam a existência de uma cultura social refratária ao militar, visto como “o cobrador de impostos”. Pedro I, enquanto houve a preocupação com as questões externas – maximizadas com a Guerra da Cisplatina (1825-1828) – ainda chegou a contar com certo sucesso em relação às oligarquias regionais no sentido

⁷ O que significa que era integrado tanto por militares nascidos no Brasil como também em Portugal.

de favorecer a formação de um aparelho armado dotado, pelo menos, de alguma eficácia. Diluídas as ameaças externas, o efetivo foi reduzido à metade.⁸

Com a renúncia de Pedro I ao trono, em sete de abril de 1831, e com a minoridade do seu filho e herdeiro, Pedro II, que então contava com apenas cinco anos de idade, a instabilidade política tomou conta do País. As elites políticas foram capazes, entretanto, de contornar a crise, através de um mecanismo denominado de “Regência”. De início, ela foi composta por três membros: General Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, mais conhecido como Senador Vergueiro, e José Joaquim Carneiro de Campos, o Marquês de Caravelas.⁹ Devido a tais características, foi denominada Regência Trina Provisória. No dia 17 de junho do ano em tela, tomou posse a Regência Trina Permanente. Ela foi composta pelos deputados José da Costa Carvalho (Marquês de Monte Alegre, da Bahia); João Bráulio Moniz (maranhense); e pelo senador e General Francisco de Lima e Silva (Barão da Barra Grande, do Rio de Janeiro), o único que foi reconduzido da Regência Trina Provisória. Uma das inovações instituídas pela Regência Trina foi a criação da Guarda Nacional, já em 1831. Esta força deslocava o Exército para o segundo plano, passando a se constituir na principal força pública com a qual o poder central procuraria conter os motins que estouravam País a fora. Sua estrutura era constituída por províncias e subordinava-se ao governo provincial. Primeiro ligavam-se à jurisdição do juiz de paz, encarregados do alistamento; depois desses, subordinavam-se aos juízes criminais, aos presidentes das províncias e, finalmente, ao Ministro da Justiça.

O intuito era claro: colocar o Exército profissional sob controle rígido das oligarquias dominantes. (CASTRO:1977). Em consonância, a Guarda Nacional elegia como principal objetivo a manutenção da unidade territorial do Império. Era composta por todos os cidadãos entre 21 e 60 anos em condições de serem eleitores. O alistamento era obrigatório, cabendo ao governo o fornecimento das armas. Os uniformes, entretanto, ficavam por conta do alistado. Os cargos de comando eram eletivos em cada local. O modelo tinha como inspiração a instituição congênere da

⁸ MENEZES, 1997: 26/55.

⁹ Francisco de Lima e Silva (1785/1853) foi o pai de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias (1803-1880).

França, que inspirou a brasileira. A participação cívica do cidadão deveria funcionar como dissuasão a qualquer eventual protagonismo político do Exército regular.

O ponto aqui deve ser deixado explícito. Desde a alvorecer do Estado brasileiro, estranha aliança entre oligarcas voltados para a manutenção de seus próprios interesses e liberais preocupados com a manutenção do que se poderia denominar de “constitucionalismo monárquico”, temiam o protagonismo militar. Viam-no, na verdade, como ameaça armada aos seus desígnios. Não percebiam a questão central: como conquistar – legítima e legalmente – a confiança do estamento militar. Relegavam sua importância, portanto. (FIGUEIREDO: 1983).

Os trabalhos concernentes à relação entre militares e Estado no Brasil são relativamente escassos. Encontra-se bibliografia, de certo modo farta, abordando o Estado e os fenômenos a ele circundantes. Registra-se, por exemplo, o entrelaçamento do sistema estatal com classes e estamentos; partidos políticos e grupos de pressão; articulações de interesses e movimentos sociais, para se indicar apenas alguns aspectos dessa temática. (Cf. NEVES, 2011). Todavia, é ainda rarefeita a literatura teórica sobre o Estado e os militares. Sobre o assunto assim se expressou reconhecido especialista:

Sem qualquer sombra de dúvida, os assuntos militares têm sido, ainda, negligenciados na maior parte das universidades brasileiras, o que está certamente ligado ao período militar que vigorou no país de 1964 até o seu desfecho em 1985. Contudo, mesmo com todas as dificuldades relativas a tal período, alguns trabalhos de boa qualidade sobre a instituição e o governo militares foram produzidos pela academia brasileira, tanto aqui quanto no exterior, já nos anos 70, como se pode ver pelos escritos, entre outros, de Alexandre de Barros, Edmundo Campos Coelho, Eurico Lima Figueiredo, Rene Dreifuss e Eliezer Rizzo de Oliveira. Foi só a partir do encerramento do ciclo ditatorial, que começaram surgir no país, centros de estudos mais direcionados para tratar esses assuntos, no interior da universidade. (SHIGUENOLI: 2001, p. 4).¹⁰

É nesse grau de dificuldade que se desenvolverá o presente capítulo, no qual se procurará definir a abordagem teórica sobre a complexa relação entre militares e Estado

¹⁰ Em 1985, na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), sob a liderança do prof. Eliézer Rizzo de Oliveira, surgiu o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEE). No ano seguinte, em 1986, na Universidade Federal Fluminense (UFF), surgiu o Núcleo de Estudos Estratégicos (NEST), sob a liderança dos professores René Dreyfuss e Eurico de Lima Figueiredo.

no Brasil. Primeiramente colocar-se-á uma breve contextualização histórica para demonstrar-se o quadro em que se desenvolveram as situações em análise. Em seguida, analisar-se-á de forma ligeira os dois principais modelos de enquadramento disponíveis. Em terceiro lugar, será explicitada a opção pela visada teórica que norteará a presente tese e por fim, à guisa de conclusão deste breve capítulo ter-se-á as considerações finais de praxe.

1.2. Sobre o Estado e os Militares: Breve Incursão Histórica

Antes de tudo, é necessário lembrar que o descobrimento ocorreu no âmbito da Revolução Comercial (entre os séculos XVI e a metade do século XVIII) e a Independência no da Primeira Revolução Industrial (entre meados do século XVIII e meados do século XIX). A forma como se organizou e desenvolveu a produção colonial, com continuação no Império, foi determinante para o desenvolvimento da presente tese. Desde o pau-brasil o destino da produção brasileira foi o de fornecer matéria-prima para os países dominantes. Assim também foi com a cana-de-açúcar, o ouro e o café.

A Independência, nos marcos da Revolução Industrial, foi amplamente possibilitada pela invasão da Península Ibérica pelos exércitos de Napoleão Bonaparte. A mudança fundamental nessa nova situação foi a seguinte:

À Inglaterra, que comanda a transformação econômica, interessa rasgar a clausura, romper o regime de monopólio comercial, eliminar as metrópoles intermediárias, estabelecer a troca direta. Isto interessa também à classe dominante, que eliminando o monopólio que a metrópole mantém sobre a circulação, vai realizar os valores do que produz em seu próprio benefício. Deixa de associar-se a metrópole para associar-se a burguesia europeia. (SODRÉ: 1960, pp. 15 e 16).

O Exército Imperial, profundamente desprestigiado pelos governos da época e pelas oligarquias, que contrapunham a ele a Guarda Nacional,¹¹ foi formado a princípio

¹¹ A Guarda Nacional foi criada em 1831. Era formada (pelo menos em teoria) por todos os brasileiros, entre 21 e 60 anos de idade, que gozassem de amplos direitos políticos. Isso significava que estava excluída a participação de integrantes das classes populares, para não se falar, obviamente, nos escravos.

pelos soldados do exército colonial que serviam no Brasil.¹² Só com o conflito conhecido no Brasil como Guerra do Paraguai, o Exército se constituiu, de fato, como principal força armada do País.

As seis décadas em que perdurou o regime imperial foram em verdade uma transição. Os compromissos do Império impediam a concretização de duas exigências da nova ordem: a transformação do regime de trabalho, para possibilitar a ampliação do mercado (como interessava à Inglaterra) e a relação direta do setor agroexportador com a nova metrópole (como pretendiam os donos do café).¹³

Talvez tenha sido essa exigência inglesa¹⁴ que levou parte considerável da oligarquia cafeeira a uma aliança com os setores militares que, fortalecidos pela atuação na Guerra do Paraguai,¹⁵ deram grande contribuição para que a existência do regime escravocrata se tornasse insustentável. Logo em seguida ao final do conflito, algumas de suas principais lideranças e, principalmente, setores da oficialidade jovem, atuaram ativamente pelo fim do regime escravocrata e pela substituição do regime monárquico pelo republicano.

Desde o fim da Guerra do Paraguai, novas ideias atraíram os elementos novos da sociedade. A República decorre justamente de uma composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante cindida, aquela que se emancipara do Império era a representação característica, a nova lavoura do café. Quando a circunstância favorável surge, essa composição de forças não tem do que alijar o trono. A partir daí, no entanto, assiste-se a um movimento inverso: a luta da classe territorial para expulsar do poder os elementos de classe média, que eram os militares, recompondo-se para isso, a unidade dos velhos tempos. A referida luta é que provoca os incidentes do governo Deodoro e, principalmente, os que pontilham o

¹² O que quer dizer que era integrado tanto por militares nascidos no Brasil como também em Portugal. O próprio pai de Benjamin Constant era um militar nascido em Portugal que optou por permanecer no “novo” exército imperial. (LEMOS: 1999).

¹³ “Paradoxalmente, a Independência não provocou a expansão da sociedade nacional, e sim uma recolonização, uma subordinação às nações mais dinâmicas, fonte de uma alienação mais profunda do que a do tempo de colônia. Enquanto os países europeus e os Estados Unidos se desenvolviam os países latino-americanos ficaram parados ou se desenvolveram mais devagar e caíram finalmente no campo de expansão das nações mais poderosas. O processo prosseguiu no século XX. Assistimos a um processo de regressão para um estado dependente”. (COMBLIN: 1965, p.150)

¹⁴ O fim da mão de obra escrava como forma de se criar um mercado mais ampliado para os produtos das suas manufaturas em crescente expansão.

¹⁵ Além de fortalecidos pela vitória e pelos sacrifícios feitos, esses militares, além de suas concepções de fundo teórico e visão humanitária, tinham estreitado laços com muitos escravos e ex-escravos que combateram ao seu lado durante aquela guerra.

período em que Floriano detém as rédeas do poder. Um cronista apressado, de quem se repete informação inidônea, afirmou que a queda do Império fora assistida com indiferença pelo povo. A falsidade da informação fica demonstrada no largo movimento de opinião que permite a Floriano resistir às correntes que contra ele se montam, movimento apaixonado, vibrante, trazido para a rua e, mais do que isso, desembocando na arregimentação de forças, que é a defesa do Rio contra a esquadra rebelada. Floriano representa, tipicamente, a classe média, que começa então a disputar um papel político. E a própria difusão do positivismo nessa classe revela a solução fácil que permitia a defesa de posições progressistas sem rompimento com valores éticos tradicionais. (SODRÉ: 1960, pp. 22, 23 e 24).

Nos países centrais, os exércitos nacionais surgiram precisamente com a ascensão da burguesia ao poder, e, portanto, num quadro de clara hegemonia em que não existe espaço para o questionamento da obediência das Forças Armadas ao poder civil. No caso do Brasil, a situação é inteiramente anômala. Aqui o regime republicano foi instalado por uma aliança (frágil) de setores com interesses estratégicos conflitantes. Essa aliança foi formada por parte importante das oligarquias regionais e os setores médios da sociedade. O setor dominante nas oligarquias regionais foi a oligarquia cafeeira (notadamente paulista). Nos setores médios da sociedade (funcionários públicos, empregados no comércio, profissionais liberais, militares) serão os militares que terão participação efetiva na composição de forças que derrubou o Império.

O interesse da oligarquia dominante era a conservação do país como exportador de matéria-prima, principalmente agrícola.¹⁶ As camadas médias queriam o desenvolvimento industrial. Só essa contradição já é fundamental e nem é necessário adentrar-se aqui na amplitude de interesses de fundo econômico, político e até cultural, sob o risco de perda do foco.¹⁷

Após o governo de Floriano Peixoto, o setor mais forte das oligarquias assumiu o poder e (com o intervalo do governo de Hermes da Fonseca) irá exercê-lo com muitas contestações, principalmente por parte de militares, até a Revolução de 1930. Aí, uma nova aliança entre setores militares e dissidências oligárquicas vai para o poder. Vale lembrar que o principal setor oligárquico representado nesse movimento é a oligarquia

¹⁶ A aparente redundância pode ser explicada. Dentre as diversas oligarquias regionais, a hegemonia pertence à burguesia cafeeira (agroexportadora) de São Paulo.

¹⁷ Basta lembrar a hostilidade dos setores dominantes contra a nascente música popular brasileira, evidenciada no episódio do violento discurso de Ruy Barbosa (no Senado) pelo fato da primeira-dama Nair de Teffé (Hermes da Fonseca) haver promovido um sarau com artistas como Chiquinha Gonzaga e Joaquim Callado no palácio presidencial.

do Rio Grande do Sul, a única que se formou produzindo para o mercado interno.¹⁸ Vale também lembrar que outra oligarquia regional envolvida no movimento, a de Minas Gerais, produzia principalmente leite e laticínios. Ou seja, também tinha interesse no mercado interno, ao passo que as receitas dos cafeicultores provinham principalmente da exportação.

A Revolução de 30, que contou com a participação de amplos setores do Exército, as oligarquias dissidentes do Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Paraíba, e com a simpatia dos setores médios da sociedade, não conseguiu solucionar a disputa pela hegemonia republicana.

Esta (a Revolução de 30) não representou, de forma alguma, a obtenção de um consenso no interior do Exército. Nos anos que se seguiram, ocorreram vários e sérios conflitos internos, motivados por divergências doutrinárias, organizacionais e políticas. Dezenas de movimentos (incluindo agitações, protestos e revoltas) abalaram o Exército entre 1930 e a instauração do Estado Novo (1937-1945), quando finalmente se consolidou um projeto hegemônico para a instituição em torno de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. Mas, mesmo esse projeto encontrou fortes resistências internas. (CASTRO: 2002, p. 12).

O projeto hegemônico, ao qual Celso Castro se refere acima, de fato passou a controlar a cúpula das Forças Armadas brasileiras. Vigorou uma clara continuidade de nomes ocupando os mais influentes postos da hierarquia militar durante o Estado Novo, no golpe de 1945, na constituição e controle da Escola Superior de Guerra. Eurico Dutra, o próprio Góis Monteiro, Juarez Távora, Cordeiro de Farias, Eduardo Gomes, Canrobert, Etchegoyen, serão todos integrantes ou apoiadores do ‘partido militar’ intitulado Cruzada Democrática, que nas disputas do Clube Militar enfrentava o outro forte ‘partido militar’, a “Corrente Nacionalista”, onde os nomes eram Estillac Leal, Horta Barbosa, Estevão Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, Rui Moreira Lima, Néelson Werneck Sodré dentre outros.¹⁹

¹⁸ O charque foi desde a época colonial destinado ao mercado interno. (SODRÉ: 1960)

¹⁹ A expressão “partido militar” é empregada aqui no sentido que lhe foi conferido nos trabalhos organizados por Rouquié (1980). Segundo essa visão, os militares brasileiros se agrupavam em verdadeiros partidos (segundo suas posições políticas) e a partir daí disputavam o poder no interior da corporação e no Estado.

As diferenças de projetos entre esses partidos podem ser medidas pelas presenças de seus nomes mais representativos nos episódios marcantes do período. Horta Barbosa se posicionou contrariamente ao processo que redundou no Estado Novo e depois foi dirigente da Sociedade dos Amigos da América, entidade antifascista que defendia o apoio do Brasil aos aliados e foi fechada pelo Estado Novo. Dutra e Góis foram os chefes militares do Estado Novo. A Corrente Nacionalista participou da luta pelo monopólio estatal do petróleo, liderada por Horta Barbosa. Juarez Távora, então na subchefia do Estado-Maior do Exército, era o principal porta-voz militar dos que defendiam a exploração do petróleo brasileiro pelo capital estrangeiro.²⁰ A seguir, os nacionalistas foram contra o envio de tropas brasileiras para a Guerra da Coreia. Os integrantes da Cruzada Democrática eram a favor, por considerarem que o Brasil, como parte do Ocidente, liderado pelos Estados Unidos, tinha obrigação de apoiar os esforços bélicos daquele país.

Os nacionalistas se alternaram com a Cruzada nas vitórias eleitorais para a direção do Clube Militar, o que revela que a base da oficialidade não constituía um bloco monolítico. Na disputa em torno da forma como se daria a exploração da indústria petrolífera no Brasil, os nacionalistas foram vitoriosos, conquistando a maioria nas fileiras militares. Existem indícios de que os integrantes do grupo Góis-Dutra, assim como os nacionalistas, e as disputas envolvendo os dois grupos no interior da corporação militar e na sociedade tinham uma continuidade histórica. Exemplo disso foram as acusações de Juarez Távora ao trabalho estratégico desenvolvido por Cândido Rondon (antecedente histórico do grupo nacionalista e primeiro comandante de Horta Barbosa) e diversas outras disputas envolvendo sempre integrantes dos dois grupos, ou (como prefere Rouquié) partidos.²¹

Também é esclarecedora a posição de Góis Monteiro. Um dos articuladores do Estado Novo, apoiou a deposição de Vargas, em 1945, e as posições políticas

²⁰ Ainda no início dos anos 30 ocupando importante cargo no governo Vargas, referendou posição do geólogo Victor Oppenheim que afirmava não haver petróleo no Recôncavo Baiano. Essa posição contrariava todas as evidências e revelou-se logo depois totalmente equivocada com a confirmação da existência de petróleo através do poço de Lobato. Os defensores da tese de que havia petróleo em Lobato acusaram Oppenheim e Juarez Távora de estarem a serviço das multinacionais. Sua posterior defesa da urgência da exploração do petróleo brasileiro por empresas dos EUA se baseava na defesa do hemisfério ocidental “ameaçado pelo comunismo” e apresentava exatamente os mesmos argumentos da cúpula militar estadunidense.

²¹ VIVEIROS: 1969, pp. 555 a 559, narra o episódio que é mais detalhado em outro ponto deste trabalho.

defendidas pelos integrantes da Cruzada Democrática.²² Depois de narrar críticas de Góis a Getúlio Vargas, falando sobre sua formação castilhistas, Arsênio Corrêa (1997) narra que, em carta enviada ao jurista Sobral Pinto, Góis Monteiro afirmou:

Pelo espetáculo de ordem, trabalho e honradez do governo sul-rio-grandense, que era único em meio às tropelias e escândalos reinantes em outros estados da federação (...) A preocupação que transparecia nos atos dessa política, de esteá-la numa filosofia e num sistema geral de ideias, colocava-a muito acima da sombria atmosfera das competições primárias, costumeiras em nosso meio. Era bem um modelo de tirania esclarecida, no tipo de Francia, glorificado pela pena de Carlyle, como digno de figurar no calendário dos grandes homens, invocado no iquejário de Augusto Comte. (Apud CORRÊA: 1997, p.159)

Se tal entusiasmo (que provavelmente foi comunicado a Getúlio Vargas antes de fazer dele chefe militar da Revolução de 30) tivesse permanecido, ele certamente não poderia se aliar aos civis e militares ligados à UDN e derrubar Getúlio em 1945 e nem passar a ser um dos campeões da defesa do alinhamento automático com as posições militares e econômicas dos Estados Unidos(HEINES: 1987). Sendo assim, na mesma carta de 1945, Góis Monteiro acrescentou:

Cedo verifiquei o caráter miniatural do estatismo positivista, propenso a construir republiquetas de governança patriarcal, impróprio a conformar, nos seus liliputianos quadros, o problema de dimensão continental como é, de fato, o conjunto brasileiro. (CORRÊA: 1997, p. 161).

O que se pode perceber é que desde o princípio da história do Brasil como país independente politicamente, travou-se uma luta entre setores provenientes principalmente das camadas médias e que tinham na vanguarda oficiais militares e as oligarquias exportadoras. Não poderia ser considerado simplificação afirmar que os primeiros defendiam a modernização do país, sua industrialização autônoma, a criação de um mercado interno forte. Os segundos, a manutenção do Brasil como fornecedor de produtos primários para os países dominantes e, por conta disso, lutavam – na política

²² José Murilo de Carvalho (2005) demonstra que Góis Monteiro escreveu pelo menos um documento defendendo o que chamava de “fascismo brasileiro”, numa clara antecipação do que viria a ser o Estado Novo. Também é notória sua participação na farsa do “Plano Cohen”, documento ficcional de uma suposta sublevação comunista e que serviu de justificativa para a instalação da ditadura Estado-novista.

local – pela manutenção do *status quo*. É essa contradição, que se repetirá (com grande intensidade) durante a luta pelo modelo de exploração petrolífera no Brasil.

1.3. Os Dois Modelos

Neste capítulo, trabalha-se a partir da suposição de que se dispõe, pelo menos de duas concepções teóricas adequadas às pretensões desta pesquisa. Poder-se-ia, por certo, alinhar-se ainda outros modelos disponíveis pela literatura pertinente, mas, repita-se, a dupla de alternativas em tela é, aqui, entendida como suficiente.

O primeiro é denominado neste trabalho como “concepção instrumental” e o segundo como “institucional-organizacional. Assim caracterizou o primeiro, em suas linhas gerais, reconhecido analista:

(...) Busca nos interesses das classes, dos grupos, das forças políticas e das correntes de opinião os motivos condutores das manifestações militares. As forças militares agem a partir de estímulos encontrados fora das fronteiras de suas corporações. Elas são acionadas por grupos de interesse ou de pressão e, em última análise, o sentido final da intervenção militar favorece sempre um ou outro dos grupos que disputam o poder e o controle do aparelho do Estado. As Forças Armadas identificam-se sempre com um ou outro desses grupos. O mais comum inclusive é encontrar, no âmbito da organização, representantes de cada um deles, pois a instituição armada deixa-se penetrar pelas tensões que atravessam a sociedade civil e a esfera política. E os confrontos que existem e se desenvolvem no seio da corporação militar são meros reflexos dos confrontos mais globais que marcam o processo político. (PEIXOTO: 1980, pp. 29 e 30)

Essa é a visada adotada pelos estudiosos brasileiros citados no tópico anterior. Ela é influenciada por cientistas políticos europeus, dos quais deve-se destacar as ideais desenvolvidas por Ralph Miliband.²³ Em sua perspectiva, o Estado é visto como instância por excelência da sistematização da vida política. Dependendo de cada situação singular, predomina em seu interior esse ou aquele interesse. Da mesma forma, existiriam interesses e grupos que não disporem de força para conseguir penetração nas

²³ Além do já citado Miliband, Perry Anderson, Poulantzas e Kaplan também tiveram grande influência sobre esses estudiosos brasileiros que buscavam pensar os reflexos políticos das relações entre civis e militares livres da camisa de força das teorias oriundas dos Estados Unidos.

complexas engrenagens que compõem as estruturas estatais, ficando, portanto, condenados à marginalidade, totalmente excluídos.

Existem fortes elementos para se considerar a hipótese de que essa situação seria gerada pela tensão entre o Estado e a estrutura de classes, mas essa mesma hipótese – a tensão entre a estrutura de classes e o acesso às decisões da máquina estatal – acabaria por impedir que se pensasse o Estado como uma instituição que desfruta de autonomia, mesmo que relativa, frente à classe dominante.

Embasado na visada exposta acima, Miliband fez análise do papel desempenhado pelos militares na sociedade moderna. Segundo seu entendimento, os militares profissionais seriam integrantes de uma categoria privilegiada de servidores públicos. A peculiaridade de constituírem o braço repressivo do aparelho estatal, confere-lhes uma posição especial e os dota de um grau de especificidade considerável.

É possível que ainda mais que os membros das elites administrativas, os militares que ocupam postos elevados tendam a encarar-se, e muitas vezes são encarados pelos outros, como livres de uma adesão ideológica e política que afeta (e aflige) outras pessoas. Essa imagem de dedicação exclusiva a um “interesse nacional” e às “virtudes militares” – honra, coragem, disciplina, etc. – livre de conotações “partidárias”, tem sido alimentada e fortalecida pelo fato de que os militares nos países capitalistas avançados se mantêm, em seu conjunto, fora da “política” no sentido de que não estão geralmente envolvidos de maneira direta na parte aberta e visível do processo político daqueles países. (MILIBAND: 1972, p. 159)

O segundo modelo é o institucional-organizacional. Por ele, as Forças Armadas se constituem num ente autônomo e totalmente desconectado da sociedade.

Segundo essa abordagem, as Forças Armadas se convertem na matriz dos inputs e dos outputs militares; o fenômeno militar é, em última análise, autoexplicável. Os traços mais salientes da lógica organizacional-burocrática – espírito de corpo, hierarquia, centralização das decisões – são privilegiados em prejuízo das influências civis. O aparelho militar é analisado como uma estrutura monolítica, e seu output político é o resultado de processos e de decisões que se prendem à lógica e à percepção próprias da instituição e de seu funcionamento vertical. Os papéis extramilitares das Forças Armadas são definidos unicamente pelo sistema de valores institucionais e

por uma percepção de realidade extramilitar a partir desse sistema, o que normalmente cabe aos centros de decisão do aparelho, isto é, às estruturas hierárquicas de comando. (PEIXOTO: 1980, p. 30)

Tal modelo, pode ser identificado com a visada de Samuel Huntington e seus seguidores. Na perspectiva de Huntington, os militares são vistos como funcionários encarregados do emprego da força armada do Estado. Em sua visada, os integrantes dessa categoria profissional se destacam dos demais servidores públicos principalmente por sua organização burocrática e hierarquizada. Para ele, a profissionalização, baseada na especialização, responsabilidade e corporatividade, constitui a base dessa especialização profissional. Tais particularidades seriam obtidas a partir de algumas condições, como a tradição cultural da sociedade em que se inserem, a formação específica e as instituições que regem a vida dos profissionais das armas.

A responsabilidade profissional é a utilização da especialidade na prestação de serviços essenciais à sociedade, sem pretensão de recompensa financeira. Nesse sentido, toda responsabilidade profissional é, em certa medida, também social. Finalmente, a corporatividade consiste no senso de unidade orgânica como um grupo de formação especial, distinto dos leigos. Aplica-se numa organização profissional que adota padrões de competência profissional e de responsabilidade social. É típico das profissões burocráticas, com elevado nível de especialização do trabalho e de responsabilidade profissional, como é o caso da diplomacia e das forças armadas. Huntington coloca que o surgimento de uma ética profissional militar remonta ao século XIX, com a reforma do Exército prussiano. A especialidade característica do oficial moderno, e que o distingue de todos (ou de quase todos) os civis, é a “administração da violência”. Dado o grau de complexidade das atividades militares, ou seja, a variedade das formas de emprego da violência, na civilização moderna a profissão militar passou a exigir um nível de treinamento e experiência comparativamente maior do que em qualquer outra profissão. O perito das armas tem como alvo exclusivo a segurança militar da sociedade (Huntington, 1996:30-31). O militar emprega a violência através do Estado, que tem o monopólio dessa profissão. Isso quer dizer que somente ao Estado compete aplicar a violência através do seu aparato repressivo, no qual ocupam os militares destacada posição. A principal motivação do oficialato militar, coloca Huntington, reside tanto no desejo de aperfeiçoamento técnico como no senso de responsabilidade social. (NEVES: 2011, p.75)

Huntington também destaca o fato de que, nos exércitos modernos, apenas os integrantes da corporação militar, isto é aqueles formados em escolas específicas para isso, podem exercer a profissão. Esse dado é essencial para o traço corporativo dos militares. A corporação militar se constitui numa estrutura burocrática na qual a posição de cada integrante é determinada por critérios de experiência, antiguidade, formação e qualidade. Para Huntington, essas características foram sendo incorporadas ao longo do desenvolvimento histórico do Ocidente. Até o final do século XVII, o militar profissional era geralmente um mercenário.

Na Itália, os comandantes das tropas mercenárias eram conhecidos como condottiere, pois recebiam um contrato (condotta) para conduzir o exército mediante pagamento em terras. Como observa Nicolau Maquiavel (1469-1527), o condottiere era uma ameaça constante pairando sobre a cabeça do príncipe: se fosse bom demais, poderia aspirar a glória; por outro lado, se fosse ruim, poderia trazer a ruína ao senhor que o contratou. O condottiere poderia ainda “virar a casaca” no meio de uma batalha se recebesse uma oferta maior do outro lado. (NEVES: 2011, p.76)

Essa predominância de mercenários impedia que duas das principais características de um oficial moderno, disciplina e responsabilidade, estivessem presentes nas casernas naquele período histórico. Foi concomitantemente ao surgimento dos Estados nacionais na Europa moderna, que ficou evidente a necessidade de exércitos permanentes como garantia de defesa. Nesse momento, através do estabelecimento do controle estatal da atividade bélica que o militar profissional de carreira funcionário do Estado.

Huntington aponta a Prússia como a iniciadora da profissão militar no Ocidente. Antes da criação do Estado-Maior prussiano, no início do século XIX, não havia critérios regularizados para promoções e ingresso no oficialato. Os postos de oficiais eram ocupados in totum pela pequena nobreza rural, em razão da renda e do prestígio social do grupo. Na observação do autor, a profissionalização militar permitiu a qualquer indivíduo de qualidades e conhecimentos ocupar o posto mais elevado da corporação. Apesar de abolida a distinção de classe nos círculos militares, pode-se notar que o acesso ao oficialato continuou limitado aos grupos sociais de maior renda, dado os níveis de educação geral e específica requeridos. (NEVES: 2011, p. 77)

No caso dos países do Sul do continente, em geral, e do Brasil, em particular, sem colocar em discussão a visada de Huntington sobre as especificidades do militar profissional em geral, deve-se problematizar sua contribuição para a “teoria da modernização”. Enfatizando a questão da estabilidade política nos países do Sul, aponta o crescimento econômico desses países como causa de desordens de natureza política, contrapondo-se às considerações que veem justamente na modernização da economia elemento fundamental para a manutenção da ordem política.

Para Huntington, as transformações ocorridas nos países da chamada América Latina em meados do século XX, envolvendo fenômenos como urbanização, queda no analfabetismo e entrada em cena da indústria de comunicação de massa, fragilizaram as instituições tradicionais, ao mesmo tempo em que dificultavam a criação de novas formas para legitimar as novas relações sociais. Visitando criticamente esse posicionamento do autor em tela, diz o analista da questão:

Procurando justificar o apoio norte-americano dado às ditaduras militares anticomunistas nos países subdesenvolvidos, especialmente na América Latina, o estudioso considera que, nessas sociedades, a ordem política deveria preceder à democratização do sistema político. Assim, a função de controle da sociedade deveria ser exercida por cidadãos estranhos aos círculos políticos tradicionais, os militares. Somente os militares poderiam desempenhar o papel de agentes modernizadores. (NEVES: 2011,p. 78)

Nessa busca de um padrão que melhor se ajuste à segurança e à defesa dos Estados Unidos, o principal interesse não era o estudo das relações entre sociedade civil e militares e de como isso funciona em seu país. Na Ciência Política dos Estados Unidos, o estudo das relações entre civis e militares, e a consequente intervenção desses na política, tem como fulcro apenas os interesses estratégicos daquele país. (FIGUEIREDO: 1983, p. 2).

Em função disso, para Huntington, e os estudiosos influenciados por ele, o papel dos militares dos Estados Unidos e de seus aliados dos países centrais da Europa – integrados na cúpula da OTAN – assim como os militares da América Latina, da África e da Ásia, são examinados principalmente sob a égide dos interesses dos Estados

Unidos, segundo os parâmetros da época da Guerra Fria. Na América Latina, os interesses dos Estados Unidos explicitados desde 1823, com a Doutrina Monroe, não redundaram em desenvolvimento de preocupações nítidas com as questões de fundo sociopolítico dos países da região. Tênuve mudança dessa postura, acontecida mais recentemente, foi assim descrita por Eurico Figueiredo:

*O interesse dos círculos americanos pela América Latina foi sempre de natureza secundária, não somente em termos gerais, mas também, no que aqui interessa, em relação à participação militar na política. Foi somente depois do surgimento de Fidel Castro em Cuba que a região foi “descoberta” em termos de seu status geopolítico. Induzido pelos interesses do State Department, foi surgindo uma nova geração de cientistas sociais e historiadores para o ensino e a pesquisa da “realidade latino-americana”. Recursos abundantes logo chegaram aos que se dispunham a realizar seus estudos e pesquisas sobre a região. Nessas circunstâncias, a influência de Huntington – cujo livro seminal *The Soldier and the State* é de 1957 – é, portanto, anterior à Revolução Cubana – far-se-ia intermitentemente. (FIGUEIREDO: 1983, p.4)*

Nessa linha, é interessante observar que John J. Johnson²⁴, ainda muito influenciado por Samuel Huntington, e que chegou a exercer a chefia do *South American Branch-Division for The Americans Republic*, em 1952-53, teve grande influência nos estudos relativos à América Latina. Ele foi o autor de um livro lançado em 1964, em que os militares do continente eram propostos como os principais agentes da modernização. Em sua esteira, e na matriz inaugurada por Huntington, nas décadas de 60 e 70, verificou-se um verdadeiro *boom* de pesquisas voltadas para o entendimento da participação política dos militares de todo o chamado mundo subdesenvolvido e em particular da América Latina, principalmente de seu Cone Sul.²⁵ Shills (1962), McAlister (1964), Almond (1960), Coleman (1960), Janowitz (1964), Pye (1962) e outros.²⁶

²⁴ JOHNSON, J. J. *The Military and Society in Latin America*. Stanford: Stanford University Press, 1958.

²⁵ Cf. FERES 2004.

²⁶ Cf. FIGUEIREDO. 1983 id.ib.

1.4. Opção Teórica

Neste trabalho optou-se pela abordagem “instrumental”, conforme exposto acima. É preciso, entretanto, esclarecer melhor alguns dos seus aspectos e elementos mais importantes.

Destacado integrante do grupo de pensadores brasileiros dedicados a pesquisa do tema em tela, e ex-aluno de Miliband, em Oxford, Figueiredo (1980), estudou as manifestações de caráter geral na relação militares e Estado e aprofundou as questões específicas dessa relação no caso do Brasil. Para ele, as condições específicas da realidade histórica do Brasil conduzem à compreensão de que os integrantes das Forças Armadas – como membros de uma instituição de natureza estatal, e, portanto política – podem ter suscetibilidade às demandas políticas existentes na sociedade.

A importância das Forças Armadas no aparelho coercitivo do Estado cria condições de perceber que os membros da corporação possuem certo grau de autonomia, embora os militares profissionais tenham como característica ser a expressão do monopólio da violência estatal. Mas, concomitantemente, na medida em que os aparelhos do Estado possuem:

Tendo como principal papel a manutenção da unidade e a coesão de uma formação social que concentra e consagra a dominação de classe, e assim, a reprodução das relações sociais, isto é, das relações de classe, a corporação militar se mostra como representante das classes, que dão sustentação estrutural ao poder do Estado. A corporação militar é dotada de características particularizantes, que resultam de seu modo de organização e da especificidade das atividades profissionais desenvolvidas pelos militares profissionais.
(FIGUEIREDO:1980, p. 43)

Outro autor de grande influência sobre essa visada é Kaplan. Isso se deu principalmente em função da visão de “autonomia” relativa do aparelho estatal, ou de setores em seu interior. Para Kaplan (1974), primeiramente as formas superestruturais, especialmente o sistema político-institucional juntamente com o próprio Estado, não podem ser vistos como simples reflexos “ou epifenômenos” das circunstâncias no plano socioeconômico. Por esse raciocínio, não se deve analisar o sistema político-

institucional, assim como as demais instâncias ao nível da superestrutura, como se fossem simples reflexos do plano econômico. Sempre haverá uma certa margem de autonomia.

Os quadros do aparelho burocrático do Estado não se constituem em setor de classe, mas, isto sim, integram uma “camada social de natureza específica”, que surgiu precisamente da divisão da sociedade em classes, grupos e esferas de interesses particulares e conflitantes. Isso faz com que essa “camada social de natureza específica”, principalmente quando em conjuntura de estabilidade política, ou por outro lado, em conjuntura de agudização do conflito entre classes e/ou grupos, seja vista como responsável pela manutenção da divisão social que impulsionou seu surgimento. (KAPLAN: 1974).

A necessidade da existência dessa “camada social de natureza específica” surge, e, ao mesmo tempo justifica-se, pela premência de atendimento aos interesses pluriclassistas, policlassistas e interclassistas. Concomitantemente, ela se impõe – pela ação concreta – a uma ordem originada nas relações sociais básicas, que seja entendida e aceita como comum mas que, mesmo assim, está sob permanente ameaça dos múltiplos conflitos surgidos no interior dessa sociedade de classes.

Então, esses quadros funcionam como representação universal das classes e grupos que compõem a sociedade. Dessa forma, buscam justificar seu *status* privilegiado e a obtenção de um grau de relativa autonomia política, que pode levá-la, inclusive, a ousar se colocar contra interesses e reivindicações das classes e/ou grupos dominantes e/ou hegemônicos. O Estado pode estar sob controle tanto de uma classe, quanto de uma ou mais frações de classe ou bloco hegemônico. As disputas no interior desse bloco podem servir para ampliar os espaços de atuação política das classes subalternas. Em geral, o Estado procura arbitrar tais conflitos quando ameaçam enveredar para conjuntura que ponha em risco sua estabilidade.

Pelas características específicas de seu funcionamento e atribuições, o aparelho burocrático do Estado e seus integrantes cumprem um papel de regulação e mediação entre as classes e/ou grupos, estabelecendo, dessa forma, relações de poder, mesmo

sendo um papel subordinado e instrumental em que frequentemente acabam atuando como uma combinação de forças.

As condições geradas por esse quadro de relações complexas, acabam por determinar o que Kaplan chama de “normas pertinentes”. A disciplina, que os ritos que giram em torno da autoridade e conformismo dos indivíduos, são gerados pelo próprio sistema que os tem como pressupostos. Os servidores estatais têm por obrigação prestar lealdade ao exercício das funções exercidas como determinam as normas estabelecidas e as orientações geradas pelas expectativas de seus superiores hierárquicos na estrutura estatal.

Como compensação a esse comportamento, os integrantes do corpo de funcionários do Estado, de acordo com sua posição na hierarquia, responsabilidades e parcela de poder, serão premiados com aumento de renda, privilégios, prestígio e promoções. Os indivíduos e grupos que servem à burocracia estatal, ao mesmo tempo, servem-se dela e a utilizam como trampolim para melhorar de posição em seu interior e ascender social e economicamente.

Uma forte e complexa teia de articulações constrói uma relação de interdependência entre pessoas, mecanismos e as engrenagens que envolvem a esfera administrativa do Estado. Pertencer a esse corpo burocrático leva o indivíduo a envolver-se com tudo o que o abrange e constitui sua vida interna, suas tradições, valores, ritos e cerimoniais, jargão, atitudes, tipo de comportamento, *know-how* e saberes específicos.

Ainda segundo essa visão do papel dos servidores do Estado, essas condicionantes acabam por fazer com que o aparelho burocrático se constitua em ente diferenciado e núcleo autônomo de decisões e interesses, que podem até não coincidir, chegando até mesmo a divergir daqueles dos da sociedade e do próprio Estado. Isso porque, aos elementos correspondentes às estruturas e dinâmica do conjunto da sociedade, juntam-se características e tendências que são intrínsecas ao aparelho burocrático.

Isso se dá porque o aparelho burocrático não pode ser visto apenas como uma camada social, mas também é formado pelo corpo de especialistas que realiza as funções de caráter técnico e administrativo. Ao redor desse aparelho burocrático do Estado e também a partir dele, são criados e se multiplicam sistemas e subsistemas de poder, “núcleos e constelações de interesses” que acabam por forçar, quase que naturalmente e de forma permanente, o fortalecimento e expansão que estimulam continuamente a busca por uma posição de autonomia. Essa situação leva a que aparelho burocrático do Estado se articule como sistema de poder institucionalizado em torno do controle e exercício do conhecimento e de técnicas específicas. Essa estruturação é feita através de uma hierarquia vertical de autoridade e obediência, pressupondo a elaboração e execução de normas, decisões e atividades.

Figueiredo (1983), já de forma direcionada para a corporação militar, define o papel desempenhado pelo Estado.

Em suas formas mais desenvolvidas, ele teria surgido e se movimentado dentro de um determinado espaço territorial e progressivamente, nele, foi reivindicado o monopólio ‘físico’ da autoridade política suprema. No nível de seu exercício, o Estado concentrava-se na tarefa de institucionalização, legitimidade e consenso, educação e propaganda, organização coletiva e coesão social. No plano externo, as funções do estado referir-se-iam ao desenvolvimento das relações internacionais e a interdependência externa. (FIGUEIREDO: 1983, p. 6).

No continente latino-americano, foi muito diferente dos países centrais, nos quais a hegemonia burguesa resultou numa participação mais ativa de seus representantes no controle do aparelho do Estado. Isso levou à formulação da teoria da “autonomia relativa” para se explicar a atuação dos políticos profissionais, da burocracia e também dos integrantes da corporação militar. Essa posição conduz a um impasse teórico. Se a realidade social pudesse ser representada por um conjunto de todas as relações nela existentes – como se fosse um quebra cabeças em que a mudança de uma peça repercutisse em todo o conjunto –, poder-se-ia insistir na autonomia relativa de cada um dos diversos componentes dessa realidade social.

A confirmação de tal hipótese eliminaria toda e qualquer possibilidade de mudança. Isso obrigaria a que a realidade social fosse entendida como entidade orgânica

cujos componentes deveriam ser identificados e analisados apenas por sua função específica. Por outro lado, quando se optasse a *priori* por uma instância teórica qualquer, haveria o risco de o que se pretendia uma representação da realidade ser reduzido a uma mera interpretação mecanicista. O resultado seria a perda do caráter específico da política, na medida em que tal transformação significaria uma mudança do campo específico da Economia para o da Política e ideologia.

Ou seja, tal pressuposto teórico seria incapaz de entender o complexo liame estabelecido entre o Estado e a estrutura de classes, além das sofisticadas articulações estabelecidas com as variadas funções de caráter singular do campo da política. Em síntese, perder-se-ia de vista a estrutura política, que engendra e dá sustentação ao Estado.

Já quando o fenômeno estatal é analisado a partir do modo de produção, ele passa a ser melhor compreendido na medida em que é justamente o modo de produção que determina as relações econômicas, políticas e culturais situadas em seu interior. Nesse caso, a análise partirá de uma categoria abstrata, de caráter formal, podendo servir como base para a pesquisa empírica. Essa conceituação dá prioridade ao econômico, nos casos em que nas instâncias determinadas pelo nível político-ideológico o conjunto dos aparelhos estatais mantenha preservadas suas características específicas.

Embora seja também uma categoria abstrata, o modo de produção dá conta da totalidade do mundo real. É justamente por se referenciar na totalidade da vida concreta que o conceito de modo de produção necessita alcançar um elevado nível de abstração. Entendendo-se essa questão que envolve a totalidade, obrigatoriamente num nível de grande abstração, promove-se o movimento inverso. Ela, totalidade, pode ser analisada no nível da vida concreta, com todas as formas de mediação daí derivadas.

Cada uma dessas mediações necessita de certo grau de autonomia para que possa ser percebida como objeto de análise. Um exemplo podem ser os mais diversos pactos socioeconômicos, políticos e históricos. Na medida em que forem sendo desenvolvidas todas as mediações que devem se revelar as mais concretas e pertinentes dentro da medida das possibilidades existentes, poder-se-á fazer uma análise real da situação concreta.

Com isso, têm-se as condições necessárias para se obter informações com alto grau de concretude e especificidade para as perguntas relacionadas com a formação social que se pretende estudar (tendo-se na devida conta que também o conceito de formação social envolve um grande nível de abstração). Evidentemente, quanto mais ampla for a análise empírica, melhores ainda serão as possibilidades abertas à exploração do conceito de totalidade, do modo de produção enfocado, da formação econômico-social, tudo isso gerando uma melhor análise da situação concreta. Ou seja, a construção do bloco social hegemônico e a compreensão das disputas por hegemonia em seu interior.

No caso, quando se analisa o Estado, tendo-se clara a questão (de resto extensiva a todas as demais instâncias) de sua autonomia relativa, relacionada em última instância com os aspectos que envolvem sua determinação tanto do ponto de vista econômico, quanto social e histórico; essa autonomia relativa pode e deve ser melhor compreendida quando é analisada sob o prisma estabelecido pela conceituação de modos de produção e formação social. Isto é, num quadro teórico em que se adotem as formas conceituais que trabalhem de forma privilegiada com a totalidade do Estado como instância dotada de especificidade própria. Nos termos utilizados pelo autor em lide, melhor fica indicada, conclusivamente, a concepção que aqui se denominou “instrumental”:

Nas colocações de Marx (e de Engels) passa a compreensão de que os militares não são meros servos do Estado, burocratas armados sem ideologias. Eles não podem ser pensados à margem da política, como organizações que podem ser e defendem interesses próprios. Falar no papel dos militares é ter como referência seu “contexto vivido”, o Estado. No entanto, é preciso atentar: os militares, em decorrência de suas atividades peculiares, desenvolvem identidade e modo de estruturação interna que lhes conferem especificidade própria como “categoria social”. Uma das tarefas da posteridade marxista tem sido justamente esta, a de pensar, mais sistematicamente, sobre as características particularizantes da organização militar, de certo modo relegadas pela análise marxista clássica. É que os militares, embora dependentes do Estado, podem revelar relativa autonomia política em determinados momentos das formações sociais concretas. O alcance desta autonomia, e o modo como ela se dá, depende, em cada caso concreto, da explicação empiricamente fundamentada.(FIGUEIREDO: 1983, pp.93-94).

1.5. Conclusão

Neste capítulo, trabalhou-se, primeiramente, com uma contextualização do quadro em que se desenvolveram as relações entre os militares envolvidos na escolha do modelo de desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil e o Estado brasileiro que, em última análise, foi o agente de tal escolha.

Em seguida, analisaram-se os dois principais modelos disponíveis para desenvolver esse estudo, necessário para a compreensão do papel dos militares em geral e do personagem central deste trabalho, o Marechal Horta Barbosa. Um foi o “instrumental” e o outro foi o “institucional-organizacional”, cujo principal inspirador foi o cientista político estadunidense Samuel Huntington.

O passo seguinte foi a explicitação da inadequação do modelo institucional-organizacional (“*huntingtoniano*”) aos objetivos do presente trabalho e da opção pela concepção instrumental, tendo em vista a consideração de que tais estudiosos, citados na introdução deste capítulo, foram bem sucedidos na adaptação para a realidade brasileira, e mais particularmente para o estudo das relações entre os integrantes da corporação militar e o Estado no qual estão inseridos, das teorias desenvolvidas por cientistas políticos europeus.

É justamente sob a influência de tal visada teórica, particularmente na vertente desenvolvida por Figueiredo, que se enquadrará o estudo da participação militar em geral, e em particular, do Marechal Horta Barbosa, na questão da luta pelo monopólio estatal do petróleo no Brasil dos anos 40 e 50 do século passado.

2º CAPÍTULO

A TRAJETÓRIA DE HORTA BARBOSA E SUA LUTA PELA PETROBRAS

*O petróleo pertence à Nação que há de dividi-lo,
igualmente, por todos os seus filhos.*

Horta Barbosa

2. 1. Introdução

O Marechal Julio Caetano Horta Barbosa notabilizou-se como uma das lideranças (se não a principal) da defesa do monopólio estatal entre os militares e também na sociedade, através da campanha *d'O Petróleo é Nosso*. O estudo de sua trajetória torna-se fundamental, assim, para o entendimento da relação entre as posições que assumiu ao longo de sua atuação profissional e política, fora e dentro de sua corporação profissional.

Este capítulo se divide em três seções. A primeira trata de sua origem familiar, formação, carreira e influências intelectuais e políticas. A segunda relata sua atuação em defesa da tese do monopólio estatal do petróleo, com as ideias expressas em suas conferências no Clube Militar (onde foi exposta a tese do monopólio estatal do petróleo desde então conhecida como Tese Horta Barbosa). A terceira trata da atuação dos militares favoráveis à campanha *d'O Petróleo é Nosso*, de seu embate com os que, no interior da corporação e em outros espaços do aparelho governamental e da sociedade civil, defendiam a posição contrária e mais especificamente do papel desempenhado por Horta Barbosa nessa disputa.

Ilumina esta parte o capítulo anterior, relativo às considerações teóricas e conceituais concernentes às relações entre civis e militares a partir do ponto de vista instrumental.

2.2. Trajetória e Influências

Julio Caetano Horta Barbosa nasceu em oito de maio de 1881, em Pinheiro, atual Pinheiral, estado do Rio de Janeiro. Era filho do engenheiro ferroviário José Caetano Horta Barbosa e de Bárbara Bueno Horta Barbosa. O pai, responsável pela construção do ramal ferroviário entre Barra Mansa (RJ) e Bananal (SP), morreu quando ele tinha sete anos. Foi vítima de um atentado contra o coronel da Guarda Nacional Pedro Ramos Nogueira, em meio às disputas entre oligarquias da região.

Passou a residir com a mãe e os nove irmãos na cidade de Leopoldina, na Zona da Mata de Minas Gerais (terra da família) e logo em seguida mudou-se para a vizinha Juiz de Fora, onde permaneceu até 1894. Então mudou-se para o Rio de Janeiro, onde estudou no Colégio Pedro II (então chamado Ginásio Nacional) que, naqueles primeiros anos de regime republicano, possuía um quadro de professores ligados ao Positivismo.(LINS: 2009, p. 337).

Sua família fazia parte da chamada elite letrada do Segundo Império.²⁷ Essa elite era formada por engenheiros (como seu pai), médicos, bacharéis em Direito, que retornavam dos estudos na Europa. Toda essa elite intelectual foi fortemente influenciada pelo Positivismo. Era, também, abolicionista e republicana. A herança positivista trazida do berço, reforçada nos bancos do Pedro II (chamado de Ginásio Nacional naqueles primeiros anos de República), encontrou no Exército o terreno fértil para se consolidar mais ainda.

²⁷ Pizzaro Jacobina, páginas 8 e 9, fala das ligações dos Horta Barbosa e dos Bueno(família da mãe) com o positivismo, dando diversos exemplos. Ivan Monteiro de Barros Lins também cita diversos parentes do Marechal.Seus descendentes confirmaram nas entrevistas a forte ligação de seus antepassados mineiros com o Positivismo. Entre os integrantes dessa “elite” citados por Lins estão: Ernesto de Otero, formado em engenharia civil em Karlsruhe, construiu ferrovias no Rio Grande do Sul, os portos de Paranaguá e Rio Grande. Muito ligado a Julio de Castilhos e Demétrio Ribeiro, também trabalhou no governo de Floriano Peixoto, exercendo o comando do 6º Distrito Militar, no Rio Grande do Sul, durante o movimento insurrecional conhecido como Revolução Federalista; Américo de Viveiros, maranhense, formado na Escola Politécnica, participou da construção da Estrada de Ferro Sapucaí, depois transformada na Rede Mineira de Viação, e foi um dos pioneiros da química no País, tendo sido o criador da primeira fábrica de cerveja de baixa fermentação do Brasil. Pode-se falar, ainda, de Demétrio Ribeiro, Édson Passos (primeiro presidente do Clube de Engenharia), Luis H. Horta Barbosa, Saturnino de Brito (primeiro engenheiro sanitário do Brasil) e Trajano de Medeiros, quase todos engenheiros.(LINS: 2009)

Sentou praça em 1897, com dezesseis anos incompletos. Era aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, tida como reduto do Positivismo e do Florianismo. Fazia pouco tempo que lá se formara a ‘mocidade militar’ e todo o corpo de oficiais militares que se bateram pela abolição do regime escravagista e pela substituição do regime monárquico pelo republicano. Essa ‘mocidade militar’ teve importância fundamental na fundação do Clube Militar, na abolição da escravatura e na instalação do regime republicano, sob a liderança de Benjamin.²⁸

Foram os militares dela egressos que sustentaram e consolidaram o regime republicano, sob a liderança de Floriano Peixoto, também um ex-aluno e discípulo de Benjamin Constant. Foram também integrantes da ‘mocidade militar’ e seus herdeiros que formaram as hostes do florianismo no interior da corporação castrense. O próprio Horta Barbosa participou de pelo menos dois episódios de rebeldia, identificados com essa tradição ligada ao Positivismo e ao Florianismo.²⁹ O primeiro, quando Prudente de Moraes, temendo os florianistas da Escola Militar da Praia Vermelha, ordenou que eles fossem desarmados. O segundo, quando da Revolta da Vacina.³⁰ Lá participou ativamente das agitações dos cadetes insatisfeitos com os rumos da República. Como punição, foi enviado para combater em Canudos, de onde voltou gravemente ferido.

Em fevereiro de 1898, recuperado dos ferimentos, voltou para a escola. Foi promovido a alferes e, logo em seguida, a cabo e a sargento.³¹ Em 1899, ingressou na Escola Preparatória e Tática de Realengo, de onde foi para a Escola Militar do Brasil, já no posto de alferes-aluno.³² Em 1904, Horta Barbosa aderiu à Revolta da Vacina.³³ Com isso, foi desligado da Escola Militar, aprisionado e submetido ao Conselho de Guerra. No ano seguinte, foi anistiado, juntamente com todos os seus colegas de Escola.

²⁸ Como ficaram conhecidos os alunos das escolas militares e a jovem oficialidade nelas formada que seguiam a liderança de seu professor Benjamin Constant Botelho de Magalhães, a quem chamavam de “amado mestre”.

²⁹ Arsênio E. Corrêa identifica esses militares positivistas com o jacobinismo. Para ele eles seriam “intolerantes” com todos os que se opunham a sua ideia de República. (CORRÊA: 1997, p. 100).

³⁰ Movimento contra a vacinação obrigatória da população do Rio de Janeiro, decretada pelo governo Rodrigues Alves. Entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904 a cidade virou uma praça de guerra, onde populares, positivistas e os alunos da Escola Militar, enfrentaram a polícia e tropas do Exército e da Marinha.

³¹ Posto situado entre o de soldado raso e o de cabo. Com as modernizações por que passou o Exército Brasileiro nos anos seguintes, deixou de existir.

³² O posto de alferes (também extinto no Exército Brasileiro) equivalia ao de segundo-tenente. No caso do alferes-aluno, a analogia deve ser feita com a patente de aspirante.

³³ A revolta reuniu populares, classes médias e os cadetes da Escola Militar, além de outros militares ligados ao Positivismo e ao Florianismo.

Em seguida, concluiu os cursos de Engenharia e Estado-Maior, que então significavam o Bacharelato em Ciências Físicas e Matemáticas. Formou-se na Escola de Artilharia e Engenharia de Realengo, aos 26 anos, em 1907.

Sua primeira missão como oficial, na qual permaneceu por dez anos, pode ter servido para solidificar as posições herdadas da família, do Colégio Pedro II e da Escola Militar. Serviu sob o comando de Cândido Rondon. Um dos “discípulos” de Benjamin e “florianista” convicto, Rondon foi muito ligado a Benjamin Constant, tendo sido um dos signatários dos documentos conhecidos como ‘Pactos de Sangue’, e certamente foi de grande influência para Horta Barbosa.³⁴

O longo período em que permaneceu na Comissão Rondon foi fundamental para a complementação de sua formação como militar e cidadão. Essa importante experiência está retratada em suas anotações pessoais e também em sua Folha de Alterações.³⁵

³⁴ Documentos assinados pela ‘mocidade militar’ comprometendo-se a dar a vida em defesa dos ideais representados pelo ‘amado mestre’. Mesmo depois de proclamada a República, os integrantes da ‘mocidade militar’ continuaram delegando a Benjamin Constant os destinos do movimento por eles iniciado, como demonstra documento cuja cópia, ofertada pela família de Benjamin Constant a Horta Barbosa, está no arquivo Horta Barbosa do CPDO-FGV-RJ. Cód.HB div. 1919. 06.04. A ligação entre Horta Barbosa e Cândido Rondon é notável. Pode ser percebida em praticamente todos os trechos do presente trabalho. Fato pouco conhecido, que demonstra que as divergências entre Horta Barbosa e Juarez Távora (seu oponente na disputa em torno do modelo de política para o petróleo) eram antigas e profundas, está registrado no anexo. Essa ligação Horta Barbosa/Rondon/Benjamin, que reforça a trajetória de Horta Barbosa como elo entre oficiais republicanos e nacionalistas de meados do século XX também pode ser esclarecida em LINS (2009). Falando sobre a importância de Benjamin Constant e de seu substituto Roberto Trompowsky para o Positivismo no Brasil, cita a revista *Família Acadêmica*, editada pelos alunos da Escola Militar, como Cândido Rondon, Lauro Miller, os irmãos Licínio, Saturnino e Anibal Cardoso, Euclides da Cunha, Tasso Fragoso e muitos outros. Essa ligação é ainda mais enfatizada em outro trecho em que Lins lista oficiais positivistas, todos discípulos de Benjamin Constant. Cita novamente Cândido Rondon, e mais Lauro Sodré, José Bevilacqua, Tasso Fragoso, Ximeno de Villeroi, Antonio Pereira Prestes (pai do futuro líder dos “tenentes” Luis Carlos Prestes), Eliseu Montarroyos, Francisco Bueno Horta Barbosa, Manuel Rabelo, Djalma Poli Coelho e Nicolau Bueno Horta Barbosa. Entre os oficiais da Marinha, o destaque é Álvaro Alberto, especialista em Química e explosivos, pioneiro na questão da energia nuclear em nosso País e organizador do Centro de Estudos de Energia Atômica. (LINS: 2009 e VIVEIROS: 1969) O próprio Cândido Rondon informou que Benjamin Constant o indicou para lecionar na Escola Militar e que, em 1893, manifestou a intenção de retornar de sua missão no sertão para participar da resistência comandada por Floriano Peixoto ao levante da Esquadra, chefiado pelos Almirantes Custódio de Melo e Saldanha da Gama. Cândido Rondon, ao confirmar sua ligação com os militares da família Horta Barbosa, também dá mostras de seu apreço pelos diversos comandados, Nicolau, Francisco (que morreu sob seu comando), Luis e Julio Caetano (VIVEIROS: 1969.)

³⁵ Nos anexos deste trabalho estão cópias das anotações que Horta Barbosa fazia em cadernetas por toda a sua carreira. Esses “diários” foram gentilmente cedidos por seus familiares. Também nos anexos estão disponíveis os registros de sua Folha de Alterações (onde são arquivadas todas as ocorrências da carreira de um militar) que se encontra no Arquivo Histórico do Exército.

Outro integrante da ‘mocidade militar’ que teve ligação com Horta Barbosa foi o Marechal João de Albuquerque Serejo, como mostra correspondência de 19 de março de 1942. Nela, João de Albuquerque Serejo, dirige-se a Horta Barbosa como “camarada e amigo”, coloca-se como “discípulo” de Benjamin Constant e agradece pela colocação do nome do “mestre” em um avião doado ao Aeroclube de Bauru, São Paulo.³⁶ Essa carta foi simbolicamente endereçada para Horta Barbosa, num dia 15 de novembro, de 1939, e junto com ela, Horta Barbosa recebeu dos descendentes de Benjamin Constant um dossiê contendo cópias de documentos importantes da história da fundação da República.³⁷

No dossiê, hoje no arquivo Horta Barbosa do CPDOC-FGV, estão entre outros documentos históricos, a carta de 21 de outubro de 1889, em que o Marechal Deodoro da Fonseca transferiu a Presidência do Clube Militar para Benjamin Constant, e a carta de Quintino Bocaiúva, de 24 de outubro de 1889, em que o líder civil republicano solicitou a marcação de uma reunião com Benjamin Constant. Também está no dossiê o documento reservado assinado pelo Brigadeiro Antonio José do Amaral, Barão de Itaipu, endereçado ao Marechal Floriano Peixoto, em 30 de outubro daquele mesmo ano, que relata, com preocupação, as homenagens feitas pelos estudantes da Escola Militar da Praia Vermelha a Benjamin Constant, quando da recepção aos militares chilenos do navio *Almirante Cochrane*.

Também está no referido dossiê a ata da Assembleia do Clube Militar, de nove de novembro de 1889, que deu a Benjamin Constant plenos poderes para buscar a solução para a crise política do País, o que ele prometeu “fazer dentro de alguns dias”. Ainda constam os diversos manifestos assinados por oficiais e alferes-alunos (a ‘mocidade militar’), declarando fidelidade a Benjamin e conclamando-o a liderá-los. Esses manifestos passariam à história como os “Pactos de Sangue”.

³⁶ A cópia da carta do Marechal João de Albuquerque Serejo, em nome da família de Benjamin Constant, de quem era genro, endereçada a Horta Barbosa, se encontra no arquivo Horta Barbosa no CPDOC-FGV. Cód. HB div. 1919. 06.04.I 37.

³⁷ Idem.

Ainda na carta endereçada a Horta Barbosa com o dossiê, os descendentes de Benjamin Constant afirmam que, para eles, o general é “fiel seguidor e continuador dos ideais” do líder da ‘mocidade militar’.

Em 1921, chegou ao posto de major e fez os cursos promovidos pela Missão Francesa.³⁸ Em 1926, foi promovido para a patente de tenente-coronel. Depois de ter exercido o posto de engenheiro-chefe da Estrada de Ferro Norte do Brasil, foi promovido a coronel em 1930. Em seguida, assumiu o posto de comandante do 1º Batalhão Ferroviário do Rio Grande do Sul, onde dirigiu a construção da linha férrea entre Jaguarão e Passo Barbosa.³⁹ Na Revolução de três de outubro de 1930, que apoiou, foi o único comandante de tropa em todo o estado do Rio Grande do Sul que não foi deposto pelos comandados.

Quando da sublevação liderada pela oligarquia paulista, entre os meses de julho e outubro de 1932, integrou as forças leais ao governo de Getúlio Vargas, como comandante da Engenharia do Exército do Sul. Em agosto do ano seguinte, chegou ao generalato, com a promoção a patente de general de brigada.⁴⁰ Assumiu, em seguida, o comando da 3ª Brigada de Infantaria, em São Paulo. Em 1934, foi transferido para o Pará, assumindo o comando da 8ª Região Militar, sediada em Belém. Voltou, então, a atuar com Rondon, ajudando a encontrar uma solução pacífica para o Conflito de Leticia.⁴¹

Começou, então, seu embate por uma solução para a questão do petróleo no Brasil, quando, em 1934, assumiu a Diretoria de Engenharia do Exército, onde elaborou o primeiro relatório relativo à questão. Em seguida, foi transferido para o Estado-Maior, onde exercendo interinamente a chefia fez novo e decisivo relatório que resultaria na

³⁸ A Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro, comandada pelo célebre General Maurice Gamelin, foi encarregada (após convênio assinado entre os governos francês e brasileiro) de modernizar o Exército Brasileiro, que a partir de então passou a ser praticamente moldado segundo os padrões determinados pelo Exército Francês. A presença da Missão Militar Francesa estendeu-se de 1919 até finais de 1939.

³⁹ Anotações em seus diários referentes a esse período e também registros na Folha de Alterações estão nos Anexos.

⁴⁰ Embora muitos autores acatem a propaganda conservadora e chamem o levante de 1932 de “Revolução Constitucionalista”, neste trabalho, optou-se pela análise que considera aquele movimento um levante dirigido pelas oligarquias de São Paulo, descontentes com a perda de poder político provocado pela vitória da Revolução de 1930.

⁴¹ Disputa entre o Peru e Colômbia que reivindicavam a posse da região de Leticia, situada próxima à fronteira brasileira com esses dois países.

criação do Conselho Nacional do Petróleo, alguns anos depois. No mesmo período, foi eleito, em 1935, para a Vice-Presidência do Clube Militar, na chapa que teve como presidente o General João Guedes da Fontoura. Concomitantemente, exerceu a presidência da Comissão de Regulamentação do Serviço de Proteção aos Índios. Ainda em 1935, com a renúncia do General João Guedes da Fontoura, assumiu a presidência do Clube Militar.⁴²

Em três de dezembro de 1935, Horta Barbosa foi convocado pelo Ministro da Guerra, General João Gomes Ribeiro Filho, para a reunião dos generais, realizada no Rio de Janeiro, que discutiu punições para militares acusados de terem participado dos levantes inspirados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), no Rio de Janeiro, em Recife e em Natal.⁴³ e ⁴⁴ ainda nessa linha, em 1937, por divergências com a cúpula militar, renunciou à presidência do Clube Militar. Foi substituído pelo General Góis Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército.⁴⁵ Na mesma época, quando o Presidente Getúlio Vargas consultou generais sobre a intervenção no Rio Grande do Sul, com a destituição de Flores da Cunha, Horta Barbosa mostrou discordância.⁴⁶ e ⁴⁷ Mesmo assim, em 1938, Getúlio Vargas decidiu criar o Conselho Nacional do Petróleo e nomeou Horta Barbosa para ser o primeiro presidente do órgão. Foi quando estava no

⁴² Quando o General João Guedes da Fontoura renunciou a presidência do Clube Militar, por ter sido designado para o comando da 5ª Região Militar, sediada em Curitiba, Horta Barbosa foi confirmado na presidência, para cumprir o mandato previsto para terminar em maio de 1937.

⁴³ Autores que estudaram com profundidade o tema consideram, que em 1935, ocorreu uma série de levantes inspirados pela Aliança Nacional Libertadora (ANL), e não só um levante simultâneo nas cidades do Rio de Janeiro, Natal e Recife. Essa é, por exemplo, a posição de VIANNA (2010). CASTRO (1995) também faz referência a levantes e não levante.

⁴⁴ Segundo a Profa. Dra. Luitgarde Oliveira Cavalcanti Barros (em entrevista efetuada por correio eletrônico), em pesquisa realizada por ela no Arquivo Histórico do Exército teria tido acesso a ata da reunião dos generais. No trecho com a intervenção de Horta Barbosa estaria registrada sua posição firme em defesa de militares punidos, como por exemplo o professor do Colégio Militar Isnard Dantas Barreto (elogiado por Néelson Werneck Sodré em “Memórias de um Soldado”).

⁴⁵ A Carta de renúncia, dirigida ao vice-presidente, General Pedro A. Cavalcanti de Albuquerque, é de 13 de janeiro de 1937, mas quase um ano antes, em 14 de maio de 1936, Horta Barbosa já havia enviado outra carta aos diretores do Clube Militar em que coloca a impossibilidade de continuar exercendo a presidência da entidade “sem a ameaça constrangedora de a ver deslustrada”. Os originais das duas cartas estão no arquivo Horta Barbosa do CPDOC-FGV, Cód. HB 36-05-14.

⁴⁶ A intervenção no Rio Grande do Sul, da qual Horta Barbosa teria discordado, foi uma medida (como ficaria claro logo em seguida) preparatória da instalação da ditadura do Estado Novo. Esta informação consta do verbete sobre Julio Caetano Horta Barbosa, LEMOS (2001) no Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, do CPDOC-FGV, página 510.

⁴⁷ A Carta de renúncia, dirigida ao vice-presidente, General Pedro A. Cavalcanti de Albuquerque, é de 13 de janeiro de 1937, mas quase um ano antes, em 14 de maio de 1936, Horta Barbosa já havia enviado outra carta aos diretores do Clube Militar em que coloca a impossibilidade de continuar exercendo a presidência da entidade “sem a ameaça constrangedora de a ver deslustrada”. Os originais das duas cartas estão no arquivo Horta Barbosa do CPDOC-FGV, Cód. HB 36-05-14.

exercício da presidência do CNP, em 1940, que foi promovido a General de Divisão, mais alto posto do Exército na época.⁴⁸

Contudo, prosseguiu divergindo da ditadura do Estado Novo. Nessa linha, em 1942, ajudou seu amigo General Manuel Rabelo a criar a Sociedade dos Amigos da América, com o objetivo de defender a participação do Brasil ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial. Manuel Rabelo também era positivista e havia servido na Comissão Rondon. O próprio Rondon integrou a diretoria.

No programa da entidade, destacavam-se a defesa do envio de tropas brasileiras para combater o nazi-fascismo na Europa, o enfrentamento com os elementos ligados aos países do Eixo no Brasil, formação de uma frente nacional antifascista, liberdades públicas e individuais, concessão de anistia ampla e fortalecimento da solidariedade pan-americana e das relações com os aliados, em particular com a União Soviética. No dia previsto para a posse da diretoria, a polícia invadiu a sede do Automóvel Clube e a entidade teve seu funcionamento proibido.⁴⁹

Outra forte influência sofrida por Horta Barbosa foi a dos nacionalistas dos países vizinhos.⁵⁰ Essa influência fica nítida na luta de Horta Barbosa, que redundou na criação do Conselho Nacional do Petróleo. Já na presidência do CNP, ele ampliou esses contatos e viagens ao Uruguai e à Argentina, tirando daí muitos dos pontos da argumentação pró-monopólio estatal do petróleo utilizados em suas palestras no Clube Militar.⁵¹

Entre esses nacionalistas, o que teve mais peso junto a Horta Barbosa foi certamente o General Enrique Mosconi, (Buenos Aires, 21 de fevereiro de 1877/ Buenos Aires, quatro de junho de 1940), ele fundou e presidiu a estatal argentina YPF.⁵² Essa foi a primeira empresa desse tipo no continente, criada em 1922, depois de uma luta iniciada ainda em 1910 na qual as multinacionais do setor e parte importante da

⁴⁸ Folha de Alterações nos Anexos.

⁴⁹ Segundo dados obtidos em pesquisa no CPDOC-FGV.

⁵⁰ GARCINDO DE SÁ (2000: p.7), comentando as viagens que Horta Barbosa fez ao Uruguai e Argentina quando presidente do CNP, afirma que a “influência das observações realizadas foi marcante” e do “impacto da implantação e dos efeitos das atividades” da ANCAP e da YPF.

⁵¹ Foi após as palestras de Horta Barbosa no Clube Militar que a campanha “d’O Petróleo é Nosso” se organizou e ganhou as ruas e praças de todas as regiões do Brasil até a criação da Petrobras.

⁵² Dirección General de Yacimientos Petroliferos Fiscales.

elite do país se empenharam para impedir sua concretização.⁵³ Mosconi recusou-se a colaborar com o governo durante a chamada ‘década infame’. Empenhou-se em difundir a defesa do monopólio estatal do petróleo nos países vizinhos.⁵⁴ Entre 1927 e 1928, percorreu a América Latina, informando sobre a experiência argentina e defendendo que os países da região elaborassem leis para proteger seus interesses contra as multinacionais do setor. Também faziam parte da pregação de Enrique Mosconi a adoção de medidas coordenadas dos países do continente e que o monopólio estatal fosse colocado a serviço do desenvolvimento econômico, industrial e social de cada uma dessas nações.

Entre Mosconi e Horta Barbosa superpunha-se uma série de pontos de convergência. Os dois eram filhos de engenheiros ferroviários. Os dois eram engenheiros. A influência das ideias defendidas pelo nacionalista argentino sobre o pensamento (e a ação) do brasileiro são claras nas declarações de Mosconi quando fala sobre a necessidade do monopólio privativo do Estado:

*No queda otro camión que el monopolio del Estado pero en forma integral, es decir, en todas las actividades de esta industria: la producción, la elaboración, el transporte y el comercio (...) sin monopolio del petróleo es difícil, diré más, es imposible para un organismo del Estado vencer en la lucha comercial las organizaciones del capital privado. (...)*⁵⁵

Ou ainda nas declarações feitas no contexto do duro combate travado pela YPF, presidida por ele desde a fundação, diante das pressões das grandes multinacionais do petróleo, quando afirmou que era necessária:

⁵³ Os setores tradicionais dos grandes proprietários de terras, ligados à exportação de carne, as lideranças políticas conservadoras a eles ligadas e também a imprensa.

⁵⁴ A década infame teve início com o golpe civil-militar (articulado pelas embaixadas dos Estados Unidos e do Reino Unido – como no futuro o golpe que derrubou o nacionalista Mossadegh, no Irã) que derrubou, em seis de setembro de 1930, o presidente eleito democraticamente, Hipólito Yrigoyen (12/07/1852-03/07/1933) e colocou no poder o General direitista José Félix Uriburu (20/07/1868-29/04/1932). Após os governos dos Generais Justo, Ortiz e Castillo, o período foi encerrado em 1943, quando esse grupo de militares foi derrubado do poder pela ação empreendida pelo GOU – Grupo de Oficiais Unidos – uma facção nacionalista liderada pelos generais Arturo Rawson, Pedro Pablo Ramirez e Edelmiro Ferrez. Juan Domingo Perón era integrante do GOU e foi eleito, em eleições democráticas, em 1946. Quem deu o nome a esse período da história argentina foi o historiador José Luis Torres.

⁵⁵ Biografia do General Enrique Mosconi. Disponível em: http://es.wikipedia.org/wiki/Enrique_Mosconi. Acesso em três de março de 2014.

*Una magnífica insensibilidad a todas las solicitudes de los intereses privados concordantes o no con los intereses colectivos, pero sobre todo hace falta un poder político capaz de contener todas las fuerzas opuestas.*⁵⁶

Também quando fala sobre sua perplexidade diante da posição dos seus compatriotas que defendem o interesse das grandes companhias controladas pelo capital internacional, as palavras de Enrique Mosconi, são idênticas às pronunciadas por Horta Barbosa em suas palestras e declarações durante a campanha “d’O Petróleo é Nosso”.

*Resulta inexplicable la existencia de ciudadanos que quieren ajénar nuestros depósitos de petróleo acordando concesiones de explotación al capital extranjero, para favorecer a éste con las crecidas ganancias que de tal actividad se obtiene, en lugar de reservar en absoluto tales beneficios para acrecentar el bienestar moral y material del Pueblo argentino. Porque entregar nuestro petróleo es como entregar nuestra bandera.*⁵⁷

Horta Barbosa também desenvolveu relações de parceria com os uruguaios da ANCAP⁵⁸. A fundação da ANCAP, em 15 de outubro de 1931, também foi claramente influenciada por Enrique Mosconi.⁵⁹ O processo legislativo de adoção do monopólio estatal da indústria petrolífera no Uruguai foi liderado pelos deputados José Batlle Berres e Gonzales Lidart. O futuro primeiro presidente da ANCAP, Eduardo Acevedo, também desempenhou papel importante.

Em seus estudos, Horta Barbosa descobriu que, assim como na Argentina, a pressão sofrida pelos nacionalistas uruguaios foi também intensa. As grandes empresas petrolíferas internacionais chegaram a recusar a venda de óleo cru para o país, que teve de recorrer ao fornecimento de petróleo bruto importado da União Soviética, para colocar em funcionamento a refinaria de La Teja.⁶⁰ Os grandes jornais, ligados aos

⁵⁶ Idem.

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland.*

⁵⁹ O General Henrique Mosconi reuniu-se para examinar essa questão com o Ministro da Indústria uruguaio, Edmundo Castillo, em 1929.

⁶⁰ A refinaria construída pela ANCAP para que o país parasse de importar os derivados industrializados do petróleo.

interesses econômicos associados ao mercado externo e aos políticos conservadores, faziam violentas acusações aos nacionalistas uruguaios ligados ao batllismo.⁶¹

Matéria do diário montevidiano *La Republica*, de 16 de dezembro de 2013, reproduziu trechos de editorial do jornal uruguaio *La Tribuna Popular*, edição de 18 de outubro de 1931.⁶²

*El batllismo, si no se pone cotos a sus atropelos nos conducirá al soviétismo. El monopolio de la industria de los combustibles, es acabadamente leninista y no sólo atenta el derecho inalienable de la iniciativa particular, sino que sembrará desconfianzas que impedirán la implantación de nuevas industrias, con grave perjuicio a nuestra economía. (...) ¿quién será el guapo que se atreva a establecer una nueva industria bajo la vehemencia monopolizadora del batllismo? (...) A esto nos conducirá el soviétismo batllista, que no há echo otra cosa, que fomentar en todo el curso de su actuación pública, con fines electorales, la empleomania...*⁶³

O que fica claro a respeito das influências pessoais, intelectuais e profissionais que foram determinantes para a trajetória e as posições assumidas pelo Marechal Julio Caetano Horta Barbosa é que ele foi formado no seio do Positivismo brasileiro. Essa influência se solidificou na Escola Militar e nos cursos subsequentes até sua formação como oficial, já que parte considerável de seus chefes, professores e colegas se empenhava em dar ao regime republicano as características pretendidas por Benjamin Constant, Floriano Peixoto e seus companheiros e seguidores nos momentos finais do Império, na transição deste para a República e nos dois primeiros governos.⁶⁴

⁶¹ O batllismo é referente às ideias e práticas de José Batlle y Ordoñez(01/05/1856-20/10/1929), que governou o Uruguai de 1903 a 1907 e de 1911 a 1915. Filho do também ex-Presidente Lorenzo Batlle (10/04/1810-10/04/1887) que governou o país entre 1868 e 1872, José Batlle, defendia o controle da economia pela ação de monopólios estatais e a criação de leis sociais amplas. Considerava que essas medidas criariam uma sociedade de classes médias amparadas por uma economia pujante e um Estado protetor, intervencionista e redistribuidor das riquezas. O batllismo também significou a virada dos setores urbanos sobre o elemento rural.

⁶² O texto do *La Republica* fala sobre os 75 anos da ANCAP. É de autoria de Ruben Borrazas, e cita o *La Tribuna Popular*, jornal ligado aos setores mais conservadores do Partido Nacional. Destacando que nos primeiros 30 anos do século XX, o Uruguai viveu uma etapa de mudanças de caráter transcendental, “que se manifestaram em conquistas econômicas, sociais, culturais, científicas e até esportivas”, o articulista afirma que um dos capítulos mais importantes desse período foi a fundação da ANCAP, em 15 de outubro de 1931.

⁶³ Mais de uma década depois, como se verá em capítulo específico, os mesmos “argumentos” baseados no anticomunismo, em acusações sobre intenções de caráter eleitoral e de empreguismo, serão usados como armas para atingir os nacionalistas que defendiam o monopólio estatal do petróleo no Brasil.

⁶⁴ “A República nasceu do ‘movimento republicano’, conglomerado heterogêneo alimentado por concepções doutrinárias, interesses corporativos e regionais (...) projetos que o sustentavam apresentavam leituras distintas (...) ao longo da primeira década de existência, travou-se a luta pela hegemonia, envolvendo fundamentalmente dois projetos políticos, o dos positivistas – bastante influente nos meios do

Participou efetivamente de tentativas frustradas de recuperação da hegemonia do governo republicano, para a concretização dos ideais da ‘mocidade militar’.⁶⁵ Todo seu período inicial no Exército foi realizado sob o comando de Cândido Rondon, que era positivista, seguidor de Benjamin e florianista. Nesse período integrou (destacadamente) a Comissão Rondon, que foi a mais efetiva ação estratégica inspirada no ideário dos militares que aspiravam que a mudança de regime coincidissem com a construção de uma nação soberana.

Com a vitória da Revolução de 1930, Horta Barbosa embrenhou-se, em função de sua formação, do compromisso de construção da Nação presente em toda a sua herança e trajetória, no projeto altamente estratégico de dotar a Brasil de indústria petrolífera.⁶⁶ Nesse processo incorpora mais uma fonte de inspiração, os nacionalistas sul-americanos seus contemporâneos (principalmente argentinos e uruguaios) e particularmente o General argentino Enrique Mosconi.⁶⁷:

Essa herança, que ele parece ter se esmerado em utilizar e dar continuidade, o teria levado ao nacionalismo brasileiro do século XX, como formulador da tese nacionalista para o petróleo e líder da campanha que garantiu a concretização de sua tese. Destacando-se também, tanto na herança ideológica quanto na prática nacionalista,

Exército –, principalmente junto à jovem oficialidade (...) e em setores das camadas médias urbanas cuja expansão deveu-se ao crescimento da administração pública e das atividades terciárias da economia, ligadas aos serviços nos grandes centros, notadamente na cidade do Rio de Janeiro; e o dos federalistas de inspiração regionalista e simpático à uma ala dos republicanos históricos (...) em que se destacavam os cafeicultores paulistas ávidos por maior autonomia, e portanto, alinhados na perspectiva do federalismo” (PENNA: 2002, pp. 14, 15 e 16).

⁶⁵ As já citadas tentativas de revolta militar dos alunos da Escola Militar da Praia Vermelha em que tomou parte quando lá estudava.

⁶⁶ Arsênio E. Corrêa chama o governo instalado após a vitória da Revolução de 1930 de “castilhista-positivista”. Segundo ele, isso se deu de modo que “Provavelmente a aliança com os castilhistas há de ter sido cimentada ao longo da década de 20 por aqueles elementos que fizeram a sua formação militar no Rio Grande do Sul (...) O ambiente positivista no Rio Grande do Sul deve ter criado as condições favoráveis para um respeito, da parte do elemento militar, para com as teses castilhistas, quer provinham da mesma fonte. (...) O cientificismo dos positivistas também consagrou a ética absoluta, o que tornou próximo a possibilidade de aliança. O grupo político castilhista era formado por pessoas probas, e isto em conjunto com a ética absoluta que forma o militar os ligou desde os primeiros movimentos republicanos. (...) Esses grupos tinham em comum a crença em uma missão, os militares no legado de Benjamin Constant e os castilhistas na doutrina de Comte, ambos provinham da mesma fonte. A experiência da doutrina castilhista em nível nacional teve como auxiliar a tradição cientificista herdada de Pombal, que estava incrustada na cultura brasileira. Getúlio Vargas foi responsável por ter levado o castilhismo ao nível nacional(pp. 142,158,159 e 160).

⁶⁷ Também coerente com sua herança de corte Benjamin-Florianista, já que ambos (e todos os seus aliados, seguidores, e reivindicadores de sua tradição) deram sinais eloquentes dessa visão ‘sul-americanista’.

sua ligação com seus congêneres do continente, particularmente argentinos e uruguaios.⁶⁸

Quando deixou a presidência do CNP foi comandar a 2ª Região Militar em São Paulo. É dessa época o documento que consta de sua Folha de Alterações com planos de defesa do litoral brasileiro.⁶⁹ Horta Barbosa deixou o serviço ativo, passando para a reserva em 1945. Entrou no Exército com dezesseis anos e saiu com 64. A promoção a Marechal aconteceu em 1958, cinco anos após o final daquela que foi a “grande guerra” de sua vida, a adoção pelo Brasil do monopólio estatal do petróleo.⁷⁰ Sua atuação no período posterior, quando se destacou como homem público na liderança da campanha pelo monopólio e no exercício da Presidência do Clube Militar, será abordada no capítulo seguinte.

2.3. A Luta pela Petrobras

A campanha pelo *Petróleo é Nosso* foi precedida por acirradas polêmicas que datam do início do século XX. Elas ocorreram entre os brasileiros preocupados com a questão e com os interesses do país, as oscilantes posições das autoridades governamentais e a opinião de técnicos estrangeiros que, em sua maioria, afirmavam não haver petróleo em território brasileiro.⁷¹

Pode-se mesmo afirmar que, durante esse período, a indústria petrolífera ainda não era vista como uma questão nacional. Foi só após a Revolução de 30, com a ascensão de Getúlio Vargas e as iniciativas visando à industrialização e modernização do País, que o petróleo entrou concretamente em pauta (COHN: 1968, p. 11).

⁶⁸ Essa identidade entre nacionalistas brasileiros e de outros países do continente não de deu por acaso. CHOMSKY (1999) mostra que ao final da Segunda Guerra, quando se projetava a nova ordem mundial, nos países da América Latina ocorreu uma vaga nacionalista. Esses nacionalistas defendiam “o aumento da produção para atender às necessidades internas e para reduzir a desigualdade social. O princípio fundamental desse novo nacionalismo era o de priorizar o povo como principal beneficiário dos recursos de cada país. Os Estados Unidos se opunham a isso veementemente e propuseram uma estratégia econômica para o continente americano, baseada na eliminação de todas as formas de nacionalismo econômico e na insistência em que o desenvolvimento da região fosse complementar ao dos Estados Unidos. Isso significava que os Estados Unidos teriam a indústria e a tecnologia mais avançadas, enquanto os peões da América Latina produziriam alimentos para exportação e se incumbiriam de um certo número de operações mais simples” (CHOMSKY: 1999: p. 74).

⁶⁹ Ver nos Anexos.

⁷⁰ Ver documentos nos Anexos.

⁷¹ COHN: 1968, pp. 12 e 13; DIAS e QUAGLINO: 1993, pp. 1 a 22; VICTOR: 1970. VICTOR: 1970, pp.81 a 95; COHN: 1968, pp. 25 a 32.

O advento da Revolução de 1930, de fato, ampliou a discussão do tema do petróleo que ganhou prioridade, uma vez que a composição de forças que empolgou o poder possuía clara perspectiva quanto às necessidades de dotar o País de uma política energética, em condições de impulsionar o desejo de prosperidade nacional tão decantado pelos novos ocupantes do Estado. Circunstâncias acabaram por acelerar esse desejo tornando-o realidade, a começar pelo conflituoso quadro internacional que, embora trouxesse implicações de ordem política e ideológica para o Brasil, deixou-o numa situação de invejável condição de barganha com as grandes potências em litígio (PENNA: 2005, p. 85)

A partir desses primeiros anos pós Revolução de 1930, até a promulgação pelo Presidente Getúlio Vargas, em 1953, da lei que criou a Petrobras, as histórias da construção do monopólio estatal e de Horta Barbosa se confundem. As primeiras manifestações claras de preocupação militar sobre a questão do petróleo partiram de Horta Barbosa. Sua preocupação com as questões que envolvem a exploração, beneficiamento e distribuição do petróleo e seus derivados, entendidas como de alto interesse estratégico para o desenvolvimento e a defesa do País, tornou-se pública a partir de 1934, quando ocupou a Diretoria de Engenharia do Exército Brasileiro.

Ele já era tido como importante representante da opinião militar sobre o assunto, que aprofundara durante o curso de aperfeiçoamento do Estado-Maior⁷². Na Diretoria de Engenharia, redigia seus memorandos secretos, dirigidos ao ministro, descrevendo a situação delicada das Forças Armadas diante da dependência do fornecimento externo de combustíveis.

Simpatizante da solução argentina, já defendia uma participação hegemônica do Estado no assunto, de preferência sob a liderança militar. No próprio meio militar, aliás, já se propunha a criação de um Departamento Nacional de Combustíveis (DIAS e QUAGLINO: 1993, p.81)

É nessa época que Horta Barbosa fez um relatório ao Ministro da Guerra, intitulado “O Petróleo e a Defesa Nacional”. Pode-se antever, nesse documento, a polêmica dos anos 1947-53, na crítica à incoerência dos dirigentes do Departamento de

⁷² Curso da célebre Missão Militar Francesa junto ao Exército Brasileiro (1919-1940). O curso era dirigido pelo General Maurice Gamelin (1874-1954), pioneiro na utilização da motomecanização de combate.

Produção Mineral que, por um lado, afirmavam que não havia petróleo no Brasil e, por outro, ignorava que o governo concedia autorizações para que companhias petrolíferas promovessem pesquisas nas quais se buscavam poços de petróleo no País.

Os militares nacionalistas (que tinham em Horta Barbosa seu principal expoente) desejavam implementar o desenvolvimento de indústria petrolífera estatal. As primeiras iniciativas foram tomadas após conversas entre o General Horta Barbosa, já ocupando o posto de subchefe do Estado-Maior do Exército, e o embaixador Barbosa Carneiro, diretor executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior. Barbosa Carneiro teria enviado a Horta Barbosa um documento em que mencionava a possibilidade de construção de refinarias por empresários brasileiros, bastando para isso que se impedissem as empresas estrangeiras de utilizarem de seu poder para monopolizar mais esse setor do mercado.

Coerente com suas posições anteriores em relação à questão do petróleo, nos primeiros meses de 1938, Horta Barbosa, elaborou um relatório que foi enviado para o General Góis Monteiro, alertando para a iminência do conflito mundial e a possibilidade de interrupção no fornecimento de petróleo ao Brasil.⁷³

As informações do relatório de Barbosa Carneiro foram incluídas em memorando redigido por Horta Barbosa e enviado ao chefe do Estado-Maior do Exército, Góis Monteiro. Este concordou com seus termos e reenviou, assinado, ao secretário do Conselho de Segurança Nacional. A proposta foi apresentada ao Presidente da República, como reivindicação militar. Vargas concordou com seus termos e determinou o exame das sugestões do General Horta Barbosa pelo Conselho Federal de Comércio Exterior. (DIAS e QUAGLINO:1993, p. 84).

⁷³ A existência desses relatórios sempre foi confirmada pelo Marechal Horta Barbosa, que a eles se referiu em suas palestras durante a campanha “O Petróleo é Nosso”. Eles são citados no verbete I de Renato Lemos) referente a Horta Barbosa no *Dicionário Histórico Biográfico do CPDOC-FGV*, mas não foram encontrados no Arquivo Horta Barbosa do CPDOC-FGV, no Arquivo Histórico do Exército Brasileiro nem nos documentos da família Horta Barbosa. No arquivo do CPDOC-FGV existe uma cópia datilografada, com seis páginas, de um relatório no mesmo sentido enviado ao Secretário do Conselho de Segurança Nacional. Tal documento está no arquivo Horta Barbosa do CPDOC-FGV-RJ. Cód. HB vp 1936.11.17.

Logo em seguida, Getúlio Vargas decidiu criar o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) em 1938.⁷⁴ O processo que resultou no decreto de Getúlio Vargas dando vida ao CNP, foi uma típica operação militar bem sucedida, que teve Horta Barbosa como comandante e, tanto do ponto de vista militar como na conceituação da ciência política, pode ser classificada como manobra tática de “guerra de movimento”.⁷⁵

Enviados em um avião militar a Vargas, que descansava em Minas, os documentos e os decretos assinados retornam imediatamente e Horta Barbosa vai levá-los pessoalmente ao Diário Oficial. A publicação tinha de ser segura e secreta. O Decreto nº 395, de 29 de abril de 1938, declarava de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo. (...) Nacionalizava toda a atividade de refino e criava o Conselho Nacional de Petróleo. (...) Tomadas de surpresa e contrariadas, as companhias estrangeiras ainda pensaram em participar de alguma forma do Conselho. O Decreto-lei nº 538, de 7 de julho de 1938, terminou com todas as ilusões: a composição e a forma de atuação do CNP não deixava dúvidas quanto à direção de suas políticas. (...) Seus membros tinham de ser brasileiros natos e não podiam ter tido, nos últimos cinco anos, envolvimento com interesses de companhias privadas. (DIAS e QUAGLINO: 1993, pp. 85 e 86).

Criado o CNP, imediatamente Getúlio Vargas nomeou Horta Barbosa como o seu presidente.⁷⁶ Logo após assumir o cargo, ele estudou com profundidade, inclusive

⁷⁴ Inspirados nos exemplos de nacionalização e estatização parcial ou total da indústria petrolífera no Uruguai, na Argentina e no México, alguns oficiais e membros do Conselho Federal do Comércio Exterior arquitetaram um plano para fazer o governo federal decretar o controle centralizado e rígido sobre o setor petrolífero, inclusive na área comercial. Estavam convencidos que o poder econômico dos trustes ameaçava o poder político do Estado nacional, especialmente em caso de guerra. Depois de muita conspiração e segredo – aspecto fartamente documentado pela bibliografia disponível – conseguiram concretizar seu intento. Em 29 de abril de 1938, Getúlio Vargas baixou um decreto tornando o abastecimento nacional de petróleo um serviço de utilidade pública. Pelo Decreto-lei nº 395 estavam compreendidos nesse conceito a importação, a exportação, o transporte – inclusive a construção de oleodutos –, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e de derivados, bem como a refinação de petróleo importado ou de produção nacional, qualquer que fosse sua fonte de extração. Para regular e controlar esse abastecimento, criou-se também pelo mesmo decreto o Conselho Nacional de Petróleo (CNP). O chefe militar de toda a operação, o General Horta Barbosa, foi nomeado o primeiro presidente do novo órgão. (DIAS e QUAGLINO: 1993, p. 54).

⁷⁵ Segundo Gramsci, inspirado em Maquiavel, a guerra de movimento se aplica às formas estatais do tipo “oriental”, onde o Estado é tudo e a sociedade civil gelatinosa, desorganizada, sem peso.

⁷⁶ A decisão de Vargas em criar o CNP foi uma vitória dos militares nacionalistas liderados por Horta Barbosa. Nessa questão e naquele momento eles contavam com a simpatia da cúpula militar (Góis Monteiro e Eurico Dutra), como provam os encaminhamentos dos relatórios de Horta Barbosa (COHN, VICTOR, DIAS e QUAGLINO, MIRANDA) e a operação militar por ele comandada e que redundou na criação do Conselho e em sua nomeação para a presidência do estratégico órgão. Góis Monteiro já havia sido decisivo quando da introdução, em 1934, de um dispositivo constitucional que transformava as reservas minerais em patrimônio estatal. O Código de Minas, então estabelecido, determinava que a posse do subsolo era da União e ela só poderia fazer concessões de exploração para brasileiros. Sempre se

com viagens internacionais, os processos aplicados no Uruguai (ANCAP), Argentina (YPF), Bolívia, Venezuela, México e outros países vizinhos.⁷⁷

Em seguida, encaminhou ao Presidente Getúlio Vargas, um relatório em que recomendava a adoção do modelo baseado no monopólio estatal para a pesquisa, extração, beneficiamento e distribuição do petróleo e de seus derivados. Talvez por conta disso, os anos em que permaneceu à frente do CNP foram de intensa luta contra os interesses da Standard Oil (principal multinacional do setor com interesse no Brasil).

Outros setores com peso no próprio governo e também nas Forças Armadas se opunham à solução nacionalista e adotavam, a princípio, posições aparentemente protelatórias.⁷⁸ Nos cinco anos em que Horta Barbosa dirigiu o CNP, a luta entre os dois

levantou a suspeita de que essa posição de Góis Monteiro estivesse relacionada com uma suposta simpatia de Góis pela Alemanha Nazista. Com a medida de caráter nacionalista se evitaria que as riquezas minerais brasileiras fossem utilizadas pelos Estados Unidos. (PENNA: 2005, p. 83 e MIRANDA: 2004, p. 34). Só que, com a Guerra Fria, aconteceu um realinhamento de forças. Militares como Góis Monteiro e Eurico Dutra (que anteriormente eram considerados simpatizantes do fascismo) reproduzindo uma tendência mundial, em que o anticomunismo servia como cimento, se aproximaram dos que defendiam um alinhamento com os Estados Unidos. (JUDT, Tony: 2007, pp. 55 a 73) O EUA não se conformaram: apesar da posição de Vargas, após a guerra, os políticos estadunidenses continuaram pressionando o Brasil a mudar suas políticas de petróleo. Por exemplo, o Secretário de Estado James F. Byrnes pediu ao Embaixador Adolf Berle Jr, para encontrar uma maneira de abrir o Brasil para a produção de petróleo em escala comercial'. Byrnes delineou a posição de Departamento de Estado com relação ao Brasil. Na sua opinião, os brasileiros não estavam muito dispostos a subordinar o interesse econômico real do Brasil em garantir o fornecimento adequado de petróleo de fontes estrangeiras por sentimentos nacionalistas. Byrnes não acreditava que o uso exclusivo de capitais brasileiros poderia produzir os resultados desejados no campo do petróleo. Para ele era necessário capital, tecnologia e organização das empresas dos Estados Unidos. Apontou o contrato entre o governo venezuelano e as empresas privadas dos Estados Unidos como um excelente exemplo de desenvolvimento de petróleo. Byrnes pediu a Berle para intensificar seus esforços para persuadir o governo Vargas a 'modernizar sua legislação de petróleo de forma a garantir que as companhias de petróleo, dentro dos limites adequados, segurança em suas concessões, a liberdade em suas operações e o gozo dos frutos de sua empresa. O Governo brasileiro deve entrar em acordos com as empresas privadas para o desenvolvimento de sua indústria de petróleo'. Seguindo essa política, o Departamento instruiu Berle para sugerir em suas discussões que os empréstimos dos EUA para o desenvolvimento brasileiro poderiam ser examinados com mais rigor, no futuro, se as leis brasileiras do petróleo não se alterassem". (HEINES: 1989, p.92).

⁷⁷ Documento datilografado sobre os processos na Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, México, Peru, etc. localizado no arquivo Horta Barbosa no CPDOC-FGV-RJ. Cód. HB 36.11.17.

⁷⁸ Mario Victor narra, com a reprodução de documentos, de diálogos, textos, a luta travada pelos pioneiros da exploração de petróleo no Brasil (Oscar Cordeiro, Monteiro Lobato, Manoel Inácio Bastos) e os organismos vinculados ao Ministério da Agricultura (então responsável pela área de mineração). A Oscar Sampaio, que afirmava a existência de petróleo na área onde justamente ele foi descoberto, em Lobato, no Recôncavo Baiano, Juarez Távora respondeu em comunicado de 14 de maio de 1944: "Em resposta à vossa carta de 8 do corrente, informo-vos de que a opinião do geólogo Victor Oppenheim é a opinião dos técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, e pode ser resumida como está no ofício que vos dirigiu o Diretor deste Departamento. Outra opinião não terá este Ministério que não seja a de seus técnicos, que estudaram suficientemente o assunto que vos interessa". Como lembra Cohn, embora essa fosse a opinião de Victor Oppenheim (não haver petróleo) e do corpo técnico do Departamento, seria impossível supor que Juarez Távora não estivesse informado sobre os estudos realizados por outros técnicos (Orville Derby, Moraes Rego, Richard Rathbun e Theodoro Sampaio) que

campos foi intensa e a pressão do governo e empresas dos Estados Unidos, e de seus aliados no País, em defesa dos interesses do capital privado já se fazia sentir.⁷⁹ As ações do governo dos Estados Unidos e de seus aliados brasileiros visando influenciar para que o Estado brasileiro tomasse uma decisão favorável aos seus interesses econômicos e militares continuaram a aumentar com o governo dos EUA ameaçando retaliar o Brasil com o bloqueio dos créditos do *Export-Import* e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no caso da legislação não ser modificada beneficiando os interesses das empresas petrolíferas privadas dos Estados Unidos.⁸⁰

Essa luta, como pode ser visto, reafirma o conflito de posições que é objeto de estudo do presente trabalho, entre a perspectiva nacionalista e a entreguista, que buscam consenso social, isto é, aquilo que Gramsci chama de hegemonia.⁸¹ Entre as medidas concretas que Horta Barbosa tentou implementar no CNP, estava a instalação de uma refinaria estatal (cujos lucros seriam empregados na pesquisa do petróleo brasileiro).⁸² A refinaria, que seria controlada pelo CNP, era vista por Horta Barbosa como passo fundamental em sua estratégia de estabelecer o monopólio estatal do petróleo no país. Porém, mesmo havendo a garantia (estabelecida pela legislação que criou o CNP) de que o órgão e sua direção responderiam diretamente ao presidente da República, a decisão foi submetida ao parecer do Conselho Técnico de Economia e Finanças.

Depois de demorar um tempo, que o general entendeu como sendo mais uma tentativa de protelar a tomada das medidas defendidas pelos nacionalistas, permitindo que os adversários da tese do monopólio estatal pudessem ampliar suas pressões, o

apontavam para a existência de petróleo na área que Oscar Cordeiro insistia que devia ser explorada. Ainda havia suspeitas levantadas sobre a ligação de Victor Oppenheim e seu sócio Mark Malamphy, com as empresas estrangeiras que monopolizavam o petróleo e seus derivados consumidos no Brasil. (VICTOR:1970, pp. 81 a 95). COHN (pp. 25 a 32) também fala sobre a luta de Oscar Cordeiro (presidente da Bolsa de Mercadorias de Salvador), para provar a existência de petróleo em Lobato. “o fracasso de Cordeiro foi-lhe imposto pelas conclusões oficiais contrárias às suas pretensões, emitidas, em nome do Departamento Nacional de Produção Mineral, pelo geólogo de origem europeia Victor Oppenheim (...) Essas conclusões foram aceitas pelo então Ministro da Agricultura Juarez Távora. Cohn também fala sobre as “dúvidas” suscitadas a respeito da “seriedade” de Oppenheim.

⁷⁹ Segundo Heines, foi após as iniciativas tomadas pelo governo Vargas excluindo os estrangeiros da participação direta nas questões minerais no Brasil que os Estados Unidos passaram a demonstrar sua preocupação oficial (p.90).

⁸⁰ HEINES, 1989: p. 92.

⁸¹ Os ativistas da campanha “d’O Petróleo é Nosso”, os amplos setores da sociedade que apoiaram a luta dos defensores do monopólio estatal e a literatura sobre o período tratam como “entreguistas” os que no Brasil defendiam as posições coincidentes com os interesses das cúpulas dos Estados Unidos.

⁸² Ao defender a instalação dessa refinaria estatal, Horta Barbosa se baseava no sucesso das vizinhas ANCAP (Uruguai) e YPF (Argentina), que ele havia visitado e estudado, tendo estabelecido uma relação de intercâmbio com as respectivas direções.

então Ministro da Fazenda informou ao presidente que a posição do Conselho Técnico de Economia e Finanças era contrária à presença do Estado em qualquer tipo de atividade industrial, vetando, portanto, a posse por parte do Estado brasileiro de uma refinaria de derivados de petróleo.

Um dos integrantes desse Conselho, Aloísio de Lima Campos, havia publicado artigo no Diário Carioca, sustentando a tese de que nossos recursos petrolíferos deveriam ser explorados pelos grandes trusts estrangeiros. E propugnava a tese abertamente, afirmando que 'só cria no aproveitamento em escala industrial de nossas reservas, quando fosse obtido o interesse direto dos grupos estrangeiros especializados no assunto' (...) 'organizações que têm, através de um cartel, mercados certos e seguros em todos os países e que, praticamente, monopolizam o negócio'. Achava o Sr. Lima Campos que as atividades do Conselho Nacional de Petróleo deveriam ser suspensas, porquanto 'as grandes organizações petrolíferas externas' com as quais propunha que entrássemos em contato jamais, 'jamais se interessariam em desenvolver ou criar produções de petróleo nas regiões em que se pretendesse estabelecer um concorrente desligado dos interesses dos demais produtores'. E concluía considerando 'xenófoba' a legislação brasileira. O General Horta Barbosa, dado o alto cargo que ocupava o Sr. Aloísio de Lima Campos, membro do Conselho Técnico de Economia e Finanças, chamou a atenção de Getúlio Vargas, em ofício confidencial, para a sua posição contrária aos interesses nacionais. (MIRANDA: 1983, p. 243).

Enfraquecido politicamente e sem espaço para continuar defendendo o monopólio estatal de dentro do aparato governamental, Horta Barbosa pediu demissão, imediatamente aceita por Getúlio Vargas, em 1943.⁸³

Foi substituído pelo coronel (logo depois promovido a general) João Carlos Barreto, afinado com a cúpula militar do Estado Novo e com os adversários da tese do monopólio estatal. Uma das primeiras medidas de João Carlos Barreto à frente do CNP foi à nomeação de Aloísio Lima Campos para compor o colegiado da autarquia.⁸⁴ No

⁸³ A cúpula militar do Estado Novo havia a princípio apoiado a atuação de Horta Barbosa. Só que, com a Guerra Fria, aconteceu um realinhamento de forças. Militares como Góis Monteiro e Eurico Dutra (que anteriormente eram considerados simpatizantes do fascismo), reproduzindo uma tendência mundial, em que o anticomunismo servia como cimento, se aproximaram dos que defendiam um alinhamento com os Estados Unidos. (JUDT, Tony: 2007, pp. 55 a 73).

⁸⁴ Apenas um integrante do Conselho Nacional de Petróleo votou contra o parecer de Aloísio de Lima Campos. Foi o Tenente-Coronel Antonio Bastos, que representava o Ministério da Guerra no organismo. (MIRANDA: 1983, p. 243)

início de 1944 (29 de janeiro) Getúlio Vargas, acatando sugestão do CNP que havia aprovado proposta nesse sentido defendida por Aloísio Lima Campos, assinou um decreto (nº 6.230) permitindo que estrangeiros fossem proprietários de empresas de mineração.

No mês de abril, começou a trabalhar para o CNP a empresa estadunidense DeGolyer&MacNaughton.⁸⁵ Já em 1945, em sessão do CNP realizada no dia 17 de janeiro, João Carlos Barreto propôs aos demais integrantes do Conselho a abertura para a participação de capitais estrangeiros na indústria do petróleo, “pois as companhias estrangeiras vinham assediando o governo com a ideia de colaborarem na exploração petrolífera do país”.⁸⁶ No dia seis de maio de 1945, João Carlos Barreto enviou para Getúlio Vargas uma exposição de motivos para a mudança na orientação do CNP, de forma a abrir para a participação dos capitais estrangeiros. (VICTOR:1970, pp. 157 e 158. DIAS e QUAGLINO: 1993: pp, 89 e 90).

Getúlio Vargas foi deposto dois anos depois da saída de Horta Barbosa do CNP. Nas eleições que se seguiram, Eurico Gaspar Dutra, que havia sido seu ministro da Guerra e um dos responsáveis por sua deposição, foi eleito presidente. Em seu governo, os defensores da exploração privada e do capital estrangeiro como sendo a solução mais adequada se fortaleceram ainda mais. Em 1947, o Clube Militar, reagindo à situação, promoveu um ciclo de conferências confrontando as duas posições: a defesa do monopólio estatal e a abertura para a exploração privada com a entrada do capital internacional.

Os militares nacionalistas que compunham a diretoria do Clube Militar na gestão do General Salvador Obino, decidiram, então, organizar palestras para discutir a questão

⁸⁵ “Os governos Truman e Eisenhower combateram o nacionalismo econômico e o controle estatal da vida econômica, procurando um clima favorável para os negócios e o investimento privado das empresas dos Estados Unidos e o acesso deste país às matérias-primas (principalmente petróleo e outros minerais estratégicos) (...) Durante este período (Truman e Eisenhower), os políticos dos EUA fizeram suas primeiras tentativas de lidar com o nacionalismo emergente e problemas políticos e econômicos do Terceiro Mundo (HEINES, 1984: Introdução); Em sua política para a América Latina, em geral, e o Brasil, em particular, os Estados Unidos tratavam comunismo e nacionalismo de forma igual. Para os EUA do pós-guerra – isto é do período da Guerra Fria – o nacionalismo crescente no Brasil era visto como ameaça formidável para os objetivos políticos traçados em Washington para a construção de países estáveis e anticomunistas no hemisfério”. (HEINES: 1989, p. 26) Os dirigentes dos Estados Unidos tinham dificuldade em distinguir nacionalistas de comunistas e condenavam as duas posições com igual vigor. Para eles, o nacionalismo revolucionário era sinônimo de antiamericanismo. (HEINES: 1989, p.28)

⁸⁶ VICTOR: 1970, p.157.

do petróleo no Clube Militar. Em abril e junho de 1947, aconteceram as palestras de Juarez Távora, subchefe do Estado-Maior do Exército. Ele defendeu a abertura para os capitais estrangeiros, baseado na tese da falta de capitais e de conhecimento técnico por parte do Estado brasileiro. Em julho e agosto, foi a vez de Horta Barbosa. O ex-presidente do CNP defendeu o monopólio estatal e demonstrou os prejuízos estratégicos a que o País estaria exposto caso adotasse a posição defendida por Juarez Távora.

Em sua primeira conferência, no dia 30 de julho de 1947, Horta Barbosa argumentou inicialmente sobre a questão central que estava em debate: monopólio estatal X capital privado internacional. Começou afirmando que, embora fosse possível a aquisição de óleo cru (petróleo *in natura*) no mercado, por não ser dominado pelos monopólios, a indústria do petróleo era essencialmente monopolista. E que em todos os exemplos existentes, esse monopólio ou era exercido pelo Estado ou pelos “trustes”.⁸⁷ Afirmou que, não sendo monopólio do Estado (nem de capital nacional), a indústria do refino seria controlada por monopólio estrangeiro.

Infeliz o povo a que isso aconteça! O governo não poderá influir nos preços, emigrariam os lucros, não haveria planejamento industrial possível, seria uma vida, colonial, como a da Venezuela que, abundante de petróleo, que exporta, recebe do estrangeiro até os legumes e hortaliças com que nutre o seu povo, segundo notícia o Time, de 26 de maio último. Não preciso esclarecer a gravidade dessa solução sob o seu aspecto militar. O petróleo pertence à Nação, que há de dividi-lo, igualmente, por todos os seus filhos.

Afirmou também que, justamente por não possuir indústria de refinação, o Brasil necessitava importar os subprodutos refinados do petróleo (gasolina, óleo Diesel, querosene)⁸⁸ pagando os preços determinados pelos grupos com sede nos Estados Unidos e Inglaterra que então dominavam o mercado brasileiro. Lembrou que era competência do Conselho Nacional do Petróleo fixar preços máximos e mínimos desses produtos, mas na medida em que esse mesmo CNP não dispunha de refinaria, mesmo tendo a prerrogativa legal para fixar os preços, o Brasil era obrigado a aceitar os preços

⁸⁷ Assim eram chamadas na época as grandes corporações multinacionais.

⁸⁸ O querosene era essencial na época, pois era utilizado nos lampiões e lâmparinas (que iluminavam grande parte das residências) e também como combustível para os fogões domésticos e os fogareiros com que os trabalhadores aqueciam suas marmitas.

impostos pelas empresas estrangeiras. A lei, sem a refinaria, ficava reduzida a uma abstração.

Falando sobre esse ponto, Horta Barbosa exemplificou, valendo-se das pesquisas realizadas nos países vizinhos que, mesmo não produzindo uma “gota de petróleo”, o Uruguai exercia controle sobre os preços dos derivados. Isso, segundo demonstrou, ocorria por ter o Estado uruguaio o monopólio da indústria de refino. Exemplificou também com a situação da Venezuela que, mesmo sendo o maior exportador de petróleo do mundo, era obrigada a pagar pelos produtos refinados que consumia “o preço que lhe ditam os ‘trusts’, donos das refinarias”. Também usou a Argentina como exemplo.

Na Argentina, o Estado fixa, de verdade, os preços dos refinados porque o seu órgão oficial – Yacimientos Petrolíferos Fiscales – manipula a maior parte do consumo. Enquanto vassalos dos “trusts”, sujeitou-se o México aos preços que eles impunham. Libertado e instituído o monopólio do estado, este é que estabelece o valor de venda dos combustíveis líquidos. Enveredando pelo mesmo caminho acham-se a Bolívia e o Chile, sob os melhores auspícios.

Em seguida, ainda falando sobre a Argentina, citou Enrique Mosconi, para quem seria um equívoco a tentativa de exercer o controle total da importação e do comércio do petróleo se não se controla o refino, pois, as dificuldades na obtenção de produtos refinados seriam enormes.⁸⁹ Por outro lado, ainda segundo Mosconi, seria absolutamente possível a obtenção de óleo bruto para ser refinado pelo país importador. Falou sobre as dificuldades enfrentadas para implantar seu projeto de monopólio estatal no período em que exerceu a presidência do CNP. Logo adiante, citou as duas propostas de política petrolífera para o Brasil, dizendo que “da solução que se der a esse problema dependerá em muito a sorte da nossa soberania econômica”. Sendo que para ele, a solução preconizada pelos nacionalistas contribuiria para revigorar a economia nacional.

Para defender seus argumentos, voltou a falar sobre as experiências uruguaia e argentina. Lembrou que, no caso brasileiro, as coisas seriam facilitadas pelo fato de não

⁸⁹ Como visto anteriormente, o General argentino Henrique Mosconi, que foi o criador da YPF (empresa petrolífera estatal daquele país), exerceu grande influência sobre todos os nacionalistas preocupados com a questão petrolífera no continente.

haver ainda no País nenhuma refinaria de capital estrangeiro, e também uma legislação mais favorável à solução nacionalista. Em seguida, ao falar do Uruguai, lembrou que:

Sem possuir uma gota de petróleo em seu solo, a pequena república do sul dita os preços dos combustíveis líquidos somente porque possui, como indústria do Estado, uma refinaria. Em mãos de particulares, a indústria da refinação do petróleo não pode oferecer nenhuma das vantagens que assinalei. Se nacionais seus possuidores, serão eles os únicos favorecidos com a proveitosa indústria. Se estrangeiros, estabelecer-se-á, na depauperada economia nacional, uma sangria permanente.

Alertou sobre as dificuldades que o País enfrentaria no caso de permitir a entrada do capital estrangeiro na indústria do petróleo. Para ele, seria “veleidade” pensar que o Brasil poderia ter controle sobre empresas de capital estrangeiro, que teriam a proteção das suas potências de origem. Sobre isso, citou o ex-Presidente dos Estados Unidos Woodrow Wilson, autor da seguinte afirmação:

Nosso governo mantém certos direitos e deveres em relação aos nossos cidadãos e suas propriedades, onde quer que se encontrem. A pessoa e a propriedade de um cidadão formam parte do domínio da nação, mesmo no estrangeiro.

Ainda na primeira conferência, Horta Barbosa rebateu também os argumentos, muito utilizados pelos adversários do monopólio estatal, de que o Estado brasileiro não disporia do capital necessário para a instalação do parque industrial requerido para o refino do petróleo. Afirmou que, naquela época, o consumo total de refinados no Brasil era de cerca de 40.000 barris por dia. Que uma refinaria de porte médio, montada no Rio de Janeiro, com capacidade para elaborar 10.000 barris por dia, com 60% de gasolina, importando toda a matéria e vendendo os refinados pelo preço da importada e sem nenhuma alteração no regime fiscal, produzindo gasolina com índice de octanagem superior a gasolina distribuída pelos “trusts”, custaria cerca de 10 milhões de dólares, incluindo tanques de armazenamento de um milhão de barris de óleo cru.

Segundo Horta Barbosa, o capital necessário para a implantação do projeto defendido por ele era 40 milhões de dólares, o equivalente na época a 800 milhões de

cruzeiros. Com esse dinheiro, o País poderia passar a dispor de refinarias capazes de atender todo o consumo nacional.

A parcela maior, entretanto, do consumo é representada pelo “fuel-oil” resíduo da destilação de petróleo e por isso queimado em caldeiras. É combustível de baixo preço unitário e há com abundância no mercado internacional. De início, procuraríamos obter pelo fracionamento do óleo, importado ou nacional, o máximo de produtos nobres, como as gasolinas, o querosene, o óleo Diesel, os lubrificantes, etc., continuando a importar o “fuel-oil” de baixo custo e mínimo frete marítimo. Assim não necessitaríamos desde logo montar um parque industrial com capacidade correspondente ao abastecimento total. Dessa maneira procede ainda hoje a Argentina, na sua sábia política de energia. Admitindo-se, entretanto, que a situação internacional dite a premência de um parque industrial completo, feito de uma só vez, o que seria exemplo único no mundo, mesmo assim, a quantia de 40 milhões de dólares não é tal que escape às nossas possibilidades. Neste ponto, como prova de nossa capacidade financeira é que cabem os exemplos de Volta Redonda e Vale do Rio Doce, em cada um dos quais investiu o governo soma acima da necessária para a instalação das refinarias. O Uruguai montou sua refinaria sem que o Tesouro despendesse um centavo. A “ANCAP” contratou com um banco inglês uma operação de crédito correspondente ao custo de uma refinaria de 4.000 barris diários, a juros de 3%, prazo de quatro anos. Perante o estabelecimento bancário inglês foi fiador o Banco de La República Oriental del Uruguai. Este, por sua vez exigiu do Tesouro uma garantia em títulos que só poderia lançar no mercado se a refinaria faltasse ao pagamento das prestações e pelo valor necessário à sua cobertura. Com sua receita, a refinaria La Teja pagou, pontualmente, as prestações e não foi lançado em bolsa um só título.

Continuando a exemplificar com as soluções encontradas pelos vizinhos de Cone Sul, afirmou que, no caso da Argentina, foram colocadas à disposição da YPF letras do Tesouro cotadas em 24 milhões de pesos para o financiamento da construção da refinaria de La Plata. E que o Tesouro argentino, num prazo bastante curto, foi totalmente reembolsado com lucros da própria refinaria.

Outra “dificuldade” muito utilizada pelos que diziam só ser possível a exploração e industrialização do petróleo no Brasil, através da abertura do setor para as

grandes empresas de capital estrangeiro, era a questão envolvendo a compra dos equipamentos. Horta Barbosa, rebateu dizendo o seguinte:

Diz-se, também, que não haveria como adquirirmos o equipamento, pois os “trusts” não permitem a sua entrega. Nada mais errado. Os “trusts” não fabricam nem vendem refinarias. Aspiram, talvez, serem os únicos compradores. Por enquanto, porém, o mercado é livre. Quando presidente do Conselho Nacional do petróleo, recebi numerosas propostas de fabricantes de refinarias que propunham entregá-las tão logo o permitisse a situação internacional. Ainda agora, o Conselho, para a construção de uma pequena refinaria na Bahia, recebeu propostas dos principais fabricantes. Do mesmo modo, os grupos particulares que obtiveram, em concorrência, autorização para montagem de refinarias, aqui e em São Paulo, foram procurados pelos técnicos e representantes dessas fábricas. A Bolívia acaba de contratar a construção de uma refinaria. E assim vários outros países.

Também a necessidade de pessoal qualificado tecnicamente para fazer funcionar os equipamentos da indústria petrolífera era apresentada como dificuldade praticamente intransponível. Para Horta Barbosa, que chamou esse tipo de alegação de “ponto saliente na campanha de derrotismo”, ao afirmar-se que somente os “trusts” seriam capazes de operar os complexos equipamentos das refinarias, mais uma vez, fugia-se da verdade. Isso porque, nas assinaturas de contratos para a montagem de refinarias, as empresas responsáveis pela venda e montagem do equipamento assumem a obrigação de colocá-las em funcionamento com o seu próprio pessoal técnico, por todo o tempo necessário ao treinamento do pessoal ligado à empresa compradora, naquele caso os trabalhadores nacionais, tendo sido exatamente assim que havia sido feito na Argentina, no Uruguai e em todos os lugares.

Além disso, é praxe incluir-se nos contratos a cláusula em que a firma construtora se obriga a facultar aos nacionais o estágio em organizações semelhantes. Quando visitei as indústrias petrolíferas dos nossos vizinhos do Prata, os governos respectivos puseram à nossa disposição todo o seu parque industrial para que os engenheiros, químicos, contadores e mestres pudessem estudar as minúcias dessa indústrias e adquirir a prática em todos os setores. Prevalecendo-se dessa faculdade, estagiaram na Argentina e no Uruguai, alguns engenheiros brasileiros enquanto outros frequentavam cursos de petróleo nos Estados Unidos da América. Não existe,

portanto, monopólio da técnica, senão o desejo de confundir toda vez que a nação pretende resolver esse problema em seu próprio benefício.

Em sua fala, Horta Barbosa foi rebatendo ponto por ponto dos argumentos utilizados por Juarez Távora, pelos jornais, parlamentares, enfim toda a base de sustentação dos argumentos desenvolvidos a partir das grandes empresas petrolíferas estrangeiras. Disse que todas as vezes que um Estado nacional anuncia que pretende refinar o petróleo, surgem “especialistas” afirmando que tal tipo de empreendimento é antieconômico e que o lucro só se torna possível com a instalação de parques industriais de grande capacidade, como os existentes em Curaçao e Aruba, que possuem produção na casa “da centena de milhar de barris”.

Só que, argumentou, esse tipo de “especialista” omitia que tanto o frete quanto os custos dos seguros eram muito mais baratos no caso do óleo cru. Tais “especialistas” ocultariam o fato irretocável de que as refinarias deveriam estar localizadas junto aos centros de consumo. Utilizando um argumento fundamental para o interesse dos militares, Horta Barbosa afirmou que essa posição defendida pelos arautos da abertura para as empresas estrangeiras deixava de levar em conta, também, os problemas da defesa nacional.

Prosseguindo, disse que os adversários do monopólio estatal fingiam ignorar a impossibilidade de se manterem por longo prazo estoques de certos derivados, sujeitos à deterioração e evaporação, além da questão envolvendo a imobilidade de capital de grande monta. E, mais uma vez, recorre ao exemplo dos vizinhos:

Assim foi no Uruguai, onde houve campanha ostensiva na imprensa e velada junto ao governo, para demonstrar que uma refinaria de 40.000 barris diários era antieconômica e que os seus produtos custariam mais caro do que os importados. Tanto repetiram isso que grande parte da opinião pública acreditou e o governo foi criticado no parlamento. Inaugurada, entretanto a refinaria, os “trusts” passaram a importar óleo cru e encomendar o seu refino à indústria estatal, pois que isso lhes custava menos do que recebê-los das refinarias de Curaçau e Aruba. Por ocasião dessas campanhas são mostrados e oferecidos aos responsáveis pela administração pública, inúmeros gráficos e quadros demonstrativos do “déficit” da

indústria. Tive a oportunidade de apreciá-los em minha visita ao Uruguai.

O exemplo da Argentina também foi citado. Horta Barbosa afirmou que, quando o General Mosconi anunciou a montagem da primeira unidade da refinaria de La Plata, teve que enfrentar argumentos semelhantes na forte campanha que foi desfechada contra seu projeto. Só, continuou Horta Barbosa, que os fatos evidenciaram como eram enganadores tais documentos. O general brasileiro disse ter ouvido de seu colega argentino, e também dos uruguaios dirigentes da ANCAP, que, tão logo imaginasse montar uma refinaria no Brasil sofreria com o mesmo tipo de ofensiva.

Foi exatamente o que ocorreu, disse ele, afirmando que os adversários do monopólio no Brasil usavam os mesmos quadros e gráficos que foram usados contra a ANCAP, do Uruguai, e a YPF, da Argentina, só com a mudança das legendas do espanhol para o português. Completando sua argumentação sobre a barreira para dar economicidade a uma refinaria, disse que efetivamente existia um mínimo abaixo do qual a indústria é antieconômica, principalmente tendo-se que importar o óleo cru. Sobre essa questão voltou a dar um exemplo proveniente da realidade de seus colegas uruguaios. Através de estudos desenvolvidos pela ANCAP concluiu-se que uma produção de 4 mil barris de petróleo refinados por dia garantem uma alta remuneração aos operadores.

O próximo ponto abordado por Horta Barbosa, foi a questão dos navios-tanque, como então eram chamados os petroleiros. Segundo o general nacionalista, os críticos da montagem de uma refinaria estatal no Brasil (que ele chamou de derrotistas) argumentavam que os detentores do monopólio do transporte marítimo não cederiam navios-tanques para empreendimentos que contrariassem os interesses dos “*trusts*”.

Mesmo concordando que a maioria desse tipo de embarcação então em operação pertencia às grandes empresas monopolistas de capital estrangeiro (os *trusts*), Horta Barbosa afirmou a existência de um razoável contingente de navios-tanque em condições de operar fora da influência desses “*trusts*”.

O Uruguai preferiu arrendar os navios-tanques necessários à sua indústria. A Argentina possui esplêndida frota formada de diversas unidades modernas e de vária tonelagem. A qualquer

entidade do governo é facultativo fretar, arrendar comprar prontos ou encomendar navios-tanques no mercado internacional. Evidentemente, porém, preferível será a autossuficiência. Possuindo os navios, teremos desde logo a vantagem dos fretes e do seguro, além da mais completa liberdade para movimentação da frota, permitindo a compra do petróleo nos locais mais convenientes.

Ainda nessa linha, e mais uma vez exemplificando com as experiências do Uruguai e da Argentina, afirmou ser comum ouvir-se que o Estado é incapaz como industrial e por isso, não deve intervir na indústria do petróleo. A intervenção estatal, para esse tipo de opinião, significaria fracasso certo. No entanto, afirmou Horta Barbosa, os fatos comprovariam o contrário. E contra fatos, enfatizou, não há argumentos. Em seguida, disse que no Uruguai e na Argentina não só o Estado se revelou eficiente, como demonstrou maior capacidade do que as empresas dos “trusts”, consideradas como organizações exemplares.

São sul-americanos e latinos como nós. Possuem crescimento industrial menos desenvolvido do que o nosso. Nada faz suspeitar que fracasse aqui o que floresceu em ambas as repúblicas do Prata. Na Argentina, observa-se uma verdadeira mística em torno do exercício direto da indústria do petróleo pelo Estado. Em 1913, o engenheiro Luís Huergo sacudiu a opinião pública argentina ao lançar suas graves afirmativas: “... os poderes públicos, com uma lentidão incrível e uma mesquinhez, tardaram seis anos para revelar ao povo as imensas riquezas que representam as jazidas de petróleo de Comodoro Rivadavia. Chegaram, entretanto, aos hunos notícias da descoberta e açambarcaram a terra produtiva, reuniram uma falange de prosélitos, poucos deles conscientes, a imensa maioria inconsciente, fazendo acionistas a ministros, legisladores, advogados, chefes de divisões e seções administrativas, redatores de jornais, diretores de imprensa do estado, etc.” Os governos de todas as nações civilizadas, a contínua prática em todas as épocas e em todos os países do mundo, administram suas finanças, suas rendas, suas aduanas, seus bancos de créditos e sem necessidade de outros exemplos, seus exércitos, suas esquadras e seus arsenais. Só os países degenerados aceitam e buscam fora os administradores das grandes instituições e riquezas, sejam de caráter das mencionadas, ou dons da natureza como seus silos, portos, istmos, etc.

Como verificado no capítulo em que se tratou das influências sofridas por Horta Barbosa ao longo de sua trajetória, sua ligação com os nacionalistas dos países vizinhos era realmente notável. Depois de citar os resultados positivos da YPF no exercício de 1945, ele diz que não se pode admitir que os Estados argentino, uruguaio, mexicano, chileno e boliviano tenham capacidade para exercer com sucesso o monopólio da indústria do petróleo, com a obtenção de resultados dignos de admiração e que no Brasil isso não seja possível. Isso, disse Horta Barbosa, seria aceitar que os brasileiros seriam inferiores aos povos dos países vizinhos citados.

Falou também sobre os recursos que devem ser destinados à área de pesquisa, fundamental no desenvolvimento da indústria petrolífera. Sobre isso, lembrou que tanto os “trusts” quanto os países que adotavam o monopólio estatal como “Rússia, Argentina e México” tiravam esses recursos dos rendimentos obtidos com a comercialização dos produtos da indústria do refino, sendo esse o “caminho natural a seguir”.

Devemos ter sempre presentes os abusos dos “trusts” nesse particular. Na Revista do Ministério do Fomento da Venezuela, número de dezembro de 1938, o Dr. Antônio Planchart Burguilhos, da Faculdade de Ciências Políticas da Universidade Central, além de advogado consultor da Dirección de Hidrocarburos do referido Ministério, refere-se às dificuldades opostas pelos “trusts” em fornecer aos governos os dados colhidos durante a pesquisa e lavra assim se expressa: “Posso dizer que nesta matéria tem havido o mais torvo dos egoísmos por parte de muitas empresas que exploram nossa riqueza mineral. Consta, sem nenhuma dúvida, que as companhias fazem frequentemente os mais perfeitos levantamentos e sem embargo, sempre têm regateado os dados exigidos não só pela lei como também pelas normas técnicas da topografia. Tem havido neste assunto, em certas oportunidades, uma espécie de conspiração para manter a administração pública na ignorância da riqueza mineral do país; costumam as empresas proporcionarem-se dados ao ouvido, uma às outras, mas com frequência não chegavam ao governo os dados estatísticos mais simples, custando bom trabalho obrigá-las a cumprirem a lei. Em certas ocasiões, tive a impressão de assistir a um tácito propósito mútuo de fomentar a ignorância do governo, como o mais precioso dos tesouros de que podem desfrutar algumas companhias”. Este é o proceder dos “trusts”.

Ao finalizar sua primeira conferência, Horta Barbosa reafirmou pontos centrais de sua tese, dizendo que pesquisa, lavra e refinação, constituem as partes de um todo, cuja posse assegura poder econômico e poder político. E que o petróleo é bem de uso coletivo, criador de riqueza, não sendo, portanto, admissível que se possa conferir a terceiros o exercício de uma atividade que se confunde com a própria soberania nacional. E que, diante disso, só o Estado tem qualidades para explorar o petróleo, em nome e no interesse dos mais altos ideais de um povo.

No dia seis de agosto de 1947, novamente diante de um numeroso auditório e mais uma vez no Clube Militar, Horta Barbosa voltou a defender pontos da tese nacionalista do monopólio estatal do petróleo. Essa conferência foi um complemento da primeira, tendo tido (apesar do boicote da imprensa) grande repercussão política entre os militares e também junto à população.

Ainda no início, Horta Barbosa defendeu a legislação de orientação nacionalista, afirmando que a política do petróleo adotada pelo Brasil vinha, essencialmente, sendo orientada no sentido de satisfazer do melhor modo aos imperativos da defesa nacional-militar e econômica. Foi, disse, em função disso que a legislação correspondente foi reclamada, em fevereiro de 1938, pelo Estado-Maior do Exército, então chefiado pelo General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, sob a alegação de salvaguardar a soberania do País. Na ocasião, a proposta do Estado-Maior foi a nacionalização da indústria do óleo cru ou seu monopólio pelo Estado.

O assunto foi encaminhado pelo Conselho Superior de Segurança Nacional ao Conselho Federal do Comércio Exterior. Após exaustiva e minuciosa análise do problema, foi promulgado o Decreto-Lei nº 395, de 1938, que declarou de utilidade pública o abastecimento nacional do petróleo e ainda estabeleceu que as empresas de refinação do óleo só poderiam ser formadas por capitais constituídos por brasileiros natos. Deste modo, deixou o Brasil de fazer exceção à diretriz nacionalista que em todos os povos cultos vinha norteando a política do combustível líquido. Foi este, sem dúvida, o primeiro passo no sentido da instauração de uma política adequada a tornar o país livre da tutela dos “trusts” no suprimento de petróleo.

Ainda segundo Horta Barbosa, essa legislação teria vindo a tempo de impedir que uma das ramificações dos “trusts” concluísse, em São Paulo, a montagem

clandestina de uma pequena refinaria, de capacidade diminuta e antieconômica, velha e obsoleta, destinada a operar apenas o fracionamento primário do óleo. Para ele, foi o temor que o País adotasse uma legislação de matiz nacionalista, como acabou acontecendo, que teria levado a companhia de capital estrangeiro a, de forma apressada, tentar montar um simulacro de refinaria para no futuro poder alegar um “suposto direito adquirido”. Em verdade, foi Horta Barbosa, então na presidência do CNP, que impediu pessoalmente que a tal “refinaria” se concretizasse. Na conferência do Clube Militar, ele fez alusão ao ocorrido.

Visitei essas inacabadas instalações, as quais também foram inspecionadas por técnicos do Conselho. Eram tão mesquinhas que, concluídas, só poderiam dar produtos de qualidade inferior e por preço acima do produto importado, caso não prevalecesse à proteção aduaneira. Visando, creio, unicamente contrapor a teoria do fato consumado à lei que nos resguardasse o interesse. O governo acudiu a tempo pelo que ainda podemos hoje escolher, livremente, o caminho a seguir, sem o embaraço de complicações internacionais.

Ainda falando sobre a estrutura legal relativa à questão da indústria do petróleo, Horta Barbosa, afirmou que essa legislação (que por sua iniciativa acabou por originar o Conselho Nacional de Petróleo – CNP) não se constituiu em nenhuma grande novidade, pois foi apenas um reflexo em nosso País de prática consagrada entre todos os povos civilizados. Para apoiar suas opiniões, citou em seguida uma série de estadistas, técnicos e economistas.

O Dr. Zoilo Saldias, então Ministro da Indústria e Trabalho do Uruguai, ao inaugurar a destilaria de La Teja, disse: “A política do combustível, em todo mundo, tende a nacionalizar a indústria do petróleo. No futuro, distinguir-se-ão os povos e já se distinguem, em duas categorias: os que possuem em seu subsolo a riqueza incomparável do petróleo e os que não possuem. Mas os povos economicamente livres não se distinguirão jamais por haverem declarado, uns genuinamente nacionais a indústria do petróleo e outros não, porque todos os povos livres do mundo e os que mereçam ser, possuam ou não petróleo, hão de considerar sempre a indústria do combustível líquido como atividade de interesse e de utilidade pública”. Do mesmo modo, em conferência realizada em 1939, no Instituto de Estudos Livres do Centro Argentino de Engenheiros, o Dr. Mário L. Villa, que é considerado um técnico dos mais autorizados, declarou: “Não falaremos agora, porque não é

oportuno, a história da evolução do petróleo nos últimos tempos, nem nos referiremos à importância cada vez maior que vem adquirindo, nem ao valor que realmente alcançou nos momentos atuais, nem as lutas que no mundo tem desencadeado para conservá-lo quem o tem e conseguiu-lo quem não possui, mas sim consideramos necessário o oportuno mencionar estas circunstâncias e destacar que hoje todos os países tratam os assuntos de petróleo com espírito eminentemente nacionalista, procurando assegurar sobre o mesmo o maior controle possível”. No seu conhecido livro Le Petrole et L’Etat, escreveu André Bihel: “Nenhum país pode pretender ocupar lugar digno entre as nações mundiais se não tem garantia da posse de petróleo, fonte insubstituível de toda atividade militar, industrial e até agrícola”. O autor citado transcreve a opinião de Berenger que considerava o petróleo o fundamento do poder, conforme se infere do trecho seguinte: “Impera quem tem petróleo. Impera nos mares pelos óleos pesados. Impera nos céus pelas essências leves, nos continentes pelas gasolinas. Impera no mundo pelo poder financeiro ligado a uma matéria mais preciosa, mais envolvente e mais dominadora do que o próprio ouro.

Voltando a falar mais especificamente sobre a importância da autonomia em petróleo como necessidade da defesa nacional, Horta Barbosa lembrou “o impressionante” domínio da aviação e o intenso, poderoso e decisivo emprego da motomecanização durante o conflito mundial que tivera fim em período ainda recente naquela época. Para ele, os dados disponíveis em relação ao emprego das reservas petrolíferas naquele conflito bélico, confirmavam e impunham o conceito de que nenhum governo poderia deixar de considerar o abastecimento do petróleo como elemento essencial na organização da defesa militar. Diante disso perguntou de que valeriam o Exército, Marinha e Aeronáutica, dinheiro e mesmo populações inteiras, se faltasse petróleo para que se movimentassem.

Isso, para Horta Barbosa, constituiria evidência mais do que suficiente de que a garantia de regularidade no abastecimento de combustíveis derivados do petróleo não poderia ficar nas mãos do interesse privado e muito menos provenientes de nações estrangeiras, mesmo as consideradas amigas. Essa visão, enfatizou, seria consensual nos principais países do mundo que, em consequência disso, interviriam na indústria petrolífera ou através de entidades autônomas ou, então, por companhias das quais deteriam o controle acionário.

Voltando a defender a legislação de matiz nacionalista para os recursos minerais, afirmou que deveria ser reconhecido que essa era a orientação dada por todos os povos zelosos de sua própria soberania. Disse também, que embora a defesa dos recursos naturais do País fosse acusada de ser jacobina e tacanha, sua única preocupação era a preservação para os brasileiros do que já lhes pertencia.

Que dizer-se então dos outros povos que não se satisfazem com as riquezas que possuem e procuram apoderar-se das existentes em terras estranhas? Wallace Pratt, eminente geólogo americano, em dissertações aos estudantes da Universidade de Kansas, disse que o seu governo havia de novo insistido junto aos industriais de óleo para que adquirissem propriedades de petróleo no exterior, recomendando; “É de capital importância que as nossas, companhias adquiram e explorem com intensidade esse campos (México e América do Sul) não apenas como fonte de abastecimento futuro, mas de abastecimento sob controle de nossos cidadãos”. Essa política não é só dos Estados Unidos, mas de todas as grandes potências. Em 1913, na Câmara dos Comuns, disse Churchill: “É nossa linha política traçada no sentido de que o almirantado deveria tornar-se, com plena independência, o proprietário e o explorador de jazidas capazes de atender às suas próprias necessidades de combustíveis líquidos. Em primeiro lugar, constituirá reservas de tempos de paz e de sorte a não sofrermos as flutuações do preço no tempo de guerra. Em segundo lugar, deverá poder comprar em condições vantajosas petróleo bruto lançado no mercado. O terceiro aspecto de nossa política petroleira é que cumpre sermos donos ou de qualquer maneira, os controladores, nos lugares de extração, de uma proporção razoável da quantidade de óleo bruto que exijam as nossas necessidades. (Le Petrole dans Le Monde – Victor Forbin)

Se na primeira conferência usou uma argumentação centrada principalmente em números e dados, nessa segunda Horta Barbosa tratou de questões claramente políticas, com um discurso firmemente orientado para as posições nacionalistas. Nessa direção, afirmou que a política de portas abertas que os Estados Unidos recomendam para os outros países consiste em que todos os governos suprimam as discriminações que se opõem à livre prospecção e exploração das riquezas de qualquer país por qualquer país, por qualquer companhia, ainda que estrangeiras.

No entanto, quando a Mexican Eagle, de nacionalidade inglesa, obteve concessões de petróleo em Costa Rica, Haiti, Venezuela, Colômbia e Equador, os Estados Unidos fizeram com que

fossem anuladas, apesar de já terem sido ratificadas, pelos respectivos parlamentos, conforme relatou o General Alonso Baldrich, em conferência pronunciada no Centro Naval de Buenos Aires. Citou então o conferencista ainda as seguintes palavras do Presidente Wilson: "... fala-se frequentemente, de concessões outorgadas a estrangeiros por países da América Latina; já se ouviu alguma vez que os Estados Unidos tenham feito concessões semelhantes? Em nosso país, os estrangeiros não têm tais concessões". Não existe o monopólio do estado, mas firmou-se o privilégio em favor da "Standard", sob constante censura de autoridades econômicas. Os professores Prudy, Lindahl e Caster assinalam que a "Standard" nunca se animou de qualquer espírito de filantropia. Concorrentes foram eliminados por processos desleais. Em Los Angeles, enquanto dominava dois terços do mercado, a "Standard" vendia óleo a 7,5 centavos por galão, o que representava uma perda superior a 3 centavos. Próximo, em Maryville, onde não havia competição o preço era de 13,5 centavos. Citam os autores referidos que produtores independentes provaram que um centavo por galão de óleo refinado era mais do que suficiente para cobrir o custo e o lucro ao tempo em que, de 1900 a 1906, a "Standard" cobrava em média 3,5 centavos.

Nessa mesma linha, lembrou que até a adoção da legislação de caráter nacionalista adotada em 1934, os "trusts" puderam pesquisar com inteira liberdade em todo o território nacional. Tendo obtido autorização para ocupar todas as áreas solicitadas. Mas que não se sabia ao certo se haviam de fato promovido pesquisas e que resultados teriam obtido.

Desde, porém que a lei lhes tomou defesa a pesquisa, assoalhas-se que eles é que sabem onde está o petróleo e que basta ser modificada a lei para fazê-lo jorrar. Se isso fosse verdade provaria a falta de sinceridade de seus propósitos. Tendo achado petróleo, dentro do regime então vigente, silenciaram, quando podiam, de acordo com a lei, lavrar a jazida. Qual a razão? Para a formação de reservas, sem nenhuma consideração pelos interesses econômicos e militares no país. Se não é exata a afirmativa pretende-se apenas laquear a boa-fé do governo e do povo, espalhando-se que os "trusts" sabem onde está o petróleo.

Horta Barbosa demonstrou indignação com o fato de que só após a descoberta de petróleo no Brasil, através de iniciativa governamental, patrocinada exclusivamente por recursos públicos, é que os "trusts" entraram em ação buscando espaço para participar das pesquisas e extração do petróleo brasileiro. Sobre isso, afirmou que em face dos

precedentes, a obrigação dos brasileiros era a de não admitir a participação dessas empresas estrangeiras (os *trusts*) no desenvolvimento da indústria petrolífera no País.

O futuro líder da campanha “*d’O Petróleo é Nosso*” lembrou também que esses “*trusts*” tinham o apoio dos serviços diplomáticos de seu país de origem nas pressões exercidas para conquistarem o controle das operações petrolíferas de outras regiões do mundo.

Na revista Oil Weekly, de 16.01.45, encontra-se uma série de recomendações feitas pelo "Petroleum Industry Research Foundation" em torno da política americana de petróleo. A quinta recomendação reza o seguinte: "Nossa política externa deve ser tal que preste, aos americanos empenhados em negócios de petróleo no mundo, todo apoio diplomático que seja legítimo e necessário". Nas recomendações feitas ao Comitê do Senado, o Exército realizou quatro pontos, dos quais o primeiro é: "Proteção garantida pelo governo aos nacionais americanos no estrangeiro, no emprego e desenvolvimento dos seus direitos legais." Ao mesmo propósito, Mr. Rayner, assistente de petróleo do Departamento de Estado, advogou uma forte política externa de petróleo para este país, uma política que "plenamente reconheça" nosso interesse nacional em cada uma das áreas petrolíferas do mundo e "promova um programa de ação que esteja em consonância com as nossas responsabilidades nacionais e nossa segurança futura." Analogamente, ferindo de frente a questão do endosso governamental aos nacionais no estrangeiro, Edward F. Johnson, consultor da "Standart Oil New Jersey", declarou ao Comitê do Senado: "A indústria petrolífera nos seus esforços no estrangeiro deveria receber de pleno coração o endosso do seu governo. Não somente o endosso oficial é importante em si mesmo, mas todo o mundo deveria saber que essa indústria tem consistente e contínuo apoio do governo. (World Petroleum, agosto 1945, pág. 45).

Essas ações, para ele, tinham um significado claro: tratava-se de imperialismo. É o que se pode depreender do trecho da conferência em que Horta Barbosa se utiliza da Declaração de Chapultepec⁹⁰, lembrando que por ela a cooperação econômica entre os países do continente se tornou obrigatória e ao mesmo tempo tornou-se proibida qualquer forma de prática imperialista. Em seguida, destacou dois itens da Declaração: o de número 18 e o de número 19:

⁹⁰ Declaração de solidariedade entre as nações do continente americano, que se reuniram na localidade mexicana de Chapultepec, em março de 1945.

Erigimos em princípio a solidariedade econômica do continente americano. A era do imperialismo terminou. A miséria de qualquer de nossos Estados, seja como a pobreza e desnutrição ou insalubridade, afeta cada um de nossos países e, portanto, a todos eles, em sua prosperidade conjunta; Iniciamos a era de cooperação econômica, em que coordenamos os interesses particulares para criar a economia da abundância que – eliminando o aproveitamento dos recursos naturais e do trabalho humano em benefício exclusivo de grupos de interesses de exploração, nacionais ou estrangeiros – permita elevar as condições de vida de todos os povos americanos.

Em seguida, afirmou que, tendo os dois artigos citados como base, não seria difícil encontrar a fórmula de estreita cooperação e em ter dois países unidos por ideais comuns. Afirmou também que o povo dos Estados Unidos podia ter a certeza que nenhum aliado seria mais decidido e leal do que os brasileiros, mas que o Brasil não podia vacilar entre garantir suas reservas de petróleo ou entregá-las ao controle de terceiros. Afirmou também que o território de nosso País não se constituía apenas da parte superficial, pois compreendia, tanto quanto a superfície, o subsolo e as riquezas minerais que encerra.

Concluindo, lembrou que durante os cinco anos em que exerceu a presidência do Conselho Nacional do Petróleo foi constantemente assediado para concordar com a modificação da Constituição e da lei, de modo a ser facultada a intromissão do domínio estrangeiro na indústria do petróleo. E que não foram poucos os sacrifícios que teve que fazer para manter a resistência. Disse ainda que naquele momento se assistia a uma nova ofensiva dos que desejavam impedir que o Brasil tivesse a autonomia na questão do petróleo e conclamou todos os patriotas para resistirem a essa ofensiva.

Como poderá ser verificado de forma mais concreta no próximo capítulo, essas duas conferências de Horta Barbosa no Clube Militar podem ser consideradas marcos da virada que redundou na criação da Petrobras. Sua argumentação serviu de instrumento para a gigantesca campanha de esclarecimento da população brasileira que seria desencadeada logo em seguida, e que se desenvolveria pelos seis anos seguintes.

O impacto positivo causado entre os militares e também na opinião pública, expôs sua posição de proa em defesa da tese nacionalista e o colocou no alvo dos que não desejavam o monopólio. Ainda em 1947, portanto antes mesmo da campanha “*d’O Petróleo é Nosso*” ganhar às ruas, a grande imprensa da época (aqui representada pelo *Correio da Manhã*) passou a combater duramente a tese Horta Barbosa atribuindo-a ao Partido Comunista e às orientações oriundas de Moscou.

Já na edição do *Correio da Manhã*, de sábado, nove de agosto de 1947, na cobertura da Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi publicada a notícia de que o vereador Amarílio Vasconcelos havia solicitado a transcrição para a ata, da palestra do General Horta Barbosa no Clube Militar.⁹¹ A nota registrava que o pedido do “representante comunista” foi deferido e que, diante disso, o vereador Carlos Lacerda (UDN) afirmou que “o Sr. Horta Barbosa ficara 10 anos na presidência do Conselho Nacional do Petróleo – CNP – sem concretizar nenhum dos conceitos que expôs em sua palestra feita no Clube Militar”. Em seis de agosto de 1947, foi publicada uma carta assinada por um certo comandante Mario R. Pereira, criticando o General Horta Barbosa. A carta taxava o projeto de monopólio estatal do petróleo como sendo fruto de “um nacionalismo bolorento”, e que seus defensores pretendiam transformar o Brasil “em campo de concentração”. O autor elogiou as posições defendidas pelo General Juarez Távora e pelo Brigadeiro Eduardo Gomes, a quem chamou de “verdadeiros patriotas”.

No dia dez de agosto de 1947, que caiu em um domingo, na segunda página, Carlos Lacerda teceu elogios à palestra feita pelo General Juarez Távora em defesa da abertura da indústria petrolífera para o capital estrangeiro, sob o argumento da defesa do Ocidente cristão, e ao associar a campanha “*d’O Petróleo é Nosso*” aos comunistas, aproveitou para atacar Horta Barbosa.⁹² “É a serviço dessa corrente que vai se colocar um homem honesto e ingênuo, um inocente útil, o Sr. General Horta Barbosa”. Em seguida, afirmou que Horta Barbosa estava sendo “insuflado” por um parente

⁹¹ Era prática do *Correio da Manhã*, e também dos outros diários da época, fazer a cobertura por setor. Assim, havia o noticiário dos ministérios, Câmara Municipal, Câmara dos Deputados, Senado, Delegacia de Polícia, etc.

⁹² Essa postura de Lacerda, que depois será utilizada por todos os inimigos da tese Horta Barbosa, é falaciosa visto que a bancada do PCB na Constituinte, incluindo o próprio Prestes havia defendido a participação da iniciativa privada, coerente com a proposta de aliança com a burguesia nacional do programa do PCB.

(provavelmente fazia referência a Luiz Hildebrando Horta Barbosa) e teria sido “seduzido pela proposta de ser candidato à presidência”.⁹³ Para o vereador da UDN e colunista do *Correio da Manhã*, as duas conferências realizadas pelo General Horta Barbosa no Clube Militar, em defesa do monopólio estatal do petróleo, tinham como objetivo o alavancamento de sua candidatura à Presidência da República nas eleições marcadas para 1950, visando à sucessão de Eurico Gaspar Dutra. Lacerda afirmou que as propostas de Horta Barbosa eram de um “diversionismo delirante”, e que os apoios obtidos pelas posições defendidas por Horta Barbosa são frutos da “propaganda russa”.

Terça-feira, dia 12 de agosto de 1947, Lacerda atacou novamente o General Horta Barbosa. Sob o título “recital de harpa”. Em seu estilo agressivo de escrever, chamou o General Horta Barbosa de “harpista consumado”. Abriu com uma lista de acusações dizendo que o general, “durante os 10 anos em que foi presidente do Conselho Nacional de Petróleo”, havia impedido que se explorasse petróleo no País. Isto teria ocorrido, segundo Carlos Lacerda, porque Horta Barbosa, teria se “apegado à miragem do monopólio estatal”. Esse “apego” para Lacerda seria fruto de “tese diversionista propagada pela propaganda de Moscou” como ficaria claro, ainda para o jornalista e prócer da União Democrática Nacional, nas “barbaridades” defendidas pelo General Horta Barbosa na “desastrada conferência” do Clube Militar. No encerramento do texto, Lacerda, mais uma vez, faz o contraponto com Juarez Távora, a quem teceu rasgados elogios.

Em 1948, Eurico Gaspar Dutra enviou ao Congresso Nacional um projeto de Lei que acolhia as posições defendidas por Juarez Távora, nas palestras do Clube Militar, e que agradavam a maioria da imprensa da época, aos representantes dos partidos políticos conservadores (UDN e PSD), à cúpula militar, aos interesses dos Estados Unidos. Horta Barbosa, então, participou da organização do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, juntamente com políticos, militares, intelectuais, sindicalistas, estudantes, etc. Logo depois surgia (por iniciativa do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo) a campanha “d’O Petróleo é Nosso”.

⁹³ Essa é outra falácia de Lacerda, pois não existe nenhuma evidência (por mais tênue que seja) de que essa possibilidade tenha sido levantada em algum momento.

Só que, para os interesses representados pelos grandes jornais, o projeto recusado pelos nacionalistas ainda era tímido. Em primeiro de janeiro de 1948, quinta-feira, Carlos Lacerda usou como título de sua coluna “Ridículo e Nefasto”. No texto, atacou o anteprojeto que a comissão instituída pelo então presidente Eurico Dutra, que governava com o apoio de seu partido, a UDN, havia elaborado para enviar ao Congresso. A intenção do governo era que o documento redigido pela comissão – cujo presidente Odilon Braga era dirigente da UDN e contou com a assessoria de dois técnicos estadunidenses indicados pelo embaixador dos EUA no Brasil – fosse transformado no novo estatuto do petróleo. Mas ele foi rejeitado tanto pelos que defendiam os interesses das empresas e do governo dos EUA (como Lacerda) quanto pelos defensores do monopólio estatal do petróleo.

Em suas críticas ao anteprojeto, Carlos Lacerda defendeu mais uma vez as posições defendidas nas conferências do General Juarez Távora e voltou a atacar a campanha “*d’O Petróleo é nosso*”, pois para ele os defensores do monopólio estatal eram dirigidos a partir dos interesses da “Rússia, que “eram defendidos pelo PCB” e também criticou novamente o General Horta Barbosa.⁹⁴ Carlos Lacerda afirmou querer que não se tivesse nenhuma dúvida que a campanha pelo monopólio era do Partido Comunista e afirmou:

Outros fatores que se unem ao objetivo fundamental do Partido Comunista são: a) O desejo de um grupo de burocratas do petróleo, tendo à frente o Sr. Horta Barbosa, em manter essa riqueza à mercê de um nativismo tatibitate e truculento que até agora nada produziu e vive mais caçando verbas no orçamento do que furando poços no campo: b) A colaboração, nem sempre ingênua por que frequentemente de fundo eleitoralista (Ah! Os votos comunistas...) dos nacionalistas de última hora, empenhados em financiar o petróleo com o inexistente dinheiro dos institutos⁹⁵ ou com empréstimos tomados... aos norte-americanos.

Os ataques desferidos por Carlos Lacerda contra os nacionalistas continuaram intensos. Na edição de terça-feira, primeiro de junho de 1949, utilizou uma citação de Winston Churchill que, durante a Segunda Guerra Mundial, fez a afirmação que

⁹⁴ Que foi ouvido na elaboração do anteprojeto como representante das Forças Armadas, pois era o chefe do Estado-Maior.

⁹⁵ Referia-se certamente aos institutos de previdência criados pelo governo anterior de Getúlio Vargas.

“fraqueza não é traição, mas o resultado é o mesmo”, para fustigar, mais uma vez, o ex-Presidente Artur Bernardes e o General Horta Barbosa, que segundo ele estariam sendo “fracos” em relação aos comunistas do PCB.

Mas, essa barragem não foi suficiente para enfraquecer a campanha nacionalista. A defesa “*d’O Petróleo é Nosso*” mobilizou a população, atingindo até mesmo setores que não costumavam participar das discussões políticas. A hostilidade do aparelho repressivo estatal (herdado da ditadura do Estado Novo), dos grandes jornais, além das principais lideranças dos maiores partidos (UDN e PSD), foi insuficiente para derrotar o projeto nacionalista.

Em 1950, Horta Barbosa foi eleito vice-presidente do Clube Militar na chapa presidida pelo General Nilton Estillac Leal. As eleições foram marcadas pelo debate relativo à definição do modelo de exploração do petróleo. A chapa Estillac Leal-Horta Barbosa, obviamente defendia o monopólio estatal, a chapa derrotada, teve como candidato a presidente, o General Cordeiro de Farias, que se destacava como um dos militares mais envolvidos na defesa da exploração privada e internacionalizada do petróleo.

Horta Barbosa assumiu a presidência do Clube Militar após o General Estillac Leal ter sido nomeado pelo recém-eleito Presidente Getúlio Vargas (que havia derrotado em eleições diretas o Brigadeiro Eduardo Gomes, candidato da UDN) para o Ministério da Guerra. Em sua gestão, a *Revista do Clube Militar*, dirigida pelo general Néelson Werneck Sodré, além de tomada de posição em favor da campanha “*d’O Petróleo é Nosso*”, criticou a proposta de criação de um exército interamericano e a de enviar tropas brasileiras para combater na Guerra da Coreia, como desejavam o governo dos Estados Unidos e seus aliados no Brasil, entre os quais se alinhavam os militares que integravam a chapa presidida pelos generais Alcides Etchegoyen e Nelson de Melo, derrotada por Estillac Leal-Horta Barbosa nas eleições do Clube Militar de maio de 1952.⁹⁶

⁹⁶ Sobre a questão relativa a eventual participação do Brasil na Guerra da Coreia, o melhor livro sobre o assunto é o de Vágner Camilo Alves, “Da Itália à Coreia. Decisões sobre ir ou não ir à guerra” (2007). Nesse trabalho ele procurou explicar quem e quais motivos levaram as autoridades brasileiras a resolver contra a participação dos brasileiros no conflito que se travava na península coreana. O autor já havia realizado pesquisa sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial (ALVES, 2002). Por isso,

Mesmo eleito com o apoio dos setores nacionalistas, Getúlio Vargas enviou ao Congresso, em dezembro de 1951, anteprojeto que, no entendimento das lideranças nacionalistas, apenas mitigava os aspectos mais criticados do enviado por Eurico Gaspar Dutra, e que, atendia aos que defendiam a iniciativa privada e o capital estrangeiro. Para uma comissão nomeada pelo Clube Militar, o anteprojeto enviado pelo Governo Getúlio Vargas ao Congresso Nacional era “*profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar do País; não havendo outro caminho senão a afirmação sempre mais eloquente da Tese Horta Barbosa*”. (LEMOS: 1999, pp. 509-511).

Diante das posições assumidas pelo Clube Militar e de sua identificação com elas, Estillac Leal foi alvo de uma campanha intensa e Getúlio Vargas não o sustentou no Ministério da Guerra. Em novas eleições para o Clube Militar, tentou se reeleger e Horta Barbosa figurou novamente como seu candidato a vice-presidente. Mas a chapa nacionalista não conseguiu repetir a vitória do pleito anterior. A vencedora foi a chapa da Cruzada Democrática presidida pelo General Alcides Etchegoyen, após uma campanha em que “quartéis foram transformados em locais de torturas, oficiais transformaram-se em carrascos, celas em câmaras de defuntos, com a anuência, ou a cumplicidade de comandantes de unidade e com o conhecimento de generais.” (SODRÉ: 1965, pp. 326-339, sublinhado pelo autor desta tese, Raphael de Carvalho, RC)

Mesmo diante de tal quadro, a Tese Horta Barbosa continuou empolgando amplos setores da população até (e por isso mesmo) tornar-se vitoriosa com a criação da Petrobras, em abril de 1954.⁹⁷ Após a criação da empresa, nos moldes pelos quais ele havia lutado com denodo durante praticamente três décadas, Julio Caetano Horta Barbosa, então com 72 anos, retirou-se da vida pública.

em muitos sentidos, as investigações sobre um e outro caso estão interligadas, embora sejam distintas em si mesmas.

⁹⁷ MIRANDA (1983), COHN (1968), SODRÉ (1965), entrevistas e as pesquisas em publicações da época.

2.4. Os Militares e a Campanha “d’O Petróleo é Nosso”

O processo que acabou por desembocar na campanha *d’O Petróleo é Nosso* e na criação da Petrobras, teve início nos anos imediatamente posteriores à vitória da Revolução de 1930. Na época, os nacionalistas puderam contar com aliados como Góis Monteiro, na defesa do projeto de monopólio estatal.⁹⁸ Com as mudanças ocorridas após 1945, a situação se modificou bastante. Tanto o governo Dutra, quanto os principais partidos com peso no parlamento (PSD e UDN), assim como as demais forças com influência naquele momento, como os meios da mídia impressa, estavam a favor da abertura para o capital internacional, ou guardavam em relação ao tema uma posição de indiferença.

Como a história registrou, quando Dutra enviou ao Congresso o anteprojeto do estatuto do petróleo já no final de seu mandato, em 31 de janeiro de 1951, a resistência dos nacionalistas já estava fortalecida suficientemente para impedir que ele fosse aprovado. Isso não se deu de forma repentina. No mesmo ano em que Eurico Dutra decidiu ouvir a Embaixada dos Estados Unidos e nomear a comissão para elaborar uma legislação que permitisse a entrada das grandes empresas privadas dos EUA na exploração da indústria petrolífera no Brasil, os militares nacionalistas também decidiram ampliar sua luta pelo monopólio estatal.⁹⁹

Naquele momento, tudo parecia se encaminhar para a adoção de uma política petrolífera de acordo com os interesses dos Estados Unidos. A proposta de abrir o setor para a iniciativa privada de origem internacional contava com respaldo de setores importantes do governo Dutra, da cúpula das Forças Armadas e da imprensa. Para enfrentar conjunto político de forças tão poderosas, os nacionalistas procuraram mobilizar o apoio popular a partir de um posicionamento institucional que pudesse

⁹⁸ Autores como MIRANDA (1983) lembram a simpatia de Góis Monteiro pelo nazifascismo para explicar seu apoio ao monopólio nos anos 30. Esse apoio teria sido uma forma de evitar que o estratégico produto fortalecesse o esforço de guerra dos EUA contra o Eixo. Com o novo quadro surgido no pós-guerra, quando seu anticomunismo visceral o colocou (como tantos nazistas e fascistas) na órbita dos EUA, ele mudou de posição. (MIRANDA: 1983, p. 34 e JUDT: 2007).

⁹⁹ “No caso da luta pela exploração do petróleo, não fosse a forte disposição de setores militares de orientação positivista a devotarem uma grande paixão pelos símbolos nacionais republicanos, a luta pelo monopólio do petróleo não teria alcançado a repercussão e o poder de persuasão que acabou conquistando. Contudo, a capacidade de os comunistas interagir com esses agrupamentos nacionalistas de inspiração positivista representou uma importância não desprezível.” (PENNA: 2005, p. 55).

liderar tal mobilização. Naqueles tempos um dos atores mais importantes no cenário político nacional era a corporação castrense. Foi, assim, no Clube Militar, no Rio de Janeiro, importante não só pelo seu simbolismo, mas por representar, naquela época, a opinião da maioria do oficialato, que se procurou constituir o núcleo principal da campanha.

Derrotados no interior do aparelho de Estado, espaço que Gramsci chamou de “sociedade política”, o que ficou claro quando Horta Barbosa se viu na contingência de pedir demissão do CNP, os militares nacionalistas investiram nas possibilidades abertas a partir de 1945 e mudaram de estratégia indo buscar o apoio da sociedade civil.¹⁰⁰ Essa possibilidade começou a ganhar corpo quando dos debates sobre a melhor proposta para o desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil promovidos pelo Clube Militar. A palestra de abertura coube ao então chefe do Estado-Maior do Exército, um dos líderes militares da Revolução de 30 e da Escola Superior de Guerra, General Juarez Távora, em 21 de maio de 1947. Ele defendeu a abertura para a exploração através das empresas estrangeiras. Em defesa dessa posição, argumentou com a urgência em se produzir petróleo no Brasil, tendo em vista o quadro de ameaça de uma nova guerra de grandes proporções e da necessidade dessas reservas para a defesa do ocidente. Falou também sobre as obrigações morais do Brasil em relação à solidariedade militar com os Estados Unidos.

A mudança de Juarez Távora, da concordância com os relatórios que diziam não haver petróleo no Brasil para a defesa da urgência em sua exploração e na necessidade disso ser feito pelas empresas sediadas nos Estados Unidos coincide com a orientação da cúpula militar estadunidense, como pode ser verificado no texto abaixo:

Um novo estudo realizado pela Petroleum Army-Navy Board em 1946 para o Estado-Maior constatou que, em caso de uma futura emergência nacional, as fontes disponíveis de petróleo para os Estados Unidos a partir do hemisfério ocidental não seriam suficientes para atender às necessidades militares. A Segunda Guerra Mundial havia drenado o petróleo dos EUA

¹⁰⁰ Segundo Gramsci, sociedade civil é o conjunto de organismos habitualmente classificados como privados. Universidade, imprensa, partidos, sindicatos, Igreja, etc. Para ele, por exemplo, na Idade Média a Igreja representou a sociedade civil, porquanto entendida como “aparelho de hegemonia do grupo dirigente que não dispunha de aparelho próprio, isto é, não tinha uma organização cultural e intelectual própria, mas sentiu como tal a organização eclesíastica universal”. (BOBBIO: 1982, pp. 32 e 33).

numa taxa substancialmente maior do que o de qualquer outro país ou qualquer outra área produtora de petróleo no mundo. O relatório constatou que os Estados Unidos estava se tornando cada vez mais dependentes de fontes externas de abastecimento. Devido à vulnerabilidade do Oriente Médio em condições de emergência, a aceleração recomendada pelos militares dos EUA era a expansão da exploração e desenvolvimento dos recursos petrolíferos da América Latina (HEINES: 1989, pp. 21 e 22 traduzido do inglês pelo autor desta tese, RC).

Segundo o Brigadeiro Rui Moreira Lima, o convite a Távora foi feito em atendimento as sugestões do Coronel Henrique Cunha, diretor do Departamento Cultural e da Revista do Clube Militar e do então Tenente-Coronel Aviador Francisco Teixeira, que também integrava a diretoria do Clube. A escolha teria sido feita pelo passado nacionalista de Juarez Távora, que em 1934, como integrante do governo Vargas, defendera as riquezas do subsolo. Só que a palestra de Távora tomou um caminho totalmente diferente (MIRANDA: 1983, p. 40).

Para decepção de todos nós nacionalistas que comparecemos em massa à conferência do general, este simplesmente encampou a ideia de concessões com a participação do capital estrangeiro. Antes que o pronunciamento de Juarez tomasse corpo na união dos associados, Henrique Cunha e Francisco Teixeira, em seguida, 'foram buscar em casa', o ex-presidente do Conselho Nacional de Petróleo – General Julio Caetano Horta Barbosa – para realizar no mesmo local – o Clube Militar – conferência sobre o mesmo tema: petróleo.¹⁰¹ (Apud. MIRANDA: 1983, p. 40).

Foi então que os nacionalistas recorreram ao General Horta Barbosa, que era conhecido pela defesa do monopólio estatal e havia sido o responsável pela criação do Conselho Nacional do Petróleo, órgão do qual havia sido o primeiro presidente.

¹⁰¹ Todos os autores que tratam dessa questão (VICTOR, DIAS e QUAGLINO, COHN, MIRANDA) repetem essa versão. Porém Juarez Távora já vinha ao longo dos anos dando sinais de afastamento das teses nacionalistas. Ainda no Ministério da Agricultura, referendara sempre os laudos de técnicos estrangeiros como Opemheimer e Malanphy, que afirmavam não haver petróleo no Brasil. Integrava o grupo de militares que derrubara Getúlio Vargas e, como líder da ESG, era um defensor da política de alinhamento automático com os Estados Unidos, o que significava em última instância a defesa das políticas daquele país em relação às reservas brasileiras de minerais estratégicos. Além disso, tinha divergências históricas com os militares mais próximos ao General Horta Barbosa, tendo sido responsável direto pela decisão do Marechal Rondon de pedir para deixar o serviço ativo do Exército, após ser duramente atacado por Juarez Távora em entrevista concedida a imprensa carioca logo após a vitória do movimento revolucionário de 1930. (VIVEIROS: 1969, vide anexo)

Dessas palestras em diante, até pela repercussão que elas tiveram não só nas fileiras das Forças Armadas (mais particularmente no Exército), mas também em amplos setores da sociedade brasileira, o debate sobre qual a decisão a ser tomada pelo Estado brasileiro passou a ser, na prática, de interesse público.

O ano de 1947 marca, contudo, o início da campanha popular por outro motivo. Entre os meses de março e outubro são realizadas no Clube Militar – então sob a presidência de um general que não pertencia ao grupo dutrista, Salvador César Obino – as conferências dos Generais Juarez Távora e Horta Barbosa relativas à política de petróleo mais adequada para o País. Juarez tomava como núcleo de sua visão a conjuntura internacional. A aliança com os EUA obrigava o País a desenvolver rapidamente suas amplas potencialidades econômicas e seus recursos naturais, para poder contribuir efetivamente na luta travada pelos norte-americanos em defesa dos valores do ocidente. A solução nacionalista, em primeiro lugar, iria eliminar a associação entre capitais norte-americanos e brasileiros – que se poderia estender benéficamente a outras áreas – e, em segundo lugar, mesmo admitindo sua possibilidade de êxito, isso se daria num longo prazo, devido à carência de recursos financeiros e humanos do Brasil. A iminência de um novo confronto mundial – com as hipóteses de racionamento ou desabastecimento a ele associadas – desaconselhavam essa aposta a longo prazo. (...) Horta Barbosa retomava as ideias já formuladas nos anos 30, insistindo na importância do setor petróleo para um desenvolvimento econômico cujo ritmo, forma e distribuição de benefícios deveriam estar sob controle da nação. Destacando papel agressivo e espoliativo das companhias multinacionais e o caráter de monopólio natural da indústria de petróleo, apontava como única alternativa válida a intervenção direta do Estado. (DIAS e QUAGLINO: 1993, p. 93).

O quadro sintetizado acima propiciou que em abril de 1948 fosse criado o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo. O CDP vai funcionar como o espaço através do qual os militares nacionalistas conseguirão divulgar seus planos para o monopólio estatal do petróleo e através do que foi chamado de “campanha de esclarecimento da população” superar os obstáculos criados pelos adversários da tese monopolista.

O Centro de Estudos e Defesa do Petróleo agregava, em primeiro lugar, militares nacionalistas – tanto conservadores como aqueles de posição mais à esquerda – contrários a um alinhamento irrestrito com os EUA que implicasse um indevido

envolvimento de interesses econômicos norte-americanos na economia brasileira. Quanto ao petróleo, a posição permanecia a mesma defendida antes da guerra: garantia do abastecimento, proteção contra a atuação das empresas multinacionais e desenvolvimento da indústria sob o controle nacional, estabelecendo-se o monopólio da União. Excluídos de posição de relevo na corporação, com a ascensão de Dutra à presidência, mantinham, no entanto, grande prestígio junto à tropa. (...) No Centro também estava o movimento estudantil, procurando ampliar sua organização nacional, vários intelectuais, técnicos não ligados ao CNP e a imprensa nacionalista. (...) No campo político, o aspecto era bastante amplo. Destacavam-se políticos nacionalistas conservadores, como o ex-presidente Artur Bernardes, membros do PSD e da UDN que não participavam, por vários motivos, do grande acordo interpartidário que sustentava o governo Dutra; além de deputados socialistas e trabalhistas. (DIAS e QUAGLINO: 1993, p. 96).

Principal defensor do monopólio estatal do petróleo na corporação militar e autor da tese que daria origem à Petrobras, Horta Barbosa se destacou na campanha que logo em seu início ganhou o “slogan” com que passou para a história.

O General Horta Barbosa assumiu o comando da luta pelo petróleo e tornou-se não só seu mais intenso propagandista como um profundo conhecedor das vantagens de uma exploração controlada pelo Poder Público do País. Dele são os argumentos mais candentes acerca das vantagens de uma política estratégica, tendo no petróleo o seu carro-chefe. Em inúmeros pronunciamentos realizados nos anos de 1940 e 1950, Horta Barbosa se notabilizou pela capacidade de reunir fundamentos difíceis de serem contestados. (PENNA: 2005, p. 88).

O respeito e a liderança de Horta Barbosa entre os militares nacionalistas e a adesão destes a sua tese do monopólio estatal do petróleo podem ser aquilatados pelas manifestações de apoio que recebia. Alguns exemplos disso: guarnição militar de Santa Maria; 136 coronéis, majores e capitães, oficiais da ativa, professores e alunos da Escola Técnica do Exército; 248 oficiais da guarnição da capital do Brasil, então o Rio de Janeiro; Coronel Sampson Nóbrega Sampaio, Chefe do Serviço de Engenharia da 2ª Região Militar, de São Paulo. (MIRANDA: 1983, p. 89).

Diante do crescimento de manifestações como essas, no dia primeiro de novembro de 1948, o então Ministro da Guerra, General Canrobert Pereira da Costa, baixou portaria proibindo as manifestações individuais e coletivas de militares sobre o assunto.

Ante as manifestações coletivas de oficiais do Exército sobre a “questão do petróleo”, que contraria as determinações do Regulamento Disciplinar do Exército em seu nº 102, do art. 13, recomendo o afastamento dos militares de manifestações públicas como tais que envolvem o Exército em questões que não se relacionam, diretamente com suas atividades profissionais e o está (sic) arrastando para um terreno assas (sic) perigoso. Não tenho a intenção de cercear a liberdade de ação e do pensamento de meus camaradas. Bem conhecido é o meu modo de agir e claras têm sido as minhas apreciações sobre a prática das ideias democráticas. O que faço questão de exigir é que meus companheiros não se envolvam, coletiva e publicamente, dando assim a impressão de manifestação de classe, em particularidades que não são de suas atribuições precípua e que, muito menos, levem consigo para terreno estranho a credencial da Instituição a que pertencemos, máxime quando o assunto em foco está submetido a estudo e alta decisão do Poder Legislativo. (MIRANDA: 1983, p. 90).

Foi em torno da disputa pelo Clube Militar que aconteceram alguns dos principais atos de violência relacionados com a campanha e sempre tendo como alvos militares identificados com a corrente nacionalista das Forças Armadas.

A fúria da reação, no consulado militar, entretanto, seria atingida quando do lançamento da campanha em defesa da exploração do petróleo brasileiro. O consulado militar não poupou nenhuma violência, nenhuma arbitrariedade, nenhuma ilegalidade para destruir o movimento de união que ganharia as forças populares, para a preservação dessa riqueza nacional e de outras, campanha que conquistou seguidores em todas as camadas sociais e que defendia uma bandeira cuja receptividade seria enorme em todas as áreas. Vinha tal campanha conquistando, a cada passo, adeptos tão numerosos e dedicados que era indispensável detê-la, sem o que o imperialismo arriscava perder batalha das mais importantes. Colocar a defesa do interesse nacional na ilegalidade, acoimá-lo de crime punível pela lei e passível de ações repressivas, caracterizá-lo como conspiração e conluio com o estrangeiro, foi a missão que o consulado militar recebeu e que buscou cumprir com todos os recursos de que dispunha. Mas, a essa

altura, a opinião militar já estava ganha para a tese do monopólio estatal, levantada pelas forças populares. (SODRÉ: 1965, pp. 292 e 293).

Os militares nacionalistas não recuaram. O General Estevão Leitão de Carvalho realizou nova palestra no Clube Militar defendendo a Tese Horta Barbosa do monopólio estatal. Nas associações de militares, como os Círculos Militares, Casas e Clubes de Sargentos, nos diversos estados, nas unidades militares, prosseguiram as palestras e outros eventos da campanha. Exemplos: em junho de 1951, o Engenheiro Arlindo de Sampaio Jorge, fez palestra em defesa do monopólio estatal no Círculo dos Militares de Campo Grande, Mato Grosso e o Círculo Militar de Santa Maria, Rio Grande do Sul, manteve uma grande variedade de atividades em prol da vitória da tese do monopólio, durante todo o período de duração da campanha.

Já em junho de 1948, o CDP promoveu o Primeiro Mês Nacional do Petróleo. Os eventos foram abertos com um grande comício na Praia do Russel, Rio de Janeiro. Durante todo o mês ocorreram comícios e palestras em todos os pontos do País. Em Porto Alegre, Goiás e Amazonas foram criados Centros Estudantis de Defesa do Petróleo. (MIRANDA: 1983, p. 73).

A Primeira Convenção Nacional do Petróleo, seriam três durante a campanha, foi convocada em setembro de 1948, em nota assinada por três generais: Horta Barbosa, Raimundo Sampaio e Estevão Leitão de Carvalho.

Em sete do corrente, data comemorativa da Independência do Brasil, tiveram início em todo o território brasileiro os trabalhos preparatórios da I Convenção Nacional de Defesa do Petróleo, a reunir-se, nesta capital, em 18 de outubro próximo. A Convenção tem por fim dar um balanço nas atividades já desenvolvidas e traçar rumos mais amplos e seguros para o pleno êxito do movimento em prol do monopólio estatal do petróleo. Não se pode, com efeito, confiar a mãos estranhas zonas petrolíferas do Brasil e a indústria da refinação do ouro negro, porque petróleo é fator fundamental da defesa militar nacional, que não deve ser entregue a monopólios estrangeiros, sob forma de alguma concessão, direta ou indireta, total ou parcial. Por isso, consideramos a defesa do nosso petróleo como o mais imperativo dever patriótico dos brasileiros, neste momento, pois o que se decide é, realmente, o destino da Pátria. E quando a Pátria periga, impõe-se uma UNIÃO NACIONAL,

acima de todos os partidos, de todos os credos e de todos os particularismos. Conclamamos, assim, nossos concidadãos a cerrarem fileiras na grande cruzada pelo monopólio estatal, contra as pretensões dos trustes alienígenas. (MIRANDA: 1983, p. 129).

A *Primeira Convenção Nacional do Petróleo* teve a presença de delegados de todo o País. O processo de escolha dos delegados começou pelas conferências de bairros, empresas, passou pelas conferências municipais e depois pelos congressos estaduais. A convenção teve três dias de duração, indo de 18 até 21 de outubro de 1948. Entre os delegados figuras, de grande projeção na vida do país. Deputados federais, estaduais, vereadores, escritores, estudantes universitários, médicos, professores, prefeitos, padres, juizes, militares, enfim uma composição representativa dos setores que participavam da campanha e compunham os quadros do CDP. Chamou também atenção para a representatividade do evento a grande quantidade de moções de congratulações e solidariedade a sua realização e as posições nele tomadas que foram enviadas por Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais, entidades culturais, sindicais, estudantis, femininas, de todos os pontos do país.

O mensário, *Emancipação*, fundado pelo CDP para tentar se contrapor à falta de espaço na imprensa, cumpriu seu papel.¹⁰² A primeira edição circulou em dois de fevereiro de 1949. O jornal era dirigido por três coronéis nacionalistas; Artur Carnaúba, Hildebrando Pelágio e Felicíssimo Cardoso. Também em 1949, no dia 28 de agosto, reunião conjunta do Conselho Consultivo e da Comissão Diretora do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo, acatou proposta apresentada conjuntamente pelo Deputado Artur Bernardes e pelo General Raimundo Sampaio durante a Primeira Convenção Nacional em Defesa do Petróleo, e decidiu pela ampliação dos objetivos da entidade. O nome foi alterado para Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional – CEDPEN.

Nas eleições do Clube Militar em 1950, o debate sobre a questão do petróleo ocupou posição de centralidade. A chapa presidida pelo general Estillac Leal, com Horta Barbosa como vice-presidente, caracterizou-se pela postura nacionalista e pela

¹⁰² A afirmação de que o *Emancipação* cumpriu papel importante é respaldada pela literatura que trata da campanha e pelas declarações de personalidades que dela participaram.

defesa do monopólio estatal do petróleo. Foi a vitoriosa contra a chapa presidida pelo General Cordeiro de Farias, defensor da abertura para o capital estrangeiro.

Pouco depois do pleito para a direção do Clube Militar, foram realizadas eleições para a Presidência da República. Getúlio Vargas, apoiado pelos nacionalistas, elegeu-se derrotando Eduardo Gomes, que foi apoiado pelos defensores do capital estrangeiro.

A eleição de Vargas, desmantelando o dispositivo articulado no consulado militar, trazia situação nova para o Brasil.¹⁰³ A novidade ficava evidente, desde logo, no próprio ato eleitoral: pela primeira vez em nosso País, o governo federal perdia uma eleição. Esta novidade, entretanto, traduzia apenas a correlação de forças gerada pela luta popular, quando teria sido impossível, em termos eleitorais, assegurar a vitória de candidatos que se propusessem defender as normas seguidas pelo consulado militar e que haviam prejudicado não apenas às camadas populares, mas também camadas burguesas consideráveis. Não era apenas a arbitrariedade vesga, a torpeza policial, o descalabro ético de um governo que não hesitara diante de violência alguma, mas da deficiência administrativa, a incapacidade para atender os reclamos burgueses que já não podiam ser ignorados, a inépcia levada à especialização. Vargas viria varrer tudo isso, e nele confiavam contraditoriamente, forças a que o consulado militar não satisfizera. E, no conjunto dessas forças, uma componente militar nova, chefiada pelo seu indigitado Ministro da Guerra, o General Newton Estillac Leal. (SODRÉ: 1965, p. 304).

Com a vitória de Getúlio Vargas, os nacionalistas ganharam novo alento. No final do Estado Novo, no imediato pós-guerra, Vargas deu sinais em direção às medidas econômicas e desenvolvimentistas de cunho nacionalista e se aproximou das reivindicações populares e de caráter democratizante. A pressão dos nacionalistas praticamente sepultou o anteprojeto de Estatuto do Petróleo enviado por Dutra ao Congresso e Getúlio Vargas, logo depois de eleito, anunciou que seu Ministro da Guerra seria Estillac Leal.

¹⁰³ Néelson Werneck Sodré tratava dessa forma a composição de poder que permitiu derrubar Getúlio Vargas, em 1945, levou Eurico Dutra à vitória nas eleições presidenciais e depois deu sustentação político-militar ao seu mandato.

Mas o jogo não estava decidido. Antes da posse de Getúlio, a cúpula militar transferiu, de forma arbitrária, grande parte das principais lideranças eleitas para a diretoria do Clube Militar para guarnições distantes da capital e com reduzida importância estratégica.¹⁰⁴ Chegou-se mesmo a tentar impedir a posse do presidente eleito democraticamente e usando-se como pretexto matéria publicada na *Revista do Clube Militar* com posição contrária ao envio de tropas brasileiras para lutar sob comando de militares dos Estados Unidos no conflito da Coreia, promoveu-se campanha contra a diretoria do Clube Militar.^{105 106}

Já com Getúlio Vargas na Presidência, a Segunda Convenção Nacional de Defesa do Petróleo foi realizada entre os dias cinco e sete de julho de 1951. No CEDPEN, militares e civis nacionalistas continuaram em constante atividade. Eram palestras, atos públicos, reuniões, comícios, panfletagens, atividades variadas nas quais seus integrantes viajaram por todo o país. O CEDPEN estava organizado nacionalmente e também num grande número de municípios do interior. Foram organizadas comissões por cidade, bairro, locais de trabalho, categorias profissionais, estudantes etc. Sendo uma campanha caracterizada como de “esclarecimento” e tendo a imprensa da época do outro lado da trincheira, a questão da propaganda era sem dúvida essencial para o CEDPEN. Assim, de panfleto em panfleto, de comício em comício, de palestra em palestra, o movimento ganhou corpo e construiu um cenário mais favorável aos defensores do monopólio do monopólio estatal do petróleo.

Se os militares foram fundamentais na organização, na defesa das ideias em relação à estratégica questão do petróleo e os políticos nacionalistas foram fundamentais para barrar o anteprojeto de Dutra no Congresso, os estudantes organizados em torno da

¹⁰⁴ Durante a campanha Getúlio Vargas havia assumido de forma clara diversos compromissos de cunho nacionalista, incluindo a questão do petróleo. “Para enfraquecer a autoridade de Vargas, era indispensável reduzir o Clube Militar, liquidando a sua diretoria nacionalista. Pelo voto era impossível: o período de exercício daquela diretoria iria até 1952. Tratava-se, portanto, de armar dispositivo golpista, destinado a superar o entrave eleitoral que a derrota concretizara: tratava-se de destruir a diretoria do Clube Militar atirando contra ela a organização das Forças Armadas, comandadas pelas suas cúpulas”. (SODRÉ: 1965, p. 305).

¹⁰⁵ Id., p.312.

¹⁰⁶ Segundo Sodré as transferências dos diretores do Clube Militar para guarnições longínquas levaram, na prática, à dissolução da direção recentemente eleita. Outra arma usada contra os militares nacionalistas foi a imprensa: “subvencionada pelos monopólios, ao mesmo tempo que pressionava o Congresso no sentido que lhes cedesse a exploração do petróleo brasileiro, lançava-se em peso contra o Clube Militar. Segundo balanço feito na época, essa imprensa publicava diariamente e em todo o território nacional, duzentas notas, artigos, editoriais,, acusando de comunista aquela associação de classe.” (Id., p. 313).

União Nacional dos Estudantes, a UNE, também desempenharam papel importantíssimo.

Os estudantes, historicamente vanguardeiros das causas populares e das lutas em defesa dos interesses nacionais, saíram às ruas, reconquistando a praça pública, logo que o problema foi equacionado e as principais conferências eram realizadas no Clube Militar, lançando a Tese Horta Barbosa. Realmente, ao monopólio dos trustes, somente o monopólio estatal poderia fazer frente. E, em benefício de todo o povo – não de minorias privilegiadas --, o nosso ouro negro teria de ser aproveitado. (MIRANDA: 1983, p. 80).

As representações do CEDPEN de todos os pontos do país promoveram o mesmo tipo de atividade que a sede localizada no Rio de Janeiro. Organizaram palestras, conferências, panfletagens, fizeram faixas e cartazes, enfim cumpriram o objetivo declarado da campanha, que era esclarecer a população sobre o que estava em jogo na questão da indústria do petróleo.

Getúlio Vargas enviou para o Congresso, em 12 de dezembro de 1951, o Projeto de Lei (nº 1.516/1951) tentando solucionar de vez a questão da indústria petrolífera no país. Elaborado por uma comissão coordenada pelo economista Rômulo Almeida, o documento estabelecia a criação de uma empresa (Petróleo Brasileiro S.A.) em que 51% das ações fossem de propriedade do Estado. Os nacionalistas consideraram o projeto ambíguo e o CEDPEN rejeitou veementemente a chamada “*solução Vargas*”.

Getúlio Vargas conhecia a problemática do petróleo. Disso dera prova, ainda em São Borja, e, já candidato, quando, entrevistado pela Revista do Globo, afirmara (6/11/48): Não devemos permitir a participação do capital estrangeiro na exploração do nosso petróleo. Devemos entregá-lo ao monopólio estatal. O governo é que deve explorá-lo. Se permitirmos o capital particular, mesmo nacional, nosso petróleo pode cair nas mãos de testas de ferro. Todavia, eleito e empossado, encaminhou mensagem, publicada no Diário do Congresso de 16 de março de 1951, em que contrariava totalmente seus próprios conceitos. Também a mensagem e o anteprojeto da Petrobras, enviado à Câmara a 12 de dezembro de 1951, importavam em proposição oposta à solução preconizada pela Tese Horta Barbosa, do monopólio estatal. (MIRANDA: 1983, p. 245).

O auge da rejeição à “solução Vargas” foi o parecer da Comissão de Estudos do Petróleo do Clube Militar. Após algumas considerações de ordem técnica, jurídica e mesmo de caráter político, o documento assinado por 19 oficiais (generais, coronéis, capitães e tenentes) encabeçados por Horta Barbosa, Raimundo Sampaio, Artur Carnaúba e Felicíssimo Cardoso, concluiu afirmando:

A nosso ver, não há outra posição patriótica senão a que decorre desses depoimentos unânimes em sua repulsa ao anteprojeto nº 1.516/1951, como profundamente nocivo à soberania nacional e à segurança militar de nossa Pátria. Não há outro caminho senão a afirmação sempre mais eloquente da Tese Horta Barbosa, em favor do monopólio Estado. (PENNA: 2005, pp. 102 e 102).

Em janeiro de 1952, o deputado Euzébio Rocha (PTB-SP) apresentou uma emenda substitutiva que atendia as exigências dos nacionalistas. Em quatro de junho, foi a vez da bancada da UDN, mudando radicalmente de posição, apresentar substitutivo que determinava que exploração, produção, refino e transporte do petróleo deviam ser monopólio do Estado.

O mensário *Emancipação*, de julho de 1952, trouxe a manchete: “União Patriótica em Defesa do Petróleo” e mostrou que a posição defendida pela entidade dirigente da campanha do petróleo contava com o apoio de 13 generais, dois vice-governadores, um vice-almirante, 15 deputados federais, 91 deputados estaduais, sete desembargadores, dois padres, nove juízes de direito, 26 oficiais das Forças Armadas, e uma grande quantidade de intelectuais, técnicos, comerciantes, sindicalistas das mais diversas categorias de trabalhadores, professores, médicos, advogados, jornalistas e, como sempre, dos estudantes. (PENNA: 2005, p. 95).

No mesmo mês de julho de 1952, o governo decidiu por uma solução negociada com os parlamentares ligados ao CEDPEN. O princípio do monopólio estatal foi aceito. Como contrapartida, as refinarias privadas já existentes foram preservadas. Também ficou fora do monopólio a distribuição dos derivados de petróleo, na qual as empresas internacionais já operavam.

Enquanto isso, cresciam as pressões contra Estillac Leal e a diretoria nacionalista do Clube Militar, pelas posições assumidas em relação ao monopólio do petróleo, à Guerra da Coréia, e outras de caráter marcadamente nacionalista. Essa verdadeira campanha, como poderá ser visto no tópico em que se trata da mídia impressa, intensificou-se tanto que ele acabou saindo do Ministério da Guerra em março de 1952. Estillac Leal então voltou para o Clube Militar e tentou a reeleição, novamente em dupla com Horta Barbosa.

Essas eleições do Clube Militar adquiriram tamanha importância que até o *The New York Times* publicou matérias sobre elas. Para o importante jornal dos Estados Unidos, a liderança de Estillac Leal refletia um movimento que estava se cristalizando no interior das Forças Armadas brasileiras. Esse movimento tinha uma forte característica anti-Estados Unidos, baseava-se no nacionalismo e reunia todos os militares que consideravam que as riquezas naturais do País estavam para ser “roubadas” pelos estrangeiros. Esse movimento, ainda de acordo com o *The New York Times*, incluiria desde comunistas até nacionalistas extremados unidos contra a política vigente, que era de colaboração estreita com os EUA.

Na mesma matéria do jornal estadunidense, o movimento de oposição à chapa de Estillac Leal e Horta Barbosa, a Cruzada Democrática, foi definido como sendo formada por militares defensores de estreita colaboração militar e econômica com os Estados Unidos. Ainda segundo o jornal dos EUA, seus integrantes defendiam também o combate enérgico aos comunistas brasileiros, tendo como candidato à presidência o General Alcides Etchegoyen (que foi chefe de polícia do Rio de Janeiro). A matéria do *The New York Times* destacava também os principais apoiadores da chapa de Etchegoyen, listando Góis Monteiro (então chefe do Estado-Maior das Forças Armadas) e o Brigadeiro Eduardo Gomes. (SODRÉ: 1965: pp. 329 e 330).

Embora o emprego da violência por parte dos setores ligados à chapa da Cruzada Democrática não fosse novidade, no caso específico das eleições de 1952 do Clube Militar, ela teve início com as prisões, no dia sete de abril, em Juiz de Fora, de dois oficiais que faziam campanha pela reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa.¹⁰⁷ A

¹⁰⁷ Eram basicamente os mesmos que exerceram a repressão durante o Estado Novo e já vinham participando de sequestros, prisões, torturas e assassinatos contra militares e civis envolvidos na

violência foi dirigida contra os Majores Sebastião Dantas Loureiro e Fortunato Câmara de Oliveira.¹⁰⁸ (SODRÉ: 1965, p. 334).

As violências contra os militares que apoiavam a chapa Estillac Leal-Horta Barbosa e, portanto, também a campanha *d'O Petróleo é Nosso*, foram sistemáticas. Não só no Clube Militar, mas também em outras associações de militares, como a Casa do Sargento do Brasil, o tema do petróleo transformou-se em divisor de águas. Na Casa do Sargento do Brasil o pleito de março de 1952 foi marcado pela coincidência de alguns meses antes de sua realização ter sido estabelecido um IPM (Inquérito Policial Militar) em que os indiciados eram todos integrantes da direção da entidade (e candidatos à reeleição) e militares a eles ligados. Todos eram defensores da Tese Horta Barbosa.

Já em maio seguinte seriam as eleições no Clube Militar para a reeleição da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa. O tenente que havia instaurado o IPM considerava-se impedido de continuar à sua frente, alegando, numa 'adivinhação', que iriam surgir, como indiciados, capitães e majores! E assim foi. Antes das eleições, começaram a ser efetuadas as prisões dos líderes, nos Estados, da corrente Estillac Leal-Horta Barbosa. Simultaneamente, foram abertos vários inquéritos: no Exército, na Aeronáutica, na Marinha e na Polícia Militar. Por meio de humilhações e torturas, os inquisidores procuraram quebrar o ânimo dos acusados. Militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica foram presos em cubículos fechados. Alguns foram brutalmente seviciados. Em documento enviado à Assembleia Geral das Nações Unidas, firmaram eles mesmos, ou suas famílias: 'Um marinheiro, depois de sofrer as sevícias mais espantosas, foi pendurado, durante 15 minutos, de cabeça para o abismo, no Morro do Corcovado, a fim de lhe serem extorquidas confissões.' Referindo-se a José Pontes Tavares: espancamentos diários, introdução de piche no nariz, compressão dos testículos na gaveta de uma mesa, borrachadas nas partes pudicas, asfixia, fome, pimenta nos olhos e no ânus, preso no cubículo de uma privada, obrigado a dormir no chão nu, sobre fezes. Combalido pelos sofrimentos, o Marinheiro

campanha contra o envio de forças brasileiras para combater sob comando estadunidense na Guerra da Coreia. (SODRÉ: 1965, pp. 331 a 334).

¹⁰⁸ O Major Fortunato Câmara Oliveira, era herói de guerra, tendo sido da esquadrilha enviada pela FAB para combater na Segunda Guerra Mundial na Itália. Em seu depoimento o major denunciou ter presenciado torturas contra sargentos da FAB, como José Rodrigues que ficou “em estado de miséria física e mental” e Hélio Spinola “trancado no cubículo de uma privada velha” e o Sargento Tertuliano Borges que foi parar em um hospício depois das torturas. (SODRÉ: 1965, p. 336). O Major Fortunato Câmara de Oliveira realizou 56 missões nos céus da Itália. Por sua participação na campanha do Petróleo é Nosso foi perseguido, preso e condenado a dois anos de prisão. Com isso sua carreira foi cortada. (MIRANDA: 1983, pp. 321 e 322).

José Pontes Tavares baixou ao hospital várias vezes e, ao voltar; era submetido às mesmas torturas. José Pontes Tavares que era um rapaz de compleição atlética ficou reduzido a um monte de ossos'. (MIRANDA, 1983: pp. 319 e 320).

Oficiais foram presos e indiciados em IPM e depois se constatava que as acusações de porte de material subversivo se baseavam unicamente em material de propaganda da chapa Estillac Leal-Horta Barbosa. Foi o que se passou, por exemplo, com o Major Leandro José de Figueiredo Junior, que foi preso quando integrava a comissão eleitoral do Clube Militar no Estado de São Paulo. O mesmo se deu com o Capitão Joaquim Pessoa de Andrade e com o também Capitão Joaquim Ignácio Batista Cardoso.¹⁰⁹

A chapa Estillac Leal/Horta Barbosa acabou sendo derrotada pela da Cruzada Democrática nas eleições realizadas em 1952. A nova diretoria do Clube Militar presidida pelo general Alcides Etchegoyen deixou claro que não pretendia continuar promovendo o debate da questão do petróleo. (SODRÉ:1965, p.341).

Apesar da derrota no Clube Militar, que podia ser considerado como sua principal trincheira, os nacionalistas continuaram a lutar pelo monopólio estatal. A Terceira Convenção Nacional do Petróleo foi realizada entre os dias cinco e oito de julho de 1952. Assim como as duas primeiras, todas realizadas no Rio de Janeiro, segundo avaliações da direção do CEDPEN e da literatura que trata do tema, constituiu-se em momento decisivo para o desenvolvimento da luta, congregando delegados de praticamente todos os pontos do país e transformando-se em grande demonstração do caráter democrático e popular da campanha. As convenções foram momentos importantes na mobilização da sociedade da época e na organização da longa e vitoriosa campanha desenvolvida pelos defensores do monopólio estatal do petróleo por parte do Estado brasileiro. A Terceira Convenção Nacional do Petróleo teve a participação de 600 delegados eleitos por dezoito estados e mais o então Distrito Federal. O ato público inaugural contou com a presença de aproximadamente duas mil pessoas. As resoluções aprovadas na Convenção foram entregues formalmente à Mesa da Câmara dos

¹⁰⁹ O material subversivo encontrado com ele (e que justificou sua prisão e indiciamento) foi propaganda eleitoral da chapa ao Clube Militar com referência aos Generais Estevão Leitão de Carvalho e Horta Barbosa e também o recebimento e distribuição do jornal *Emancipação*, dirigido pelo General Felicíssimo Cardoso. (SODRÉ: 1965, pp. 338 e 339).

Deputados que, na época, funcionava no Palácio Tiradentes. O documento entregue na Câmara dos Deputados finalizava com a afirmação que:

A realização vitoriosa da III Convenção Nacional de Defesa do Petróleo constituiu uma demonstração eloquente do vigor atingido pela campanha do petróleo, que já conquistou a esmagadora maioria do Povo brasileiro. A III Convenção conclama os patriotas a prosseguirem, com intensidade redobrada, na luta em defesa do petróleo, confiante na vitória final do Povo contra as investidas dos trustes estrangeiros, contra a Petrobras e pelo monopólio estatal. (MIRANDA: 1983, p. 313).

A campanha *d'O Petróleo é Nosso* se aproximava de sua reta final. Antes de conseguirem a implantação do monopólio estatal do petróleo, além das muitas dificuldades descritas neste tópico, os nacionalistas enfrentaram inúmeras arbitrariedades. Apesar da imprensa, da repressão policial, das dificuldades políticas e econômicas, os nacionalistas marcharam até a vitória da tese do monopólio estatal do petróleo. Em setembro de 1952, a Câmara aprovou o projeto negociado pelo governo e as lideranças nacionalistas estabelecendo o monopólio da exploração, refino e transporte.

Foi ao longo de 1953 que a campanha encontrou seu ponto máximo de inflexão, percorrendo as ruas, penetrando nos ambientes mais reservados de clubes e entidades profissionais ou sindicais, e tramitando nervosamente no plenário do Congresso Nacional. (...) A conclusão majoritária a que se chegara era de que a indústria do petróleo era eminentemente monopolista. Talvez a aceitação dessa premissa tenha favorecido os que defendiam a estatização, uma vez que, em sendo de fato uma atividade tendencialmente operada através de uma organização monopolista, que coubesse, então, ao Estado o exercício desse monopólio. Colocada em termos de alternativas, o legislador enfrentava a delicada questão: ou concedia o monopólio ao Estado ou aos trustes necessariamente internacionais. Assim, a tese do monopólio estatal ganhou corpo e unificou tendências ideologicamente díspares. (PENNA: 2005, pp. 135,136 e 137).

Alterado pelo Senado, onde perdeu as características exigidas pelos nacionalistas, o projeto foi reenviado para a Câmara. Na Câmara foi submetido ao crivo de uma Comissão Especial formada por 15 deputados. Essa Comissão decidiu suprimir

todas as emendas feitas pelo Senado e, em 21 de setembro de 1953, o projeto foi finalmente votado e aprovado. No dia 3 de outubro de 1953, data da deflagração da Revolução de 1930, Getúlio Vargas sancionou a Lei de criação da Petrobras.

O exame da participação dos militares no processo de decisão sobre o modelo que o Estado brasileiro adotaria para desenvolver sua indústria petrolífera, constitui-se um ponto fundamental para o presente trabalho. Afinal, esse debate teve início pela posição de vanguarda que os integrantes da corporação assumiram depois da Revolução de 1930 em relação aos temas ligados ao desenvolvimento do País.

No caso do petróleo, foi exatamente Horta Barbosa quem deu os primeiros passos. Sua atuação no Departamento de Engenharia e no Estado-Maior do Exército resultou na criação do Conselho Nacional do Petróleo (CNP). Quando outra corrente de militares, depois identificados na Cruzada Democrática nas disputas do Clube Militar, passou a defender como solução a abertura para o capital estrangeiro, foi o Clube Militar que provocou o debate.

Como resultado dessa iniciativa do Clube Militar, o País viveu a campanha *d'O Petróleo é Nosso*. Os militares nacionalistas participaram de forma decisiva e conseguiram, enfrentando adversários poderosos, como pode se verificar, diante da posição hostil da imprensa, concretizar seu objetivo.

2.5. Conclusão

Para estudar a trajetória do Marechal Horta Barbosa este capítulo foi dividido em três partes. Na primeira, circunstanciou-se sua origem familiar, formação, carreira e influências intelectuais e políticas. Ficou evidente a importância de sua família de origem positivista e ligada às ciências e, na sua juventude, antes de ingressar na carreira militar, a influência dos movimentos que fundaram a República. Na Escola Militar, foi notável seu envolvimento com os cadetes ligados ao Florianismo. Seu primeiro comandante – com quem serviu durante mais de uma década na estratégica comissão encarregada de mapear e instalar linhas telegráficas no Centro-Oeste e Amazônia – foi Cândido Rondon, um militar também de formação positivista e com ligações históricas com Benjamin Constant e Floriano Peixoto. Destaque foi dado à sua proximidade com

os militares nacionalistas dos países vizinhos, particularmente a influência que sobre ele exerceu o General argentino Enrique Mosconi. No âmbito de suas primeiras influências políticas, ganhou relevo sua participação nas revoltas da juventude florianista, e, depois, já mais velho, seu apoio à Revolução de 1930, o combate à insurreição de 1932, a discordância com as punições aos militares que teriam participado nos levantes da Aliança Nacional Libertadora (ANL) em 1935, e o apoio à participação do Brasil na Guerra contra o nazifascismo.

Na segunda parte, inventariou-se sua atuação em defesa da tese do monopólio estatal do petróleo, desde as ações que levaram à criação do Conselho Nacional de Petróleo, do qual foi o primeiro presidente, até suas conferências no Clube Militar (onde foi exposta a tese do monopólio estatal do petróleo, desde então conhecida como Tese Horta Barbosa). Na primeira conferência, feita no Clube Militar em 30 de julho de 1947, afirmou a posição dos nacionalistas brasileiros em defesa da colocação das riquezas nacionais e da divisão de seus benefícios com o povo brasileiro, dizendo ser uma injustiça social a entrega do privilégio da indústria do petróleo apenas para alguns poucos, mesmo que sob a forma de ações em uma sociedade de economia mista.

Na terceira parte, examinou-se o protagonismo dos militares, aqui configurados na liderança de Horta Barbosa, no processo que definiu a forma de exploração do petróleo no Brasil. Foram destacados seu exercício na presidência do Clube Militar, os ataques que sofreu por parte da imprensa engajada na defesa da exploração do petróleo por empresas estrangeiras e as palestras no Clube Militar. Reconstituiu-se o pano de fundo para a elaboração da tese que ganhou seu nome, (“Tese Horta Barbosa”),

A campanha *d’O Petróleo é Nosso* acabou mobilizando o imaginário popular em todo o país. Constituiu-se na maior manifestação do ideário e da ação dos nacionalistas brasileiros.

O capítulo seguinte encaminha, assim, a discussão teórica e histórica do fenômeno do nacionalismo em geral e, em particular, de sua expressão no Brasil no período em tela.

3º CAPÍTULO

O NACIONALISMO E A CAMPANHA “D’O PETRÓLEO É NOSSO”

O nacionalismo ganha corpo quando fica claro que são as forças externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento.

Nelson Werneck Sodré

3.1. Introdução

A conceituação de nacionalismo enfrenta dificuldades de alto grau de complexidade. Isso ocorre pela existência de variados tipos de fenômenos políticos, culturais e econômicos catalogados pela literatura pertinente ao tema como “nacionalismo”. Essa profusão de conceitos encontra alguns poucos, mas importantes pontos de consenso. Um deles é de que o termo, via geral, serve para a forma com que determinada coletividade expressa sua “identidade” em face de outras e/ou defende seu modo de ser social, sua economia, sua cultura, seu espaço territorial, sua organização política e, assim, sua “soberania”. Outro ponto diz respeito à compreensão, segundo a qual, os nacionalismos apresentam em comum é a identificação do povo como núcleo do fenômeno nacional. Nesse caso, o “povo” é sempre o portador do protagonismo nacional, não obstante seja igualmente difícil definir o que se entende pelo vocábulo. Todavia, paira sobre a questão relativo consenso, quando se tem em mente uma coletividade de caráter essencialmente homogêneo, cujas diferenças de classe, local de moradia, de raça, etc. são de certo modo secundárias. Aqui, abrem-se espaços para uma certa ambivalência cultural, ensejando interpretações que mitificam a noção ora em termos de heroísmo, ora em termos de barbárie.

Outro viés interpretativo desloca a análise do nacionalismo para entendê-lo com frequência, como “exacerbações nacionalistas”, apresentadas, no século XX, como responsáveis pelos genocídios praticados pelos nazistas ou dos extermínios verificados mais recentemente quando da dissolução da antiga Iugoslávia, no início dos anos 1990.

Seriam nacionalistas também, nos últimos anos, certos movimentos terroristas, já que as ações de grupos identificados com os meios da guerra irregular exaltam o direito de defender suas nações e suas maneiras de ser em relação aos países denominados “imperialistas”.

Reconhecendo-se todas essas dificuldades conceituais, acima levantadas, trabalha-se com um sentido, como diria Bobbio, “positivo” do nacionalismo. Como espécie de petição de princípio, assume-se que – em países em desenvolvimento ou emergentes, e em países subdesenvolvidos ou pobres – a noção carrega notável potencial explicativo para o entendimento dos fenômenos relativos ao desenvolvimento econômico e à mudança política. Ou seja, não se poderia compreender a criação da Petrobras à margem das questões levantadas pelos movimentos nacionalistas.

O capítulo organiza-se em duas seções e uma conclusão. A primeira procura compreender, em geral, o fenômeno do nacionalismo. A segunda experimenta uma bifurcação. De um lado, trata-se do nacionalismo na América do Sul; de outro, de como foi-se constituindo, historicamente, entre nós, o “nacionalismo brasileiro”. Ao final do capítulo, apresentam-se as conclusões que encerram esta parte da tese.

3.2. Definições de Nacionalismo

O conceito de nacionalismo tem provocado controvérsias cujas raízes ligam-se indissolúvelmente à definição de “Nação”. Trabalhando-se com a visada adotada por Rossolillo, pode-se dizer que a utilização desse termo radica-se na Revolução Francesa, não obstante as diversas formas de sua utilização. Nas próprias palavras do cientista político italiano:

Na literatura, o termo aparece com o realismo alemão, especialmente nas obras de Herder e Fichte onde, todavia, é usado unicamente na sua acepção linguístico-cultural. Para encontrarmos uma teorização consciente da Nação como fundamento natural do poder político, isto é, da fusão necessária entre Nação e Estado, precisamos chegar até meados do século XIX, já nas obras de Giuseppe Mazzini. Foi assim que o termo Nação deixou de ser um termo vago, que podia ser atribuído à simples ideia de grupo, ou à ideia de toda e qualquer forma de comunidade política. (...) Onde não

aconteceram manifestações típicas da ideia de Nação, isto é, no contexto anglo-saxônico, o termo Nação visa significar mais a ideia genérica de comunidade política do que a específica de um tipo bem definido de comunidade política. (ROSSOLILLO: 2003, p. 295)

Francesco Rossolillo lembra que, assim como hoje no continente africano costuma se utilizar o termo “Nação” para designar ora toda a África, ora os atuais Estados nacionais, tal inconsistência deriva de “delimitações de grupos humanos definidas pelas potências capitalistas”. Nesse sentido, frisa que, na Europa até à Revolução Francesa, o termo era empregado em relação a todo o continente e também para designar Estados (França, Portugal, Espanha), mas também Estados regionais e até cidades-Estado. Essa modalidade ainda se manifesta nos dias de hoje quando se fala, por exemplo, em Nação Árabe (englobando, no continente africano, diversas nações como Egito, Tunísia, Marrocos, Argélia, etc.), ou Nação Eslava compreendendo diversas outras nações.

No processo histórico em que Nação se transformou, partindo-se da Idade Média, um habitante da Normandia, por exemplo, sentia-se antes de mais nada um cristão. Em segundo lugar, se sentia um normando e só então (e de maneira totalmente diferente dos dias de hoje), vinha a terceira “escolha” que era a de sentir-se francês. A inversão das lealdades, em que o pertencimento à Nação é o mais importante, é fruto de processo histórico recente, como já visto, que teve a Revolução Francesa como marco. (Id.)

Normalmente, a Nação é concebida como um grupo de pessoas unidas por laços naturais e, portanto, eternos – ou pelo menos existentes ab immemorabili – e que, por causa destes laços, se torna a base necessária para a organização do Estado nacional. As dificuldades se apresentam quando se busca definir a natureza destes laços, ou, pelo menos, identificar critérios que permitam delimitar as diversas individualidades nacionais, independentemente da natureza dos laços que os determinam. (ROSSOLILLO: 2003, p. 796)

Essa visada centrada na questão dos “laços naturais” provoca uma série de “problemas” que vão de raça até à visada de que a Nação seria formada pelos que decidiram viver juntos (unidos por uma espécie de plebiscito diário), passando pelos igualmente frágeis conceitos de “pessoa coletiva” ou falantes de uma mesma língua. O

termo Nação tem profundas implicações ideológicas. Isso passa necessariamente pelo grau de comprometimento das pessoas com a Nação a que estariam ligadas. Nesse sentido, o nacional é definido pelo tipo do comportamento dos cidadãos em relação à entidade nacional, onde não se observa apenas a fidelidade ao Estado, mas também a uma “realidade social orgânica”. Exemplo: o sentimento de brasileiro sendo mais importante do que a categoria profissional, a classe social, a etnia. (Id.)

Trata-se, pois, de uma identidade ilusória, à qual não corresponde grupo algum, concretamente identificável, que possa servir como natural quadro de referência para os comportamentos que normalmente estão relacionados com “França”, “Alemanha”, “Itália”, etc. Procurar nos indivíduos, mediante referenciais subjetivos, o que vem a ser sentimento nacional, leva a esta identidade ilusória. Utilizando referenciais objetivos encontra-se um Estado que, todavia, não é pensado assim como é, mas como sendo justamente esta entidade ilusória. Tal fato permite afirmar que a Nação não passa de uma entidade ideológica, isto é, do reflexo na mente dos indivíduos de uma situação de poder. (ROSSOLILLO: 2003, p.797)

Essa constatação, de que a Nação seria originada por uma articulação de caráter ideológico, abre para a questão de sua determinação como ideologia a partir de um Estado específico. Desta forma, sendo a Nação a ideologia de um tipo de Estado, ela deve ser entendida a partir do tipo de Estado que a determina. Rossolillo associa, então, Nação à Revolução Industrial. O moderno Estado/Nação surgiu da “interdependência no agir humano” provocada pela Revolução Industrial.

Mesmo uma ressalva apresentada, a de que num primeiro momento essa “interdependência” de ação estivesse limitada à burguesia, pode servir de fio que levaria ao entendimento da ideologia que configurou a Nação, ou seja, a ideologia dessa classe (diga-se assim) inaugural. A criação de mercados de dimensões “nacionais”, com a conseqüente ampliação do horizonte vital de contingentes populacionais ampliados de forma paulatina, levando o Estado a assumir uma série de tarefas que englobavam campos tão diversos quanto a economia, a administração propriamente dita, a direção política, a estrutura judiciária, que antes eram praticamente autônomos entre si, concretizaram uma situação fundamental para o surgimento da ideologia nacional.

O sistema de produção não explica totalmente o desenvolvimento da ideologia nacional. Rossolillo refere-se, inclusive, à peculiaridade britânica em relação aos países da Europa continental. A condição insular da Grã-Bretanha (“facilmente defensável, portanto, unicamente com a armada naval”) diferentemente dos países do continente que, por todo esse período histórico, viram-se sempre sob a ameaça de invasões e, diante disso, tiveram que priorizar as medidas de caráter centralizador. Lá, os cidadãos não “sentem a Grã-Bretanha como Pátria, e sim a Inglaterra, a Escócia, ou o País de Gales”.

Se a Nação é uma construção ideológica, uma “ideologia nacional”, como poderia ser definida a questão do nacionalismo? De início, o nacionalismo pode ser visto como sendo um produto do Estado Nacional, através das estruturas burocráticas e centralizadores por meio das quais é exercido o poder dentro de um determinado território que acabam levando à fusão do Estado com a Nação. (LEVI: 2003, p. 799).

É nesse sentido que esse autor cita Robespierre:

Nos Estados aristocráticos a palavra pátria tem sentido unicamente para as famílias aristocráticas, isto é, para os que se apoderaram da soberania. Somente na democracia o Estado é realmente a pátria de todos os indivíduos que a compõem e pode contar com um número de defensores preocupados com a sua causa, tão grande quanto o número de seus cidadãos. (ROBESPIERRE, apud Levi: id. ib.).

Levi enfatiza que o Nacionalismo deve ser visto como sendo uma ideologia, elaborada propositadamente pelos dirigentes da classe burguesa (“intelectuais orgânicos”, diria Gramsci) como forma de unificar o Estado Nacional assegurando dessa forma a coesão do povo sob o Estado. Sendo assim, portanto, o nacionalismo não pode jamais ser entendido como algo surgido espontaneamente do processo histórico vivido pelo continente europeu durante o século XIX. Para Levi, o princípio da fraternidade (*fraternité*) constituiu-se no grande ideal coletivo da Revolução Francesa porque é nela:

(...) que se fundamenta a ideia de Nação, reflexo ideológico de se pertencer a um Estado em que a classe dirigente quer impor a todos os cidadãos a unidade da língua, da cultura e de

tradições e, por esta razão, busca transferir ao nível do Estado aqueles sentimentos de adesão que os homens sempre tiveram com relação à sua comunidade natural. Por exemplo, o Estado, para desempenhar eficazmente sua ação em todo o território, precisa de uma língua única que possibilite uma ligação direta e permanente entre os indivíduos, cujas relações econômicas e sociais adquiriram dimensões nacionais, e o Governo Central. Por isso, o Estado impõe a unidade da língua. (...) A ideia de Nação é a imagem mítica que possibilita aos indivíduos a representação da ideia de que o Estado pertence ao povo. (...) Isto porque a democracia não passa de uma ideologia que, na sua concretização plena, apresenta um tipo de sociedade que se sustenta sem coerção, ou pelo menos um tipo de sociedade que se fundamente na autocoação de todos em relação a todos (...) Uma vez entrado em crise o princípio de legitimidade dinástica, a ideologia democrática demonstrou-se insuficiente, por si só, para garantir a unidade do Estado contra os efeitos desagregadores do antagonismo existente entre as classes e da luta de poder entre os Estados. A ideia de Nação desempenhou, pois, a função de instrumento de integração dos cidadãos ao Estado democrático. (LEVI: 2003, pp.800/8001).

Muitos estudiosos discordam dessas definições. Esta é, por exemplo, a posição de Domingos Neto e Martins, como pode ser verificado no texto abaixo:

A presença marcante de certas palavras no debate político parece corresponder à imprecisão de seus significados. É o caso do termo nação e de seus incontáveis derivados – nacionalidade, nacionalismo, nacionalização, internacionalidade, etc. – cujas acepções variam conforme a intenção de quem os emprega. Se contarmos que categorias associadas a esses termos, como ordem internacional, segurança internacional, lei internacional, mesmo refratária a substantivações, estão fortemente incorporadas ao cotidiano moderno, teremos uma ideia das névoas que encobrem forçosamente aspectos fundamentais de nossas comunidades modernas. (DOMINGOS NETO e MARTINS: 2006)

Essa “nebulosidade” a respeito da definição dos termos “nação” e “nacionalismo” retiraria força explicativa ao conceito, seja porque desconhece, no limite, o valor político do nacionalismo das nações mais pobres em relação às mais poderosas, seja porque, polemizando sua existência, retira força das lutas pela independência das nações. Na realidade, essa referida nebulosidade leva água ao moinho das posições que defendem a “rigidez do empírico”, vale dizer a própria capacidade de mudança nas sociedades menos fortes em termos políticos e econômicos.

Outro viés que pode explicar essa “hesitação” em definir o “nacionalismo brasileiro”, o que provoca sério prejuízo ao desenvolvimento dos estudos nessa área, está relacionado também com a crítica feita por Paim (1979) à forma simplista com que estudiosos do País analisam fenômenos políticos que aqui se desenvolveram com as lentes apropriadas para o estudo da realidade europeia.

Por essa tendência, trata-se do tema sob a ótica de que nação e nacionalismo seriam conceitos cujo processo de construção ainda estaria se desenvolvendo. Usa-se como argumento o fato dos chamados “clássicos” não terem produzido definições precisas para esses termos. Os autores que buscam na vasta literatura que procura definir nação e nacionalismo o embasamento para seus estudos sobre temas da realidade brasileira acabam por se enredar numa densa teia que mais confunde do que lhes fornece sustentação.

Ernest Gellner, um dos mais reputados estudiosos da questão, lança luz sobre as dificuldades de conceituação de nação ao propor que o termo “nação” mais se aplica, efetivamente, aos contextos pré-modernos, como acontecia por exemplo, nas sociedades medievais. Supõe, assim, que é melhor restringir o conceito

(...)ao fenômeno moderno de uma ampla população anônima tanto compartilhando uma cultura erudita quanto dotada de tendência de possuir uma única autoridade política (embora as vezes um ou outro desses elementos possa predominar). (GELLNER, apud OUTHWAITE e BOTTOMORE: 1996, p. 508).

Esse encaminhamento é essencial à compreensão que aqui se desenvolve. O conceito de “nação” aplica-se a uma cultura que, objetivamente, define o que é uma nação; a nação é o que uma cultura define. Não há nessa afirmação qualquer tautologia. A nação, nesse caso, não será mero reflexo da definição do nacionalista. Concebida como ideia, ela engendra a realidade histórica do que vai se constituir como nação. Vale dizer, então, que a noção de nação não é uma realidade abstrata, mas uma ideia que se vai constituindo no próprio processo de formação das sociedades nacionalmente concebidas. No entanto, não se trata de se entender o problema de um ponto de vista “idealista”. São os homens, em carne e osso, datados e situados, em determinada

situações objetivamente dadas que, em função de seus interesses e objetivos, entram em conflito para se estabelecer o que propõem como nação. O conceito ganha, nessa visada, necessário conteúdo político. As resultantes desses choques descortinadas por metas nacionais próprias é que vão conformando uma nação. Mas é assim que se formam as nações. Existe objetivamente, por exemplo, uma nação brasileira que se define como tal, em contraposição a outra que também se quer ver como dotada de características nacionais todas próprias.

Ao discorrer sobre o nacionalismo, como conceito associado ao de nação, o mesmo Ernest Gellner afirma que a “verdade” sobre o nacionalismo pode estar “numa combinação” entre duas visadas com que se costuma analisar o tema. Uma é a de que o nacionalismo surge

(...) no decorrer do desenvolvimento econômico, isto é, durante a difusão do industrialismo, interpretando-se essa palavra amplamente como uma economia baseada em uma tecnologia muito possante e de rápido crescimento. A difusão de tal economia leva a que áreas “atrasadas” e suas populações sejam incorporadas à economia industrial em termos desvantajosos para elas, tanto econômica quanto socialmente. A fim de se proteger, precisam organizar-se com vistas a criar suas próprias unidades políticas, unidades essas capazes de orientar seu desenvolvimento econômico, especialmente durante seus primeiros e mais frágeis estágios. (GELLNER, id. p. 509).

A outra visada, que para Gellner, deve ser “combinada” com a destacada acima, é a que atribui ao nacionalismo determinadas condições provocadas pelo “mundo moderno” que, ao condicionarem as pessoas a ter acesso a determinado código cultural para disputar os espaços que dão acesso a condições como emprego, participação social e política, aceitabilidade e dignidade, levaria à percepção de que:

Somente o estado pode proteger a manter a homogeneidade cultural exigida (...) Torna-se então de grande interesse para qualquer indivíduo que o estado em cujo território esse indivíduo reside use a mesma cultura em que o indivíduo em questão está engajado. Os indivíduos se esforçarão para que se alcance essa congruência, seja

assimilando-se à cultura dominante, seja tentando transformar a sua própria cultura na cultura dominante. Não de se esforçar por criar novos estados em torno dessa cultura preferida e/ou modificar as fronteiras políticas existentes. (GELLNER, apud OUTHWAITE e BOTTOMORE, id. p. 510).

Reforçando ainda Gellner a complexidade de se buscar definições que abracem com razoável margem de segurança o conceito de nacionalismo admite que :

No entanto a questão não está de forma alguma fechada, e os indícios empíricos ou históricos são mais do que ambíguos. As teorias preferidas por este autor aplicam-se melhor à Europa do que à grande parte do Terceiro Mundo, onde o nacionalismo certamente levou a um forte movimento anticolonial. (GELLNER, apud OUTHWAITE e BOTTOMORE: 1996, p. 510).

A “admissão” do próprio Gellner de que as visadas por ele aventadas, além de “ambíguas”, são mais adequadas ao estudo da questão do nacionalismo em suas manifestações europeias, tendo dificuldades em explicar o fenômeno no “Terceiro Mundo”, reforça a convicção de que ao se procurar entender as manifestações do nacionalismo na América do Sul, em geral, e no Brasil, em particular, deve-se levar em consideração as especificidades de caráter histórico, econômico, social e cultural que incidem sobre a região.

Quando Gellner, propõe, assim, que se tente chegar à “verdade” sobre o nacionalismo, combinando a teoria de que ele surge do processo desigual de desenvolvimento econômico com a da necessidade do Estado para organizar o acesso dos mais frágeis a uma cultura dominante, existem pontos de confluência com as posições de Sodré (1960) e Comblin (1965), ao examinarem respectivamente o nacionalismo no Brasil e na América do Sul.

Em relação ao primeiro ponto, que considera o nacionalismo como forma dos povos que ficaram atrasados na Revolução Industrial se organizarem para reverter a situação de prejuízo a que estão submetidos, tanto Sodré quanto Comblin, associam o nacionalismo à busca pelo desenvolvimento econômico autônomo em países até então

situados na periferia da sociedade capitalista, caso do Brasil e demais países da América do Sul. No segundo, Gellner trata o nacionalismo como busca do Estado “necessário” para a organização de uma “nova” cultura dominante, ou mesmo assimilação da existente. Na visão de Sodré sobre o nacionalismo, essa “necessidade” do Estado está também presente. O mesmo ocorre de forma mais explícita ainda em Comblin, quando se refere à “invasão” cultural das nações dominantes. Ambos advogam que o nacionalismo dos países periféricos surge da resistência aos dominadores. Ou seja, no caso dos países do continente sul-americano, o nacionalismo é uma “necessidade” que tem como origem a “invasão” econômica, cultural e política, promovida pelas nações mais poderosas, através das classes dominantes locais.

No Brasil, o nacionalismo surge como resposta à fragilidade das classes dominantes do país, que nunca conseguiram se livrar do papel por elas desempenhado no período colonial, que era o de “representantes” dos interesses da Coroa. Tal situação permaneceu no Império, quando a oligarquia cafeeira se associou (sempre de forma subalterna) à Inglaterra, e perdurou na República, ainda com a Inglaterra, e mais tarde, com os Estados Unidos. Com isso, e a necessidade de desenvolvimento para o país se projetar como nação em condições de atender às aspirações culturais, sociais e econômicas de seu povo, o nacionalismo se coloca como alternativa não só para a economia como também para a política, apresentando-se como detentor do ideal democrático, pois como afirmou Sodré, os interesses por ele advogados são relacionados com “*as classes em ascensão*”. Sendo assim, o nacionalismo, no Brasil, necessita das liberdades democráticas para promover o esclarecimento da opinião pública. Essa necessidade é concreta, na medida em que as propostas nacionalistas só podem ter viabilidade se forem sustentadas pelo apoio popular. Talvez a melhor definição sobre o significado do nacionalismo brasileiro seja a de Sodré, quando afirmou que o nacionalismo apresentou-se como “*alternativa real para responder às contradições que impediam o Brasil de romper com seu passado colonial e atender as aspirações da ampla maioria de sua população*”. (SODRÉ: 1960, p.32)

Em suma, pode-se reforçar a abordagem de que é adequada ao escopo do presente trabalho, a noção de que o nacionalismo pode ser entendido como um ideário para a orientação dos que lutam para a construção e/ou defesa de uma nação. Em outras palavras, o nacionalismo não apenas resulta do processo de luta pela construção e/ou

defesa da nação; o nacionalismo é a própria luta, é a essência do processo que afirma a existência e a própria identidade da nação.

3.3. O Nacionalismo na América do Sul

Quem talvez tenha produzido a melhor definição para o papel desempenhado pelas classes dominantes da América do Sul, em geral, e do Brasil, em particular, sobre essa questão foi COMBLIN (1965). Ao analisar o processo de independência das nações surgidas das colônias das coroas ibéricas, concluiu que uma característica comum foi a não concretização das “revoluções nacionais”. Segundo ele, isso ocorreu porque os setores progressistas (que fizeram as independências em aliança com as oligarquias tradicionais) perderam a disputa pelo poder, travadas no momento imediato.

O imperialismo tem efeito conservador. Dirige-se às classes dominantes do momento, que são as classes tradicionais e faz delas instrumentos da sua atuação. Forma-se espontaneamente uma aliança implícita ou explícita entre a potência estrangeira e a classe privilegiada. Esta se integra nos quadros da empresa estrangeira. Confirma e fortalece assim o próprio poder de modo artificial. Os recursos que vêm de fora têm sempre como efeito permitir que as classes tradicionais prolonguem os seus privilégios além do prazo que a história lhes permitiria normalmente. (COMBLIN: 1965: 169).

Esse caráter sul-americano se deve ao fato histórico de que todo o continente é herdeiro direto da civilização greco-romana que aqui chegou através de Portugal e Espanha. As duas antigas metrópoles eram as mais adiantadas monarquias do século XVI e legaram estruturas trazidas da Península Ibérica, como a liberdade municipal e os direitos da pessoa humana, o sentido de Estado e de administração central. (COMBLIN: 1965).

O Brasil e a América hispânica formavam também comunidades de língua, de cultura, de civilização muito estreitas e homogêneas. Nas vésperas da independência, a Íbero-América formava um conjunto de caracteres nacionais bem mais adiantado do que a maioria dos países europeus, atrasada somente em relação à Grã-Bretanha, os Estados Unidos e à França e os pequenos países do Nordeste europeu. Contudo,

desde o século XVI o progresso fora relativamente modesto, não podia se comparar com o progresso das nações que acabamos de citar; foi limitado pela situação da Península Ibérica, estagnada sua evolução desde o século XVII e privada dos instrumentos de desenvolvimento técnico e científico. As nações latino-americanas são das mais antigas do mundo, mais antigas que a maioria das nações europeias (Europa central, oriental, balcânica, Itália, Bélgica, Noruega, etc...), formaram-se na onda de emancipação nacional, sob a influência do mesmo movimento que fez as nações anglo-saxônicas e a nação francesa. (COMBLIN: 1965, p. 135).

Essa visada considera que embora estivessem prontas para o processo de independência, as nações da América do Sul (que ele chama de Ibérica) tiveram contra seus processos de plena construção nacional, a insuficiência em terrenos como a industrialização e do desenvolvimento técnico e econômico. Essa situação se agravou pelo fato das lutas pela independência não terem tido como resultado a conquista do poder pelos setores sociais mais comprometidos com o progresso social e econômico.

Esse fator negativo seria decorrente da ambiguidade histórica que marcou os processos de independência na América do Sul. A independência dos países sul-americanos teria sido muito mais um fruto da fraqueza momentânea de Portugal e Espanha, acossados pelas invasões napoleônicas, do que propriamente pelo vigor de movimentos independentistas nacionais.

A ambiguidade e a posição ainda frágil dos movimentos nacionalistas, fez com que os processos de independência no continente sul-americano, como já visto, resultassem de alianças entre setores progressistas (representados pelas camadas médias urbanas) com os representantes do latifúndio:

O que deveria ter sido uma revolução nacional acabou hegemonizado pelos conservadores. Como esse setor era, em muitos aspectos, mais tradicionalista ainda que as monarquias e a administração central, o movimento nacionalista permaneceu estagnado. Os revolucionários deixaram escapar a revolução nacional. A classe social mais tradicionalista venceu e tolerou as instituições nacionais com a condição de não produzirem seus efeitos naturais. De fato, no momento em que a América Latina podia abrir-se ao progresso técnico e industrial, livre da dominação de Portugal e Espanha, a classe dirigente não lhe

deu nenhum apoio. As iniciativas nesse sentido ficaram paradas. O século XIX foi um século de inércia e depois de cem anos de independência as nações encontravam-se mais ou menos na mesma situação do primeiro dia. A classe dirigente manteve e acentuou a estrutura social, política, econômica anterior à colônia. Em vez de ajudar as iniciativas de emancipação industrial e comercial, preferiu vender as matérias-primas que davam aos feudos tradicionais o monopólio do comércio internacional e consolidavam o seu poder social e político. A nação existia, mas limitada nos seus efeitos. A instituição nacional existia, mas não alcançava a totalidade do povo, nem da produção. (COMBLIN: 1965, p. 137).

Nada disso era suficientemente forte para impedir que as nações da América do Sul não pudessem ser consideradas como tal. Elas possuem muitas das características que compõem uma nação desde os primórdios do século XIX, tendo sido, no entanto, prejudicadas por suas classes dominantes, que as impediram de desenvolver alguns importantes aspectos de uma existência nacional ampla.

Diante disso, em toda a América do Sul, e obviamente também no caso brasileiro, o nacionalismo não deu demonstração de vigor até o século XX, quando, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, duas circunstâncias históricas foram determinantes para seu fortalecimento. Uma foi o crescimento numérico das populações urbanas, principalmente do operariado fabril. As estruturas então existentes (tanto estatais, quanto econômicas e da sociedade civil) não tinham como dar conta desse novo quadro.

A outra circunstância está ligada à forma como o continente se inseriu na economia mundial. Isto porque, até a Primeira Guerra Mundial, os países da América do Sul tinham relações comerciais com os países centrais que, embora praticamente só beneficiassem as classes dominantes locais, podiam ser consideradas como vantajosas. Os preços dos produtos de exportação (café, carne, matérias-primas) eram altos e seus mercados internos (ainda incipientes devido à concentração da população na área rural) ainda não demandavam grande quantidade de produtos industrializados que necessitavam importar. Após a Segunda Guerra Mundial, essa situação se inverteu e assumiu cores dramáticas.

Com a clara ameaça de desnacionalização da economia, e as consequências nos demais campos da vida nacional, desenha-se um quadro de imperialismo econômico. É no combate a essa situação que ressurge e se fortalece o nacionalismo. Isto ocorre, porque ao lado da questão econômica, também ocorrem outras formas de “invasão” complementares.

A invasão cultural é mais espetacular ainda. As nações desenvolvidas apresentam ao mundo um conjunto impressionante e dinâmico de ciências e técnicas, teorias econômicas, esquemas de desenvolvimento, esquemas de valores individuais e sociais, ideias políticas e formas concretas, modelos de governo, formas artísticas, literárias, uma pedagogia, uma antropologia, uma concepção geral do universo e da vida humana. (...) A penetração cultural estrangeira tende também a aumentar a passividade intelectual, o sentimento de inferioridade. Aliás, o edifício cultural ocidental é um conjunto coerente e homogêneo. Não se pode assimilar um ponto e rejeitar o resto. Uma vez o pensamento formado, introduzindo no sistema, sente-se dominado, atraído, não escapa à pressão. Não se pode aceitar a técnica e rejeitar as ideias políticas, as teorias econômicas e sociais, as ciências humanas, etc. (COMBLIN: 1965).

A intensificação desse processo, que nada mais é que a imposição do nacionalismo dos países dominantes, acaba por gerar um tipo de nacionalismo que pode ser identificado como “nacionalismo-resposta”. Nessas nações ainda jovens, se comparadas com as nações dominantes, o nacionalismo surgiu num contexto de “negatividade”. Para elas a nacionalidade apresenta-se de “fora para dentro” como forma de negar a dominação e resistir a ela. Essa “negatividade” vem da percepção de que precisam realizar em curto prazo as tarefas que as nações dominantes realizaram em tempo mais largo.

Essa “necessidade” nacionalista advém do fato de que as nações dominantes recorrem à utilização das classes dominantes locais, que são historicamente cooptadas, e através da “invasão” econômica, política, cultural:

Expandem seus capitais e sua técnica, instalando suas indústrias nos países menos adiantados, abrindo mercados novos, dominando pouco a pouco o comércio interior, atendendo menos às necessidades dos homens e dos povos do

que às leis do próprio crescimento. A afirmação dos sistemas econômicos mais adiantados constitui assim uma verdadeira invasão econômica que transforma cada vez mais os povos atrasados em instrumento do jogo das forças estrangeiras, em objeto passivo. Esses povos estão sob a atividade estrangeira, assistindo à ação econômica de que ela é capaz, com suas reações e flutuações imprevisíveis. (COMBLIN: 1965)

3.4. O Nacionalismo Brasileiro

Em 1959, o General e historiador Nelson Werneck Sodré ministrou, no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), aula inaugural intitulada “Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro”. Não por acaso ele se referiu à Petrobras como “o novo que afirma a nossa capacidade de realização sem interferência”. (SODRÉ: 1960, p. 35).

É importante, tendo em vista os objetivos desta pesquisa, recuperar os principais pontos de sua exposição. Trata-se, possivelmente, da mais firme e objetiva conceituação do que aqui se denomina o “nacionalismo brasileiro” no contexto histórico-social que caracterizava o Brasil nos anos 50 e no início dos anos 60 do século passado, quando, segundo ele, o nacionalismo atingira no Brasil “a magnitude de um divisor de águas” (SODRÉ: 1960, p. 9). Para ele, e essa análise foi feita poucos anos depois da vitoriosa campanha *d’O Petróleo é Nosso*, a gestação do nacionalismo brasileiro constitui-se em um fenômeno político que se desenvolveu lenta e trabalhosamente. Sendo assim, propôs três momentos históricos para melhor apreciação e entendimento da temática. O primeiro, a Independência; o segundo, a República e o terceiro, o que chamou de “Revolução Brasileira”.

No primeiro momento, na época da Independência, a população brasileira era estimada em quatro milhões de habitantes. A Independência, lembrou ele, não ocorrera por acaso, o povoamento era escasso e a vida econômica era restrita a algumas poucas áreas. Assim, como a descoberta e o povoamento foram consequências da Revolução Comercial, a Independência foi vinculada a Revolução Industrial. Foi a Revolução Industrial que exigiu a ruptura do regime de monopólio do comércio, que era a própria razão de ser da dependência, naquela fase, em relação à metrópole. Lembrando que ainda na colônia o Brasil ocupava (pelo Tratado de Madri) praticamente os mesmos

limites existentes hoje, ele perguntou o que era o Brasil colônia na segunda metade do século XVIII. (SODRÉ: 1960, p. 12).

A resposta foi que, apesar do território imenso, a população ainda era bastante escassa e as atividades econômicas reduzidas, com atividades coletoras na Amazônia, algodão no Maranhão, a produção açucareira do Nordeste atravessando um período de crise, diante da concorrência e das taxas cobradas por Portugal, além da valorização da mão de obra escrava pela demanda da mineração. Também a mineração, da região central do país, estava iniciando seu processo de declínio, depois de ter “*aberto as perspectivas de um mercado interno que impulsiona inclusive a circulação terrestre com os tropeiros, os registros e o sistema fiscal extorsivo imposto pela Coroa*”. Num dado que talvez ajude a entender muito do que marcou a história do Brasil dos anos 30 até pelo menos 1964, Sodré lembra que dos produtos da época de Brasil colônia, apenas o charque, do Rio Grande do Sul, tinha como alvo o mercado interno. (SODRÉ: 1960, pp.12 e 13).

Salvo essa exceção, toda a produção do Brasil colonial era destinada aos mercados externos. Entre esses produtos, o de maior peso foi o ouro. Foi graças à mineração que, no século XVIII, a colônia teve uma viragem importante em sua vida. No binômio que sustentava a economia colonial, formado por terra-escravo, não existem dúvidas de que o principal elemento era a mão-de-obra escrava, que se constituía na principal mercadoria. (SODRÉ: 1960, p. 13)

No caso da produção de açúcar, o senhor de engenho (dono de terra e escravos) controlava toda a produção. A Coroa portuguesa (ou espanhola durante o período da União Ibérica, 1580/1640) controlava a circulação da produção oriunda da economia açucareira. A classe dominante (esses mesmos senhores de terra e escravos) funcionava como “mandatária” da metrópole, “sua procuradora natural, sua representante, uma vez que os interesses eram comuns”. Nas áreas ocupadas pela economia da mineração, as coisas não ocorreram da mesma forma. Ali, a Coroa portuguesa era dona de tudo. Controlava toda a produção e também era a dona da produção que era transformada em valor. (SODRÉ: 1960, p. 13).

Com isso, nas áreas de produção aurífera, foi quebrada a comunhão de interesses que nas áreas de exploração açucareira marcava as relações entre a Coroa portuguesa e a classe dominante da Colônia. Essa contradição entre Coroa e classe dominante vai ser a responsável pela sucessão de motins e levantes. A Inconfidência Mineira, praticamente na virada do século XVIII para o XIX, foi bem uma amostra do clima que imperava. Na região das minas, a população se repartia em senhores de terras, classe dominante, e escravos, e pessoas livres, que não viviam da exploração do trabalho de seus semelhantes, constituindo uma camada social instável, sem função ou poder político na estrutura de então. O crescimento desse setor médio da população, situada entre a classe dominante da colônia e os escravos (que tinham existência de mercadoria sendo vistos como meros instrumentos de trabalho) foi o fenômeno de maior importância que ocorreu na segunda metade do século XVIII. (SODRÉ: 1960, p. 14)

Sodré assinala que é esse setor intermediário que constituiu o mercado interno surgido no Centro-Sul do País, gerando uma vida urbana ainda incipiente e que vai formar os quadros administrativos, as funções militar, religiosa e judiciária. Sobre isso, lembra que a Inconfidência Mineira foi obra de padres, letrados e militares. A crise açucareira significou o primeiro sinal de desencontro entre a colônia e a metrópole. As desavenças se agravaram com as tributações impostas à mineração e as ideias de independência começaram a surgir nos setores intermediários da população. Isso, ainda segundo Sodré, deve-se ao fato de ser esse setor o mais interessado em alterar o *status quo*. Só que o País ainda estava muito fragmentado. Com isso, Portugal pôde tratar cada motim isoladamente. Além disso, a classe dominante temia correr o risco de contrapor-se à Coroa. (SODRÉ: 1960, p.15)

Qualquer movimento, nas condições da época, que não contasse com o apoio da classe dos senhores territoriais e de escravos estava condenado ao malogro. Qualquer movimento que não superasse a fragmentação geográfica, por outro lado, estava sob a poderosa ameaça de um tratamento isolado. (...) A Revolução Industrial, no quadro externo, vem proporcionar justamente as condições que faltavam aqui. Quando Napoleão invade a península ibérica, derrocando as cortes metropolitanas, cria a circunstância favorável à reforma que se impõe nas áreas coloniais americanas. À Inglaterra, que comanda a transformação econômica, interessa rasgar a clausura, romper o regime de monopólio comercial, eliminar as

metrópoles intermediárias, estabelecer a troca direta. Isto interessa também à classe dominante. (SODRÉ: pp. 15 e16)

As classes dominantes das colônias americanas em geral, e do Brasil em particular, eram, por motivos fundamentalmente econômicos, potenciais aliadas da burguesia europeia, mas não tinham o mesmo interesse em abolir a escravatura, que a Inglaterra, que precisava ampliar seu mercado. No caso brasileiro, a resistência à abolição foi beneficiada pelo crescimento vegetativo da população escrava, o que compensava as dificuldades impostas pela Inglaterra ao tráfico. Outro dado relacionado ao declínio do tráfico foi a transferência de capitais, antes investidos nessa atividade, para outras áreas da economia.

No segundo momento apontado por Sodré, quando da mudança de regime de Monarquia para República, o Brasil já possuía 14 milhões de habitantes, sendo 700 mil os escravos que foram libertados. Os proprietários de terras eram então 300 mil pessoas, aí incluídos os dependentes. Ou seja, a maioria da população era de não proprietários. Sodré chamou a atenção sobre as profundas transformações sofridas pelo País na última parte do século XIX. Foram os serviços públicos de iluminação e transporte, telégrafo, cabo submarino, imprensa, livros, as chamadas profissões liberais, o crescimento do comércio, o setor financeiro começou a ganhar destaque.

Como estamos ainda na fase em que tem cabimento o lugar-comum de que somos um país “essencialmente agrícola”, é fácil verificar que todas essas inovações se originam no campo. O que aí se passou altera realmente bastante o panorama brasileiro. O açúcar, que detinha posição ainda importante, quando da Independência, estava agora praticamente alijado dos mercados externos, e os elementos ligados à sua produção dependiam de medidas protetoras do Governo. Surgira o fenômeno da borracha (...) Cacau, tabaco, madeira, couros, figuravam na exportação. Mas, nela, aparecia, com índice ascensional e força extraordinária, o café. (...) O café fizera a grandeza do Império, alicerçara o primado do centro-sul, fundamentara a tarefa unificadora e centralizadora empreendida pela monarquia e, principalmente, dera à balança do comércio externo os saldos que permitiram ao Brasil realizar as transformações ostensivas. (SODRÉ: 1960, pp. 19,20).

A grande mudança no quadro social do início da República para o período da Independência foi que a classe dominante continuou ser a dos senhores de terras, mas

esses já não eram mais senhores de escravos. Além disso, os interesses dos produtores de café não eram sempre os mesmos do produtor de açúcar, que não tinha os mesmos do criador de gado, cujos interesses não eram necessariamente os mesmos do seringalista. O câmbio e o regime de trabalho marcaram importantes divergências dentro das classes dominantes. Os setores médios da população, que surgiram durante o período da mineração e se desenvolveram principalmente no Centro-Sul do país, cresceram ainda mais e passaram a desempenhar um número cada vez maior de atividades profissionais, como o comércio e a carreira militar.

O povo era formado por todos aqueles que não viviam da exploração da mão-de-obra alheia. Isso correspondia, portanto, à grande maioria da população. Só que, nessa maioria, o número de pessoas interessadas na vida política do país era muito reduzido. Com a independência de Portugal, a coroa imperial, passou a fazer o papel de representante dos senhores de terras e escravos, que foram transformados em “barões”. Esse papel satisfazia as classes dominantes interessadas na manutenção do “status quo” herdado da estrutura colonial. Com as transformações vividas pelo país, o regime imperial foi-se tornando anacrônico e perdeu o suporte de grande parte das classes dominantes, que até então lhe davam sustentação. (SODRÉ: 1960, p. 22).

Sodré também aponta o final da Guerra do Paraguai, como marco de profundas mudanças. Lembra, porém que “a força do que era velho ainda era grande”, exemplificando com o fracasso de Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá. Essa “força do velho” trazia a contradição entre a composição social “nova” e os “novos” interesses em jogo, mas a permanência no poder da “velha” classe dominante.

A substituição do regime imperial pelo republicano foi decorrência de uma aliança da crescente classe média que reivindicava participar do poder político e da fração da classe dominante que havia se emancipado da Coroa imperial, particularmente a representada pelos produtores de café de São Paulo. A partir da derrubada do Império e consequente implantação do regime republicano, deparou-se com uma nova composição. Os setores representativos das classes dominantes recompuseram sua aliança com os demais setores oligárquicos e passaram a lutar contra os representantes da classe média, majoritariamente formados por militares, com os quais haviam se aliado para implantar a República. Foi essa disputa pelo poder no interior do regime

republicano que causou as crises que ocorreram no governo do Marechal Deodoro da Fonseca e que levaram o país à guerra civil sob a presidência do Marechal Floriano Peixoto. (SODRÉ: 1960, pp. 23,24).

Sobre isso, Sodré, relembra o apoio popular obtido por Floriano Peixoto, destacando a defesa da população carioca contra a rebelião da Esquadra. Para ele, Floriano Peixoto foi o representante por excelência das classes médias, que começaram naquele momento a disputar o espaço político. Destaca aí a difusão do Positivismo como saída mais fácil por permitir a defesa de posições progressistas sem o abandono de valores éticos tradicionais. A aliança entre as classes médias e “a facção economicamente mais poderosa da classe territorial” não resistiu às contradições do início do regime republicano. Com isso, os representantes políticos da grande lavoura de café paulista assumiram o poder e alijaram seus antigos aliados que representavam os setores intermediários da sociedade brasileira da época. Isso ficou nítido no governo de Campos Salles, com sua política econômica, e da chamada “política dos governadores”. (SODRÉ: 1960, p. 24).

A resistência dos setores médios alijados do poder político se manifestou de diversas formas. Sodré aponta as “salvações” do governo Hermes da Fonseca, o levante dos marinheiros que ficou conhecido como Revolta da Chibata e, principalmente, o movimento tenentista. Esses movimentos abriram caminho para o que ele qualifica como sendo o terceiro momento da construção do nacionalismo: que chama de “Revolução Brasileira”, cujo marco inicial é justamente a Revolução de 1930. Aqui, em que pesem as diferenças de interpretação com Boris Fausto, autor cuja visada é adotada no presente trabalho, Sodré adverte para a influência de fatos externos sobre a vida nacional, com destaque para os dois conflitos mundiais de 1914/1918 e 1939/1945 e a crise de 1929.

Essas três pausas permitiram à estrutura de produção dar três saltos e, mais do que isso, alterou fundamentalmente a fisionomia econômica do Brasil. Elas propiciaram a capitalização e um desafogo transitório, em que o país se fortaleceu para enfrentar as pressões que se seguiram a cada uma delas. A capitalização abriu a possibilidade de se implantarem indústrias que permitiram a produção de artigos até então importados. Essa industrialização provocou, mesmo de forma espontânea, importantes reflexos na vida

econômica, social e política. Permitiu também a transferência de recursos entre setores da economia brasileira. Outra consequência, ainda que também espontânea, foi a acumulação de recursos no exterior. “A dilapidação impressionante desses recursos, particularmente depois da Segunda Guerra Mundial, correspondeu a um dos erros mais clamorosos já cometidos contra o País – e mostrou como a classe dominante não atendia aos interesses do conjunto, mas apenas aos seus próprios interesses”. (SODRÉ: 1960, pp. 27, 28).

Nesse período posterior à Revolução de 1930, Sodré chama a atenção para a profunda alteração ocorrida na composição social do País. A classe dominante tradicional não tinha mais condições de se sustentar isoladamente no poder. A classe média teve um grande crescimento, inclusive como participante da política, e entrou em cena uma numerosa classe trabalhadora. Essa nova composição social criou dificuldades para a atuação das forças econômicas externas e suas representações políticas internas.

A aliança tradicional entre o setor herdeiro da estrutura colonial (na Colônia: classe territorial e a metrópole; no Império: classe territorial e a burguesia europeia que liderava a Revolução Industrial) passou a ser representada pela associação entre os setores ligados à exportação de matérias-primas e produtos agrícolas e as forças econômicas externas com interesse no mercado nacional. As classes dominantes contavam com a ajuda externa para a manutenção do poder no âmbito interno. (SODRÉ: 1960, pp.28,29)

Segundo Sodré, foi a partir desse momento que entrou em cena na vida política do País o mote da não intervenção do Estado na vida econômica, da necessidade de neutralidade estatal. É também nesse momento que surgiu, com nitidez, o “nacionalismo”.

E Sodré, então, encaminha outros e densos questionamentos:

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. Realizar-se nacionalmente, para um país de passado colonial, com estrutura econômica

subordinada a interesses externos, corresponde a uma tarefa em muitos pontos idêntica à que os países europeus realizaram no alvorecer da Idade Moderna (...) O que, para eles, eram as relações feudais, antepondo-se ao desenvolvimento, é, para nós, tudo o que reflete ainda o passado colonial. O nacionalismo apresenta-se, assim, como libertação. Do seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta. Aos que sentem dificuldade em situar o Nacionalismo no campo econômico, julgando falsas as afirmativas de que se apresenta como um escudo ante formas variadas de verdadeira agressão externa, é talvez mais claro o quadro político cujas linhas estão precisamente definidas. Nesse cenário, o Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam de liberdade como o organismo humano de oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista. As forças opostas, muito ao contrário, perderam as condições para a vida ostensiva e exercem variadas e repetidas tentativas de limitação das franquias, de restrições às opiniões, de redução do jogo político às velhas fórmulas da combinação de poucos, das decisões clandestinas, das articulações de cúpula, com um horror característico ao que é popular. (SODRÉ: 1960, pp. 31,32).

O Nacionalismo, portanto, surge de uma situação concreta. Apresenta-se como alternativa real para responder às contradições que impediam o Brasil de romper com seu passado colonial e atender as aspirações da ampla maioria de sua população. Sodré, talvez tendo em mente a campanha *d'O Petróleo é Nosso*, afirmou que o nacionalismo organizado é invencível, pois o “teor de paixão que o acompanha, sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza” revela “a generalidade e a profundidade de seus efeitos”. Essa revelação traz à tona com absoluta nitidez, que o “nacionalismo é popular, o que não pode surpreender a ninguém, uma vez que só é nacional o que é popular”. (SODRÉ: 1960, p. 32).

Ao final, Sodré critica os adversários do nacionalismo. Afirma que a tarefa essencial dos seus adversários é a construção de barreiras que impeçam a composição de um quadro de forças interessadas no desenvolvimento nacional. E afirma:

O processo mais simples para dividir as forças cuja tendência natural é a articulação, que consiste em estabelecer como fundamental a contradição que as separa, agravando as condições de vida, para levar ao desespero os que trabalham e à angústia os que compõem a gama variada da classe média. Daí os perigos de uma política econômica e financeira que gera as condições de incerteza (...) É velha, particularmente, a ideia de que o Brasil só se desenvolve com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros. E que é novo? (...) Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde aos que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece. (SODRÉ: 1960, pp. 34-35).

E, conclusivamente:

O Nacionalismo não só tem raízes profundas entre nós, como ainda, o que é fundamental, só poderia ter ocorrido agora, e não antes, e não poderia deixar de apresentar-se, nesta fase, com a força que não lhe podem negar, mesmo os seus mais ferrenhos adversários. (...) O novo corresponde, por isso mesmo, a uma visão de conjunto, em que as partes se compõem na sua relatividade, e denuncia todas as ideias como historicamente condicionadas. Quando determinada formulação, como encantatória, polariza as atenções, ganha o pensamento da generalidade e aprofunda os seus efeitos, negá-la é mais que uma infantilidade, porque é um erro. (SODRÉ: 1960, pp. 9,10,11)

Quando Sodré associa o nacionalismo brasileiro com a Petrobras não está usando um recurso de retórica. A estatal do setor petrolífero foi criada graças a uma luta que mobilizou toda a sociedade brasileira. A campanha d'O Petróleo é Nosso, como já destacado anteriormente, foi desencadeada após a realização das duas conferências que o Marechal Horta Barbosa fez no Clube Militar em defesa do monopólio estatal do petróleo.

O Marechal, cuja carreira (da Escola Militar até a campanha d'O Petróleo é Nosso) se encaixa com exatidão no processo de desenvolvimento do nacionalismo brasileiro descrito por Sodré, por sua luta pelo monopólio estatal do petróleo, atuação no Clube Militar, nas fileiras da corporação e na vida pública, notabilizou-se como um dos mais influentes integrantes da corrente nacionalista das Forças Armadas brasileiras.

3.5. Conclusão

Este capítulo comportou três seções, além da introdução que situou os termos do problema e esta conclusão. A primeira discorreu sobre as dificuldades de se conceituar termos tais como “nação” e “nacionalismo”. A segunda se concentrou na questão do nacionalismo na América do Sul. A terceira rebateu o problema para a situação brasileira, o chamado “nacionalismo brasileiro”.

Na primeira parte, viu-se que, apesar de seu peso na História, o fenômeno do nacionalismo, assim como da ideologia, teve sua “morte” anunciada por diversas vezes. Entretanto, de forma nem sempre pacífica, ele foi sendo recolocado como questão da História e da historiografia. Na compreensão adotada nessa pesquisa, o conceito de “nação” não se refere a mero reflexo “idealista” da definição do nacionalista. Ele é entendido como uma ideia construída pelos próprios homens que, na sua *práxis*, a partir de situações objetivamente dadas a vão definindo na trama vivida de suas lutas. A nação é uma edificação histórica que guarda necessário conteúdo político. Nela há lugar para conflitos em torno de interesses e objetivos próprios. Os resultantes políticos desses choques vão conformando, concretamente, o “ser de uma nação”. As nações, em suma, para além das polêmicas intelectuais sobre sua real substância, existem como uma realidade objetiva. Em consonância ao conceito de “nação”, surge, por associação, o do “nacionalismo”. Na abordagem mais adequada às pretensões desta tese, o nacionalismo deve ser entendido, a um só tempo, como um ideário, um processo e uma luta que concretizam a própria existência da nação. Não há nacionalismo sem ideia da nação, e *vice-versa*.

Na segunda seção, projetou-se o fenômeno do nacionalismo na América do Sul como expressão de resistência à ação dos países colonizadores e das suas alianças internas. Os interesses colonizadores expandiram seus capitais e sua técnica, instalaram capacitações fabris, abriram mercados novos, paulatinamente controlaram o comércio interior e o exterior. A expansão colonial constituiu verdadeira invasão econômica que fez com que os povos “atrasados” se tornassem marionetes das forças estrangeiras, em objeto passivo. Reativamente, o nacionalismo sul-americano passou a se constituir na doutrina e na prática do choque contra o colonialismo. A “necessidade” nacionalista teria surgido, dessa forma, do fato de que as nações dominantes recorreram à utilização das classes dominantes locais, historicamente cooptadas, através do que Comblin

denominou de “invasão” econômica, política, social e cultural. Tornou-se, enfim, em instrumento e fim das lutas pela independência e, depois, da afirmação da identidade nacional dos Estados na região.

Em consonância, entendeu-se, tendo em vista os objetivos pretendidos, o “nacionalismo brasileiro” como expressão das ideias e ações desenvolvidas em defesa das riquezas nacionais, e da exploração dessas riquezas em benefício do país e de seu povo. Em outras palavras, a afirmação do País como entidade dotada de identidade própria. Com a campanha *d’O Petróleo é Nosso*, o nacionalismo brasileiro ganhou nitidez. Foi nesse processo que ficou claro, talvez pela primeira vez na história do país, que as classes dominantes representavam interesses contrários aos do Brasil e da maioria da população. O nacionalismo representou, no desenrolar da campanha *d’O Petróleo é Nosso*, a relação entre o apoio popular e o avanço da democracia no Brasil no período em tela. Isso aconteceu porque as classes em ascensão necessitavam da liberdade para melhor se expressar, já que o esclarecimento da opinião da maioria da população requeria a discussão aberta e pública do que para elas era realmente importante.

O capítulo seguinte trata da campanha *d’O Petróleo é Nosso* através da análise das atuações de três dos principais atores envolvidos no processo de definição do formato de desenvolvimento da indústria petrolífera pelo Estado brasileiro. Os Estados Unidos, a imprensa e o Partido Comunista do Brasil, o PCB.

4º CAPÍTULO

“O PETRÓLEO É NOSSO: TRÊS ATORES PRINCIPAIS

Os Estados Unidos simplesmente passaram a dirigir países como o Brasil, que há cerca de 50 anos tem sido administrado por tecnocratas norte-americanos. Com o peso dos seus recursos deveria ser um dos países mais ricos do mundo, e já teve as taxas de crescimento mais altas. No entanto, devido à influência norte-americana no seu sistema econômico e social, está situado perto da Albânia e do Paraguai em termos de qualidade de vida.

Noam Chomsky

4.1. Introdução

A campanha *d'O Petróleo é Nosso* foi organizada e posta em prática no primeiro semestre de 1948. Nesse período, o País não vivia, ao contrário do que muitos escrevem e acreditam, um período de plena democracia. Há de se chamar atenção para o fato de que o PCB, que havia obtido expressiva votação nas eleições de 1945, foi colocado fora da lei por decisão do Supremo Tribunal Federal, em maio de 1947. No ano seguinte, em janeiro, foram cassados os mandatos de todos os seus representantes. Com isso uma boa percentagem da cidadania partidária brasileira foi banida do sistema político. Episódios de insatisfação popular enfrentaram firme revide do governo, muitas vezes com o uso desproporcional da força.

Por sua vez, o Congresso eleito em 1945, respirando o clima de pós-guerra no mundo ocidental, identificava-se com o ideário liberal. Pregava-se, então, a diluição dos vestígios autoritários do antigo regime. No plano econômico, a legislação aprovada na Constituição de 1946 abria o mercado brasileiro para as empresas de capital estrangeiro desde que passassem a ter sede no País. Essa “brecha” constitucional se configurou nas chamadas empresas brasileiras de capital estrangeiro.

Com essa nova realidade, no princípio de 1947, o Presidente Eurico Dutra nomeou uma comissão com o encargo de adaptar a legislação que regulava o setor de

minérios ao novo texto constitucional. Essa comissão, que contou com a assessoria de técnicos indicados pelo embaixador dos EUA, William Pawley, elaborou um documento que ficou conhecido como o “Estatuto do Petróleo”. (HEINES: 1989, p. 94).

O texto desse documento reproduzia, em quantidade significativa, argumentos semelhantes aos propostos pelos adversários da “Tese Horta Barbosa”, conforme ela foi enunciada no capítulo anterior. No arrazoado do “Estatuto”, no substancial, a exploração petrolífera não poderia ser feita por empresa exclusivamente nacional, pois o Brasil não dispunha de capital e nem da necessária experiência para desenvolver a lavra em suas diversas etapas. Não disporia, também, de *know-how*, nem de pessoal qualificado, para explorar, por si só, essa fonte energética, o que seria de posse, apenas, das grandes empresas internacionais. O “Estatuto do Petróleo” foi recebido com desagrado pelos dois campos em disputa. Foi combatido tanto pelos nacionalistas, que não abriam mão da tese Horta Barbosa, como pelos representantes das grandes empresas, que defendiam que o Brasil adotasse um modelo semelhante ao que havia sido implantado na vizinha Venezuela.

Logo depois que Dutra nomeou a comissão encarregada de elaborar o “Estatuto do Petróleo”, o Clube Militar, naquele tempo presidido pelo General César Obino, decidiu realizar ciclo de debates onde deveriam se apresentar as duas posições em disputa. É importante ressaltar aqui que o simples fato de que tal agremiação ter sido palco privilegiado de discussão de tal monta, já mostrava bem como os militares, naquela época, na política brasileira, eram da maior importância.

Em julho de 1948, foi lançada a campanha *d’O Petróleo é Nosso*. Tendo como lideranças, além do próprio Horta Barbosa, oficiais nacionalistas como Estevão Leitão de Carvalho, Raimundo Sampaio, Felicíssimo Cardoso, Arthur Carnaúba, Alfredo de Moraes Filho, e muitos outros, além de civis como o ex-presidente Arthur Bernardes. A campanha foi coordenada por uma entidade criada especialmente para isso, o “Centro de Estudos e Defesa do Petróleo” (CDP) que, no decorrer da campanha, em 1949, mudou de denominação, passando a se chamar “Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional” (CEDPEN).

Enfrentando resistências de amplos setores da sociedade, o “Estatuto do Petróleo” não conseguiu tramitar no Congresso e acabou sendo arquivado. Esse clima de opiniões, tão sumariamente captado acima, serviu apenas para sugerir, em grandes linhas, as pesadas dificuldades que se lançavam sobre a campanha liderada pelo general Horta Barbosa. Havia, na verdade, naquela época, muito mais elementos contrários à vitória da tese do monopólio estatal do que ao seu êxito.

Neste capítulo, retoma-se a campanha do *Petróleo é Nosso* visando caracterizar três dos principais atores que interferiram decisivamente no seu desenrolar. O primeiro foi o papel dos Estados Unidos. O segundo foi o desempenho da grande imprensa escrita, escolhendo-se, como estudo de caso, a posição de um dos mais influentes jornais da época, o *Correio da Manhã*, com sede no então Distrito Federal, na cidade do Rio de Janeiro. O terceiro foi a atuação dos comunistas que, embora na ilegalidade, foram tratados pelos opositores da campanha como os inspiradores e condutores maiores do movimento. A conclusão sumariza os principais elementos da argumentação.

4.2. A Interferência dos Estados Unidos

No capítulo em que se tratou mais especificamente do nacionalismo, foi visto que, para Comblin (1964), o nacionalismo nos países como o Brasil nasce em oposição ao dos países como os Estados Unidos. No caso específico do Brasil e do nacionalismo que floresceu a partir da década de 30, sendo particularmente atuante durante a disputa envolvendo a forma de exploração do petróleo, não se pode deixar de considerar a interferência dos EUA na vida nacional.

Isso aconteceu principalmente no período marcado pela Guerra Fria, quando os responsáveis pela execução das políticas de interesse dos Estados Unidos decidiram que deviam controlar os minerais estratégicos do País. Em consequência dessa decisão, investiram na influência sobre os círculos dominantes e da opinião pública do Brasil. Uma das medidas tomadas foi a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), em 1949. Também se investiu nos jornais, revistas, rádio e na TV ainda incipiente. A opinião pública brasileira foi influenciada pelo cinema e outros produtos da indústria cultural dos EUA. Dentro dessa estratégia, os nacionalistas eram confundidos propositalmente

com os comunistas brasileiros, retratados e tratados como agentes de uma potência estrangeira (URSS) inimiga do bloco ocidental cristão, liderado pelos EUA e do qual o Brasil fazia parte. Os EUA pressionaram Vargas de forma cada vez mais intensa (COHN, 1968: p. 11) e investiram no crescimento e exercício de sua influência sobre lideranças políticas, militares e da imprensa brasileira.

Nesse quadro, o País viu-se diante de duas alternativas para o desenvolvimento de uma indústria petrolífera. A abertura do setor para as grandes empresas internacionais, como aconteceu na Venezuela ou a adoção do monopólio estatal. As pressões sobre Vargas, para que abrisse mão da legislação criada pelos militares nacionalistas nos anos 30, eram ditadas principalmente pelos interesses estratégicos definidos pelos círculos militares de Washington ao final da 2^a Guerra Mundial.

Ao contrário do que ocorreu durante os anos de conflito bélico, os governantes dos EUA não queriam acordos que fossem benéficos para o Brasil. Sob a alegação de apoio aos projetos desenvolvimentistas brasileiros, a administração Truman, vendo o País rico em materiais críticos e altamente estratégicos, pressionava cada vez mais para que essas riquezas pudessem ser exploradas por empresas dos EUA.

No que diz respeito ao desenvolvimento dos recursos petrolíferos do Brasil, por exemplo, uma e outra vez os Estados Unidos e os funcionários do setor petrolífero privado dos EUA salientaram a necessidade das empresas privadas americanas participarem de todas as fases da indústria petrolífera brasileira. Washington argumentava que apenas as empresas dos Estados Unidos tinham o conhecimento técnico, experiência e capital para desenvolver os recursos do Brasil. Eles também acreditavam que se o Brasil aceitasse o programa norte-americano para o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento de seus recursos petrolíferos, o resto da América Latina viria a seguir. O primeiro passo dos planejadores da administração Truman foi a identificação geral dos recursos do Brasil. Embora todos acreditassem que o Brasil era rico em recursos minerais, pouca informação existia em minerais específicos e sua disponibilidade. Além disso, pouca exploração ou aproveitamento real tinha ocorrido. Para corrigir esse problema as autoridades norte-americanas se valeram do programa de quatro pontos do Presidente Truman. Esse programa foi elaborado para fornecer assistência técnica e experiência para países amigos ao redor do mundo. Com isso, foi feito com a utilização de mapas aeronáuticos e mapeamentos

topográficos e gráficos, um levantamento sobre as reservas de materiais estratégicos como manganês, ferro, chumbo, fosfato, estanho, tântalo, tungstênio, urânio e petróleo. Os formuladores de políticas dos EUA para o Brasil argumentaram que tais estudos forneceram informações importantes sobre a localização de minerais essenciais para a indústria brasileira e sobre a disponibilidade dessas commodities para a exportação. O desenvolvimento destes recursos para a exportação, segundo esses especialistas, iria melhorar a economia do Brasil, fortalecendo seu poder de compra no exterior. Não divulgaram, no entanto, o benefício potencial para os Estados Unidos no caso de uma crise mundial. (HEINES: 1989, p.95, traduzido por RC).

Com o final da Segunda Guerra Mundial, as pressões pela redemocratização da vida política brasileira se tornaram mais intensas. A vitória dos Aliados, com a participação das tropas da FEB, influenciou fortemente na situação interna do País e o Estado Novo dava sinais de esgotamento. Getúlio Vargas, então, procurou se adequar ao novo momento. Decretou a anistia para os presos políticos, permitiu a legalização de todos os partidos, inclusive do Partido Comunista, e buscou aprofundar as políticas econômicas de caráter nacionalista, além de anunciar a convocação de uma Assembleia Constituinte. Só que as pressões pela sua saída se intensificaram de tal forma que se tornaram praticamente insustentáveis.

A partir do momento em que demonstrou receptividade à manifestação democrática e compreendeu a necessidade de assegurar condições em que a vontade popular se manifestasse, Vargas passou a ser visto com extrema desconfiança pelas forças militares pretorianas, distribuídas entre as duas candidaturas mais destacadas: a do Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, o condestável do Estado Novo, e do Brigadeiro Eduardo Gomes, que nele fizera, sem tropeços, a sua rápida carreira. Vargas sentiu, com o desenvolvimento da campanha eleitoral, que agora, aqueles precisamente que haviam forjado o Estado Novo e sustentado a sua vigência, tratavam de eximir-se de qualquer responsabilidade na empreitada. O imperialismo acompanhava, interessado, o desenvolvimento da situação política brasileira, colocado na posição de impedir que levasse a uma democratização autêntica. Deu a palavra de ordem, de público, o embaixador dos Estados Unidos, Sr. Berle Junior, que traçou os rumos que o Brasil deveria seguir. Vargas tornara-se um obstáculo. Decidiu-se a removê-lo, nisso unidos os dois candidatos, Dutra e Gomes. (SODRÉ: 1965, p. 287).

Os comandantes das Forças Armadas, que derrubaram Getúlio Vargas, em 1945, coerentemente com as medidas que já vinham adotando quando constituíam a cúpula militar do Estado Novo, utilizaram todo o aparato ao seu alcance para combater o projeto defendido pelos militares nacionalistas. A eleição de Eurico Dutra, que foi o Ministro da Guerra no Estado Novo e teve participação ativa na deposição de Getúlio Vargas, foi bem recebida pelos governantes dos Estados Unidos.

Washington viu com muita simpatia a derrubada de Vargas pelos militares em 1945. A vitória de Gaspar Dutra da mesma forma. Conselheiros dos EUA ajudaram a redigir uma nova constituição brasileira modelada na dos EUA. Um dos principais fatores do encantamento da administração Truman com a eleição do Presidente Eurico Gaspar Dutra em dezembro de 1945 foi a sua forte oposição à União Soviética e ao comunismo. Dutra colocou o jogo, a prostituição e as relações com a União Soviética e o comunismo no mesmo plano, combatendo a todos eles vigorosamente. O governo Dutra não operava no vácuo. Havia uma política orientada a partir dos EUA de forte oposição ao comunismo. O Ministro das Relações Exteriores Raul Fernandes, por exemplo, via o comunismo como uma forma inferior de vida e dizia ser a expansão comunista uma ameaça séria ao seu país. A única política sensata para o Brasil, de acordo com Fernandes, era a colaboração estreita com os EUA. Outros líderes brasileiros, como Oswaldo Aranha, Eugenio Gudin, e General Colberri do Couto e Silva, repetiam a visão de Fernandes. (HEINES:1984, pp. 15, 26 e 28, traduzido por RC).

A Assembleia Constituinte, eleita juntamente com o novo presidente da República, tinha um recorte pró-capital estrangeiro. UDN e PSD, os dois partidos que dividiram o controle do governo após acordo firmado entre o Presidente eleito Eurico Dutra e seu principal adversário nas eleições Eduardo Gomes, detinham ampla maioria dos assentos do plenário da Constituinte, com 258 das 320 cadeiras (173 parlamentares eram do PSD e 85 da UDN) e eram favoráveis à abertura da economia brasileira para o capital internacional. O Estatuto da UDN, elaborado em agosto de 1945, estabelecia a necessidade de:

Apelar para o capital estrangeiro, necessário para o aproveitamento de nossas reservas inexploradas, dando-se um tratamento equitativo e liberdade para a saída de juros. (SODRÉ: 1965, p. 294).

A pressão dos Estados Unidos para que o desenvolvimento da indústria petrolífera no Brasil se desse de acordo com os interesses de suas empresas se tornava cada vez mais ostensiva com seus emissários atuando abertamente para influenciar as decisões do governo e do parlamento brasileiros. Essa postura provocou a indignação dos setores da sociedade comprometidos com a defesa da independência econômica do País, que protestavam o quanto lhes era possível. Exemplo disso é o texto em referência à votação do capítulo sobre os minérios da nova Constituição.

No dia 29, todas as atenções da imprensa brasileira, dos grupos nacionalistas, das correntes democráticas do País e, principalmente, dos trustes internacionais do petróleo concentrava-se no Palácio Tiradentes. No Hotel Glória, Paul Howard Schoppel agitava as mãos nervosamente, ora lia jornais, ora telefonava para seus amigos na Embaixada Americana e da Standard Oil, ora mantinha contatos com parlamentares. Este cidadão, segundo denúncia apresentada pelo Deputado Arthur Bernardes e corroborada pelo Deputado Domingos Velasco e outros, viera ao Brasil com uma única finalidade: influir junto aos Constituintes ligados à União Democrática Nacional e ao Partido Social Democrático para a redação definitiva do artigo que tratava das riquezas minerais. (VICTOR: 1970, p. 178).

As denúncias não surtiram o efeito desejado por Artur Bernardes e seus companheiros, que defendiam uma solução de cunho nacionalista para a exploração do petróleo no Brasil. A legislação aprovada atendia as pressões sobre os parlamentares constituintes e estava completamente de acordo com os ditames estabelecidos pelos representantes do interesse estrangeiro. A Lei aprovada na Assembleia Constituinte ficou assim:

Artigo 153 – O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei. As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

Nesse clima, segundo fontes da própria embaixada dos EUA, o Presidente Eurico Dutra e seus auxiliares no governo foram mais acessíveis aos argumentos da

administração Truman sobre a nova legislação petrolífera a ser adotada pelo Brasil do que seu antecessor Getúlio Vargas, que ele ajudara a derrubar do poder. Após realizar consultas aos executivos da indústria petrolífera privada de seu país e aos seus chefes do Departamento de Estado, o embaixador de Truman no Brasil, William Pawley, encaminhou pessoalmente ao General Dutra um projeto para uma nova legislação de petróleo para o Brasil.

O projeto obviamente incentivava o desenvolvimento privado, prevendo concessões de áreas de grande extensão que justificariam os investimentos e esforços exploratórios que deveriam ser feitos. Também previa segurança nos direitos de concessão, com o direito ao desenvolvimento de quaisquer descobertas que viessem a ser feitas, o controle gerencial das operações e, no caso do esforço exploratório não ser considerado um sucesso, o pagamento de subsídios por parte do Estado brasileiro. Dutra parece ter gostado do projeto de Pawley e, no princípio de 1947, não só nomeou uma comissão presidida por Odilon Braga (conhecido defensor da abertura da indústria petrolífera ao capital estrangeiro) como, atendendo a outra sugestão de Pawley, contratou Herbert Hoover Jr. e Arthur (John) Curtice (Curtis) para assessorarem a comissão. (HEINES: 1984, p. 94 traduzido por RC).

Essa situação obviamente não agradou aos nacionalistas brasileiros, que, sob o silêncio da imprensa diante de suas denúncias, colocaram-se veementemente contra a presença de notórios defensores da presença do capital estrangeiro, agora reforçados por “técnicos” estadunidenses na comissão encarregada de elaborar o Estatuto do Petróleo. Essa “concessão” de Dutra, atendendo a “sugestão” do embaixador dos Estados Unidos na questão da indicação de nomes simpáticos às aspirações das empresas daquele país também foi observada por autores brasileiros.

No início de 1947, uma comissão nomeada por Dutra foi encarregada de rever a legislação relativa à exploração e lavra do petróleo. A composição da comissão valia por uma declaração de intenções, incluindo, entre outros, o geólogo Glycon de Paiva e o ex-Ministro da Agricultura Odilon Braga, notoriamente favoráveis à participação de capitais privados nacionais e estrangeiros. Odilon era simultaneamente presidente e relator da comissão. A participação de dois conhecidos consultores norte-americanos, Herbert Hoover Jr. e Arthur Curtice, na revisão da legislação aumentava ainda mais, nos meios nacionalistas, os temores quanto ao que estava por vir. (DIAS e QUAGLINO: 1993, p. 92).

A formação dessa comissão já era uma consequência das brechas legais fornecidas pela nova Constituição que permitia que não brasileiros pudessem adquirir direitos de mineração e desenvolver todo tipo de atividade de produção mineral no País, desde que fosse através de empresa criada no País e, de acordo com a legislação em vigor, foi constituída a comissão. Além de Odilon Braga, tinha ainda outros nomes reconhecidamente favoráveis ao capital estrangeiro como o já citado Glycon de Paiva. As presenças dos cidadãos estadunidenses Herbert Hoover Jr. e Arthur Curtice, contratados pelo governo brasileiro para atuar como consultores por decisão pessoal de Eurico Dutra, comprovavam que o presidente acatou as sugestões do então embaixador dos EUA no Brasil, William Pawley. Como diz o analista estadunidense,

O governo de Eurico Gaspar Dutra parecia mais favorável à participação estrangeira e pareceu mais disposto do que o governo Vargas tinha sido para criar um ambiente receptivo para os interesses petrolíferos norte-americanos. O Departamento de Estado rapidamente renovou seu ataque sobre as restrições do Brasil. William Pawley, embaixador de Truman no Brasil, imediatamente abordou a questão com o Presidente Dutra. Pawley impressionou Dutra afirmando que o desenvolvimento de uma indústria de petróleo necessitava grandes quantidades de capital de risco e disposição de assumir riscos presentes para um retorno relativamente remoto, e que a oferta de capital e competência técnica no Brasil não era suficiente para essa tarefa. Para Pawley, não havia outra forma de desenvolvimento de uma indústria brasileira de petróleo a não ser que o Brasil estivesse disposto a abrir as suas portas para as empresas de petróleo estrangeiras. Ele relatou sua própria experiência no Peru, dando como exemplo a empresa norte-americana de Herbert Hoover Jr e John Curtis. Além disso, Pawley aconselhou: que, ao fazerem a nova legislação, os brasileiros contratassem os serviços de assessoria de técnicos que tivessem ampla experiência em operações do tipo. (HEINES: 1989, p.93 traduzido por RC).

As conversas entre o embaixador dos Estados Unidos e o presidente da República do Brasil sobre a forma de desenvolvimento da indústria petrolífera brasileira não se resumiram a esse aconselhamento sobre a contratação de técnicos dos EUA para orientarem a elaboração da nova legislação. William Pawley também tentou demonstrar para Eurico Dutra que o desenvolvimento da indústria do petróleo em seu país era

devido à legislação liberal. Deu como exemplo os aportes da Shell Oil, que investiu em refinarias, estradas e estações, e também no desenvolvimento da indústria automotiva que se beneficiaria do planejamento de longo alcance que seria possibilitado pela legislação liberal adotada nos EUA.

Dutra respondeu que os comunistas e Vargas foram responsáveis por retardar o progresso do Brasil nessa área. Pawley concordou, mesma posição do Departamento de Estado, que o radicalismo do nacionalismo brasileiro foi o responsável pela manutenção dos recursos petrolíferos brasileiros inutilmente debaixo da terra. Esse nacionalismo, segundo Pawley disse acreditar, era contrário tanto aos interesses brasileiros quanto norte-americanos. (HEINES:1989, p. 94 traduzido por RC)..

Apesar de tudo isso, o relatório elaborado pela comissão indicada por Dutra, seguindo sugestões de Pawley, não foi considerado satisfatório pelos estadunidenses. A direção da *Standard Oil of New Jersey* para o Brasil criticou a proposta de nova legislação a ser adotada pelo Brasil. Para eles, ao conservar poder no Conselho Nacional de Petróleo, a proposta diminuía suas chances de lucro. Eles reivindicavam um acordo semelhante ao obtido na Venezuela. (HEINES: 1989, p. 95). Mas, Dutra já havia ido o mais longe possível na tentativa de agradar às exigências do governo dos EUA.

Sob a orientação da missão Hoover-Curtis, o governo brasileiro reformulou as leis de petróleo para atender a maioria das objeções americanas. No entanto, por causa das fortes pressões políticas e a oposição militar brasileira, o governo Dutra não tomou nenhuma atitude para fazer passar as leis no Congresso. A maioria dos militares brasileiros apoiava fortemente o monopólio estatal. O General Julio Caetano Horta Barbosa representava essa linha de pensamento. Citando o Presidente Woodrow Wilson, Horta Barbosa afirmou que “o valor de uma nação depende da quantificação de petróleo que possui”, e “recursos nacionais devem estar a serviço do Estado”. Horta Barbosa rejeitou o argumento americano de que o Brasil devia seguir o exemplo venezuelano. De acordo com Horta Barbosa, no âmbito da política desenvolvida na Venezuela só as empresas enriqueceram, e não o país ou as pessoas que nele viviam. Ao final do mandato de Dutra, o estatuto do petróleo com a abordagem liberal, defendido pelos EUA, estava praticamente morto. (HEINES:1989, p. 96 traduzido por RC)

O período histórico em que se definiu a modalidade de exploração do petróleo foi também, e não por coincidência, a época em que o governo dos Estados Unidos estava pondo em movimento seu projeto de influência e controle sobre a vida política, econômica e cultural do Brasil. A imprensa do País (seus donos e dirigentes mais graduados, melhor dizendo) era vista como importante aliado nessa tarefa.

Os nacionalistas brasileiros sempre denunciaram a interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos do País. Tanto é que os adversários da tese do monopólio estatal eram chamados de “entreguistas”, pois estariam querendo “entregar” as riquezas do Brasil. Essas interferências foram sempre negadas. Só recentemente começaram a ser divulgados documentos confirmando que, de fato, os EUA interferiram nas nossas políticas internas em momentos cruciais de nossa história. No caso da decisão sobre o modelo de exploração do petróleo, a documentação e os dados apresentados por Gerald K. Heines, que serviu de base para este tópico, não deixam espaço para contestação. No próximo tópico, analisar-se-á o caso do Correio da Manhã.

4.3. Imprensa: O Caso do *Correio da Manhã*

A questão da imprensa é um dos aspectos mais importantes na campanha *d'O Petróleo é Nosso*. Os grandes diários se posicionaram ao lado dos interesses dos Estados Unidos e seus aliados no Brasil. Apenas o *Diário de Notícias* (que não era dos de maior peso) abria espaço para noticiar os eventos ligados à campanha. Só havia espaço nos jornais ligados ao PCB, como a *Tribuna Popular*, sempre com dificuldades, e no que mais tarde passou a ser chamado imprensa alternativa, como o *Jornal de Debates* e, a partir de 1949, o mensário *Emancipação*, criado para dar suporte para o CEDPEN. Além disso, os dirigentes e ativistas da campanha nacionalista só puderam contar na divulgação de seus atos, palestras, comícios e ideias, com panfletos, a chamada propaganda boca a boca, os auditórias dos atos e palestras, serviços de alto-falante e emissoras de rádio do interior.

Uma pesquisa mais aprofundada da relação dos meios de comunicação de massa com a campanha *d'O Petróleo é Nosso* traria dados interessantes, mas para tal exigiria uma pesquisa específica. Para o escopo do presente trabalho considerou-se ilustrativo

das posições prevalecentes nos órgãos da grande imprensa apenas o caso do jornal *O Correio da Manhã* em relação ao desenvolvimento da campanha *d'O Petróleo é Nosso*.

A linha editorial do *Correio da Manhã*, como de todos os grandes jornais e revistas da época, repetia os argumentos esgrimidos pelo General Juarez Távora em suas palestras no Clube Militar: faltavam ao Estado brasileiro capacidade técnica e recursos financeiros necessários para a instalação de uma indústria petrolífera nos moldes preconizados pelos defensores do monopólio estatal; não existia a possibilidade de se comprar equipamentos para a prospecção e extração de petróleo e muito menos para a instalação das refinarias, pois o mercado estava todo sob o controle dos grandes grupos privados internacionais; o Estado brasileiro não dispunha de pessoal nem metodologia para administrar tamanho empreendimento; a solidariedade continental obrigava o Estado brasileiro a se alinhar à estratégia estadunidense em relação aos minerais estratégicos, pois estava-se correndo o perigo de um novo conflito bélico de proporções mundiais (desta vez entre o “mundo livre” liderado pelos Estados Unidos e o “totalitarismo” representado pela URSS; a decisão sobre a forma de exploração da indústria petrolífera estava entregue aos cuidados do parlamento, que tinha todas as condições para chegar à melhor solução para a Nação.

Mais do que boicotar a campanha, ignorando suas iniciativas, os diários abriam espaço para seus adversários criticarem-na e divulgarem que a campanha *d'O Petróleo é Nosso* era “dirigida por Moscou através do PCB” e outras acusações desse tipo. Heines explica:

Vendo na imprensa brasileira o principal formador da opinião pública, os políticos dos EUA cortejavam editoras locais, editores, colunistas e repórteres. Funcionários da SINA e funcionários da embaixada forneciam à imprensa brasileira cópias pessoais de arquivos do Departamento de Estado (...) na tentativa de influenciar o conteúdo de jornais e revistas brasileiras. Concentrando-se nos principais jornais da cadeia de Assis Chateaubriand (que possuía 29 jornais, 5 revistas, 20 estações de rádio e 2 estações de TV), os jornais controlados por editores pró-americanos como Carlos Lacerda, Pereira Carneiro e Paulo Bittencourt. (HEINES: 1987, p.168).

Durante os anos da campanha, o *Correio da Manhã* publicou 104 matérias sobre o assunto. Excetuando a cobertura da primeira conferência do Marechal Horta Barbosa

no Clube Militar, feita por Antonio Callado, todas as outras matérias foram de críticas a campanha, seus dirigentes e ativistas, com as costumeiras acusações envolvendo o comunismo, a URSS e o PCB. Em quatro de abril de 1948, aconteceu um ato público na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em que foi feita a proposta de criação do Centro de Defesa do Petróleo. O *Correio da Manhã* nada noticiou. Em 14 de abril, foi publicado o primeiro manifesto do CDP e novamente o *Correio da Manhã* ignorou. No dia 21 de abril, o CDP foi oficialmente instalado com um grande ato público e, mais uma vez, o *Correio da Manhã* nada disse. Durante todo o mês de abril de 1948 aconteceram eventos promovidos pelo CDP e foram ignorados.

Em junho de 1948, o CDP promoveu o Primeiro Mês do Petróleo, com inúmeras atividades em diversos locais do Rio de Janeiro e outros pontos do país. Mais uma vez, o *Correio da Manhã* não deu uma nota. Entre os dias 18 e 21 de setembro de 1948, foi realizada no Rio de Janeiro, na sede da ABI, a Primeira Convenção Nacional do Petróleo. O *Correio da Manhã* nada publicou.

Durante todo o ano de 1949, quase que diariamente, o *Correio da Manhã* tratou do assunto petróleo sem nunca noticiar os fatos ligados à campanha. Continuando a utilizar o *Correio da Manhã* como exemplo para o comportamento da imprensa, verifica-se que entre os dias cinco e sete de julho de 1951, o agora CEDPEN promoveu a Segunda Convenção Nacional do Petróleo. De três a cinco de julho de 1952, foi realizada na sede da ABI a Terceira Convenção Nacional do Petróleo. Assim como ocorrera nas duas primeiras, o *Correio da Manhã* ignorou solenemente o evento.

E assim sucessivamente, dia após dia, edição após edição, o *Correio da Manhã*, continuou ignorando a campanha “*d’O Petróleo é Nosso*”, ao mesmo tempo em que publicava matérias, artigos e notas com acusações de que ela seria um instrumento dos comunistas e procurando atingir suas principais lideranças, principalmente os oficiais que ocupavam posição de destaque no Clube Militar.

Os textos de algumas das matérias publicadas ao longo dos anos da campanha pelo *Correio da Manhã* exemplificam o engajamento antimonopólio sugerido pelos dados anteriormente citados. Quase um ano antes do início da campanha, mas logo depois das palestras no Clube Militar, na edição de 15 de agosto de 1947, Carlos

Lacerda já atacava os nacionalistas. Para ele, a tese do monopólio era “perecível” e seus defensores “não passavam de demagogos e cabotinos”.

Na edição de sexta-feira, 30 de abril de 1948, foram publicadas duas matérias sobre a questão. Uma, sob o título “A Exploração do Petróleo Nacional”, traz declarações de “ex-ministro e professor de Direito Constitucional”, apoiando as posições de Juarez Távora e dizendo “não compreender as delongas acadêmicas sobre tão magna questão”. Logo acima, matéria oriunda de Nova Iorque (enviada pela agência de notícias *Associated Press*) com Glycon de Paiva defendendo o anteprojeto do “Estatuto do Petróleo”. Segundo o funcionário do governo brasileiro, o anteprojeto enviado ao Congresso era “o mais liberal possível” e permitia às empresas estrangeiras usufruírem as vantagens dos suprimentos de petróleo brasileiros.

Na edição de 30 de setembro de 1948, quinta-feira, o ataque aos defensores do monopólio foi publicado no editorial.

De repente, viram-se homens provectoros, estudantes fogosos, gerais respeitáveis, professores sisudos, sair à rua gritando: o petróleo é nosso! A que veio esse grito de quem protesta e se sente roubado? Da Comissão de iniciativa do governo, de homens capazes e honestos encarregados de estudar um projeto de estatuto do petróleo? (...) O projeto ora em estudo no Congresso pode ser aprovado sem prejuízo da própria solução jacobina radical. Os pregadores do monopólio estatal berram em vão, ou, melhor, berram demagogicamente, quando vociferam contra o trabalho da comissão (...) a campanha que se vai fazendo por aí sob o slogan estúpido e venenoso de petróleo é nosso não tem o menor sentido. Na verdade, não procura esclarecer o assunto, mas toldá-lo com demagogia: A questão do petróleo é importante demais para ser discutida do alto dos caixões de sabão, pelas esquinas, em verborragia mitingueira. O debate deve ser travado no Parlamento, nas sociedades técnicas e científicas, sem ameaças nem mistérios e insinuações (...) A demagogia hipernacionalista fica muito bem aos comunistas, que precisam dela para as suas manobras ocultas e dessa forma criam o ambiente de agitação necessário a cobrir as suas atividades declaradas ilegais.

Carlos Lacerda voltou à carga contra os defensores do monopólio estatal, nas edições de 14 de abril, quinta-feira, falando das campanhas pela Paz e do Petróleo; e

terça-feira, 19 de abril, com o título “carrusel” fazendo trocadilho com Praia do Russel (onde a campanha havia realizado um grande comício) e Rússia (como ele chamava a União Soviética). Durante todas as edições seguintes sempre críticas aos defensores do monopólio, espaço para seus críticos, colunas de Lacerda e Augusto Frederico Schmidt sempre nessa linha. O primeiro mais virulento, o segundo utilizando mais a ironia.

Em primeiro de janeiro de 1948, quinta-feira, Carlos Lacerda usou como título de sua coluna “Ridículo e Nefasto”. Em suas críticas ao anteprojeto, Carlos Lacerda defendeu mais uma vez as posições defendidas nas conferências do General Juarez Távora e voltou a atacar a campanha de “O Petróleo é Nosso”. Para ele os defensores do monopólio estatal eram dirigidos a partir dos interesses da “Rússia”, que “eram defendidos pelo PCB” e também atacou novamente o General Horta Barbosa.

Na edição de terça-feira, 20 de janeiro de 1948, na 1ª página, o *Correio da Manhã*, destaca: “Produção Inadequada – Forrestal clama por incremento na indústria petrolífera.” No texto, a informação de que o Almirante James Forrestal, Secretário de Defesa dos Estados Unidos, afirmou que, em caso de guerra, de grandes proporções (a esperada guerra total contra a União Soviética) a produção de petróleo de seu país seria insuficiente e que teria que ser levada em conta a sensibilidade dos países latino-americanos sobre essa questão.

No domingo, oito de fevereiro de 1948, novamente na primeira página, voltou à questão envolvendo a necessidade estratégica dos Estados Unidos em relação ao petróleo dos países da América do Sul. A manchete foi “A Importância do Petróleo Sul-Americano” e foi enviada pela *United Press*. A matéria informou que o Departamento de Defesa dos Estados Unidos planejava incentivar os investimentos de capital estadunidense nos países da América Latina, diante da necessidade de aumento dos estoques de materiais estratégicos das Forças Armadas daquele país.

A declaração foi atribuída a Edwin Pawley, assessor do secretário do Exército dos EUA. A matéria reproduziu também as palavras do secretário de Estado auxiliar, William Thorp. Ele afirmou, em depoimento para o Subcomitê das Forças Armadas no Congresso dos EUA, juntamente com Robert Fakens, da Divisão de Petróleo do

Departamento de Estado, que um dos aspectos mais importantes para os EUA naquele momento era a questão do petróleo.

A proposta de Edwin Pawley, segundo o despacho da *United Press*, era de que os Estados Unidos adquirissem suficientes quantidades de minerais estratégicos para poderem sustentar cinco anos de guerra. Ainda, segundo ele, o exército estadunidense havia realizado um estudo minucioso para assegurar-se que tais materiais seriam obtidos na América Latina e também sobre quais os métodos que deveriam ser adotados para a aceleração de sua produção.

Uma das dificuldades, apontadas por Pawley eram as leis locais “discriminatórias”, que seriam as responsáveis pelo afastamento do capital originário de seu país. De acordo com o citado plano do exército estadunidense, os países latino-americanos deveriam aceitar a derrogação das leis desfavoráveis às inversões de capital originário dos EUA. As declarações de William Thorp foram feitas durante sua participação na Conferência de Bogotá, onde afirmou que, para aumentar a produção de petróleo,

Os Estados Unidos, primeiro deveriam convencer as nações latino-americanas da conveniência de eliminar as barreiras jurídicas para permitir que o capital estrangeiro contribua para desenvolver seus recursos.

Na edição de terça-feira, 1^o de junho de 1949, em sua coluna “Na Tribuna da Imprensa”, na página dois, do *Correio da Manhã*, Carlos Lacerda voltou a atacar a campanha do “*Petróleo é Nosso*” e seus integrantes, particularmente o ex-Presidente Artur Bernardes.

Os petroleiros, isto é, os que se aproveitam do petróleo para levar lenha para a fogueira de Stalin promovem hoje um comício na Praia do Russel. Trata-se de uma provocação que a polícia irá aproveitar gostosamente, para as violências de costume. À polícia vive às custas disso – assim como à custo da violência vive o comunismo (...) o nacionalismo alvar e caboclista nem sempre serviu aos interesses nacionais – e direi mesmo que frequentemente foi contra eles. Utilizar o nacionalismo para seus desígnios tem sido uma especialidade totalitária.

Na edição de sexta-feira, dois de julho de 1948, os ataques tiveram como alvo Arthur Bernardes e Hermes Lima. Lacerda afirmou querer que todos soubessem que os dois nomes citados e todos os outros que apoiavam a campanha *d'O Petróleo é Nosso* participavam de um movimento que estava se processando em todo o País “sob a verdadeira liderança do Partido Comunista”. Para Lacerda, a campanha visava impedir a criação imediata da indústria petrolífera no País “a fim de enfraquecer o bloco ocidental na luta contra a expansão russa”. Na edição de terça-feira, seis de julho de 1948, afirma que os maiores inimigos do Brasil se utilizavam da campanha como forma de “infiltração” do PCB “obedecendo a ordens russas” e que liberais, socialistas, “os comunistas bonzinhos” deviam ser atacados por “servirem” a esses objetivos da “Rússia soviética”

Não era só Carlos Lacerda que escrevia matérias contra os defensores do monopólio estatal. Na edição de sábado, 18 de setembro de 1948, por exemplo, foi publicado (a pedidos) longo texto assinado pelo “Dr” Francisco Duarte Burity.

Pelas paredes, em cartazes, boletins e a pixe (sic), veem-se por toda a parte dizeres como o petróleo é nosso (...) fazem-se conferências, discursos, organizam-se comandos e centros de estudos pró-petróleo do Brasil pelo interior, num combate tenaz, constante, espetacular ao capital privado, sobretudo ao estrangeiro e defendendo a fórmula da exploração do nosso petróleo pelo governo federal. Á frente dessa campanha, vemos alguns nacionalistas bem intencionados, poucos homens de profissões e classes diversas, porém, sobretudo, o ruscismo a combater o capital privado, e principalmente o capital americano, em obediência ao programa traçado por Moscou.

Na edição de sexta-feira, três de dezembro de 1948, artigo do diretor do *Correio da Manhã*, Costa Rego, foi publicado na página quatro, sob o título “O Petróleo é de todos”. O texto atacou a campanha pelo *Petróleo é Nosso*, defendia a Light (controlada por capital estrangeiro) e o “caráter internacional do petróleo”, dando como exemplos de sucesso a exploração pelos ingleses no Quênia e na Colômbia. Os nacionalistas historicamente propõem políticas de aproximação com os países vizinhos. Seus adversários sempre são contrários a aproximação. Carlos Lacerda, na edição de quarta-feira, dois de fevereiro de 1949, chama de “convênio desastrado” uma proposta de acordo comercial que estava sendo discutida com a Argentina.

Na edição de quarta-feira, 30 de maio de 1951, com o título “Os interesses do Brasil”, foi publicada, no mesmo jornal em tela matéria sobre a atuação do Ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura. O ministro havia comparecido ao Parlamento para prestar contas sobre sua atuação na IV Reunião dos Estados Americanos, realizada em Washington. No corpo da matéria, a informação de que as únicas críticas feitas ao ministro “partiram dos comunistas e dos pseudonacionalistas vermelhos”, que eram “adversários de todos os homens honestos e conscientes dessa parte do mundo”. Chamando os críticos de João Neves da Fontoura de “inimigos da civilização”, o texto afirma que o único erro cometido pelo ministro foi ter dado publicidade em seu discurso:

(...) “Acusaram o Ministro de entreguismo, neologismo que desonra a língua, em cujo corpo se formou como um tumor maligno: o Ministro teria cedido em tudo, aos desejos políticos dos Estados Unidos. Essa sua atitude teria sido determinada pelos interesses inefáveis dos trustes petroleiros; e desses interesses participaria pessoalmente, como presidente da Ultragás o próprio Sr. João Neves da Fontoura. Ele se comportou com altivez e patriotismo na conferência e, além disso, um homem de sua inteligência não aceitaria a presidência da Ultragás se ela fosse ligada aos interesses petrolíferos estrangeiros, sendo que a falada companhia não tem nenhuma relação com as questões levantadas pelos defensores da campanha de O Petróleo é Nosso”.

No sábado, quatro de agosto de 1951, na página quatro do *Correio da Manhã*, o título da matéria foi “Infiltração comunista”. A matéria não foi assinada, mas seu texto (embora não seja identificado como tal) parece o de um editorial, embora publicada com a aparência de matéria informativa. Em tom de denúncia, afirma que a infiltração comunista está presente em todos os setores da vida nacional.

Um dos exemplos apresentados para fundamentar a “denúncia” é a “liberdade” com que circulava a “imprensa comunista”. Como prova disso, deu o endereço da revista *Problemas* (Diretor Diógenes Arruda, Av. Rio Branco, 257). Outro exemplo é a afirmação de que “os comunistas controlam o Clube Militar com sua revista e o seu presidente, que é o Ministro da Guerra”. Mais adiante, a matéria do *Correio da Manhã*

repetiu uma falácia sempre usada pelo anticomunismo no Brasil, ao afirmar que os revoltosos de 35 teriam assassinado militares que estavam dormindo:

Estillac Leal tem a intenção de anistiar os que assassinaram os colegas que dormiam em 35. Os comunistas e seus aliados socialistas – comunistas bonzinhos estão em toda a parte, mas principalmente no Parlamento e nas Forças Armadas, sendo que a campanha “O Petróleo é Nosso” é apenas mais um slogan prático do comunismo. Mas, de todos os que se aplicam, entretanto, a difundir idéias ou sentimentos comunizantes, poucos obterão mais êxito e concorrerão mais rapidamente para a nossa sovietação que certos membros do Congresso e do Exército.

As matérias publicadas pelo *Correio da Manhã* não se limitavam a criticar os nacionalistas brasileiros que queriam o monopólio estatal do petróleo. Também os nacionalistas de outros países eram criticados. Em primeiro de janeiro de 1952, terça-feira, com o título “Nacionalismo e Escravidão”, foi publicado relato de um telegrama proveniente de Nova York sobre crise no Irã. A matéria reproduziu todas as críticas que então eram feitas ao nacionalista iraniano Mossadegh, que lutava para nacionalizar as riquezas petrolíferas de seu país.

O fracasso da economia iraniana se deve à campanha nacionalista conduzida pelos partidários de Moscou naquele país. Com o Irão próspero era difícil escravizá-lo. A primeira fase do cerco estava, pois, em empobrecê-lo. Como a riqueza principal se achava na indústria petrolífera, desorganizá-la ou, mesmo, paralisá-la, era o objetivo e foi isso que se fez. Nada de técnicos, nem de capital estrangeiro, explorando o petróleo é nosso.

Na edição de primeiro de abril de 1952, quarta-feira, na primeira página do *Correio da Manhã*, foi publicada a matéria com o título “O Partido do Petróleo”. O texto tentava mais uma vez desacreditar a atuação dos ativistas da campanha *d’O Petróleo é Nosso*”, particularmente o General Estillac Leal, atribuindo-lhes objetivos não confessados. Assim o jornalista, responsável pelo texto, retratou a postura do oficial general em relação à campanha:

Aproveitando-se do ambiente emocional suscitado pelos comunistas, com o lema o petróleo é nosso, o General Estillac Leal está criando em torno do petróleo um verdadeiro partido

político. Para as intenções políticas do ex-ministro da Guerra, o Clube Militar tem dupla utilidade. De um lado, serve para camuflar sob a aparência de uma disputa entre sócios a articulação de um movimento partidário cujas ambições transcendem de muito o âmbito do Clube. De outro lado, na hipótese de se reeleger, o General Estillac, o Clube forneceria ao novel partido o instrumento de ação para suas primeiras aventuras.

Na edição de domingo, 18 de maio de 1952, primeira página, texto onde se afirma que “na verdade, quem atenta contra a nossa soberania são os nacional-comunistas que desejam impedir o progresso brasileiro. Na verdade, o grupo do petróleo é nosso está apenas financiando o petróleo nos outros países, impedindo que o capital estrangeiro venha produzir para o Brasil os dólares que pagamos para as companhias da Venezuela.

Na edição de terça-feira, 25 de setembro de 1952, página 4, novamente Augusto Frederico Schmidt atacou os cidadãos empenhados na aprovação do projeto do monopólio estatal. O título de sua coluna é “Não há cavaleiros andantes”. No domingo, 12 de outubro, a primeira página do *Correio* funcionou como porta-voz da polícia política. O título e subtítulos foram quilométricos: “Funcionou como centro de articulação comunista – esclarecimentos prestados ao *Diário de Minas* pelo Coronel José Pensilva sobre a ilha de Calixto Rosa – infiltração comunista na rodovia São Paulo–Cuiabá grandemente acentuada quando foi Ministro da Guerra o General Estillac Leal”. No corpo da matéria, fala das campanhas “dirigidas pelos comunistas como a do petróleo é nosso”.

Sexta-feira, 19 de dezembro de 1952, na página três do *Correio da Manhã*, foi publicado artigo de Carlos Lacerda, transcrito de seu novo jornal *Tribuna da Imprensa*. O título é “A Justiça tem que ser respeitada”. No corpo, ele cita o Ministro do Trabalho e a polícia e publica uma lista de supostos comunistas e seus postos no Partido. Sua “iniciativa” foi a propósito de uma greve no setor têxtil. Ao publicar as fichas completas desses supostos comunistas, relaciona o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional como sendo uma organização paracomunista, uma espécie de organismo ligado ao PCB.

O General Estillac Leal, talvez pela liderança demonstrada na eleição para o Clube Militar e por ter assumido o Ministério da Guerra do governo Getúlio Vargas, parece ser um alvo preferencial do *Correio da Manhã*. No sábado, 11 de agosto de 1951, é publicado um texto sem assinatura, acusando-o de ser comunista. A justificativa para a acusação é uma afirmação atribuída a Estillac, defendendo que todas as fontes de energia deveriam estar sob controle nacional. Na edição de quinta-feira, seis de setembro de 1951, página dois, foi publicada mais uma matéria sobre o Clube Militar. O núcleo do texto é uma acusação sobre as posições “russófilas” da diretoria presidida por Estillac Leal e Horta Barbosa, duas das principais lideranças dos militares nacionalistas.

A diretoria nacionalista do Clube Militar, e como já visto fundamental para o sucesso da campanha “d’O Petróleo é Nosso”, também foi o alvo de matéria publicada na edição de terça-feira, nove de outubro de 1951, página quatro. Desta feita foi Augusto Frederico Schmidt, um dos jornalistas citados por Gerald K. Heines, como sendo ligado à embaixada dos EUA, o autor das “denúncias” e acusações contra a diretoria liderada por Estillac Leal e Horta Barbosa.

Na edição de primeiro de abril de 1952, quarta-feira, na primeira página do *Correio da Manhã*, foi publicada matéria com o título “O Partido do Petróleo”. O texto tentava mais uma vez desacreditar a atuação dos ativistas da campanha “O Petróleo é Nosso”, particularmente o General Estillac Leal, acusando-o de tomar atitudes “demagógicas” por estar interessado em candidatar-se à Presidência da República.

Para o primarismo do partido do petróleo, todavia, só é nacionalista a solução que entregar a exploração do óleo ao ministério do petróleo e a algumas centenas de funcionários padrão O. Nada mais natural que a identificação, com esse partido, do PCB, que deseja conservar inexplorado o petróleo e que a adesão, a tal projeto, de todos os candidatos a padrão O.

No sábado, três de maio de 1952, no Segundo Caderno, ao lado de um poema de Thiago de Mello, um artigo de Edmundo Muniz, intitulado “terrorismo doutrinário”, afirmou que o movimento pelo “Petróleo é nosso” é uma campanha “estalinista” e faz também pesados ataques ao General Estillac Leal.

Na edição de quarta-feira, 14 de maio de 1952, o *Correio da Manhã* estampou na primeira página a manchete “O Petróleo entre a demagogia e o bom senso”. Na quinta-feira, dia 15, também na primeira página, publicou com destaque: “O Brasil não é uma Arábia ou Venezuela – falsas às pretensas desvantagens do capital estrangeiro”. No sábado, 17 de maio, mais um artigo com o título “Nosso petróleo”. Dessa vez dizendo que a “doutrina do petróleo é nosso só faz sentido em boca de comunistas”. Falando em “nacional-comunismo”, o texto afirma que, por causa da campanha dos “comunistas”, o dinheiro estrangeiro que está sendo investido na Venezuela poderia estar sendo investido no Brasil.

A edição de domingo, 18 de maio, primeira página, trouxe um texto em que se afirmava que *“na verdade, quem atenta contra a nossa soberania são os nacional-comunistas que desejam impedir o progresso brasileiro. Na verdade, o grupo do petróleo é nosso está apenas financiando o petróleo nos outros países, impedindo que o capital estrangeiro venha produzir para o Brasil os dólares que pagamos para as companhias da Venezuela”*.

Na edição de quinta-feira, 22 de maio de 1952, e Augusto Frederico Schmidt “adverte” para o “perigo da vitória do primitivismo nacionalista do petróleo é nosso”. No sábado, 31 de maio, página quatro, novo artigo do diretor do *Correio da Manhã*, Costa Rêgo, intitulado “a gênese da persuasão”.

Não há, por exemplo, espírito crítico no modo como entre nós o comunismo examina – ou não examina – o problema da exploração do nosso petróleo. Ele sustenta que o petróleo é nosso, como se houvesse dúvida em relação a isso, e, subordinando a essa afirmação óbvia tudo o mais, insinua que o americano deseja tomar-nos o petróleo. Ora, existe petróleo em muitos países e nunca foi tomado.

Na edição de quinta-feira, três de julho, na página quatro, o *Correio da Manhã* lançou a manchete: “Solução inaceitável”. No corpo da matéria, um ataque à posição das lideranças UDN que apresentaram um substitutivo favorável ao monopólio estatal. “Como não se ignora, Bilac Pinto e Aliomar Baleeiro não haviam discutido suficientemente com o conjunto do partido a adoção da tese do petróleo é nosso e passaram a apoiar a solução nacional-comunista”.

Na edição de quinta-feira, 24 de julho de 1952, primeira página, foi publicada uma matéria com discurso do Senador Assis Chateaubriand defendendo a exploração pelo capital estrangeiro, durante a discussão do projeto no Senado Federal. No domingo, 31 de agosto, Augusto Frederico Schmidt, sob o título “O choque”, ataca novamente a solução proposta pelos nacionalistas. Schmidt repete a dose na terça-feira, dois de setembro, dessa vez criticando também a posição da UDN e na quarta-feira, três de setembro.

Na sexta-feira, cinco de setembro, na página quatro, sob o título “O dilema da UDN”, um artigo, depois de fazer as críticas costumeiras à proposta nacionalista, interpela a mudança de posição da UDN perguntava: “O que vai fazer a UDN, entre a tentação cada vez maior, da popularidade fácil, e a vocação de seriedade de sua primeira tradição e de seus melhores próceres?” Com a proximidade da decisão, na quinta-feira, 10 de setembro de 1952, artigo publicado na página dois do *Correio da Manhã* bateu mais uma vez no nacionalismo.

O nacionalismo é, por definição, egoísta e exclusivista: não quer saber o que há além das fronteiras, repelindo-o com paixão maníaca. Contudo, os nacionalistas do século XX revelam a estranha tendência de confraternizar uns com os outros. Haja vista a simpatia intensa dos nacionalistas peruanos, bolivianos, equatorianos e chilenos pelo peronismo argentino, que também encontra simpatizantes entre os nossos xenófobos mais agitados. É grande a força de atração de comuns sentimentos de inferioridade. Agora o Brasil, por intermédio do Sr. João Alberto (...) estende as mãos ao Sr. Mossadegh. Pretende comprar petróleo iraniano (...) o petróleo é nosso? Por enquanto só o Sr. Mossadegh é nosso.

Sábado, 18 de abril de 1953, na página quatro, foi publicada nova matéria favorável à visão dos privatistas que integravam o Senado, como Alencastro Guimarães, Othon Mader, Mozart Lago e Assis Chateaubriand. No sábado, 25 de abril de 1953, na primeira página, espaço amplo para discurso do Senador Mozart Lago em que ele afirmou: “o nacionalismo do petróleo é nosso é uma mistificação para escravizar o povo”. Edição de 17 de setembro, quinta-feira, na página quatro, com o título “Tartarugas mecânicas”, é publicado mais um artigo de ataques a Artur Bernardes. Na quinta-feira, primeiro de outubro de 1953, na página quatro, Augusto Frederico

Schimidt joga a toalha. Sob o título “Ainda o econômico e o político”, afirma que “o nacionalismo vitorioso adia indefinidamente o problema do petróleo graças à atitude assumida pela indiferença da Câmara dos Deputados”.

Como pôde ser visto neste tópico, em que foi usado como paradigma o *Correio da Manhã*, os grandes jornais diários tiveram um comportamento parcial durante a campanha. Em vez de cumprir a regra do bom jornalismo, que é dar todas as informações disponíveis sobre determinado assunto para que o leitor possa tirar suas conclusões, as atividades ligadas à campanha *d’O Petróleo é Nosso* foram totalmente omitidas, suas lideranças nunca foram ouvidas para que se conhecesse suas opiniões. Toda a cobertura relativa à polêmica sobre o modelo de desenvolvimento para a indústria petrolífera se resumia a matérias opinativas acusando os nacionalistas brasileiros e demais integrantes da campanha de estarem seguindo “ordens de Moscou” e outras acusações que a história provou serem descabidas.

4.4. Os Comunistas e o Petróleo

Como indicado no tópico anterior, um dos principais argumentos brandidos pelos adversários da tese do monopólio estatal, durante os anos em que a campanha *d’O Petróleo é Nosso* se desenvolveu, foi a crítica de que ela seria, em última análise, um “instrumento da política externa da URSS”. Esta seção discorre sobre a atuação dos comunistas no decorrer da campanha em tela, divisando a exposição de três pontos.

O primeiro reconstitui o clima político do Brasil no período final do Estado Novo (1937-1945). O segundo trata da conjuntura internacional no período da disputa pelo modelo de exploração do petróleo no contexto da Guerra Fria. O terceiro analisa de que maneira o Partido Comunista do Brasil (PCB) se situou em relação aos novos tempos da Guerra Fria no Brasil e avalia a relação dos comunistas com os condutores da campanha pelo monopólio estatal do petróleo desde o final do regime de 1937 até a promulgação da lei que criou a Petrobras e põe em relevo a manipulação ideológica conduzida pelos opositores da campanha em relação à “infiltração comunista”.

4.4.1. O Clima Político

A partir da entrada do Brasil na Guerra, em 1943, a conjuntura política que sustentava a ditadura estado-novista passou por diversas mudanças. No Clube Militar, por exemplo, em 1944, na única eleição realizada sob o Estado Novo, foi vitoriosa a chapa presidida pelo General José Pessoa Cavalcante de Albuquerque (1885/1959), um oficial cujas posições políticas contrastavam com as da cúpula do Estado Novo, e que fora punido durante aquele período ditatorial, sendo adversário pessoal de Dutra e de Góes Monteiro (SODRÉ: 1965). O General José Pessoa era um defensor das ideias nacionalistas e, mais tarde, quando da campanha que levou à criação da Petrobras, esteve ao lado do General Horta Barbosa.

Ass mudanças provocadas pela entrada do Brasil na conflagração mundial repercutiram também em outras esferas da vida nacional. Era preciso lidar, internamente, com os paradoxos ou contradições que vinham à tona, no plano externo, com a participação do País ao lado dos aliados. Era necessária a recomposição política do regime, tanto no âmbito das relações políticas nacionais como internacionais. Como resposta a essas necessidades, Vargas assinou a Lei Antitruste, em 22 de junho de 1945, anistiou os presos políticos, estabeleceu relações diplomáticas com a União Soviética e passou a buscar uma saída institucional.

Nesse sentido, assinou decreto, em 28 de maio de 1945, convocando eleições para Assembleia Constituinte e Presidência da República para o dia dois de novembro daquele ano. Na mesma medida, foi determinado que, em maio de 1946, seriam realizadas eleições para governadores e assembleias legislativas dos estados. Getúlio Vargas poderia se candidatar à Presidência, mas não poderia disputar o cargo. Caso quisesse disputar, deveria deixar a Presidência três meses antes da data marcada para o pleito. No entanto, afirmou diversas vezes que não pretendia concorrer. Mas, mesmo com suas negativas, muitos ainda achavam que ele voltaria atrás e se lançaria como candidato, embora não houvesse mais tempo segundo a legislação.

Com a nova situação, vários partidos foram registrados na Justiça Eleitoral. Os mais destacados foram o Partido Social Democrático (PSD), que representava os setores que haviam integrado a máquina política da ditadura estado-novista, a União Democrática Nacional (UDN), formada pela oposição liberal ao regime, Partido

Trabalhista Brasileiro (PTB), formado pelas lideranças vinculadas ao sindicalismo que floresceu como aliado de Getúlio Vargas e o Partido Comunista do Brasil (PCB).

Imediatamente, foram lançadas candidaturas para a Presidência. O Brigadeiro Eduardo Gomes, pela UDN, Eurico Dutra, pelo PSD. O PTB, a princípio, não declarou apoio a nenhum dos candidatos. O PCB só lançou a candidatura do engenheiro Yedo Fiúza, que havia sido prefeito de Petrópolis, quando faltavam poucos dias para a realização do pleito.

A UDN insistia na tese de que Getúlio Vargas não poderia dirigir o processo de reconstitucionalização em curso. Em função disso, defendia que as eleições presidenciais deveriam ser antecipadas e que só depois da posse do novo presidente deveria ser eleita a Assembleia Constituinte. O PCB defendia que o caminho da redemocratização passava primeiro pela Constituinte. Para os comunistas, as eleições presidenciais deveriam ocorrer juntamente com as dos governadores e deputados estaduais e já sob a vigência da nova Constituição. Essa proposta previa a permanência de Getúlio Vargas até a promulgação da Constituição e a eleição do novo Presidente da República.

Essa posição já era defendida pelo PTB e acabou dando origem ao *Queremismo*, movimento que, através dos *slogans* “Queremos Getúlio” e “Constituinte com Getúlio” foi para as ruas do País na metade de 1945, ganhando rápida adesão popular. Os setores articulados em torno da UDN e do PSD não ocultavam a desconfiança de que Getúlio Vargas estivesse por trás dessas manifestações desejoso de permanecer no poder.

A antecipação das eleições estaduais, inicialmente previstas para maio de 1946, para o dia dois de dezembro de 1945, acrescidas do fato de que os interventores poderiam concorrer desde que deixassem os cargos um mês antes, foi entendida como uma manobra para fortalecer Vargas politicamente. O decreto antecipando as eleições estaduais foi assinado em 10 de outubro de 1946. No dia 25, quando Getúlio Vargas nomeou seu irmão Benjamin Vargas, para a chefia da polícia do Distrito Federal, espalhou-se uma onda de boatos sobre um suposto plano que levaria à prisão dos generais que conspiravam contra o Presidente.

Diante disso, e já como reflexo das mudanças que naquele momento estavam acontecendo no plano internacional, forças que haviam apoiado a instalação e manutenção do regime ditatorial de 1937, como os militares liderados por Góis Monteiro e Eurico Dutra, aliaram-se aos políticos liberais da UDN e do PSD e sob a alegação de que Getúlio Vargas manobrava para permanecer no poder se articularam em torno das duas principais candidaturas que disputariam sua sucessão, a do General Eurico Gaspar Dutra, Ministro da Guerra, e a do Brigadeiro Eduardo Gomes, um dos expoentes do movimento tenentista que, “sob o Estado Novo, fez rápida carreira e sem nenhum problema mais grave com o regime, e o depuseram em 29 de outubro de 1945”. (SODRÉ: 1965, p. 287).

A Presidência da República foi ocupada por José Linhares, que então presidia o Supremo Tribunal Federal (STF). Ele permaneceu no cargo até a posse de Eurico Gaspar Dutra, em janeiro de 1946.

A política brasileira refletia de certa forma a nova situação internacional. No final da Guerra, a aliança entre as potências ocidentais e a União Soviética, que se uniram para derrotar o nazifascismo, desmoronou. Com a Guerra Fria, os Estados Unidos e seus aliados ocidentais agora se juntavam aos antigos inimigos derrotados na Guerra para antagonizar a União Soviética e seus aliados, com destaque para a China.

Com a morte de Roosevelt (1882-1945) e a ascensão de Truman (1884-1972), as boas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética entraram em período de turbulência. Tanto que, para muitos estudiosos, o marco do início da Guerra Fria foi o lançamento da bomba atômica em Hiroshima, com o Japão já derrotado. Para estes, a bomba teria sido uma advertência clara para que a União Soviética detivesse suas tropas no Oriente e contivesse os militantes comunistas das resistências ocidentais em países como Itália, França, Dinamarca e Grécia.

Setores de grande influência nos EUA defendiam uma posição definida nas palavras de seu embaixador em Moscou, Averell Harriman que, em fevereiro de 1945, afirmou:

A menos que seja nossa intenção aceitar uma invasão bárbara

da Europa no século XX, com repressão cada vez mais vasta no leste também, precisamos encontrar meios de deter a política de dominação soviética (...). Se não enfrentarmos o problema agora, a história haverá de registrar o período da próxima geração como a Era Soviética. (JUDT: 2007, p.120).

]

4.4.2. O PCB e os novos tempos da Guerra Fria

Os reflexos dessas mudanças na conjuntura política internacional demorariam um pouco para refletir sobre a atuação do PCB. Legalizado após décadas de repressão, intensificada após 1935, o Partido chegou rapidamente aos 100 mil filiados. Essa demonstração de força pode ser atribuída a dois fatores. A participação da militância comunista, mesmo com o PCB destroçado e nas difíceis condições impostas pela clandestinidade, nas campanhas pela anistia, pela siderurgia nacional, pela participação do Brasil na Guerra contra o Eixo e o prestígio alcançado pela União Soviética pela vitória sobre os nazistas. (CARONE: 1982, p. 13).

Nas eleições de novembro de 1945, o PCB colocou-se como o quarto maior partido, atrás de PSD, UDN e PTB. Elegeu Luiz Carlos Prestes para o Senado (foi menos votado apenas que Getúlio Vargas) e 15 deputados federais. Nas eleições de janeiro de 1947, o PCB elegeu 18 vereadores para a Câmara do Distrito Federal e obteve resultados expressivos em praticamente todas as cidades importantes do País. Além disso, o movimento operário também estava em vigoroso processo de crescimento. O número de trabalhadores sindicalizados crescia de forma expressiva. Em 1946, foi realizado o Congresso Sindical Nacional que resultou na criação da Confederação Geral dos Trabalhadores Brasileiros (CGTB), Os movimentos grevistas pipocavam nas mais diversas regiões do País, principalmente nos principais centros industriais.

Esse fortalecimento da esquerda, no qual se inclui o nacionalismo também ganhava nitidez no meio militar. A diretoria do Clube Militar em 1947, por exemplo, era presidida pelo General César Obino (nacionalista) e tinha entre seus integrantes diversos militares que viriam a se destacar nas lutas políticas futuras como integrantes

da Corrente Nacionalista, responsável pela promoção dos debates sobre a questão do petróleo.

Com a intensificação dos reflexos da Guerra Fria no Brasil, a situação do PCB se deteriorou velozmente. Eurico Dutra decidiu romper relações com a União Soviética e logo depois o Tribunal Superior Eleitoral cassou o registro do Partido. Também foi colocada na ilegalidade a CGTB.

Sedes do PCB são fechadas e 143 sindicatos sofrem intervenções. A cassação do registro eleitoral do PCB se dá em meio ao processo de realização do IV Congresso, convocado no dia 25 de maio de 1947. Recém-saídos da maratona eleitoral nos estados, onde haviam colhido bons resultados, os comunistas se mobilizam em torno do encontro. A imprensa partidária divulga as teses e várias conferências estaduais estão encaminhadas. A cassação pega os comunistas desprevenidos. Não conseguem articular nenhuma reação de massa à arbitrariedade do ato. Muitos militantes e dirigentes passam para a clandestinidade; em alguns casos, como o de Prestes, ela é absoluta. Em janeiro de 1948, os mandatos dos parlamentares eleitos pela legenda do Partido são cassados. (VINHAS: 1982, p. 94)

A situação do PCB mudou totalmente e o Partido caiu no isolamento, provocado pela forma como reagiu à ilegalidade. Seus militantes e dirigentes mergulham na clandestinidade e passam por um processo de esquerdização crescente. Com ela, os militantes do PCB serão levados a atacar aliados históricos em diversas frentes de luta e verão sua influência decrescer cada vez mais. Esse processo de distanciamento da realidade teve seu clímax com o Manifesto de Agosto de 1950, considerado o documento mais sectário da história do Partido. (CARVALHO: 1994, p. 52)

Mas, mesmo assim o PCB, se manteve vivo e em condições de elaborar uma política que tirasse o Partido do isolamento. O oxigênio que garantiu a sobrevivência dos comunistas foi obtido nas campanhas pela paz, contra a utilização da energia nuclear para fins bélicos, pela criação da Petrobras – em defesa do monopólio estatal do setor petrolífero –, contra a participação do Brasil na Guerra da Coreia. Através dessas campanhas, o PCB se aproximou das grandes massas e conseguiu se manter de alguma forma, ligado à realidade da sociedade brasileira. (CARVALHO: 1994, p. 55)

Ou seja, no momento em que a campanha *d'O Petróleo é Nosso* foi iniciada, em 1948, o PCB estava fragilizado, desorganizado, buscando meios para sobreviver. É difícil imaginar pois que tivesse condições para ser o mentor de uma campanha que já surgiu com tamanho vigor. Além do mais, como poderá ser visto no quarto ponto, as posições públicas do Partido sobre o tema não coincidiam com as proposições da Tese Horta Barbosa.

4.4.3. O PCB e o Monopólio Estatal

Neste ponto, deve ser dado destaque que, embora, de fato, os comunistas tenham apoiado a campanha *d'O Petróleo é Nosso*, participando ativamente de suas atividades, a versão divulgada pelos seus adversários, que repisavam que Tese e campanha eram “armas” do PCB, é contestada pelos seguintes dados: Horta Barbosa já defendia a adoção do monopólio estatal desde pelo menos 1934, quando respondeu pela Diretoria de Engenharia e em seguida pela Subchefia do Estado-Maior do Exército, tendo aprofundado essa posição no processo que redundou na criação do CNP, em 1938, e durante o tempo em que exerceu a presidência do órgão.

Enquanto isso, já em 1946, quando do debate sobre a legislação referente aos minerais e sua exploração, o Deputado comunista Carlos Marighela, com as assinaturas de seus colegas de bancada, (Maurício Grabois, Gregório Bezerra, Henrique Oest, José Maria Crispim, Jorge Amado, Abílio Fernandes e Diógenes Arruda), apresentou ao plenário o Projeto nº 422, instituindo “o regime legal das jazidas de petróleo, gases naturais de rochas betuminosas e pirobetuminosas”. A emenda apresentada pelo parlamentar em tela prescrevia, no seu artigo primeiro, que

“As jazidas de petróleo e gases naturais existentes em território nacional pertencem à União, a título de domínio privado imprescritível. (Sublinhado pelo autor RC). O artigo 45 deixa, por sua vez, bem, claro a posição dos comunistas na época ao prescrever que “O Instituto Nacional do Petróleo poderá organizar companhias de economia mista, com capital do Governo e de particulares, para pesquisa, lavra, industrialização, transporte, comércio de petróleo e derivados. (Sublinhado pelo autor, RC).

Não foi outra a posição do PCB quando foi colocado em debate o Artigo 164 do projeto da nova Carta Constitucional. A bancada do Partido Comunista apresentou uma emenda ao item I, do parágrafo 9º, com o número 3.259, propondo o seguinte:

As autorizações ou concessões serão conferidas a brasileiros ou empresas organizadas no País, assegurada ao proprietário preferência quanto a estradas de ferro e de rodagem, bem como a exploração ou coparticipação nos lucros. O Estado poderá conceder o mesmo direito a estrangeiros, sempre que declararem considerar-se como nacionais e não invocarem a proteção de seu governo no que se refere as mencionadas autorizações ou concessões. (Sublinhado pelo autor, RC).

Os parlamentares do PCB justificavam a emenda para “autorização ou concessão para o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, assim como das águas e da energia hidráulica a estrangeiros” como forma de “eliminar o aspecto chauvinista do Item I, do parágrafo 9º, do Artigo 164” e que, além disso:

“As empresas estrangeiras que tem concessões no País não constituem perigo para a Nação pelo fato de serem estrangeiras, mas por serem imperialistas que entravam o progresso nacional e drenam para o exterior os lucros obtidos com a exploração do povo, constituindo uma ameaça permanente à nossa soberania, uma vez que a qualquer momento, desde que se julguem lesados nos seus interesses, podem pedir a intervenção dos seus governos. A emenda apresentada possibilita ao Governo Federal tomar todas as medidas acauteladoras do interesse nacional”. (VICTOR: 1970, p. 179).

Como apresentado no tópico em que se estudou a influência dos Estados Unidos na disputa sobre o modelo de exploração petrolífera por parte do Estado brasileiro, fazia parte da estratégia do Pentágono, confundir os nacionalistas, então em ascensão na América do Sul e no Brasil em particular, com os comunistas. É nesse quadro que pode ser entendida a caracterização feita pelos adversários do monopólio estatal, como, por exemplo, a cobertura feita pelo *Correio da Manhã* ao processo de disputa, quando pôde-se constatar a falta de espaço para os eventos promovidos pelo CEDPEN e a prevalência de matérias opinativas reproduzindo a versão de que tanto a tese Horta Barbosa quanto a campanha *d’O Petróleo é Nosso* eram iniciativas do PCB e, portanto, originárias dos organismos dirigentes da União Soviética.

Em suma, a tese Horta Barbosa, e, por conseguinte a campanha d'O Petróleo é Nosso não podem ser confundidas com iniciativas do PCB, e muito menos com manobras orquestradas por organismos dirigentes do PC da URSS. Isso, pelo simples fato de ter sido a tese elaborada a partir do início dos anos 30, enquanto, na segunda metade da década de 1940, o PCB ainda defendia a iniciativa privada com possibilidade de investimento estrangeiro.

Ressaltando a participação da militância do PCB na campanha, como também no movimento pela presença do Brasil na Guerra e pela redemocratização, deve ser mencionada a posição de liderança dos nacionalistas tanto na elaboração da tese quanto na coordenação e execução da campanha *d'O Petróleo é Nosso*. A suposta origem comunista da tese e da campanha foi, portanto, uma tática de propaganda para tentar seu enfraquecimento e justificar a repressão contra seus dirigentes e ativistas, num momento em que o clima da Guerra Fria mais se aguçava e o próprio PCB teve seu registro cancelado e os mandatos de seus parlamentares cassados.

4.5. Conclusão

Neste capítulo, apresentou-se uma panorâmica da disputa entre os nacionalistas que defendiam o monopólio estatal do petróleo e os que desejavam a entrega da exploração petrolífera para as empresas estrangeiras. Buscou-se esclarecer as conjunturas, posições e os panoramas envolvendo alguns dos principais atores e forças presentes no processo, divididos em três tópicos, a interferência dos EUA, a posição da grande imprensa e o envolvimento dos comunistas.

O papel dos Estados Unidos foi decididamente a favor de seus interesses no Brasil. Seus porta-vozes, tanto os próprios estadunidenses como, principalmente os brasileiros, esforçaram-se, ao máximo, para que a tese do monopólio estatal do petróleo não tivesse êxito.

No caso da grande imprensa escrita, elegeu-se o caso do *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais da época. Através da análise de mais de uma centena de matérias publicadas por aquele diário sobre o tema, mostrou-se que a mídia, aqui

tipificada pelo referido órgão, era fortemente contrária à exploração petrolífera pelo Estado brasileiro.

Por fim, focou-se na utilização dos comunistas pelos oponentes do monopólio. Nesse aspecto, trabalhou-se com a visão de que a campanha *d'O Petróleo é Nosso* se desenvolveu num período intensamente marcado pela Guerra Fria. O PCB, após curto período de vida legal em que obteve expressivo peso eleitoral, foi colocado na ilegalidade e os mandatos de seus representantes foram cassados. A identificação da tese monopolista e da campanha nacionalista como atividades desenvolvidas sob direção do PCB, e da URSS, desmentida pela atuação dos parlamentares comunistas na Constituinte de 1945, deve ser vista, portanto, como tática para enfraquecer a luta pelo monopólio estatal do petróleo.

5. CONCLUSÕES

“Os povos dominantes são nacionais e levam o contágio do nacionalismo aos dominados. O nacionalismo destes é um nacionalismo resposta. (...) O nacionalismo das nações da América Ibérica é reação ao nacionalismo mais adiantado dos países centrais. Por isso, nelas, o nacionalismo se afirma como vontade e processo ativo para a formação mais completa da nação.”

José Comblin

Esta Tese foi sustentada por um tripé formado pelo nacionalismo brasileiro, pela atuação do Marechal Horta Barbosa em defesa do monopólio estatal do petróleo e pelo movimento que levou à criação da Petrobras: a campanha *d'O Petróleo é Nosso*. Os três pilares desse tripé formaram, neste trabalho, uma só estrutura de ideias onde as partes constitutivas apresentaram-se necessariamente interligadas. Em consonância, o trabalho foi desenvolvido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo discorreu sobre a relação dos militares com o Estado no Brasil. A análise de tal relação foi necessária, pois o trabalho desenvolvido por Horta Barbosa não se realizou de forma isolada do Estado e/ou da corporação castrense. Essa diretriz teórica serviu também para iluminar o caminho seguido pela argumentação desenvolvida neste trabalho, onde a elaboração da tese do monopólio estatal do petróleo e a vitória da campanha pela criação da Petrobras dependeram, significativamente, da atuação de um oficial como o ex-presidente do Clube Militar. Sem essa moldura conceitual, não se poderia compreender de que modo os três pontos do tripé acima referido relacionam-se entre si. Foi como indivíduo pertencente a tal corporação que ele se formou e atuou na defesa de suas ideias, no conjunto de circunstâncias históricas e sociais que caracterizaram a relação entre Forças Armadas e o Estado brasileiro no período em tela. Concluiu-se que o modelo desenvolvido por Lima Figueiredo seria o mais adequado aos propósitos desta pesquisa.

No segundo capítulo, desenvolveram-se a pesquisa sobre a trajetória de Horta Barbosa e sua atuação de liderança dos militares nacionalistas. Tendo como referência

teórica o capítulo anterior, procurou-se entender a participação de Horta Barbosa como membro de uma corporação, a militar que, tendo suas singularidades próprias, mostrava-se como uma das forças políticas mais importantes para a sustentação ao Estado brasileiro na época. Concluiu-se que, desde os primórdios de sua formação pessoal e militar, Horta Barbosa sofreu a forte inspiração de dois importantes militares brasileiros. Um deles foi Benjamin Constant, uma das principais lideranças militares na Proclamação da República. O outro, muito ligado a Benjamin Constant, foi seu comandante, correligionário e amigo, o futuro e lendário Marechal Cândido Rondon. Ambos foram fortemente influenciados pelo Positivismo, uma das fontes inspiratórias do chamado “nacionalismo brasileiro”. Horta Barbosa, no decorrer de sua carreira, e tendo como pano de fundo essa formação, enrijeceu ainda mais suas convicções nacionalistas no contato com militares nacionalistas da Argentina e do Uruguai, responsáveis pela criação das estatais petrolíferas daqueles países, anos antes da criação da Petrobras (a argentina *Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF)*, fundada em 1922, e a uruguaia *Administración Nacional de Combustibles, Alcohol y Portland (ANCAP)*, em 1931). Outra conclusão a que se chegou foi a de que um dos padrões de sua carreira foi a ocupação de postos que lhe permitiram cultivar ampla compreensão dos problemas da defesa e do desenvolvimento do País. Comandou o deslocamento de tropas por ferrovia, empreendeu a instalação de linhas de telégrafo, procedeu ao mapeamento e demarcação de terras indígenas inexploradas, este último trabalho em conjunto com o Marechal Rondon. Investiu na integração dos indígenas e sempre chamou atenção, em seus escritos, para a importância do desenvolvimento da siderurgia no Brasil. Em consequência, tudo isso contribuiu para a formação do solo vivido em que ele defendeu a tese do monopólio estatal no bojo da campanha *d’O Petróleo é Nosso*.

O terceiro capítulo teve como foco o nacionalismo. Primeiro, colocou-se em questão, em termos gerais, algumas das conceituações mais pertinentes ao *Nacionalismo* como fenômeno social. Depois, em termos mais particulares, explicitou-se o problema do “nacionalismo brasileiro” (e conseqüentemente *sul-americano*), segundo Sodré (1960) e Comblin (1964). Escolheram-se esses autores, não só devido à relevância deles na literatura sobre o assunto, mas também porque as ideias por eles defendidas serviram, muitas vezes, como umas das principais fontes inspiradoras dos defensores do monopólio estatal do petróleo no Brasil. A avaliação a que se chegou, e que serviu como índole norteadora da pesquisa, foi a de que, no Brasil, o nacionalismo,

ainda mais em relação ao período aqui estudado, não pode ser separado da própria história militar do País. As raízes históricas do nacionalismo até sua vigorosa manifestação no processo de definição do modelo de exploração petrolífera, nos anos 40 e 50 do século passado, foram fortemente relacionadas à existência de uma corrente que participou ativamente da abolição da escravatura, da fundação do regime republicano e das lutas contra o controle da República pelas oligarquias.

Autores como LEMOS (1999), MORAES (1991), PENNA (1997 e 2002), e SODRÉ (1965), realçados no capítulo em tela, entenderam o prevalecimento da condição de soberania, notadamente entre setores militares, relacionado à autonomia e autossuficiência econômica, ao controle dos recursos energéticos, à industrialização, como condição mesma de construção de um projeto de nação. Em conclusão, no desenrolar da campanha de *O Petróleo é Nosso* esse nacionalismo econômico serviu como escaforada para o programa ideológico nacionalista, transformando-se, na campanha pela criação da Petrobras, em elemento de mobilização política. Outra conclusão a ser tirada é de que o nacionalismo, na época da campanha, fortaleceu a democracia entre nós, já que a potência dos que se opunham ao monopólio estatal só pode ser enfrentada através de amplo apoio popular.

O último capítulo tratou da atuação de alguns dos principais atores e forças envolvidos na disputa em tela. Abordou-se a interferência dos Estados Unidos, o papel da grande imprensa escrita e sobre a questão dos comunistas.

Os EUA definiram uma política de Estado cujo objetivo era assumir o controle dos minerais estratégicos dos países do sul do continente e do Brasil em particular. Em função disso, tentaram impor ao Estado brasileiro um modelo de exploração petrolífera que privilegiasse as empresas privadas estadunidenses. Ainda nesse ponto, viu-se que esse empenho partia não apenas de estadunidenses, através dos funcionários da embaixada, dos departamentos ligados ao aparato militar e outros setores do governo dos EUA e das empresas privadas lá sediadas, mas também de brasileiros com posições importantes no aparelho governamental, no parlamento, na imprensa e nas próprias Forças Armadas. Esses dados entram em conjunção com o que Sodré chamou de “raízes históricas do nacionalismo brasileiro”. A própria formação do Brasil, com oligarquias que se constituíram articuladas ao mercado externo e as potências hegemônicas em cada

período, explicaria essa “colaboração” das elites locais com forças políticas e econômicas estabelecidas no exterior, assim como o combate aos defensores do ideário nacionalista.

No caso da grande imprensa escrita, tendo se escolhido o caso do jornal *Correio da Manhã*, um dos mais importantes jornais da época, verificou-se que a posição da grande mídia impressa era frontalmente contrária ao monopólio estatal do petróleo e, portanto, em oposição à campanha “d’O Petróleo é Nosso”.

A análise do caso do papel dos comunistas, por fim, concluiu que o PCB, e URSS, foram usados como tática para enfraquecer a luta pelo monopólio estatal do petróleo, no contexto da Guerra Fria. O anticomunismo foi uma estratégia delineada e posta em prática por agências estatais dos EUA, em sintonia com seus aliados no País, que recomendavam confundir nacionalistas com comunistas.

Poder-se-ia incluir, por certo, outras variáveis, aspectos e atores no estudo do processo histórico no qual se desenvolveu a adoção do monopólio estatal do petróleo pelo Estado brasileiro. Não foi investigada aqui, por exemplo, a atuação dos partidos políticos e seus principais líderes a respeito da questão em lide. Mas, seja lá como for, não se poderá explicar a criação da Petrobrás sem a centralidade de omissão de qualquer um dos três elementos focados na presente tese - o nacionalismo brasileiro, os militares e a atuação do Marechal Horta Barbosa..

A tese do Monopólio Estatal, que passou à história como Tese Horta Barbosa, é fruto do nacionalismo brasileiro e está na raiz da campanha *d’O Petróleo é Nosso*. Foi através dessa campanha que os militares nacionalistas mostraram-se capazes de mobilizar a sociedade e derrotar as poderosas forças que pretendiam que o Estado brasileiro renunciasse ao controle da indústria petrolífera, deixando-a livre para os capitais estrangeiros, notadamente os estadunidenses.

Ao concluir este trabalho em que se resgatou o nacionalismo brasileiro, os militares nacionalistas, através da figura e da trajetória de Horta Barbosa e a campanha *d’O Petróleo é Nosso*, que teve como produto a Petrobras, deve ser registrado o pouco estudo, conhecimento e reconhecimento sobre temas e figuras centrais para o Brasil. O

estudo do nacionalismo dos militares brasileiros e de suas lideranças, tais como Henrique Lott, Estillac Leal, Raimundo Sampaio, Estevão Leitão de Carvalho, Alfredo de Moraes, Rui Moreira Lima, além do próprio Horta Barbosa, e tantos outros mais, não pode mais ser negligenciado quando se tem em mente o melhor entendimento do processo político brasileiro. Sem isso, não se poderá compreender a potência do ideário nacionalista e abrir-se-á mão de se entender melhor o papel dos militares na construção do Brasil moderno.

Perpassou a pesquisa a ideia da existência de um elo, ainda visível, entre militares de gerações e momentos históricos diferentes. A carreira e a trajetória militar e política do Marechal Horta Barbosa serviria para identificar e ilustrar uma das mais importantes “tradições” no seio do Exército Brasileiro, a dos nacionalistas que fizeram história até o Golpe de 1964 e continuam ainda tão importantes no quadro político-estratégico brasileiro nos dias atuais.

Em suma, advogou-se, a ideia de que a empresa Petrobras só foi possível, entre outros importantes fatores, devido à associação do ideário nacionalista com a capacidade de luta e expressão de um dos mais prestigiosos militares em sua época. Foi isso que empolgou a sociedade. Há uma relação necessária entre nacionalismo e democracia.

6. FONTES PRIMÁRIAS E SECUNDÁRIAS

6.1. Fontes Primárias

6.1.1. Entrevistas

- Almirante Francisco Nigro. (Ex-Comandante da Frota de Superfície da Esquadra brasileira e estudioso da relação petróleo-guerra). Entrevista por correio eletrônico em 12 de fevereiro de 2012.
- Coronel Carlos Augusto de Mattos Horta Barbosa. (Filho de Horta Barbosa e com ativa participação na campanha). Vassouras (RJ), 31 de agosto de 2011 e 16 de novembro de 2013.
- Coronel Ivan Cavalcanti Proença (Capitão da Guarda Presidencial, cassado em 1964, professor universitário, escritor e acadêmico). Rio de Janeiro, 18 de maio de 2012.
- Julio Caetano Horta Barbosa Cardoso. (Neto de Horta Barbosa e sobrinho-neto dos Generais Felicíssimo e Leônidas Cardoso – também destacados participantes da campanha). Rio de Janeiro, 31 de julho de 2011.
- Lauro Roberto Vallin Horta Barbosa (Neto de Horta Barbosa). Vassouras (RJ), 24 de setembro de 2011.
- Lauro Augusto da Silva Horta Barbosa (Bisneto de Horta Barbosa). Vassouras (RJ), 24 de setembro de 2011.
- Luiz Sérgio Henriques. (Tradutor de Gramsci, editor do sítio *Gramsci e o Brasil*, membro da Fundação Gramsci). Juiz de Fora (MG), 31 de novembro de 2013.
- Maria Alice Tibiriça Miranda. (Secretária da campanha o “Petróleo é Nosso” e autora de livro sobre o assunto). Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 2010.
- Prof. Dra. Luitegarde Oliveira Cavalcanti Barros. (Professora da UERJ, pesquisadora, autora de diversos livros relacionados com o tema em estudo). Entrevista por correio eletrônico, em 19 de setembro de 2011.
- Suzana Maria Vallin Horta Barbosa Xavier da Silveira (Neta de Horta Barbosa). Vassouras (RJ), 24 de setembro de 2011.

6.1.2 Arquivos

- Arquivo Horta Barbosa no CPDOC-FGV-RJ
- Arquivos pessoais da Família Horta Barbosa
- Arquivo do Museu Histórico do Exército Brasileiro
- Biblioteca da Associação Brasileira de Imprensa
- Biblioteca do Clube Militar

6.2. Fontes Secundárias

6.2.1. Bibliografia Citada

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coréia Decisões sobre ir ou não ir à guerra*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2007.

_____ *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: história de um envolvimento forçado*. São Paulo, Editora Loyola, 2002.

BOBBIO, Norberto (Org). *Dicionário de Política*. Brasília, Universidade de Brasília, 1986.

_____ *O Conceito de Sociedade Civil em Gramsci*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

CARONE, Edgard. *O P.C.B. 1922 a 1943. Vol. 1*. São Paulo, Difel, 1982.

CARVALHO, José Murilo de. *As forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 2005.

CASTRO, Celso. *Os militares e a República: um estudo sobre cultura e ação política*. Rio de Janeiro, Zahar, 1995.

_____ *A Invenção do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar, 2002.

CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

CERVO, Amado Luiz e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. Brasília, Universidade de Brasília, 2002.

CHIRIO, Maud. *A Política nos Quartéis. Revoltas e Protestos de Oficiais na Ditadura Militar Brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

CHOMSKY, Noam. *Segredos, Mentiras e Democracia*. Brasília, Universidade de Brasília UNB, 1999.

COHN, Gabriel. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1968.

COMBLIN, José. *Nação e Nacionalismo*. São Paulo, Duas Cidades, 1964.

CORRÊA, Arsênio Eduardo. *A Ingerência Militar na República e o Positivismo*. Rio de Janeiro, Expressão e Cultura, 1997.

CORREA, Inocêncio Serzedello. *Páginas do Passado. Floriano Peixoto na Intimidade e Mesmo na Vida Pública*. Rio de Janeiro, Jornal do Brasil, 1919.

DIAS, José Luciano de Mattos, e QUAGLINO, Maria Ana. *A questão do petróleo no Brasil: uma história da Petrobras*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1993.

DREIFUSS, René Armand. *1964: A Conquista do Estado (Ação Política, Poder e Golpe de Classe)*. Petrópolis, Vozes, 1981.

FAUSTO, Boris. *Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo, Cia. das Letras, 1997.

FERES JÚNIOR, João. *A história do conceito de "Latin América" nos Estados Unidos*. Bauru (SP), Edusc, 2004.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. *Os Militares e a Democracia*. Rio de Janeiro, Graal, 1980.

_____ (org.). *Os Militares e a Revolução de 30*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *Crise de poder no Brasil: problemas da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1961.

_____ *Introdução Crítica à Sociologia Brasileira*. Rio de Janeiro, UFRJ, 1995.

HEINES, Gerald K. *The Americanization of Brazil: A Study of U.S. Cold War Diplomacy in the Third World, 1945-1954*. Wilmington, Scholarly Resources Inc., 1989.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. *O Soldado e o Estado: Teoria Política das Relações entre Cíveis e Militares*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1996.

JACOBINA, Alberto Pizzaro. *Marechal Julio Caetano Horta Barbosa: traços biográficos e conferências proferidas no Clube Militar*. Rio de Janeiro, Edição do Autor, 1965.

JAGUARIBE, Helio. *Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político*. Rio de Janeiro, Fundo da Cultura, 1962.

_____. *Condições Institucionais do Desenvolvimento*. Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), 1958.

JOHNSON, John. *The Military and Society in Latin America*. Stanford University Press, 1958.

JUDT, Tony. *Pós-guerra: uma história da Europa desde 1945*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2007.

KAPLAN, Marcos T. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974.

LEMOS, Renato. *Benjamin Constant: vida e história*. Rio de Janeiro, Topbooks, 1999.

LINS, Ivan Monteiro de Barros. *História do Positivismo no Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2009.

MACCANN, Frank D. *Soldados da pátria: história do Exército Brasileiro 1889-1937*. São Paulo, Cia. das Letras, 2007.

MARINI, Rui Mauro. *Subdesenvolvimento e Revolução*. Florianópolis, Insular, 2012.

MENEZES, Delano Teixeira. *O militar e o diplomata*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1997.

MILIBAND, Ralph. *O Estado na Sociedade Capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

MIRANDA, Maria Augusta Tibiriça. *O petróleo é nosso*. Petrópolis, Vozes, 1983.

MORAES, João Quartim de. *A esquerda militar no Brasil*. Volume 1. São Paulo, Siciliano, 1991.

_____ *A esquerda militar no Brasil*. Volume 2. São Paulo, Siciliano, 1994.

PAIM, Antônio. *A filosofia política positivista I*. Rio de Janeiro, PUC-RJ, 1979.

PENNA, Lincoln de Abreu. *O progresso da ordem: o florianismo e a construção da República*. Rio de Janeiro, Sette Letras, 1997.

_____ *Por que somos florianistas? Ensaio sobre florianismo e jacobinismo*. Rio de Janeiro, E-papers, 2002.

_____ *Caminhos da Soberania Nacional: Os comunistas e a criação da Petrobras*. Rio de Janeiro, E-papers, 2005.

ROUQUIÉ, Alain (organizador). *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

SCHULZ, John. *O Exército na Política: Origens da intervenção militar (1850-1894)*. São Paulo, USP, 1994.

SODRÉ, Néson Werneck. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

_____ *Panorama do Segundo Império*. Rio de Janeiro, Graphia, 1998.

_____ *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

_____ *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

TÁVORA, Juarez. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. *Revolucionários de 35: Sonho e Realidade*. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

VICTOR, Mário. *A Batalha do Petróleo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.

VINHAS, Moisés. *O Partidão: A Luta por um Partido de Massas (1922/1974)*. São Paulo, Hucitec, 1982.

VIVEIROS, Esther de. *Rondon conta sua vida*. Rio de Janeiro, Cooperativa Cultural dos Esperantistas, 1969.

6.2.2. Capítulos de Livros e Artigos

DOMINGOS NETO, M. e MARTINS, Mônica. “Significados do Nacionalismo e do Internacionalismo”. *Tensões Mundiais Vol. 2 n° 1*, Fortaleza, 2006.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “A Política, a Guerra e os Militares”. In CERQUEIRA, Gisálio; Figueiredo, Eurico de Lima e KONDER, Leandro (Organizadores). *Por que Marx?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____ “Globalização, Neoliberalismo e a Estratégia do poder: os jogos não estão feitos”. In SANTOS, Theotonio (Org). **Globalização: Dimensões e Alternativas**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____ “Antonio Gramsci (1891/1937)” in BARRETO, Vicente (Coordenador) e CULLETON, Alfredo (Coordenador adjunto). *Dicionário de Filosofia Política*. São Leopoldo (RS): Unisinos, 2010.

GELLNER, E. Verbetes sobre *nação e nacionalismo* in Outhwaite, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1996.

LEMO, Renato. “Horta Barbosa” verbete in *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930*. Vol 1. In ABREU, Alzira Alves de. Coordenadora et al. Rio de Janeiro: Ed. FGV-CPDOC, 2001.

LEVI, Lucio. *Nacionalismo*. In BOBBIO, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília. Ed. UNB, 2003.

MENDONÇA, Sônia Regina. “Estado e Sociedade: A Consolidação da República Oligárquica”. In LINHARES Maria Yeda (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

MYAMOTO, Shiguenoli, “Os Estudos Estratégicos e a Academia Brasileira”, Washington DC, Panel on Strategic Studies Center for Hemispheric Defense Studies, Research and Education in Defense and Security Studies (REDES), 2001

PEIXOTO, Antonio Carlos. “Exército e Política no Brasil: Uma crítica dos modelos de interpretação”. In Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

_____. “O Clube Militar e os confrontos no seio das Forças Armadas (1945-1964)” In Rouquié, Alain. *Os Partidos Militares no Brasil*. Rio de Janeiro, Record, 1980.

PYE, L. “Armies in the process of political modernization”. In: Johnson, J. *The Role of Military in Underdeveloped Countries*. Princeton, Princeton University Press, 1972.

REIS, Daniel Aarão. “As Esquerdas no Brasil; culturas políticas e tradições”. In Org. POMAR, Walter. *História e Perspectivas da Esquerda*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

ROSSOLILO, Francesco. “Nação”. In BOBBIO, Norberto, MATTEUCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília, Ed. UNB, 2003.

6.2.3. Anais, Mimeos, Comunicações, Teses e Dissertações

CARVALHO, Helid Raphael de. *A Estratégia Democrática dos Comunistas Brasileiros: Uma Política à Procura de um Partido*. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), Rio de Janeiro, 1994.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. “*Os Militares: como eles entram e saem dos sistemas de decisão do Estado?*” Comunicação apresentada à XX Conferência do Inter-University Seminar da Universidade de Chicago, EUA, 1980. Mimeo inédito.

NEVES, Fabrício de Jesus Teixeira. *O Exército Brasileiro e o Ideário da Modernização entre 1870 e 1930 (Proposta de Interpretação Teórica da Literatura Seleccionada)*. Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense (PPGCP-UFF). Niterói, 2011.

GARCINDO DE SÁ, Eliane. *Petróleo e Nacionalismo na América Latina: a tese Horta Barbosa*. Belo Horizonte: Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC, 2000.

7. SÍTIOS NA INTERNET

www.Cpdoc.fgv.br

www.acesa.com/gramsci

<http://www2.camara.leg.br>

www.hemoretcanacional.org.br

www.bitacora.com.uy

www.larepublica.com.uy

www.teaydeportea.edu.ar

8. ANEXOS

Anexo 1 - Nota – Texto inédito do Professor Doutor Antonio Paim que, por escrito, em ato de fidalguia e generosidade, resolveu esclarecer, por escrito, algumas dúvidas levadas a ele pelo autor desta tese sobre “A INTERPRETAÇÃO DO POSITIVISMO PELA ELITE MILITAR BRASILEIRA”.

Reconhece-se, amplamente, a generalizada influência do positivismo de Augusto Comte (1798-1857) no período republicano de nossa história. A par disto, indica-se que essa influência expressou-se numa diversidade de vertentes, assinalando, alguns autores, que em muitos casos contrariavam tanto a letra como o espírito do comtismo.

Entretanto, no livro *A ingerência militar na República e o positivismo* (Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1997), o professor Arsênio Eduardo Corrêa procura fundamentar a hipótese de que essa subdivisão, como escreve, “poderá ser explicada pelo caráter da própria obra de Comte, que evoluiu de forma não muito coerente.”

Em sua obra, o professor Arsênio Eduardo Corrêa demonstra como o Curso de Filosofia Positiva (1830-1842), ao tempo em que inaugura o que a posteridade chamou de Filosofia Científica ou Científico-positiva, desenvolveu-se dissociado do restante de sua obra a partir de um de seus principais discípulos: Emile Littré (1801-1881). Ao conjunto destacado por Littré, John Stuart Mill (1806/1873) adicionou uma teoria do conhecimento, inexistente no comtismo, o que, ao mesmo tempo, abriu o caminho para sua complementação por uma filosofia política diversa do autoritarismo subjacente ao ideário comteano. E, assim, ao contrário do que se deu no Brasil – onde em matéria política sobressaiu justamente esse viés autoritário –, o positivismo europeu ligou-se diretamente ao movimento em prol da democratização do governo representativo, que era a grande aspiração da época, isto é, da segunda metade do século XIX.

O passo seguinte, dado por Comte, resultou da pouca receptividade encontrada por sua doutrina nos meios científicos, notadamente a começar da própria França. Na visão de Comte, como destaca o livro que estamos seguindo, o evento decorreria do

comprometimento da comunidade científica com o que chamaríamos de *establishment*. Cumpria-lhe tentar obter a adesão de segmentos da sociedade descompromissados com o *status quo* e abertos ao progresso. Designou-os como o “proletariado”, tendo em vista, sobretudo os integrantes do que então se designava como “terceiro estado”, isto é, aqueles que não pertenciam seja à nobreza seja ao clero. Caberia aos *comteanos* transmitir-lhes sua doutrina. Seriam os arautos da nova sociedade a que a ciência daria origem. Tal é o conteúdo do texto que Comte designou como “Discurso sobre o estado positivo”. Tal seria, no entender do professor Arsênio Eduardo Corrêa a origem da vertente que no Brasil se denominou *positivismo ilustrado*. (1842).

O livro *A ingerência militar na política e o positivismo* destaca a circunstância de que a adesão de Benjamim Constant Botelho e Magalhães (1833-1891) ao positivismo ateu-se estritamente aos aspectos que reforçariam o ideário do Marquês de Pombal (1699-1782), que deram base à constituição da Real Academia Militar, justamente onde a elite militar brasileira em formação assumiu como missão contribuir para o progresso do País e o fortalecimento do Estado. Vamos, pois, nos valer dessa indicação para bem situar a natureza da influência positivista em nosso meio militar. Sendo Augusto Comte pela substituição dos exércitos por milícias populares, a variedade das interpretações a que deu origem autorizava Benjamin Constant e seus seguidores a recolher, de sua obra, aqueles aspectos que reforçariam as parcelas das doutrinas pombalinas, que seriam patrimônio perene da formação militar.

Anexo 2 - A posição de Rondon sobre a entrevista de Juarez Távora que levou a seu pedido de ida para a reserva.

Depoimento de Cândido Mariano Rondon, para sua biografia escrita por Alice de Viveiros, trata de um fato talvez esclarecedor de posições políticas divergentes, quando da batalha travada em torno da opção pela forma exploratória do petróleo no Brasil.

Segundo Rondon, logo depois da vitória do movimento revolucionário de 1930, Juarez Távora (o mesmo que sendo chefe do Estado-Maior do Exército, no Governo Dutra, em 1947, desempenhou o papel de antípoda das posições defendidas por Horta Barbosa) com a autoridade de ter sido um dos principais chefes militares da Revolução, e a caminho de se transformar no “vice-rei do Nordeste”, deu uma entrevista ao Jornal do Comércio, do Rio de Janeiro.

Nessa entrevista, de sete de outubro de 1930, ele, Juarez Távora, teria afirmado que o trabalho desenvolvido por Rondon não tinha nenhuma utilidade e que, num país sério, ele (Cândido Rondon) já estaria preso como dilapidador dos cofres públicos, distribuindo linhas telegráficas pelo sertão para servir de brinquedo para índios.

A atitude de Cândido Rondon, logo que Getúlio Vargas assumiu o governo, foi encaminhar um pedido de ida para a reserva e a constituição de um Conselho de Guerra para que fosse julgado. Getúlio Vargas rejeitou o pedido de ida para a reserva, e pediu que Rondon prosseguisse o trabalho.

Mesmo assim, logo que concluiu sua missão (de demarcação e instalação de linhas telegráficas) Cândido Rondon foi para a reserva. Sobre o Conselho de Guerra, Getúlio Vargas afirmou: Não se constituirá nenhum, porque o mais alto tribunal, que é a opinião pública da Nação, já o julgou, General! (VIVEIROS: 1969, p. 556).

Anexo 3 – Capa das Folhas de Alterações. Documento em que está registrada toda a carreira militar de Horta Barbosa.



Anexo 4 - Doc. Referente a atuação de Horta Barbosa na Comissão Rondon.

COMISSÃO DE LINHAS TEL. R. MATO GROSSO-AMAZONAS

Horta Barbosa

ZONA _____ GUARNIÇÃO _____ CATEGORIA _____

Período de 11-~~VI~~-1908 a 14-II-1917.

OPERAÇÕES _____

-Continuação-


3a. PARTE:

te com a direção do posto astronômico, chefiar o Distrito Telegráfico, cuja conservação está a cargo da Comissão, a partir de Diamantina até a ponta da linha, em avançamento para Santo Antônio, no rio Madeira, tendo tomado posse na mesma data; em 5-IX, seguiu para Diamantina, onde chegou a oito, para firmar contrato para a construção do estívado e ponte no rio Sumidouro; em 9, foi até esse rio; em 11, regressou à Diamantina e chegou a Cuiabá no dia 18; em 23-X, saiu de Cuiabá para fiscalizar o serviço de construção de canoas que se estavam fazendo nos rios: Arinos e Papagaio, para a expedição científica Roosevelt-Rondon adquiriu tropa de muleiras para a mesma expedição e tomar outras providências; em 26, chegou à Diamantina; em 29, foi ver uma tropa a cerca de 18 quilômetros dessa Vila; em 31, foi ao sítio "Fazendinha", a cerca de 30 quilômetros de Diamantina, receber uma tropa de muleiras; em 9-XI, chegou à estação telegráfica de "Utiriati"; em 10, empossou o telegrafista encarregado desta estação e reabriu-a; em 12, regressou para Diamantina, a cerca de 300 digo, 310 quilômetros, onde chegou a 18; em 17, seguiu para Correntes, a 45 quilômetros, aproximadamente, onde viu as canoas prontas para a expedição do rio Arinos; em 18, seguiu para o sítio "Água Fria", a 48 quilômetros daí, onde adquiriu outra tropa; em 19, chegou de volta à Diamantina digo, Diamantina, donde saiu a 20, data em que foi nomeado ajudante da Expedição Científica Roosevelt-Rondon; em 22, chegou a Cuiabá; em 21-XII, saiu de Cuiabá com destino a Fazenda São João, à margem do rio Cuiabá, para encontrar-se com o Sr. Coronel Chefe da Comissão e prestar-lhe contas, verbalmente, do desempenho dos serviços a seu cargo; em 1-I-1914, chegou a Cuiabá, à noite; em 30, foi dispensado de ajudante da Expedição Roosevelt-Rondon, por terminação dos respectivos trabalhos; em 15-V, seguiu para inspecionar o serviço de transporte, tendo inspecionado a linha Diamantina até Parecio; em 20, chegou a Aldeia Queimada e regressou a 21; em 2-VI, apresentou-se em Cuiabá, de regresso; em 17-IX, foi nomeado pelo Sr. Coronel Chefe da Comissão, para fazer o levantamento geográfico do rio Arinos e outros, conforme instruções que lhe deviam ser transmitidas pelo mesmo Sr. Coronel Chefe da Comissão; em 26, foi

-Continua-

Anexo 5 - Documento relativo ao tempo em que Horta Barbosa presidiu o Conselho Nacional do Petróleo

124
115


MINISTÉRIO DA GUERRA
DEPARTAMENTO GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE RECRUTAMENTO

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA. N. _____
ZONA GUARNIÇÃO da Capital Federal. 1a. CATEGORIA _____
AÇÕES 1º Semestre de 1940.

1a. PARTE
No semestre anterior houve alteração.
ENTRADA: a 10-I-939, da 2a. zona, adido
EM FUNÇÃO: 1-I a 30-VI, Presidente do Conselho Nacional de Petróleo.

2a. PARTE
T. N. C. Oa. 6m. Od.

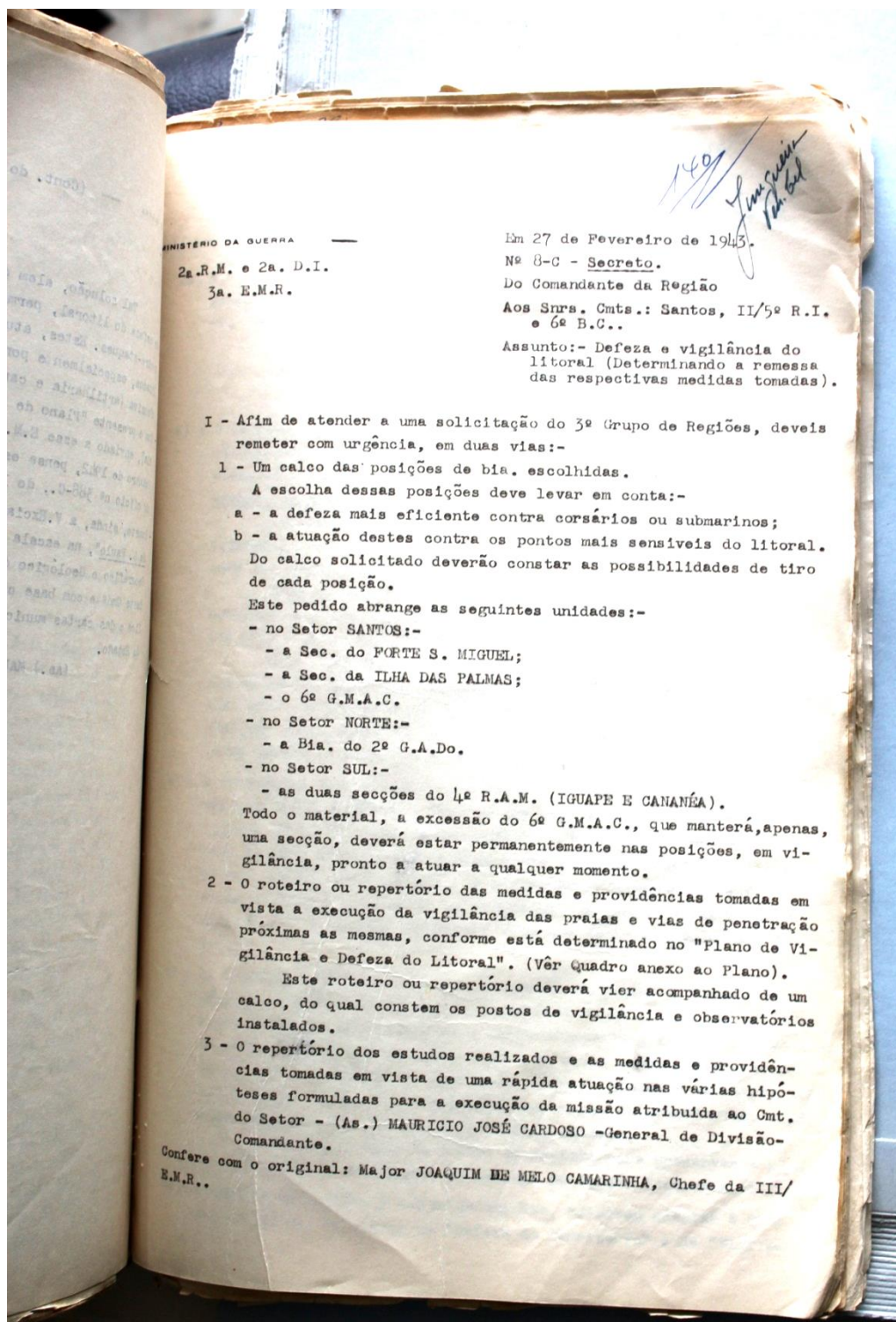
3a. PARTE
PROMOÇÃO: Maio - por decreto de 24, publicado no D. O. de 27, foi promovido ao posto de General de Divisão.
APRESENTAÇÃO: Maio - a trinta e um, apresentou-se ao Exmº Snr. Ministro, pelo motivo acima.

C O N F E R E :
Capitão de Fuzis
Cor. de Reserva 12/2
Gen. Barbosa

Gal. de Eda. Sec. Geral do M. G.

- JÚLIO CAETANO HORTA BARBOZA -

Anexos 6 e 7 – Documentos (até então secretos) com os planos de defesa do litoral brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial.



Cópia

MINISTÉRIO DA GUERRA

(Cont. do Ofício nº 6-C - Secreto de 4-2-43.)

Fls. 2.

739
L. J. S. S. S.
P. S. S.

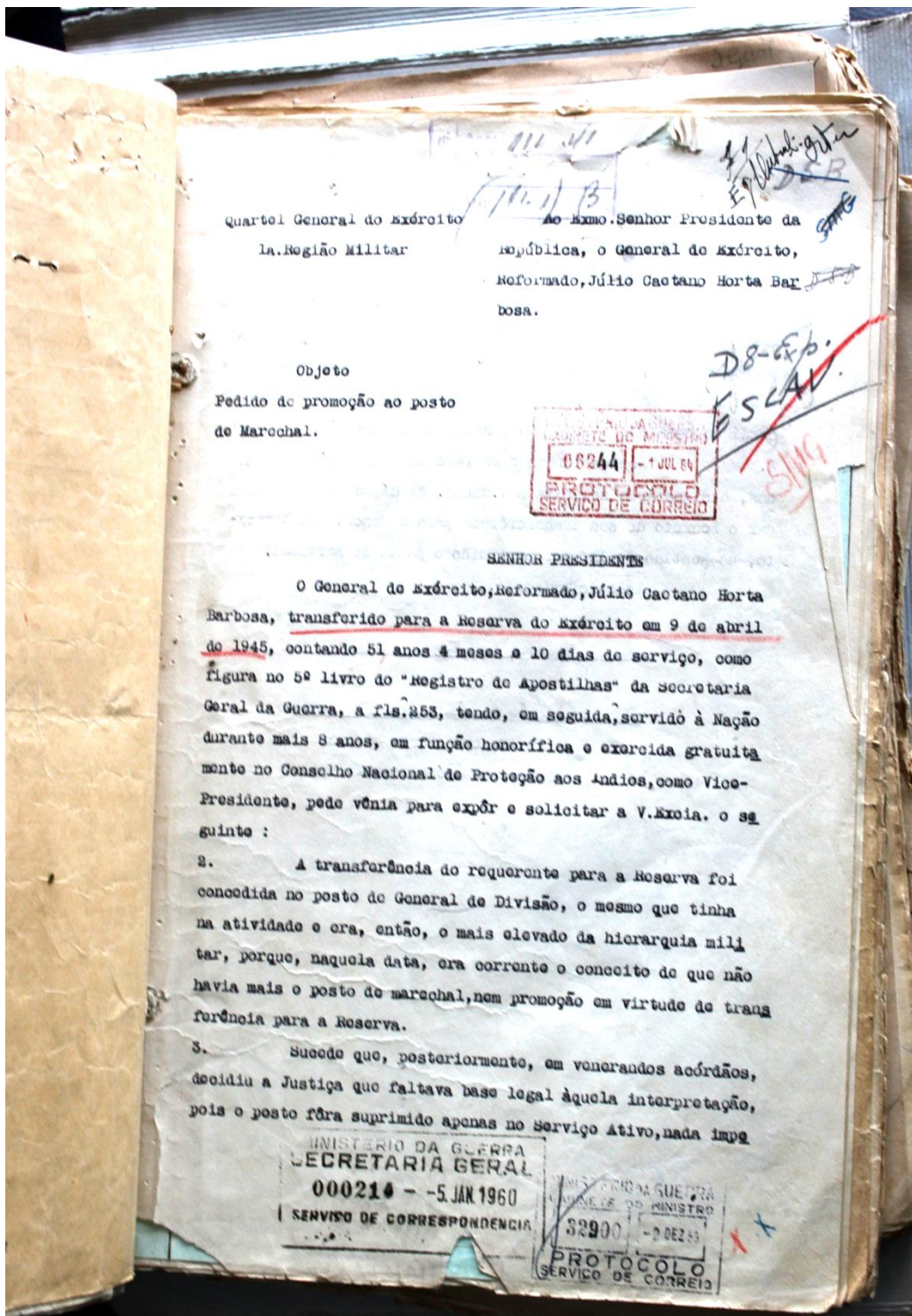
Tal solução, além de dar maior solidez ao dispositivo atual de defesa do litoral, permitirá encarar mais seriamente ações de contra-ataques. Estes, atualmente, só eventualmente poderão ser realizados, especialmente por faltar aos meios reservados capacidade ofensiva (artilharia e carros).

V - Com o presente "Plano de Defesa" que completa o "Plano de Vigilância", enviado a esse E.M.E. com o ofício nº 40-C. Secreto de 16 de Outubro de 1942, pensa este Cmd^o ter satisfeito as considerações do ofício nº 388-C., de 17-XII-42 de V.Excia..

VI - Remeto, ainda, a V.Excia. uma cópia da carta do "Litoral do Estado de S. Paulo", na escala de 1/100.000, organizada pelo Instituto Geográfico e Geológico deste Estado, a pedido e sob a orientação deste Cmd^o e com base com relatórios, elementos da Comissão Geográfica e das cartas municipais do Instituto Geográfico e Geológico do Estado.

(As.) MAURÍCIO JOSÉ CARDOSO - General de Divisão.
Comandante.

Anexos 8 e 9 – Documentos referentes ao processo de promoção de Horta Barbosa ao posto de Marechal.



dando sua existência na Reserva. E, em recente acórdão, em fase de cumprimento, resolveu que nenhuma interrupção deveria sofrer o direito de promoção por motivo de transferência para a Reserva, que era um benefício que os militares sempre gozaram e ainda gozam, sujeitos apenas a tempo de serviço, condição essa que o requerente satisfaz com vantagem.

4. Nesses termos e em face dos casos já verificados, o signatário solicita a V. Excia. se digne mandar retificar o Decreto de sua transferência para a Reserva do Exército, no sentido de lhe ser atribuído o posto de Marechal.

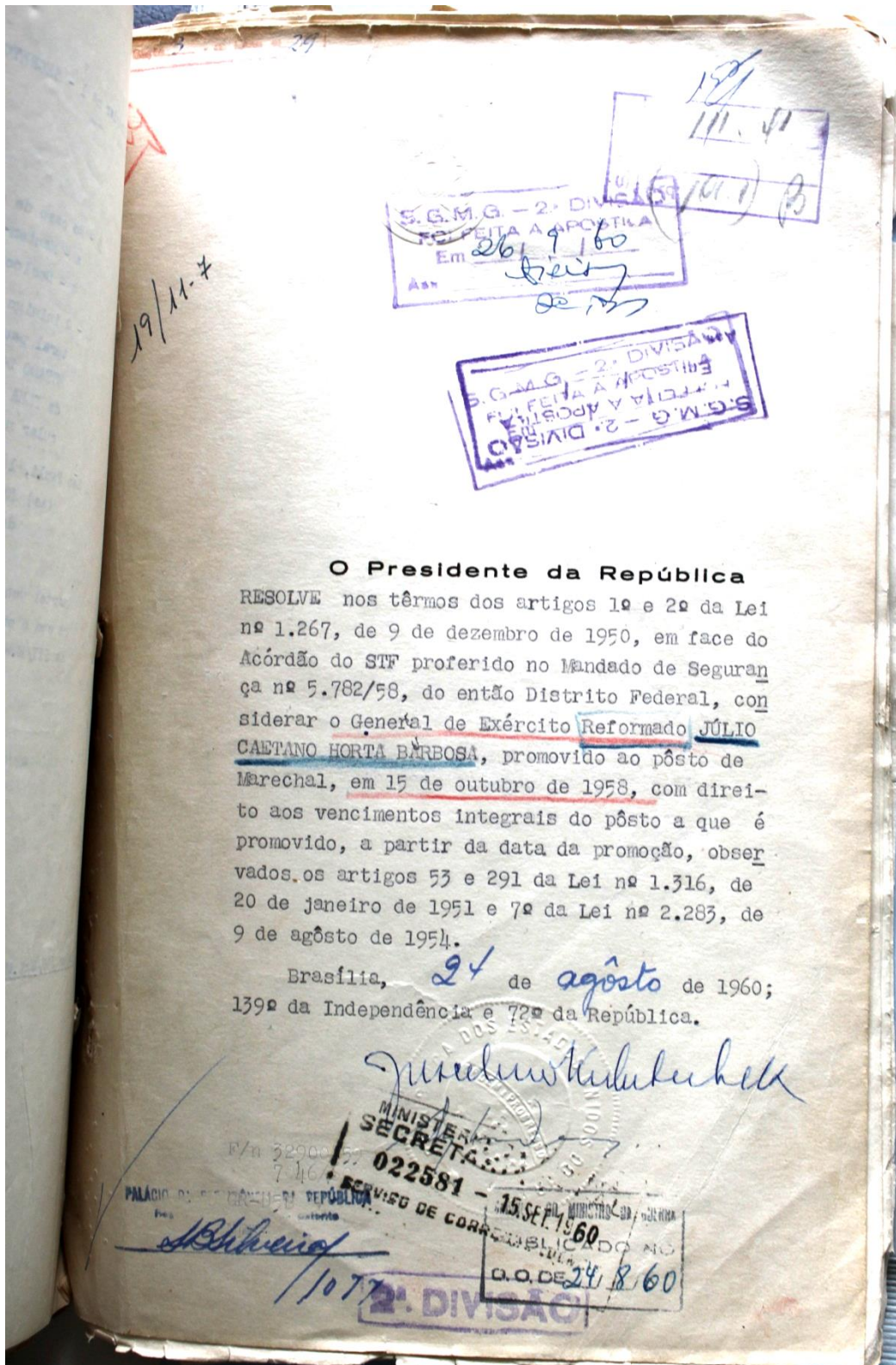
Pede deferimento.

Rio de Janeiro, 1 de Dezembro de 1959

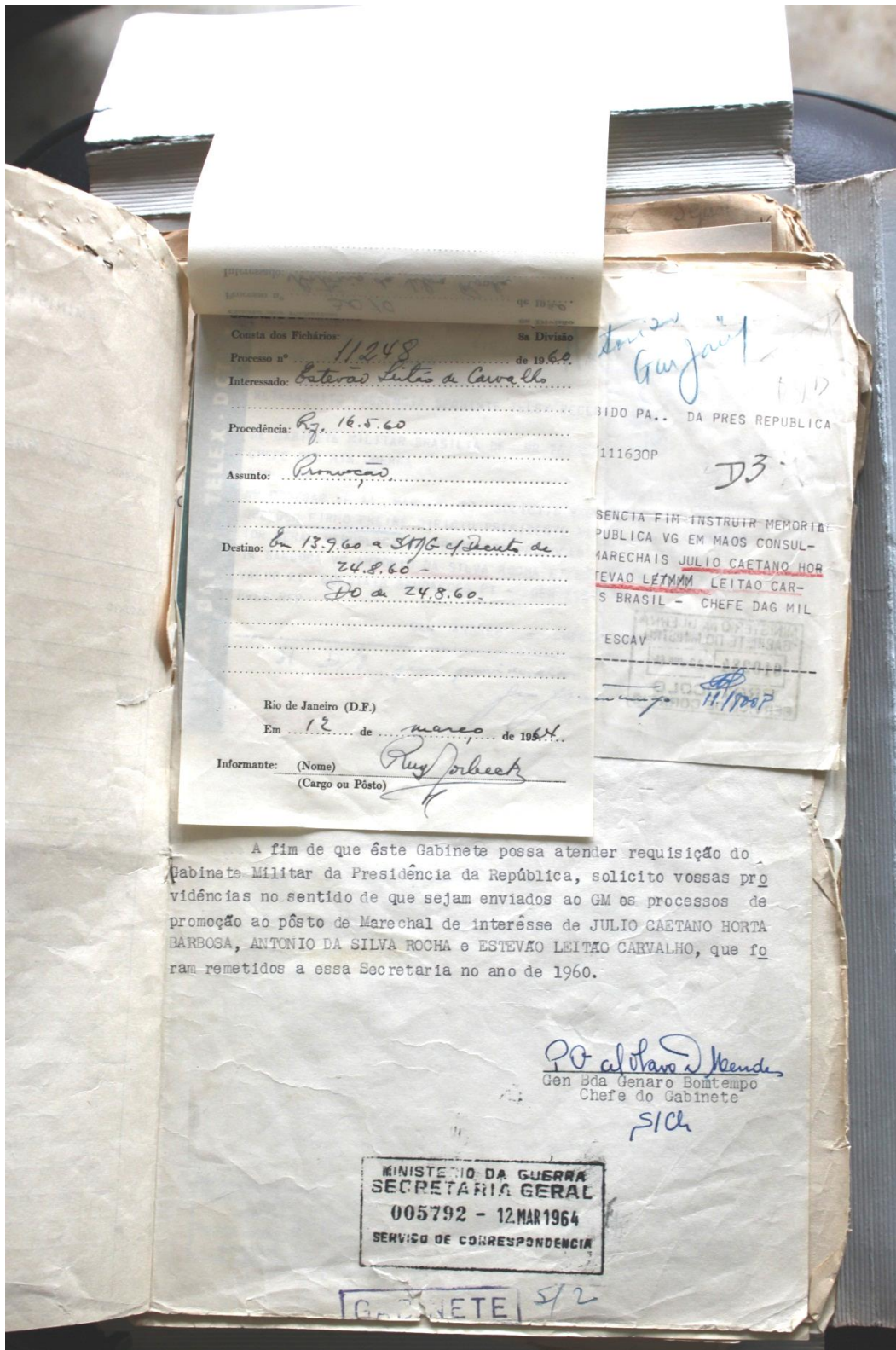
General Julio Cactano Horta Barbosa.

Júlio Cactano Horta Barbosa
General do Exército, reformado.

Anexo 10 – Documento com a determinação de Juscelino Kubitschek sobre o recebimento do soldo de Marechal.



Anexo 11 – Documento, relacionado ao anterior, referente a processo de interesse dos marechais Horta Barbosa, Antonio Rocha da Silva e Estevão Leitão de Carvalho (outro destacado lutador do Petróleo é Nosso).



Anexo 12 - Anotação do falecimento do Marechal no dia primeiro de outubro de 1965

FICHA DE REFERÊNCIA

V	3	44
INDICAÇÃO		

Nome: JULIO CAETANO HORTA BARBOSA
 Posto: Mar R.1. Ref - Res Dec 9 Abr 45
 Arma: REFORMADO Falecido 1º Out 65

OBSERVAÇÕES: O proc. e dec. de promoção ao posto de Gen Ex., foram remetidos à SMO, com a Inf. nº 236 de 21 jan 60.

O processo e decreto de transferência para a classe = 198/60 - AM 9, de promoção a Gen Ex. Ex. = 15.969/41 - AM 9 e de promoção a M. Ex. Ex. = 51.581/60 - AM 9 com alteração de pontos de 1957 a 1944, realizados em 1º de Jan de 1961 com a Inf. nº 236, de 28 de Jan 60, junto a processo de transferência, de interesse da R. Ex. de N. Horta Barbosa, tem como processo e Dec. sobre vantagens de Dec. Lei nº 3364/41 - 17.268/43 SGMG.

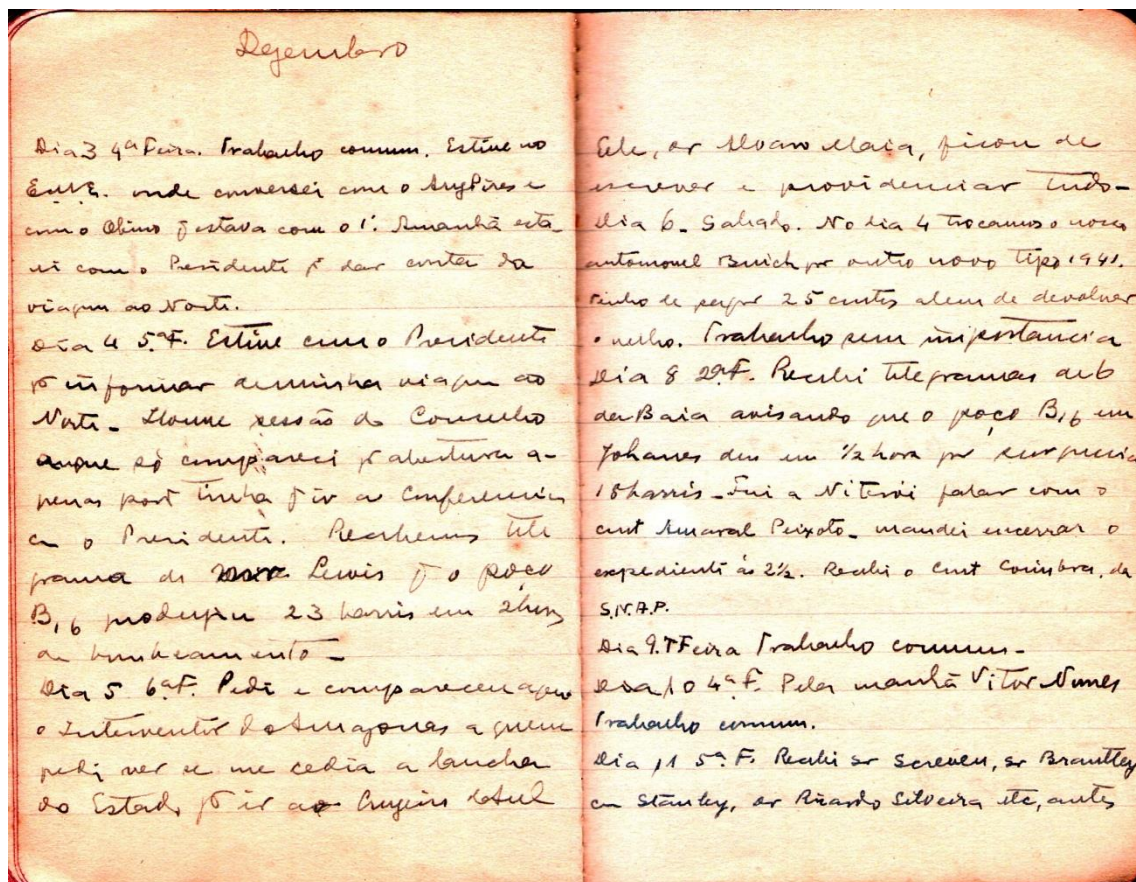
Anexo 13 Anotações feitas no início da carreira militar quando serviu na Comissão Rondon.

Dia 4 ...
 Dia 5 ...
 Dia 7 ...
 Dia 9 Maranhão de 10^h 30 as 7, 30 ...
 Dia 11 Ceará de 9 am as 2 1/2 ...
 Dia 12 Natal de 5.15 ...
 Dia 14 Sali ... 8 8,45 ...
 Dia 15 Alagoas de 12 as 12 ...
 Dia 18 ...
 Dia 19 cheguei as ...
 No caer ...
 e Todos fomos até a casa ...
 No dia 25 de Janº de 1912 escrevi a Dirce ...
 dando-lhe a ... depois eu ...
 Montevideo - No dia 23 de Março ...
 responder-me verbalmente ...
 a 29 ...
 Euphrasina ...
 Cyaba ...
 Sai ...

Anexo 14 – Id.

Comissão de Linhas Telegraphicas Estradas de Matto Grosso ao Amazonas					(8)	
LOCAÇÃO					OBSERVAÇÕES E CROQUIS	
Estações	Distancias	Deflexões	AZIMUTHS		NATUREZA DO TERRENO	
			Lidos	Calculados		
<p>Dia 19 - Andamos 25 kms. Passamos o Povoado de uma mata mto bonita e bem mais limpa - Encantamos tanto pro alvoreço como p o pouso mata limpa, terreno alto e bem secco. Appareceram mais rios guas e cartanheiras. Amanhã devemos montar as primeiras cachoeiras. Hoje à tarde choveu ainda.</p> <p>Dia 20 Andamos 28 kms. Passamos uma cachoeira e passamos na de Figueira ou muitas eba; a primeira deve ser do Ropierato zinho. A noite dai passamos para a esquerda da direita. Na 1ª os batedos passaram carefuld, e muito cuidado foi alimada - Na 2ª houve p o passar um rio muito alto e a chuva toda a noite caiu.</p>						
<p>Hoje passamos hoje a da mata de este penhasco, pedras de leit, ficando ilha, rebre e curvadas.</p> <p>Dia 21 Andamos 16 kms. Passamos a cach da Encanto grande e a da Raposa - curvas para a esquerda. Nesta encosta passamos em a carga que não tinham diais - mont a maguele e fizeamos sempre montando um caudo. Na 1ª um puppy p ja estivesse na encosta e p p p e deu um aball p pass - acauons foudo passaram no cab, e no momento em que foudo a p p p a - a tarde choveu na hora de passoi - Appareci um pedaco de queu flama de as pedras da cacho e curva muito grande.</p>						

Anexo 15 – Anotações feitas ainda durante o período na Missão Rondon



Anexo 16 - Id.

da e preji nova - e
pintes de Manuili-
cher e de Mauser
e ganhou uma bala
manuilicher e ma-
ser -
Dia 11 abril Souu -
Sainu de Caude e do
pr percorrer a estru-
da Nordesteira até
Formoso 37km
alem de Caude -
Na volta visitamos
o posto medico, ten-
do antes visitado o
alunamento e a

Anexo 17 – Referente a comemoração do Dia do Soldado quando no comando do Batalhão Ferroviário, em Santo Angelo-RS.

em caso semelhante - Estive
no 9.º batalhão em - Regt do
Estado - aqui fui enviado para
formação de 10 Btl Regt
sem a distração de sua
missão - ficando sem efeito
a ordem de embarque do Btl
Estado em o Btl Regt aqui
permittu deixar o Btl na sua
base de origem e mandar
depois, dar a ordem para ir
em missão de trabalho -
Vitor o ful Ricardo preso
soli palavra no front de
Floral - E, foi alemente
reclui um colunista de
Sul -
Dia 10 - Estive com o Sr. Cevaldo
Aranda e no Regt de Luiza em
Encontro o Cap. Helio e com o
fuzil de minha disposição -
Embarque o Peloto no Estação -
Dia 11 Estive - Peloto em o Regt
Villego, f. de R. de front de
pessoalmente o caso -
Dia 12 f. de R. de front de
cheguei as 13h - Em Porto Alegre
me encontrer em o Cap. Helio que estava em
uso para modo de procedimento em
ele na ocasião do levantamento
Btl - Guiderão e Regt do Btl
o f. de R. de front de

21
Comemorando o dia
do Soldado, instituido em
em homenagem
ao Btl de Cap. de Regt
o Batalhão Ferroviario
reunida oficialmente
os civis de constituição de
6 Btl. S. Regt. S. Pucuro
mandado continuar mandado
continuar pelo governo, de ac-
do com a instituição de
da, pelo Sr. JMV. em
em virtude - O Btl. V. R. L.
missão de comemorar
esta data com a solenidade
que ^{regimento} ~~regimento~~ ^{regimento} ~~regimento~~ ^{regimento} ~~regimento~~
governo que não se che-
faculta os meios de prepa-
so de instituições ferris-
nal, no exercício de um ser-
vicio de real vantagem em
sua constituição e reconhe-
mento dos official dos compo-
tens e de de de de de de de
Batalhão Ferroviario, men de
sempre honra ⁹ ~~esta~~ ~~esta~~ ~~esta~~
que se esta ~~esta~~ ~~esta~~ ~~esta~~
Todas as demais ~~as~~
sua ~~sua~~ ~~sua~~ ~~sua~~

Anexo 18 - Id.

Dia 18 29F. Saímos a cerca às 6^h5
 amocamos um fragmento de 11/2
 às 13h. Passamos 15m em Paulista
 até 15 em Lorena e chegamos
 a Paulo depois de alguma
 viagem às 16 30. Ficamos no
 Esplanada Hotel, cujo hó-
 tel é oficial do Estado -
 Dia 19 T.F. Sai do hotel às 8h e per-
 corri as obras da estrada para
 Santos - via Ruchielã. Esta
 sendo construída com toda ca-
 pidade e técnica aperfeiçoada.
 Já estão acabados 28 kms. O tra-
 çado é mecanizado. Os aterros
 são feitos com compressores
 "pés de cavaleiro" de modo que
 os aterros poderão ser retirados
 logo depois de feitos.
 Os baús são deixados - isto é

as águas de infiltração são
 drenadas e os baús captam
 as águas superficiais -
 a pista é dividida por um
^{canal} 30 cm - ~~uma~~ duas faixas -
 e no pedra até 3m em um
 Na terra e em lugares
 distantes há duas pistas afi-
 ções em nível diferente
 uma se subida outra se
 descida - a estrada tem
 ainda uma faixa de 50 cm
 de visibilidade onde nada
 será construído. Há diversos
 túneis projetados. Os túneis
 variam de 60 e as
 curvas são a raiz a 300, 250
 e há 2 curvas a 100m.
 Estive no escritório do Dep. de
 melhorando as obras da

Anexo 19 Anotações de atividades no Batalhão Feroviário

sobre o combustível e auxílio ao carrat nacional
depan de licença a nível de a distalada e
tem, poderá vender as instalações sem o que
importante em licença de autorização e reparar.
de modo a Murray. Porém a reparação de
Matarazzo é nacional -

Dia 7. 6^a F. Fui ao M. G. avisar que estava a Baía
no domingo 9. Fui depois ao Café do mesmo
avisar ao Presidente. Lá conversei primeiro
Pinto - que antes de sair o J. me desajava o pa-
tes e do seu gabinete a chamado do presidente.
Eu ando voltado já até tinha o aldo do Franca
hava. Disse-me então o J. me levou lá. Ele
avisou o palácio francabam. Em casa já
recolhi avisos de J. o J. desajava me falar
e J. queria ir procedê-lo. Fui então ao
Francabam onde expliquei de o objetivo
de ir apanhar, por o J. Co. teve parte etc.

da Baía. Não receber o serviço, dar instruções
e cumprir as providências e o processo inicial
de validade das sondas adquiridas e a depa-
de o Inf americano. No Conselho disse que
havia já renovado o projeto de um pes-
to único, de distaladas, e parecer sobre
impulso de aldo combustível - de tudo
de firme ciência e bem impressionado.
de noite fui ao Club Militar a uma reu-
nião de despedida do Sr. Milton Almeida
dia 8 sábado. Estive no Conselho acertar
do tudo o que feito na minha ausência.
Henrique ainda - o presidente da Stan-
dard proferiu me já falar sobre con-
tinuei de distaladas - inclusive que o J.
faria das conversas na minha ausência a
dia 9 dom. Tomei o avião de manhã
que saiu às 6 h. Cheguei a Baía

Anexo 20 Anotações referentes aos planos para uma fábrica de material bélico

do a casa, comercial, pedindo present
tes p^o as festas que se realizam a
manhã para comemorar o
aniversário de sua criação,
maidei adiar os referidos
festivos e escrever às casas
comerciais, desautorando
aquelle pedido - Comparce-
ram ao O.G. os técnicos,
fiscaes, e assistentes, do
material Bélico, que aqui
estão perto a fabricas
de material bélico e
que se julgam independentes
da Rep^{ta} -
Fomos ao embarque
do Cel Prado e Família
que se destinam ao Sert
e depois ao do Cel
Boucoiro que segue

após -
p^o Ipanemí ap^o de Trays
p^o Soares o 6 B Cacabue
dia 20 Domingo. dia 21 24^h sem alte
ração - Estive no Caf o Major do 1^o BCC
que chegou a Pinda -
dia 22 - 2^o aniversário da entrada
do Brasil na guerra - @ Cel Vincoz
chegou a interior, onde estive desde
5^h com o Sr. J. - A tarde houve
uma reunião de congratula
ções pelo 2^o aniversário da entrada
do Brasil na guerra - @ Cel
D. de Soares que representa
ou - Também foi recebido
o Sr. J. - que veio do
Recife e se dirige ao Sul -
dia 23 4^h cedo, 8^h ouvi a
noticia, no Radio, da occupa
ção de Paris - ou libertação pelo
patriotas franceses da capi-
tal -

Anexo 21 Anotações referentes as eleições para o Clube Militar.

o fubrito - foi procurado um construtor pt
limpar a pedra mansão da república d
Papae e reparar o abacaria. O trabalho
principiou logo trabalho, concluiu-se
no dia 8 e completou no dia 9
No dia 9 pela manhã regressamos
ao Rio

1950 Fev 10 Norem. Luiz Afonso. cis 535 (?)
na los Mate. Nós tinham 180 a lauda de frontão
e quando chegaram em casa iam 10 40 centenas
de votos. Dia 22 Fev. Foi realizada hoje
o Luiz Afonso e testemunhas em e o Carlos Mendes
Mair de 1950 no dia 13 foi eleito presidente
do Clube Militar em um pleito
disputado em um pleito eleitoral
governamental trabacou contra
a vitória da chapa em 13 de fev
governamental e era cacaleca da pebo
foa N. Estilac Cal. A nossa maioria
foi de quasi 1200 votos, isto é um

em total de votos de 6587 apurados
3579 foram a favor e 2708 contra
Dia 5 de maio seguimos para São Paulo pela
EPCB, em época de férias. O Luiz Afonso
foi com destino a Campinas, enquanto
o Sr. Pereira B. B. e o Luiz Afonso
seguiram a São Paulo e que se aguarda
seguir de outubro ao Campinas
e de chegar ao meio dia. Depois
da chegada regressamos ao São Paulo e
Rio, onde chegamos pela manhã de 7
dia de 10

Voltamos a São Paulo e Campinas em Setembro
Saímos do Rio no dia 7 de setembro. Saímos
de São Paulo no dia 8 fomos a Campinas e voltamos
a São Paulo no dia 9 fomos a Taubaté, Saímos
de Taubaté e no dia 10 chegamos ao Rio
Dia 31 - Faleceu o General Castro Faria
1951 - Abril 1 Domingo - Faleceu o Julio
Bueno que foi sepultado no dia 2, no cl

Anexo 22. Id.

Dia 10 4^a F. Chamé e mapo Bartos p^o
ambiar o que se poderia fazer na
face do parecer do ~~de~~ sobre o
reembolso da Capela. Inter-
vimos depois a Com. Acert
e p^o devia nos trazer o processo
em discussão p^o sobre o certo
qual o capital foi subscrito e
realizado - p^o em seguida p^o
nos estudos estatísticos etc - sem
prejuizo de incid criminal p^o
no caso no qual. Realizamos
sessões também - A noite
fomos eu e Dina a uma casa
of. p^o de f. as missões militares
e est^o aqui - a casa foi no
Copacabana -

Dia 11 5^a F. Não houve reunião do Com
ho port^o não foi ainda publicada a re-
condição dos Conselheiros.

Dia 12 6^a F. Faltou cedo com o Sr. Andrade
sobre a irregularidade de nomeação de
oficial da reserva p^o Conselheiro, mas de-
pois me o parista do outro deu interpretação de
certo ao texto da lei... Realizamos Bartos,
interdição Almeida, comentes ao circuito
fomea, os Meitinhos do Centro de mat
na a construção etc.

Dia 13 7^a F. Trabalho normal. Reunião
Comitê às 9h. até 11 1/2. Resolva-se o caso de
Capela. Foi a sessão com a recondução
dos Conselheiros, A. C. Tomen exclusivamente do
de J. A. A. uniu caudo o aumento do
preço do álcool. pelo que será aumentado
de um mínimo alcool papéles, na proporção
da mistura.

Dia 15 9^a F. Trabalho normal. Realizamos
também - inclusive os comentes do circuito da fauna
na 16 I. P. dia mt movimentado onde est^o a de
Antas, Vitor Nunes etc. Estive no M. Gama

Anexo 23 Anotações feitas em viagem a Europa

1593
 Igreja de Monasterio - fcast 16 h
 PERUGIA MAGIONE TRASIMENO
 AREZZO (Cidade de elcticos) Montecatini 15 h
 Florence (Hotel) 20.40 Grand Hotel Baglioni 3
 Palace - quarto 26

St Maria in Flore - S Zombio Dante
 Piedade (Miguel Augusto) Porto de Ron
 Pdo Zombio Augusto L. AC

Palacio Real de Pitti. cada sala um nome d
 mitolo (Venus, Jove, etc)
 Igreja de medici - de proerna cidade (S. S. etc)
 Dia 12 Partida de Florence (ATEAQU 3728 km)
 ca 8 30 - Pistoia, Montecatini
 CHIESINA ALTO PASSE MONTECATINI
 PISA 9 50 - 11/2 LUCA MICHIARINI
 Galileu prof - Pisa na exposta a lampad de Galileu p. qual
 de descobrim. o mov de terra, o pendulo, Patrim. de S. Ran
 ere - Cathedral ou igrej de Maria Minor - Inclinação de
 torre de Pisa - For constante de 0.3° and o terreno cedente
 o centro do vito p. vertical - A Torre do ba
 Almoço 12 40 Hotel Real Concordia - 15 10 Pistoia



UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos quinze dias do mês de julho de dois mil e quatorze, às dez horas, na sala René Dreyfuss, do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense, reuniu-se a Comissão Examinadora designada para arguir a Tese de Doutorado em Ciência Política de **HELID RAPHAEL DE CARVALHO JUNIOR**, sob o título "**O Marechal Horta Barbosa e o nacionalismo brasileiro: a campanha "d'O petróleo é nosso" (1947-1953)**", sendo a referida Comissão constituída pelos(as) Professores(as) Doutores(as) titulares Eurico de Lima Figueiredo (UFF), Adriano de Freixo (UFF), Márcio Rocha (UFF), Fabrício Jesus Teixeira Neves (UFRRJ), João Eduardo de Alves Pereira (UERJ) e os suplentes Fernando Roberto de Freitas Almeida (UFF) e Francisco Eduardo Alves de Almeida (EGN).

A banca examinadora, em sessão secreta, deliberou pela

Aprovação.

Reprovação.

Aprovação com restrições:

A BANCA RECOMENDA A PUBLICAÇÃO DA TESE, RESSALTANDO
o RIGOR METODOLÓGICO, A ORIGINALIDADE DO TRABALHO E A
QUALIDADE DA PESQUISA REALIZADA.

do(a) candidato(a).

Niterói, 15 de julho de 2014.

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo (UFF)
Orientador
CPF: 039.349.857-34

Prof. Dr. Adriano de Freixo (UFF)
CPF: 014.062.677-83

Prof. Dr. Márcio Rocha (UFF)
CPF: 869.413.308-30

Prof. Dr. Fabrício Jesus Teixeira Neves (UFRRJ)
CPF: 076.400.547-29

Prof. Dr. João Eduardo de Alves Pereira (UERJ)
CPF: 956.937.937-53